



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CRISÓLITO DA SILVA MARQUES

FÉ E PODER: imaginário coletivo sobre o Padre Luiz Santiago na cidade de Cuité – PB -
(1929-1941).

JOÃO PESSOA - PB

MARÇO - 2016

CRISÓLITO DA SILVA MARQUES

FÉ E PODER: imaginário coletivo sobre o Padre Luiz Santiago na cidade de Cuité – PB -
(1929-1941).

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientador: Profº. Drº. Carlos André Macêdo
Cavalcanti
Linha de Pesquisa: História Regional

JOÃO PESSOA – PB
MARÇO - 2016

CRISÓLITO DA SILVA MARQUES

FÉ E PODER: imaginário coletivo sobre o Padre Luiz Santiago na cidade de Cuité – PB -
(1929-1941).

Dissertação de Mestrado avaliada em ____/____/____ com conceito_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos André Macêdo Cavalcanti – Docente do Programa de Pós-Graduação em
História – Universidade Federal da Paraíba
Orientador

Prof^a. Dr^a. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira – Docente do Centro de Ciências Humanas, Letras
e Artes
Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Externa

Prof. Pós Dr. Paulo Giovani Antonino Nunes Docente do Centro de Ciências Humanas,
Letras e Artes - Universidade Federal da Paraíba
Examinador Interno

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um ato de celebrar, de louvar e ter em mente que se conquistou algo que se almejava, de forma que esperamos contemplar a todos que indistintamente, de alguma forma nos ajudaram para que possamos chegar até aqui, portanto, quero agradecer...

A uma força Divina que nos ilumina, nos dar forças e possibilidades de trilhar, lutar e vencer obstáculos;

Aos meus pais que sempre estiveram do meu lado, apoiando-me em todas as conquistas e batalhas diárias, a minha filha Crisley, agradecer a compreensão de ter ficado ao meu lado, minha irmã Crisalva, meu cunhado, meus sobrinhos, e todas as pessoas que pacientemente me acompanharam e comigo trilharam este caminho;

Ao meu professor orientador, Drº Carlos André Macêdo Cavalcanti, por estar sempre comigo no percurso e desenvolvimento deste trabalho, por toda a sua dedicação, carinho, paciência e cuidado, sempre vendo com atenção minhas potencialidades e dificuldades;

À Drª Lúcia de Fátima Guerra Ferreira que com muito zelo e simpatia, fez a leitura do meu trabalho, nos concedendo a sua grande contribuição, compartilhando a construção deste trabalho.

Ao Drº Paulo Giovani, que com toda a sua dedicação, acompanhou o desenvolvimento deste trabalho, compartilhando conosco, enriquecendo-o com seu olhar aguçado e primordial;

Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH/UFPB), aos seus coordenadores e professores e funcionários, pelo valioso suporte que ofereceram em cada uma das etapas do curso e deste trabalho.

Aos meus colegas de curso, onde pudemos compartilhar novas amizades e conhecimentos; Em que pudemos aprender e ensinar, rir e chorar juntos, ganhando e perdendo, trocando experiências de vida;

Enfim, a todos que direta ou indiretamente construíram e colaboraram para que esta pesquisa pudesse chegar até este momento.

“A religião, enquanto repressora dos instintos maléficos do homem, e a ideia da ira divina incutiam nos católicos o temor. O ser temente a Deus era fundamental”.

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira

RESUMO

Nesta pesquisa analisamos a imagem do Padre Luiz Santiago no imaginário coletivo da sociedade cuitense, entre 1929 a 1941, através da sua trajetória de vida pessoal e sacerdotal, seu contexto sócio-político, considerando suas ações e posturas contraditórias. Resgatamos não só a história deste personagem, mas também do município citado; Discutimos a função das esferas político e religiosa para entender especificamente a dominação tradicional e carismática na história de Cuité, no final da década de 20 e início de 40 do século passado. Observamos reflexos de sua influência na sociedade da época e atualmente. Mostramos como o homem estudioso, sacerdote e político, tornou-se em um determinado momento, um líder daquela sociedade. Levantamos a hipótese de que, em suas diferentes facetas, Santiago tornou-se uma espécie de coronel da região, usando todo o seu prestígio, status social e poder como prerrogativa de liderança, deixando marcas de preconceito e intolerância religiosa. Como referencial teórico, fundamentamos nos estudos de Bourdieu (2006), Chartier (1990), Foucault (2014), Azzi (1987), Ferreira (1994), Mainwaring (1989), Gurjão (1994) e Santiago (1936). Metodologicamente, analisamos documentos pertencentes ao personagem em estudo, documentos oficiais da Igreja Católica, processos judiciais, arquivos da Prefeitura Municipal de Cuité e elementos do contexto histórico e geográfico, indispensáveis ao estudo realizado. Finalmente, os resultados obtidos mostram um importante legado deixado pelo referido padre para Cuité e região, principalmente no que se refere ao religioso, científico e cultural.

Palavras-chave: Intolerância religiosa. Imaginário. Igreja Católica. Vida sacerdotal. Coronel.

ABSTRACT

In this research we analyze the image of Luiz Santiago Priest in the collective imaginary of Cuité society between 1929 to 1941 through his trajectory of personal and sacerdotal life, his social-political context, considering his actions and contradictory attitudes. We rescued not only the history of this character but also the history of the borough mentioned. We discussed the function of the political and religious spheres to understand specifically the traditional and charismatic domination in the history of Cuité in the final of the decade of 20's and the beginning of 40's of the past century. We observed reflections of his influence in the society of that time and nowadays. We showed how the scholar man, priest and politician became, in a certain time, a leader of that society. We hypothesized that, in his different facets, Santiago became a specie of colonel of the region, using all his prestige, social status and power as leadership prerogative, leaving marks of prejudice and religious intolerance. The theoretical framework based our studies are Bourdieu (2006), Chartier (1990), Foucault (2014), Azzi (1987), Ferreira (1994), Mainwaring (1989), Gurjão (1994) and Santiago (1936). Methodologically, we analyzed documents belonged to the character in study, official documents of the Catholic Church, judicial processes, files of the City Hall of Cuité and elements of the historical and geographic context, essential for the study. Finally, the obtained results show an important legacy left by the priest to Cuité and region, especially with regard to religious, scientific and cultural.

Key-words: Religious Intolerance; Imaginary; Catholic Church; Sacerdotal Life; Colonel.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 - Ata de visita pastoral realizada por Dom Adauto a cidade de Cuité no ano de 1935. Pesquisado no arquivo da Arquidiocese da Paraíba.....	81
Fotografia 02 - Cópia autenticada do relatório policial do processo de número 1224, folha 64, da derrubada da igreja evangélica, datado de 30 de março de 1940.....	101
Fotografia 03 - Processo de número 1224, folha 05, da derrubada da igreja evangélica, datado de 30 de março de 1940.....	105
Fotografia 04 - Processo de número 1845, folha 118 e 119, do assassinato de um evangélico, datado de 15 de agosto de 1940.....	108
Fotografia 05 - Ata de posse do Pe. Luiz Santiago na Paróquia de Cuité, datada de 03 de fevereiro de 1929.....	111
Fotografia 06 - Certidão de Nascimento do Pe. Luiz Santiago.....	114
Fotografia 07 - Petição de admissão à habilitação de <i>vita et moribus</i> , (processo sacerdotal), datado de 21 de agosto de 1927.....	118
Fotografia 08 - Processo de <i>Patrimonium</i> , que consta nos documentos admissionais do padre Luiz Santiago.....	121
Fotografia 09 - Juntada, que faz parte do Processo de <i>Patrimonium</i> , que consta nos documentos admissionais do padre Luiz Santiago.....	121
Fotografia 10 - Pedido de abertura do Processo de <i>Patrimonium</i> , que consta nos documentos admissionais do padre Luiz Santiago.....	121
Fotografia 11 - Pose para foto com cidadãos e autoridades locais da cidade de Cuité, datada da década de 30 do século passado.....	125
Fotografia 12 - Porte de arma concedido ao padre Luiz Santiago, datado do ano de 1969.....	129
Fotografia 13 - Folha de número 97, do processo judicial de número 1845, decorrente do assassinato do crente, datada de novembro do ano de 1941.....	132

Fotografia 14 - Folhetos que abordam candidaturas de políticos a nível municipal e estadual, encontradas nos pertences pessoais do padre Luiz.....	138
Fotografia 15 - Folhetos impressos e escritos a mão, sobre políticos a nível estadual e nacional, encontradas nos pertences pessoais do padre Luiz.....	142
Fotografia 16 - Documentos escritos a mão e datilografados que seriam estudos históricos, geográficos e astrológicos, realizados pelo pe. Luiz.....	144
Fotografia 17 - Comprovações de alguns bens patrimoniais e a ficha de inscrição como sócio correspondente do IHGP do pe. Luiz.....	148
Fotografia 18 - Pedido de autorização para fundar a Congregação Mariana na cidade de Cuité, datada de 22 de janeiro de 1930. Ata de Fundação da referida Congregação, pelo padre Luiz Santiago, em 08 de dezembro de 1929.....	155
Fotografia 19 - Construção da atual Igreja católica de Cuité, fotos das décadas de 1930 e 1940.....	158
Fotografia 20 - Processo de número 1224, folhas de número 01 e 03 de abertura do referido processo da derrubada da igreja evangélica, datado de 24 de junho de 1940.....	161
Fotografia 21 - Processo de número 1224, folha de número 49, aonde consta duas fotografias que mostram o estado que ficou a igreja evangélica após a depredação, com data de dezesseis de março de 1940.....	165
Fotografia 22 - Processo de número 1845, folhas de número 112 e 113, de abertura e julgamento do referido processo do assassinato de um evangélico, datado de dezesseis de dezembro de 1941.....	167
Fotografia 23 - Processo de número 1845, folha de número 127, carta do juiz que presidiu o julgamento ao Chefe de Polícia do Estado da Paraíba, confirmando a sentença, datada de dezessete de dezembro de 1941.....	175
Fotografia 24 - Telegrama enviado pelo padre Luiz para o Juiz Alfredo Miranda Rodrigues, denunciando do Juiz da cidade de Cuité, o sr. Manuel Casado por perseguição e acusações a sua pessoa. Carta escrita a mão pelo padre Luiz, intitulada “A Defeza dum Sacerdote”, defendendo-se de determinadas acusações. Ambos os documentos são datados do ano de 1941.....	178
Fotografia 25 - Cartas recebidas pelo juiz Manuel Casado, referente as acusações feitas pelo padre Luiz a este magistrado. Datadas de primeiro de novembro de 1941 e de vinte e um de outubro de 1941.....	182

Fotografia 26 - Documentos da sessão de apelação do processo 1845, folhas 130 e 132, datados de 26 de dezembro de 1941.....	187
Fotografia 27 - Documentos referentes aos objetos adquiridos durante o período que Luiz Santiago foi pároco na cidade de Cuité, datado de 09 de fevereiro de 1941.....	192
Fotografia 28 - Jornal A IMPRENSA, aonde traz a reportagem da posse do novo pároco para a cidade de Cuité, em lugar de Luiz Santiago, datado de 05 de março de 1941.....	193
Fotografia 29 - Livro Tombo que mostra a chegada do padre João Madruga para a paróquia de Cuité, datado de 07 de julho de 1941.....	196
Fotografia 30 - Ata de posse do padre João Madruga na paróquia de Cuité, datada em 27 de julho de 1941.....	197
Fotografia 31 - Livros impressos pela Igreja Católica que trazem a relação hierárquica católica naquele momento estudado. Datados dos anos de 1947 e 1957.....	199
Fotografia 32 - Livro impresso pela Igreja Católica que traz a relação hierárquica católica naquele momento estudado. Datado do ano de 1977.....	201
Fotografia 33 - Parte da ata de comemoração do bicentenário da paróquia de Cuité. Datada em 12 de agosto de 2001.....	203
Fotografia 34 - Documento de Provisão de Faculdades Especiais, concedido ao padre Luiz Santiago pela Diocese de Campina Grande, datado de 31 de dezembro de 1966.....	207
Fotografia 35 - Foto parcial da Fazenda Ubaia, na parte de cima. Na parte inferior, certidão de óbito do padre Luiz Santiago e ao lado, seu tumulo, que se encontra na Fazenda Ubaia. (Fotos tiradas pelo autor em visita ao local).....	212

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I – IGREJA CATÓLICA NA REPÚBLICA.....	23
1.1 ROMANIZAÇÃO E ULTAMONTANISMO.....	23
1.2 A RELAÇÃO DA IGREJA COM O ESTADO.....	38
1.3 O CATOLICISMO NA PARAÍBA.....	45
CAPÍTULO II – INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E PROTESTANTISMO.....	62
2.1 PROTESTANTISMO: A REAÇÃO DOS “FILHOS DE PEDRO”.....	62
2.2 O DISCURSO ANTIPROTESTANTE.....	74
2.3 OS CONFLITOS NA REGIÃO DA CIDADE DE CUITÉ.....	91
CAPÍTULO III – O PADRE LUIZ SANTIAGO NO CONTEXTO ROMANIZADOR.....	111
3.1 BIOGRAFIA E HISTÓRIA ECLESIASTICA.....	111
3.2 AÇÃO POLÍTICO-SOCIAL.....	128
3.3 A CONSTRUÇÃO DO CONFLITO.....	151
3.4 O EXÍLIO.....	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	215
REFERÊNCIAS.....	221
APÊNDICE A – Fontes de pesquisa.....	226

INTRODUÇÃO

Ao adentrarmos com afinco na análise da história podemos observar um imenso leque de possibilidades de estudo e pesquisa nos mais variados campos, cujos limites de abrangência, ou seja, aonde o estudo quer chegar ou alcançar, vai depender do pesquisador de acordo com seu olhar para com o objeto em pauta, suas fontes e seus limites de pesquisa, podendo envolver o âmbito mundial, o nacional, o regional ou o local, dependendo das especificidades da pesquisa.

De acordo com o que está sendo proposto a ser pesquisado, possivelmente, o pesquisador encontrará neste primeiro momento uma gama de acontecimentos, fatos e personagens que possam ser trabalhados e desenvolvidos nos mais variados campos de investigação. Partindo deste princípio, será iniciada uma pesquisa sobre o objeto de estudo escolhido pelo pesquisador; mesmo que o tema ou o personagem escolhido já tenham sido trabalhados anteriormente, caberá então ao pesquisador elencar o seu objetivo neste estudo, diferenciando-o dos que já estão postos. Em outros casos, os trabalhos se apresentam como sendo inéditos, ou seja, não havendo até então nenhuma apreciação sobre o tema.

No decorrer da feitura do trabalho é muito importante frisar o cuidado para que este pesquisador não se deixe levar por emoções, principalmente, quando o trabalho estiver referindo-se ao último âmbito citado acima, o local, onde o mesmo esteja inserido. Mesmo que seja impossível uma imparcialidade em sua totalidade, pois o ato de fazer a escolha do objeto já é uma marginalização de outrem, se faz necessário que haja sim este cuidado e de certo modo uma neutralidade na construção e no desenvolvimento da pesquisa em relação aos fatos e personagens citados, mesmo que seja impossível mantê-la sempre, mas que não deixe transparecer objetivos de natureza tendenciosa.

No que tange ao trabalho ora apresentado, o seu início se deu ainda na fase da graduação quando estávamos a procura de um tema para a futura monografia em conversas informais, daí se escutou de alguns moradores da cidade de Cuité se falar de um certo padre que há tempos esteve na paróquia daquela localidade e se destacou tanto por suas benfeitorias religiosas para com os seus fiéis, como também pela sua árdua perseguição, também religiosa, para com os chamados protestantes ou evangélicos daquela localidade. Logo esta curiosidade resultou no trabalho de final de curso da graduação realizada pela Universidade Estadual da Paraíba, que foi concluída em junho de 2010 e intitulada “Fé e Poder Andando Juntos: Estudo sobre a Vida Sacerdotal, Política e Social do Padre Luiz Santiago na Cidade de Cuité – PB”.

Neste momento, procuraremos aprofundar ainda mais este estudo em que iremos dar destaque a outros pontos que consideramos importantes neste mesmo contexto que está inserido o personagem citado. Mas agora dando ênfase também ao momento histórico que a Igreja Católica estava passando no mesmo íterim dos acontecimentos que se transcorriam na paróquia da cidade de Cuité, com seu pároco, seus fiéis, como também com aqueles que não faziam parte deste círculo religioso, mas que estiveram envolvidos diretamente também com os acontecimentos que nos proporemos a discutir, que foram os protestantes.

A Igreja Católica passou por uma série de transformações durante os fins do século XIX e início do século XX, mais particularmente falando nos primeiros anos da República no Brasil, havendo uma certa secularização como também uma romanização, ou seja, a Igreja neste momento estava cada vez mais institucionalizando-se em nosso país e ficando cada vez mais próxima de Roma, portanto, dos princípios e ordens advindos da chamada Santa Sé. Neste contexto, dentre os mais variados temas que estavam sendo abordados, fora iniciada uma campanha repressiva por parte da Igreja Católica e em particular de alguns de seus membros dos considerados “infieis”, que neste momento estavam “contaminando” uma nação que até então era preponderantemente católica.

Dentro destes acontecimentos da Igreja Católica no Brasil estava em pauta também a preocupação da sua relação com o Estado, pois este segundo citado havia de certo modo se afastado da Igreja após o advento da República, como também, como já explicitado anteriormente, havia um olhar mais cauteloso, digamos cuidadoso, para com o avanço dos protestantes em boa parte do território brasileiro. A partir deste momento dar-se início a uma tentativa em “ganhar” de volta os fiéis que se haviam “perdido”, para isso, houve a partir principalmente dos primeiros anos da década de 20 do século passado uma maior colaboração e participação conjunta da Igreja com o Estado, tentando assim o fortalecimento desta instituição religiosa no país, mesmo, ressaltando que desde a proclamação da República no ano de 1889, o país seria considerado laico, ou seja, não teria nenhuma religião oficial.

Porém, ocorrendo essa junção, criou-se uma ideologia em que se pautava pelo “perigo protestante” que neste momento estava alastrando-se em boa parte do território do país, que seria preciso eliminar estes “infieis”, tendo como pressupostos agora não mais princípios religiosos, mas também seriam elencados princípios morais e cívicos para com os seus cidadãos.

É neste contexto histórico que encontramos o padre Luiz Santiago de Moura (1897-1989), na cidade de Cuité, onde foi pároco daquela localidade do ano de 1929 até 1941, inclusive data esta que faz parte do título de nosso trabalho, porém, queremos ressaltar que

esta data foi posta como parte integrante do nosso título apenas como uma referência temporal, pois como vemos foi o período em que ele atuou como sacerdote naquela localidade.

Contudo, levando em consideração o processo que estamos fazendo menção, em relação às mudanças ocorridas na Igreja Católica, como também outros acontecimentos que ocorreram em momentos que não foram neste período ora datado, mas que são de grande valia para o desenrolar deste trabalho é que queremos destacar que esta data não seja posta como algo fixo, estático, mas queremos trabalhá-la mais como um referencial e não um recorte propriamente dito.

O nosso trabalho busca apresentar, analisar e consequentemente registrar parte da história e alguns aspectos da vida pessoal, social e sacerdotal do padre Luiz Santiago em Cuité na Paraíba. Tal história, antes contada de forma fragmentada por quem conheceu o referido padre ou ouviu falar de suas atitudes religiosas e sociais, fadada à dispersão pela pluralidade das versões, traz acontecimentos que envolveram pessoas e instituições, provocando fortes impressões na sociedade da época, alguns, identificados pela harmonia da fé no exercício do sacerdócio e outros por experiências traumáticas de ações coronelistas. Objetiva-se mostrar um perfil da história e a forma de como o padre exerceu a sua liderança, também analisar suas principais e diferentes facetas promovendo alterações de poder e mudanças econômicas que marcaram a sociedade em pauta.

Tais fatos que analisamos, como dito a pouco, está dentro do contexto romanizador da Igreja Católica, que daremos destaque principalmente a polêmica antiprotestante que foi alavancada pela Igreja Católica que servia como pressuposto para o seu enraizamento em solo brasileiro, afirmando ou até podemos dizer, reafirmando socialmente a sua doutrina, contrapondo-se ao avanço protestante que neste momento se propagava em partes do país, sem contar que esta disseminação protestante tivera iniciado, mesmo em menor escala no período colonial. Igreja Católica que se colocava como portadora da fé religiosa, como única que poderia salvar e estar atuando no Brasil, colocava as outras denominações religiosas não só como inimigas sua, mas como inimiga de toda uma nação.

De acordo com Mainwaring (1989), a Igreja neste momento, também denominada de Igreja da neocristandade, estava em uma crise institucional, fragilizada, com deficiências em suas práticas religiosas populares, falta de padres, consequentemente sua educação religiosa estava precária, sentindo assim a ausência de intelectuais católicos que pudessem atuar nesta seara, como também no início do século passado a Igreja ainda não tinha muita influência política a nível nacional. Sem contar que sem o prestígio que outrora alcançara, a Igreja ainda

sofria neste momento, uma crise financeira, portanto seria imprescindível cristianizar o mais rápido possível as instituições sociais do Brasil e de vez afastar o seu inimigo mais cruel e virulento que seria o “infel protestante” que se proliferava país a fora (MAINWARING, 1989, p. 02).

Para nos aprofundarmos e tentarmos entender melhor como em meio a todo este turbilhão de acontecimentos a Igreja Católica conseguiu estruturar-se através de discursos e pregações a uma nação, afastando seu inimigo mais próximo, que neste caso seriam os protestantes, que acreditamos se fazer necessário incluir este debate na seara da história cultural, citando o professor Antonio Clarindo de Souza, que afirma:

A ideia então é entender como em diferentes épocas da história do pensamento histórico foi possível pensar a ideia de história de formas variadas e como algumas destas formas tornaram-se dominantes ou hegemônicas (SOUZA, 2010, p. 121).

Portanto, é através desta afirmação que podemos tentar entender como foi estruturado e desenvolvido o pensamento e representação católica neste momento proposto em nosso estudo, no que se refere ao embate ao protestantismo no país, entendermos como estava esta instituição em um determinado momento, ou seja, fragilizada, com precariedades em vários setores, mas que com o passar de alguns anos e com a ajuda do Estado e a imposição de seu discurso antiprotestante elevou-se a um patamar de religião oficial de uma nação, portadora de uma verdade única e exclusiva.

Isto implica reconhecer, citando Sandra Pesavento (2005, p. 40), que “a força das representações se dá não pelo seu valor de verdade, ou seja, da correspondência dos discursos e das imagens com o real”, e sim “pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social”. Assim, ao tomar como objeto de estudo a polêmica antiprotestante, o que está em questão não é se esta veiculou ou não “a verdade”, mas aquilo que, enquanto portadora de representações, ela nos informa sobre a visão que a Igreja tinha de si mesma e do protestantismo e o papel que exerceu durante a romanização e a restauração católica.

Pois devemos ressaltar que a história do protestantismo não tivera iniciado neste momento, mas sim, vem com todo o discurso e contexto vivido a partir de seu fundador Martinho Lutero e que agora estava havendo no Brasil uma possível forma de incultar estas ideias ao povo, “protestantizando-o”, daí a preocupação da Igreja Católica de não deixar isso

acontecer, impondo-se como mediadora e fundadora do país desde os seus primeiros anos de colonização, ajudando em sua formação e educação.

E seria através deste discurso fundador, que a Igreja Católica iria fazer surgir o simbolismo que o Brasil seria um país que desde os seus primórdios “católico” e que nada e nem ninguém poderia ou deveria tentar tirar isto do território, do povo, formando assim dentro deste contexto e no pensamento histórico cultural um movimento histórico e cultural antiprotestante, elevando uma representação e uma simbologia de que era preciso e para o bem da nação continuar sendo absolutamente católico, sem nenhuma intervenção de qualquer que seja a denominação religiosa.

Como já mencionamos anteriormente, este trabalho pautou-se a partir da figura do padre Luiz Santiago, o que ele representou e se fez simbolizar dentro do contexto político, social e religioso que estava inserido na cidade de Cuité na Paraíba. Nesta perspectiva, detalhes de sua vida político-social serão lidos através do registro de depoimentos que demonstraram o espírito de liderança do pároco, chamando a atenção dos que estavam diretamente envolvidos com o cotidiano político local, criando um vínculo de influência junto às famílias tradicionais da política cuiteense, como a exemplo dos Pereira e os Venâncio.

Neste contexto, observamos a intolerância religiosa como outro ponto marcante no que diz respeito a não aceitação de outras religiões no território da Paróquia que Luiz Santiago dirigia, no caso a de Cuité, ato este que faz jus ao período que citamos a pouco, em que a Igreja Católica queria afirmar o seu poder no país, tentando transformá-lo em um país totalmente católico e expurgar de vez o seu maior inimigo, os protestantes, atos estes que foram bem aceitos e aplicados durante o paroquiato do padre Luiz em Cuité.

São ações acusatórias ao padre, atos como a tentativa de derrubada de uma igreja evangélica, fato que o tornou odiado por muitos e motivo de um possível afastamento do cargo eclesiástico. Por outro lado, documentos pessoais demonstraram um aspecto estudioso, pesquisador e cientista do padre Luiz Santiago, seu lado, podemos dizer autodidata, com estudos em antropologia, arqueologia, história e geografia da região que o mesmo estava inserido, embora sem formação para tal, além de livro escrito por ele, intitulado “Serra de Cuité. Sua História, Seus Progressos, Suas Possibilidades”, do ano de 1936 e demais pesquisas que serão abordadas no decorrer do trabalho.

Para a realização deste trabalho a historiografia consultada fora de acordo com cada parte que o abrange como um todo, a exemplo do que podemos frisar sobre a entrada e a estruturação da Igreja Católica no Brasil, podemos exemplificar, Scott Mainwaring, Riolando

Azzi e Oscar Beozzo, estes trabalham principalmente sobre a chamada romanização da Igreja Católica e sua reestruturação no nosso país.

Ainda sobre este mesmo tópico tomamos como base também para o desenvolver desta labuta a tese de doutoramento da professora Dra. Lúcia de Fátima Guerra Ferreira do ano de 1994, intitulada “Igreja e Romanização: A implantação da Diocese da Paraíba, 1894/1910”, que aborda este contexto romanizador da Igreja Católica não só a nível nacional, mas também focalizando na Paraíba, quando da formação da diocese de nosso Estado. Como bem sabemos, dentro deste contexto estão inseridos os protestantes e toda a gama de intolerância por eles sofrida neste momento, daí trabalharmos com Eunice Ladeia Guimarães Lima, que trata sobre a entrada destes e suas mais variadas contribuições na cultura e na educação no Brasil.

Em se falando de religião, usamos também Rubem Alves e Sérgio da Mata, estes que englobam em seus trabalhos a junção de história e religião, tocando em pontos importantes dentro deste eixo, destacando-se o simbolismo do sagrado, a consciência histórica e religiosa, métodos, perspectivas e problemas contidos em algumas religiões e no seu contexto histórico e cronológico.

Uma autora e sua obra que também trabalhamos para o desenvolvimento deste trabalho foi professora Eliete Gurjão, com o seu livro “Morte e Vida das Oligarquias” (1994), sendo uma peça importante para esta pesquisa, pois nele ela trabalha o papel e as características dos coronéis não só em relação à Paraíba como também ao Nordeste, mostrando a atuação dos mesmos nestas localidades, a influência que estes exerciam o poder que detinham, pois:

A ideologia do coronelismo contribuía para legitimar as relações de exploração, através do compadrio e do favoritismo, produzidas pelas relações pessoais de produção (GURJÃO, 1994, p. 45).

Portanto, como vimos esta autora estará dentro do arcabouço referencial, haja vista que levanto a tese no transcorrer do trabalho de que o padre Luiz Santiago usou de forma legítima a tendência do coronelismo, através das práticas identificadas no meio político e social vivenciadas entre o final da década de vinte e início da década de quarenta do século passado, já que gozava das prerrogativas de padre para estabelecer suas posições políticas. Ainda sobre o tema de coronelismo, banditismo, mandonismo local, tivemos contato também com Eric Hobsbawm, em sua obra “Bandidos”, (2010), que procura explicitar e esclarecer sobre o banditismo e mandonismo local, demonstrando que estas práticas estão associadas

simultaneamente com a ordem econômica, social e política em várias sociedades e nas mais variadas divisões de classe.

Por se tratar de uma biografia, devemos tomar algumas precauções no momento da sua escrita, pois caberá muito de seu investigador o seu pretense resultado, é preciso que o mesmo tenha cuidados específicos, tais como repassar a veracidade dos fatos colhidos, como também tentar ter neutralidade para com o seu objeto de estudo para que assim não possa atrapalhar no resultado de sua pesquisa, pois segundo Pierre Bourdieu em seu livro “A Ilusão Biográfica”, (2006):

O relato de vida varia, tanto em sua forma quanto em seu conteúdo, segundo a qualidade social do mercado no qual é oferecido - a própria situação da investigação contribui inevitavelmente para determinar o discurso coligido (BOURDIEU, 2006, p. 189).

Ainda em relação à biografia, podemos citar Giovanni Levi no seu texto “Usos da Biografia. Usos e abusos da História Oral.” (2006), que aborda tanto a importância do biografado como as estruturas que o mesmo está inserido, relata também a importância que foi retomada do estudo biográfico, feito pela Escola dos Annales a partir da década de oitenta do século XX, pois este tipo de estudo antes estava sendo visto com desconfiança, por só procurar mostrar os feitos dos grandes “heróis” de uma determinada localidade, excluindo tudo e todos ao seu redor.

Por estarmos trabalhando com história oral se fez necessário também basear-se em Paul Thompson em seu livro “A Voz do Passado: história oral”, para podermos entender e sabermos trabalhar com este viés histórico.

Paul Thompson nos diz que o lugar do oral fora retirado pelo letramento da sociedade e que antes “toda a história era história oral”, havia memorialistas, genealogistas, que preservavam a história do grupo, esses transmitiam a tradição e a memória coletiva de um povo. Porém, afirma este autor, “a memória foi rebaixada do status de autoridade pública para o de um recurso auxiliar privado” (THOMPSON, 1998), ao que vemos atualmente está havendo um retorno, uma revalorização ao lugar da oralidade, que serve de base para estudiosos “ressignificarem” fatos e espaços a partir dessas memórias para construir espaços de dizibilidades e visibilidades e assim de história. A memória a partir da oralidade propõe demonstrar situações do cotidiano, suas sensibilidades que dificilmente a escrita (oficial) seria capaz de “aprisionar”.

Neste caminhar pela memória, teremos a companhia de Le Goff, para entender como essa memória pode e deve ser transformada em objeto histórico. Prosseguindo esta andança, contaremos, para nos direcionar e impulsionar neste projeto, Foucault, para demonstrar como entender os discursos, as relações de poder, as disciplinarizações no/do espaço e no/do corpo; entre outros, que nos possibilitarão seguir esta caminhada.

Também usamos algumas produções e documentos que estão diretamente ligados com o padre Luiz Santiago, foi nesta perspectiva que para o desenvolvimento do presente trabalho foi feita uma vasta pesquisa, na qual ouvimos depoimentos de pessoas que conviveram com padre Luiz Santiago, amigos que estiveram ao seu lado nos mais diferentes momentos de sua vida, como também pessoas que discordaram de alguns atos praticados por ele. Além disso, documentos escritos foram pesquisados e muitos deles pertencentes ao próprio sujeito de pesquisa desta atividade, todos escritos a mão, apenas um impresso, que foi o livro que ele escrevera, que tem por título “Serra de Cuité. Sua História, Seus Progressos, Suas Possibilidades”.

Neste contexto, foi realizada também uma pesquisa em documentos oficiais da Igreja Católica, dentre eles, partes do código canônico, alguns livros de Tombo da Paróquia de Cuité no momento em que exerceu o ministério sacerdotal e documentos do arquivo da Arquidiocese da Paraíba, como também documentos pertencentes aos arquivos da Prefeitura e da Câmara Municipal do Município de Cuité.

Além disso, foram feitas visitas *in loco* em diferentes locais que estão relacionados com o sujeito de estudo, como por exemplo, a localidade em que o vigário passou os seus últimos anos de vida e onde está enterrado. Foi visitado também o museu paroquiano da cidade de Areia, no Brejo paraibano, com o intuito de investigar sobre uma possível doação de objetos do padre Luiz ao referido museu.

Esta dissertação está dividida em três capítulos que desenvolve-se da seguinte maneira: o primeiro capítulo intitulado *Igreja Católica na República*, neste procuremos desenvolver sobre o tema da romanização da Igreja Católica no Brasil, a partir do início da República e os seus desdobramentos, colocando em pauta também a relação desta instituição com o Estado. Passamos também neste momento a ter um olhar mais atento sobre como estava esta Igreja no cenário paraibano.

A fim de que tenhamos um bom desempenho nos temas acima abordados iremos buscar como embasamento teórico Scott Mainwaring, este na sua obra “A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)”, de 1989, nos mostra como a Igreja Católica atuou no Brasil durante este período citado, levantando assuntos pertinentes, tais como a esquerda católica

dos anos de 1958 a 1964 no país, a questão agrária, a Igreja e o regime militar, classes, populares, juventude, entre outros.

Também para este capítulo será trabalhado a obra de Sérgio da Mata, “História e Religião”, de 2010, para que assim possamos ter uma pequena compreensão do desdobramento da religião ao longo dos anos para a humanidade, assim vendo seus métodos, objetivos, mitos, perspectivas e alguns rituais, mostrando o papel não naturalizado da religião que na maioria das vezes é repassado e pensado por muitos, gerando assim inúmeros preconceitos e intolerância, tema que será abordado ao longo deste trabalho através de nosso objeto da pesquisa.

Uma historiografia reflexiva e crítica do religioso não pode ter a pretensão de dizer às pessoas em quê e sequer se elas devem crer. Aqui, mais que em qualquer outro campo da pesquisa histórica, qualquer iniciativa nessa direção torna-se duas vezes mais perigosa (DA MATA, 2010, p. 18).

Um outro autor que nos ajudará a compreendermos ainda mais sobre a religião e a Igreja Católica neste contexto que estamos trabalhando será Riolando Azzi com a sua obra “A Cristandade Colonial – Um Projeto Autoritário, história do pensamento católico no Brasil –I”, de 1987, que nos traz o cenário de como estava o catolicismo em alguns países europeus em séculos atrás, tais como nossos colonizadores, os portugueses, como também aborda os princípios filosóficos, a moral e a sociedade católica.

Este capítulo foi dividido em sub temas, são eles: *Romanização e Ultramontanismo; A Relação da Igreja com o Estado e O Catolicismo na Paraíba*. Estes tópicos foram desenvolvidos e trabalhados com base nos autores acima citados e procuraram fazer um balanço de como estava o cenário católico religioso, partindo do nacional e chegando até a Paraíba, no início do século passado.

O segundo capítulo, intitulou-se *Intolerância Religiosa e Protestantismo*. Nesta parte do trabalho abordamos o avanço do protestantismo no Brasil ao longo da República, como esta religião adentrou e espalhou-se pelo país, como também enfocamos a reação da Igreja Católica, quais as táticas usadas, o discurso antiprotestante e os conflitos religiosos que foram surgindo com este avanço protestante, tanto a nível nacional como ao local, mais precisamente na região que abrange a cidade de Cuité na Paraíba.

Para respaldar neste tópico do trabalho ainda continuamos a nos embasar em Riolando Azzi, agora não só mais com a sua obra que citamos no capítulo I, como também com “A Crise da Cristandade e o Projeto Liberal – História do pensamento católico no Brasil II”, de

1991. Nesta e na outra obra, como já citada, o autor nos traz a abordagem dos chamados inimigos da cristandade, tais como os mouros árabes, os judeus, calvinistas, até os protestantes dos dias atuais.

Ainda para o desenvolvimento deste capítulo foi trabalhada a obra de Eunice Ladeia Guimarães Lima, “Protestantes no Brasil-Colônia – Contribuições para a cultura e a educação”, de 2004. Com esta obra entendemos melhor como foi a entrada, as restrições e táticas dos protestantes no Brasil, a autora inicia desde as origens e seus nomes principais, como também relata as proibições impostas a estes durante o período colonial em nosso país e suas resistências, a vida social, os casamentos e as contribuições destes na ciência e na educação para com o Brasil após a entrada dos mesmos neste território.

Igualmente no primeiro, este capítulo também foi dividido em tópicos que foram eles: *Protestantismo: A Reação dos “Filhos de Pedro”*; *O Discurso Anti-Protestante e Os conflitos na cidade de Cuité*. Trabalhou-se dentro destes itens todo o processo do antiprotestantismo alavancado pela Igreja Católica no início do século XX, quando a mesma tentava cristianizar o país e expulsar o seu maior inimigo, que seriam os protestantes, como já explicitado anteriormente igualmente ao capítulo anterior, este tema será abordado a nível nacional e chegando ao nível local, nesta feita em particular aos atritos e as práticas intolerantes, religiosamente falando, ocorridas na cidade de Cuité, quando do período em que o padre Luiz Santiago esteve a frente daquela paróquia.

Por fim, temos *O Padre Luiz Santiago no Contexto Romanizado*, para o nosso último, mas não por isso o nosso menos importante capítulo, procuremos mostrar mais profundamente a figura do padre Luiz Santiago para a região da cidade de Cuité, mostrando desde a sua formação eclesiástica até a sua prática, abordamos a sua influência e o seu gosto pela política local, fato que o fazia um pouco tanto quanto diferente de alguns párocos da sua época, elencamos neste momento as mais variadas facetas que estavam contidas nesta personagem, que vai desde o carismático e empreendedor padre para a sua paróquia e seus paroquianos, como também o intolerante religioso que chegou a ser acusado da derrubada de uma igreja evangélica e o assassinato de um protestante naquela região.

Abordou-se também o lado estudioso, pesquisador deste padre, que estudava assuntos dos mais variados, desde astrologia, antropologia, arqueologia, geografia, história, mesmo sem formação específica para tal. O escritor, que deixou diversas obras, algumas publicadas e outras não, sobre a região da cidade de Cuité e de outras cidades da Paraíba; o fazendeiro, pecuarista, enfim, o homem que chegou a ser amado e odiado por muitos naquela região e que ainda nos dias atuais causa fúria ou nostalgia pelos que por ele é perguntado.

Procurou ser mostrado e analisado através do imaginário coletivo da sociedade cuiteense, entre 1929 a 1941, que foi o período que esteve a frente da paróquia de Cuité, por meio da sua trajetória de vida e seu contexto sócio-político, levando em consideração suas ações e posturas contraditórias. A sua biografia, que será construída ao longo deste trabalho, servirá como uma ferramenta para a compreensão da análise das fontes orais e escritas.

Discutimos também a função, nas esferas político e religiosa, para entender de forma específica a dominação tradicional e carismática que exerceu na história de Cuité, no final da década de 20 e início da década de 40 do século passado, como também procuraremos entender a atração política do Padre Luiz Santiago em um contexto de transformações sociais e econômicas no Curimataú da Paraíba.

Para coleta de dados foram ouvidas pessoas que conviveram com o padre Luiz, na modalidade depoimentos oral. A pesquisa constituiu-se na abordagem qualitativa dos depoimentos orais e nas informações obtidas de documentos tidos como oficiais e não oficiais, para fundamentar a trajetória de vida do padre Luiz Santiago.

Diante das controvérsias sobre o tema, optou-se pelo desafio já trilhado por outros pesquisadores, o de articular as dimensões quantitativas e qualitativas em sua complementaridade. Foram usados também documentos como o seu livro, intitulado “Serra de Cuité. Sua História, Seus Progressos, Suas Possibilidades”, de 1936; documentos da Cúria Diocesana da Paraíba, documentos pessoais do mesmo, do arquivo municipal de Cuité, que nos ajudarão a traçar a personalidade tanto política quanto sacerdotal do Pe. Luiz Santiago.

A fundamentação no processo de investigação será através da História oral e da coleta de dados em documentos tidos como oficiais e os não oficiais, como já explicitado, na perspectiva de analisar as duas proposições; nestas premissas, procuraremos definir uma conclusão mais próxima possível da realidade histórica. Dessa forma, o estudo proposto busca explorar as relações de dominação, de fé e de poder e as representações sociais construídas na figura do padre Luiz Santiago ao longo de sua vida e após esta. Procurando assim analisar e registrar estes fenômenos na atualidade dentro da comunidade citada.

A forma utilizada para a coleta dos dados foi:

Análise Documental (Documentos pessoais do pesquisado, da Igreja Católica de Cuité, documentos do arquivo municipal, Cúria Diocesana da Paraíba, etc.);

Este foi dividido em *Biografia e História Eclesiástica; Ação Político-Social; A Construção do Conflito e O Exílio*. Nesta divisão no decorrer deste capítulo pautou-se exclusivamente na vida do padre Luiz Santiago e sua ação como homem, pároco, político e cidadão dentro da sociedade cuiteense, não só no período em que o mesmo atuou como padre,

mas mesmo depois de ter “abandonado a batina”, tema que será melhor explicitado neste capítulo, a reação dele mesmo através de seus atos, dos seus fiéis e dos que ele considerava infiéis, como também deu-se destaque a forma que o mesmo procurou isolar-se de certo modo, após deixar de exercer o sacerdócio, porém como ele ainda continuou e de certa forma continua a influenciar na vida religiosa, política e social de alguns cidadãos da cidade de Cuité, mesmo que de forma indireta.

CAPÍTULO I - A IGREJA CATÓLICA NA REPÚBLICA

1.1 ROMANIZAÇÃO E ULTRAMONTANISMO

A feitura e o desenvolvimento deste trabalho procurou mostrar uma parte da história da cidade de Cuité que até então estava um pouco esquecida ou, podemos dizer, dispersa apenas na oralidade fadada a desaparecer, deixando pouco ou nenhum vestígio para as futuras gerações, se continuasse assim, não tomariam parte e conhecimento de uma fração de sua história.

Por estar contida no decorrer deste trabalho, parte da história da Igreja Católica na cidade de Cuité, na Paraíba, se faz necessário que antes mesmo de adentrarmos ao assunto local possamos conhecer um pouco como estava esta instituição de modo geral, no tempo cronológico que se foi aqui proposto.

A partir do primeiro instante de colonização, com a vinda dos portugueses para as terras brasileiras, foi instalado todo o aparato para a expropriação, onde estes trouxeram dentre os muitos vínculos para as nossas terras, o catolicismo. Este poder religioso nos primeiros anos de sua instauração esteve fortemente ligado ao poder real, ou seja, ao poder e as ordens do Rei de Portugal, consequentemente em terras brasileiras, ao poder do imperador destas terras.

Neste momento, todo o acontecimento que estivesse voltado para a nomeação de cargos eclesiásticos, manutenção de membros da Igreja ou culto, cabia claramente ao poder administrativo eclesiástico local, a este procedimento se deu o nome de Regime Padroado, este instrumento efetivou o poder da Santa Sé sobre as novas terras que estavam sendo “descobertas” ou conquistadas, comprometendo os monarcas portugueses que estavam nestas empreitadas mundo a fora, aqui no Brasil, particularmente, toda a primeira fase de sua história eclesiástica teve sob a égide do Padroado e dos reis que passaram por Portugal, no entanto, Azzi, (1987), nos diz que este regime fora instituído de maneira que:

O direito de padroado só pode ser plenamente entendido dentro de um contexto de história medieval. Não se trata de usurpação de atribuições religiosas próprias da Igreja por parte da Coroa lusitana, mas de forma típica de compromisso entre a Santa Sé e o governo português. Consistia especificamente no direito de administração dos negócios eclesiásticos, concedido pelos papas aos soberanos portugueses (AZZI, 1987, p. 21).

Portanto, o que se tinha neste momento de forma geral era que, os reis estavam exercendo ao mesmo tempo os poderes civil e eclesiástico, no caso do rei ou dos reis que passaram por Portugal neste período, os mesmos estiveram não só como chefes dos poderes político, burocrático, social, mas também da Igreja no Brasil, do poder eclesiástico, estes reis através do Padroado, ganhavam o título de Grão-mestre da Ordem de Cristo, segundo Azzi (1987), este título lhes davam o poder também espiritual, todavia, estes teriam o dever de zelar por toda a manutenção da vida cristã em suas colônias, no nosso caso específico, aqui no Brasil.

Era ainda dever do monarca, dentro do Regime de Padroado, apresentar os candidatos a bispos e padres que fariam parte de sua colônia, como também, construir, zelar e conservar edifícios onde se houvesse o culto cristão, como também remunerar o clero e desenvolver a fé cristã através de envios de missionários às terras mais longínquas de seu poderio, para a maior e melhor propagação dos ensinamentos católicos. Com todos estes poderes em suas mãos, o rei era posto assim como um delegado pontifício, com plenos poderes dentro da colônia aqui do Brasil.

Como bem podemos notar, este Regime do Padroado sacralizava esta união entre a Igreja e o Estado neste primeiro momento da colonização, indo até mais a frente com esse pensamento, essa lógica. Com isto, a Coroa estava se comprometendo a manter e expandir a fé católica em suas terras, para tanto oferecia meios econômicos aos clérigos para o desenvolvimento de sua missão, como forma de mostrar que estava de acordo, por sua vez a hierarquia eclesiástica fazia valer esse projeto colonial, levando a todos os seus súditos sendo os novos ou antigos, não só a fé católica, como já explicitado, mas também a obediência e fidelidade para com a Coroa, assim, a religião servia como forma de manter uma união e uma certa coesão social dentro deste Império lusitano que estava se expandindo.

Apesar de ter toda esta estrutura e vinculação política, social e religiosa entre a Igreja e o Padroado, porém, Roma tentara algumas vezes tomar as rédeas da cristianização tanto no Reino português quanto no espanhol, nos primeiros anos de colonização destes reinos, a fim de fazer o seu papel, desvinculando e retirando os poderes de reis e monarcas de assuntos eclesiásticos, ficando somente a Igreja com este papel, para tanto, podemos exemplificar:

No caso da Bula *Sublimis Deus*, foi suficiente que o Imperador Carlos V manifestasse sua irritação diante da intromissão do papa nos assuntos do Padroado Régio (ou seja, do direito dos reis católicos de Espanha e Portugal no sentido de organizar a religião católica nos seus domínios, direito concedido pela própria autoridade papal) para que o texto ficasse engavetado nos arquivos romanos. O mesmo aconteceu com uma petição dirigida por Pio V em 1571 ao Rei de Portugal

solicitando a formação de um clero indígena nas colônias portuguesas: ficou letra morta, pois o Padroado se assentava na força do clero estrangeiro sobretudo através das Ordens Religiosas (HOORNAERT, 1991, p. 130-131).

Ocorreram sim, iguais a estas situações citadas acima, outras tentativas do poder da Igreja de vencer este Padroado Régio, porém sem sucesso, predominando o mesmo em terras espanholas e lusitanas durante um longo período de colonização. Não havendo êxito por parte da Igreja, esta fora forçada a continuar sob as rédeas deste Padroado e seguir o que o mesmo tivera programado anteriormente.

Dentro do projeto colonial dos portugueses estava a evangelização como parte integrante de seus planos colonizadores, pois esta evangelização ajudaria a levar para as novas terras e seus habitantes os seus padrões culturais e “civilizatórios” dos mesmos, por conseguinte que Portugal era, (e ainda é) um país católico, colonizar viraria sinônimo de levar e expandir a fé católica, deixar e alicerçar marcas cristãs para os pagãos, neste caso seriam os nativos das terras conquistadas, os índios, procurando ensinar não só a fé católica a estes, mas também a forma de vida social, as tradições e costumes de Portugal para estes mais novos súditos, a fim de que eles se tornem cristãos e “civilizados” igual aos portugueses, de certa forma os lusos viam esta colonização e, em conseguinte, a evangelização como um favor que estavam prestando a estes povos até então pagãos, em sua concepção educacional e social católica cristã.

Durante o período em que o Padroado atuou concretamente na Igreja aqui do Brasil, víamos que esta instituição era totalmente subordinada ao Estado para a sua manutenção e expansão, pois expandir a fé católica neste instante significava também expandir a Coroa portuguesa, haja vista que os membros do clero que vinham para cá, eram todos remunerados pelo Império luso, se estes prelados tinham o dever de transmitir os dogmas católicos, tinham também o dever de zelar e legitimar a ortodoxia pregada pela Coroa, garantindo a maior fidelidade de seus súditos para com a mesma.

O que podemos ver ao longo dos anos em que a Igreja estava diretamente interligada com o Estado é que ela estava intimamente ligada aos interesses político e econômico da Coroa portuguesa, não sobrando para ela portanto, nenhuma outra alternativa, a não ser a de dar suporte e apoio exclusivo ao projeto colonizador lusitano; até a sua separação, a Igreja do Brasil não esteve apenas do lado da Coroa de Portugal, mas ela com certeza fez parte integrante e foi, sem dúvida, um poder a mais a serviço desta colonização desta expansão além mar.

Como a pouco foi falado, havia em comum nesta união entre Igreja e Estado, uma sacralização das ações realizadas pela Coroa nas terras conquistadas, até mesmo a forma violenta que eram desenvolvidas certas conquistas, em meio a muitas mortes e prisões dos nativos, cabia a Igreja em seus escritos e ensinamentos enaltecer estes feitos, dando-os um caráter típico e exclusivamente religioso, se tornando uma das marcas e das características deste período dentro desta colonização portuguesa em terras brasileira.

Todos os aspectos que estavam em torno desta colonização, sejam eles, políticos, sociais, econômicos e é claro religiosos, eram logo tratados de serem sacralizados pela Igreja, o empreendedorismo econômico lusitano dentro da conquista e expansão colonial, transformava-se em algo sacral, com uma missão religiosa, oficializada pela Igreja através de seus documentos papais, levando a todos o pensamento de que toda aquela conquista seria de fato algo espiritual.

Como era de costume acontecer na Igreja Católica ao longo dos tempos, algum indivíduo que profanasse ou fosse contra os dogmas e ensinamentos desta instituição, logo seria considerado um herege, ou seja, alguém que professa a fé contrária a admitida, no caso as leis e ensinamentos católicos, uma das punições seria a excomunhão, sendo expulso da Igreja e conseqüentemente posto para fora daquele convívio social, logo quem fosse contra as ordens advindas da Coroa portuguesa estariam profanando algo sacralizado, pois os atos realizados pelos portugueses eram oficializados pela Igreja através de seus documentos papais.

Esta prática católica que foi desenvolvida aqui, ajudou a alicerçar a ideologia de uma forte submissão, tanto dos que faziam parte do clero, como conseqüentemente de seus fiéis aos poderes régio e senhorial. Durante todo o período imperial, esta postura do clero se manteve principalmente interligado e dependente das provisões governamentais, porém, ao longo dos anos esta relação foi se esfacelando, principalmente por motivo da insatisfação de alguns membros da hierarquia do clero que se sentiam constrangidos de ter que admitir e permitir que alguns assuntos que seriam de sua competência, serem administrados pelo poder e a intervenção do Estado.

A insatisfação causada pelo Padroado geraria também conflitos internos dentro do próprio clero, que seriam entre as alas que defendiam as determinações imperiais e as que queriam que as ordens fossem vindas diretas do Vaticano, deu-se portanto, o conflito entre as ideias liberais, o primeiro citado e as ultramontanas. Este embate neste momento seria de extrema importância para a Igreja, pois tentaria fortalecer a sua posição através da romanização, no entanto:

O objetivo central dessa perspectiva era posicionar a Igreja latino-americana mais próxima às decisões e intervenções papais, portanto, os ideários da Igreja Católica. Neste período, era motivar e sensibilizar a população através de suas práticas, possibilitando a remoção das leis do Padroado que submetia decisões da Igreja aos poderes políticos administrativos. (GOMES, 2015, p. 60-61).

Além de todo o conflito causado pela influência do Padroado nos assuntos eclesiásticos, como pudemos notar, outro ponto a se destacar no que se refere a ser uma barreira no desenvolvimento do projeto romanizador do Brasil eram as inúmeras confrarias¹ que aqui existiam, pois as mesmas representavam uma grande força do cristianismo no país antes do início da romanização, isto ocorria tanto em alguns centros urbanos como nos campos, porém, as confrarias que atuavam nos campos tinham um agravante a mais, as mesmas mantinham um certo autonomismo tanto em relação ao clero como ao poder estatal.

Esta autonomia causava portanto, segundo Hoornaert (1991), um conflito entre estas confrarias e o bispado, pois as primeiras citadas representavam a sociedade civil, enquanto que os bispos estavam situados na sociedade política, enfim, de certa forma, representavam o poder do Estado. Este confronto religioso que se espalhara por vários cantos do país geraria a discussão de como seria mais viável introduzir o cristianismo no Brasil, se da forma clássica, ou seja, com a ajuda e a aliança com o Estado ou se de uma forma que envolvesse a comunidade, gerando assim uma aliança com as forças vivas que atuassem na nação.

De forma mais geral, podemos dizer que o quadro que a Igreja Católica estava passando durante todo o século XIX, antes mesmo do início da República, como também algum tempo depois da introdução da mesma, era de extrema dificuldade, pois além do Estado está impedindo a sua expansão, com todos os fatores relacionados ao Padroado, como já explicitado, a Igreja passava neste momento por dificuldades internas, isto em relação ao seu desempenho dentro da sociedade.

Dentre algumas das complicações e dificuldades passadas pela Igreja neste período podemos citar o afastamento dos planos do Vaticano, pois ela tinha um vínculo muito próximo com o Estado; havia uma precária formação para se exercer o sacerdócio aqui no Brasil; tinha-se também o pensamento de que fazer parte da hierarquia eclesiástica seria fazer parte do poder público; neste momento se encontravam muitos padres e outros membros do clero com um profundo envolvimento em assuntos políticos e sociais, desvinculando-se

¹con.fra.ri.a

sf (fr ant confrarie) 1 Associação com fins religiosos. 2 Conjunto de pessoas que exercem a mesma profissão ou têm o mesmo modo de vida. 3 Sociedade, irmandade. **C. de São Martinho:** os bêbedos. **C. do Santíssimo:** confraria encarregada de promover o culto de Deus sob a invocação do Santíssimo Sacramento. (Dicionário Michaelis).

totalmente de seus princípios e objetivos; por motivo do território brasileiro ser bastante extenso, estava havendo uma grande dispersão dos padres em boa parte da então colônia, sem que houvesse um controle sobre os mesmos por parte dos bispos, ocorrendo assim muitos casos de sacerdotes que estavam amasiados e com filhos.

Foi a partir do final do século XIX e início do XX que a Igreja Católica começa com algumas atitudes tentando regressar aos seus ensinamentos primordiais, isto se deu principalmente a partir da chamada romanização do catolicismo no Brasil. Esta romanização, ou seja, o significado para este acontecimento seria a volta ou a ida de se ter um estreito vínculo da Igreja Católica das terras brasileiras com o comando de Roma, ou seja, do Vaticano. Efetivando assim a legitimidade de um movimento religioso assentado nos moldes papal, pregando e fazendo valer uma política geral que aproximasse a vinculação das igrejas nacionais e a hierarquia católica, havendo assim uma tênue ligação entre o papa, o bispo e o clero, revigorando os sacramentos católicos através de sua prática.

A romanização também foi comparada com um outro movimento católico, que era o ultramontanismo, sendo tão somente a vinculação de católicos franceses com a Santa Sé, consequentemente o seu significado foi ampliado para a indicação de qualquer outra parte do mundo, cabendo à obediência e submissão aos interesses da Cúria Romana. Como estamos vendo, esta Romanização, e agora também vinculado a este Ultramontanismo, estava gerando um desconforto e uma separação entre alguns membros da Igreja, pois:

O período designado como Crise da Cristandade foi caracterizado por um conflito entre dois modelos de Igreja, e consequentemente, duas maneiras de vivência da fé católica. De um lado, perdurava ainda a concepção da Igreja constituindo uma sociedade católica, onde a religião exercia uma função sacralizadora do Estado; do outro, uma concepção de Igreja mais autônoma e nacional, cuja vida se desenrolava dentro de um Estado ilustrado. No primeiro caso, a fé continuava a ser expressa mediante o catolicismo luso-brasileiro; no segundo modelo, era o catolicismo iluminista que marcava as expressões religiosas (AZZI, 1991, p. 226).

Partindo então deste pensamento ultramontanista, estes enfatizavam uma unidade eclesiástica, onde a Igreja estaria diretamente ligada e dependente apenas da Santa Sé, como também que ela deveria ser entendida, compreendida como uma sociedade hierárquica e livre, autônoma, tendo apenas o comando e a chefia geral vindo as ordens direta do Sumo Pontífice Romano.

Sendo assim, podemos dizer que a romanização que ocorrera aqui em terras brasileiras foi uma consequência ou continuidade, de certa forma do ultramontanismo ocorrido entre os

católicos franceses, numa tentativa de levar de volta o poder e trazer para si os valores advindos da Itália, em particular do Vaticano.

Fazendo uma outra ligeira comparação, podemos dizer que neste momento para a Igreja no Brasil aconteceu uma “caça às bruxas”, no qual ficou muito explícito a separação de duas alas dentro da Igreja, como também ocorreu uma moralização que procuraria enquadrar todos que não estivessem dentro dos padrões estipulados pela Santa Sé, sem falar também que houve neste mesmo período um dos maiores, se não o maior conflito que já ocorrera na Igreja no Brasil, entre esta instituição e o Estado, nesta transição e tentativas de separação dos vínculos existentes entre ambos, que ocorria desde os primeiros anos de colonização, como já citado.

Dentro deste processo de romanização, a Igreja, ou os que estavam a frente deste movimento, procuraram adentrar a muitas áreas desta instituição, contudo, isto não aconteceu de forma rápida, mas sim, foi algo ocorrido lentamente e muito complexo, não aleatório, mas elaborado, pensado para que pudesse assim ter resultados satisfatórios, tentando tirar a Igreja desta enorme crise que a assolara.

Muitas foram as ações implementadas pela Igreja neste contexto romanizador, dentre elas podemos citar o aumento da divulgação dos seus ensinamentos, a fim de expandir-se, para tanto, houve uma ampliação de sua propaganda confessional, através da criação de jornais católicos e outros folhetos e/ou periódicos relacionados a sua forma de agir; por ter um número restrito de clérigos, ou ainda, dos que tinham, os mesmos muitas vezes não serem tão bem preparados, a Igreja abriu novos seminários do tipo fechado, para que os seminaristas não tivessem, ou tenham contato – digo isso por que ainda se tem e se pratica na atualidade esta pedagogia e disciplina para com os que estão formando para serem sacerdotes, - nem com seus familiares nem com o mundo em geral, pois se tinha ou se tem o pensamento que este contato não seria positivo para o desenvolvimento espiritual do futuro sacerdote.

Como podemos ver, a Igreja neste momento, ou seja, em finais do século XIX e início do XX, estava preocupada não somente com esta propaganda de seus ensinamentos, mas também com a moralidade de seus padres, para tanto a mesma instituiu uma série de medidas, como nos afirma a professora doutora Raylane Andreza Dias Navarro Barreto em sua tese de doutorado intitulada *A Formação de Padres no Nordeste do Brasil (1894-1933)*, no ano de 2009 pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Esta afirma que seria no século XIX que a Igreja iria implementar algumas medidas para um melhor aprimoramento, formação e moralidade de seus sacerdotes, onde:

Sob a tutela do Concílio Plenário Latino Americano, realizado em Roma, em 1899, e do Congresso Católico Brasileiro que ocorreu na Bahia, em 1900, a hierarquia católica brasileira tornou obrigatório, como primeira medida, o uso das vestes talares (batina), o que demonstraria a condição de sacerdote perante a sociedade; a segunda medida foi a instituição das conferências eclesiais, para melhor informar e formar o corpo clerical. (...) Afinal, o sacerdote deveria, além de se impor enquanto padre, conhecer a natureza e a gravidade dos pecados, bem como a maneira de conduzir os fiéis conforme as recomendações pastorais da Santa Sé (BARRETO, 2009, p. 28).

Estas medidas faziam parte desta fase romanizadora que a Igreja estava passando e procurando adaptar-se a esta nova realidade, procurando assim não só os seus horizontes de domínio, mas junto a essa expansão, uma imagem de seriedade e de moralização de seus padres para com os fiéis, que andava desprestigiada. Como também vimos que em uma outra medida, citada acima a Igreja queria dar uma melhor formação para os mesmos, tendo em vista que ao longo de sua história aqui no país, muitos párocos não tinham nem a instrução básica, chegando a não saberem nem ao menos rezar uma missa, com estas medidas no entanto, a Igreja procurava não só ensinar-lhes a moralização e o comportamento dentro do seio social de acordo com os mandos advindos do Vaticano.

Com estas determinações, a Igreja estava propondo e de antemão desenvolvendo uma espécie de reforma clerical, na qual através destas normativas estava mostrando o verdadeiro “lugar” de um sacerdote, tendo este que saber as suas verdadeiras obrigações como um “bom pastor” perante o seu “rebanho”, cumprindo o seu papel de estar sempre a frente do seu templo, de seu altar, de seus fiéis, mostrando aos mesmos seus direitos e principalmente deveres de como serem bons cristãos, não só em sua paróquia, em seu seio católico, mas em todos os locais sociais. Estes ensinamentos que os sacerdotes teriam que levar para os seus paroquianos seriam também uma exaltação do catolicismo em detrimento a toda e qualquer forma de religiosidade que se apresentasse aos mesmos. Portanto, seria por meio do templo, da sua palavra, de seus ensinamentos, no ato de ouvir e perdoar e de aconselhar que o padre estaria cumprindo o seu verdadeiro papel de “pai” e intermediador entre o profano e o sagrado, o humano e o divino.

Esta romanização também procurou atuar junto aos fiéis, fazendo com que o ensinamento da catequese fosse posto com mais vigor e mais intensidade, a Igreja ainda retomou “as rédeas” das irmandades, ou seja, procurando fiscalizá-las e administrá-las, e criando outras irmandades, além das já existentes; um outro ponto importante que foi enfatizado seria a moralização do clero, tendo mais rigor disciplinar para tanto com os que estavam nos seminários, quanto para com os sacerdotes. Um outro tópico que pode ser

considerado de extrema importância para este momento, foi o estabelecimento do dogma da infalibilidade papal, que fora aprovado durante o Concílio Vaticano I acontecido entre os anos de 1869 e 1870.

Um outro problema enfrentado neste momento pela Igreja Católica aqui no Brasil, que a romanização procurou, se não acabar, mas ao menos minimizar e ter controle foi o chamado catolicismo popular, além das confrarias, já citadas a pouco, estes foram movimentos que tiveram muitas repercussões aqui no Brasil, a exemplo do movimento de Juazeiro, com padre Cícero Romão; de Canudos, com Antônio Conselheiro e Contestado com o beato José Maria.

Estes movimentos aconteciam de forma alheia ao conhecimento da Igreja, consequentemente de forma diferente, de maneira separada dos padrões exigidos pela Santa Sé, das regras e métodos adotados do catolicismo oficial, estas manifestações cresceram grandemente neste período, sendo considerado por alguns não como estando ou fazendo parte de uma religião, mas sim, ser algo “fanático”, “deturpador” da religiosidade, pois a exemplo dos três movimentos acima citados, entre outros que ocorreram, na sua maioria estes eram comandados não por clérigos, mas sim, por pessoas leigas, fugindo mais ainda do controle do Vaticano.

De acordo com a professora doutora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira em sua tese de doutoramento pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, do ano de 1994, intitulada: *Igreja e Romanização: A implantação da Diocese da Paraíba 1894/1910*, estes movimentos e o seu envolvimento com a Igreja e o clero passaram por significativas alterações:

A convivência pacífica entre as expressões populares do catolicismo com o clero foi se deteriorando com o avanço do processo de romanização. O controle clerical sobre as atividades religiosas, até então nas mãos dos leigos praticantes, se expressou através da subordinação das irmandades e das restrições às práticas como ladainhas, terços e outras rezas nos oratórios (FERREIRA, 1994, p. 30).

Estes movimentos tornaram-se mais uma “dor de cabeça” para a Igreja Católica aqui no Brasil, haja vista que neste momento a romanização estava tentando unir, ou seja, colocar toda e qualquer prática religiosa que tivesse ligação com o catolicismo em conjunto com a Santa Sé, porém nestes movimentos populares era difícil ter este controle, por muitos motivos, dentre eles podemos citar que cada um deles se iniciara por motivações diferenciadas, outro é que haviam vários destes movimentos espalhados no país, não apenas

nas capitais, mas principalmente nos interiores, dificultando ainda mais esta fiscalização por parte da Igreja, que em si já era deficitária para reger seus próprios trabalhos.

A maioria destes movimentos populares foram encerrados de forma violenta, com a prisão e até a morte de muitos que praticavam ou estavam diretamente ligados a eles, principalmente de seus líderes. A Igreja por sua vez procurava recomendar aos seus sacerdotes e fiéis que se afastassem de toda e qualquer forma que estivesse conectada com o determinado movimento em uma dada região. A Igreja procurou em alguns casos, instruir seus bispos para que formassem novas devoções, a exemplo do “Apostolado da Oração” e do “Culto Mariano”, com estas ações acreditava-se que isto renovaria a instituição, fazendo também com que os bispos estivessem sempre por perto destes grupos, observando-os, visitando-os e levando sempre a mensagem moralizante no que diz respeito ao convívio familiar e social.

Porém, apesar de toda a repressão por parte da Igreja e do Estado, alguns destes movimentos tiveram tanta influência religiosa que foram criados núcleos de peregrinações, mesmo após o fim do movimento, com construções de capelas e visitas de fiéis, lembrando não só aquele acontecido, mas em alguns dos casos fazendo adoração ao seu líder.

Alguns destes casos ocorreram nos interiores, como já mencionado, por isso que ficava mais difícil da Igreja ter controle sob estes pontos de peregrinação, contudo, indiscriminadamente as ordens da Santa Sé, desenvolvia-se estes pontos de religiosidade popular sem que houvesse um padre ou qualquer um outro membro do clero presente nestes, tornando-se totalmente alheio as ordens do Vaticano.

Dentro deste contexto romanizador, sem dúvida, tentar controlar ou minimizar a liberdade que havia dentro destes movimentos populares, ou seja, deste catolicismo popular seria um dos desafios para os membros da hierarquia católica que estavam envolvidos com a romanização neste momento. Uma das formas usadas para ter este controle seria manter a administração destes santuários e pontos de peregrinações nas mãos da Igreja, com sacerdotes em sua administração, que até então eram comandados por leigos e que levavam uma liturgia aos fiéis totalmente contrária ou alheia a praticada pela Igreja Católica, sendo esta também desenvolvida totalmente de forma popular.

Com todo este procedimento, Roma estava assim tentando ter um maior controle sobre as Igrejas nacionais, particularmente como estamos vendo o caso do Brasil, houve neste momento uma pressão para que o catolicismo que estava sendo praticado no país fosse oficializado, para que assim este pudesse ser considerado como “aceito” por boa parte dos líderes católicos do Brasil.

Os clérigos que lideravam este movimento reformista neste momento eram ditos como politicamente conservadores, que estavam em comunhão com as ideias e ensinamentos do então papa Pio IX, que teve seu papado de 1846 a 1878. Dentre alguns dos seus princípios estava a total intolerância aos maçons, como também a qualquer outra ramificação religiosa que não fosse católica, pregava a obediência a hierarquia, confirmando ainda o celibato e o uso de trajes clericais para os sacerdotes em geral, essas mudanças sendo impostas neste momento iriam causar um desconforto e um atrito entre as partes envolvidas, ou seja, os que apoiavam e os que não apoiavam a romanização, então:

Essa nova orientação gerou conflitos dentro da Igreja e, entre 1872 e 1875, também levou a um dos mais sérios desentendimentos entre a Igreja e o Estado na história do Brasil. Estimulada por Roma para que desenvolvesse práticas pastorais mais aceitáveis, parte da Igreja brasileira começou a afirmar sua autonomia frente ao Estado (MAINWARING, 1989, p. 42).

Estas mudanças, estas transformações que ocorrera na Igreja Católica neste instante fizeram com que fosse de fato e oficialmente interrompido o contato, o laço, o cordão que ligava a Igreja e o Estado no Brasil, principalmente a partir do ano de 1890, sendo retificado na Constituição de 1891. Neste instante, a Igreja no Brasil procurou, com essa liberdade agora em relação ao Estado, realizar uma reforma interna, onde esta ajudou a mesma a melhorar a sua imagem perante muitos fiéis, advindo muitos clérigos de outros países, a decadência institucional começaria a ser vencida, esta renovação contou também com a criação de novas dioceses, inclusive a da Paraíba, como também houve um maior controle episcopal sobre todas as atividades dos clérigos.

Podemos dizer que entre os últimos dez anos do século XIX e os primeiros vinte do século XX, a Igreja Católica aqui no Brasil procurou de vez consolidar sua reforma e seus ideais, onde ainda segundo Mainwaring (1989), esta consolidação antecipou esta instituição ao modelo da neocristandade, que pode ser datado aqui no ano de 1916, quando a Igreja procurou adaptar-se, institucionalmente falando, aos novos e muitos desafios que agora estavam a sua frente, dentro de um país, a pouco tempo, republicano. Com isso, vemos uma Igreja que estava observando que para um melhor desenvolvimento institucional precisaria se adaptar ao contexto e as mudanças e os enormes desafios sociais e políticos ocorridos no Brasil.

Sem sombra de dúvidas, com a implantação do regime político republicano no Brasil, havendo esta separação entre a Igreja e o Estado, o processo de romanização fortaleceu cada

vez mais. Agora mais ainda, a Igreja Católica se via na necessidade de se renovar ante aos ideais anticlericais que tivera chegado juntamente com este novo regime. Neste instante, a Igreja procurou agrupar-se mais, internamente falando, para um maior fortalecimento, através de encontros, e congressos episcopais, com o objetivo de discutir suas ações, metas e perspectivas diante o regime republicano no Brasil.

Estamos vendo aqui que a Igreja neste momento estava procurando adaptar-se as mudanças sociais para continuar agindo de forma concreta dentro da sociedade brasileira, pois devemos ter em mente que tanto a religião em si, como os seus fiéis, tem uma afinidade não só puramente religiosa, mas claramente social, onde o relacionamento do indivíduo com a sua religião vai acarretar diretamente dentro da sua vida social, como também podemos dizer que a vida social dos indivíduos, de acordo com o passar dos tempos pode gerar certas transformações para uma dada religião, para com o seu convívio e o seu relacionamento com a sua referida religião.

Este é o caso que estava acontecendo com a Igreja Católica aqui no Brasil, principalmente após o advento da República, tentando adaptar-se às novas regras sociais, tentando se reerguer em meio também aos inúmeros problemas que ela estava envolvida, como já citado anteriormente. Isso nos faz crer que mesmo a influência forte da religião não está ou não pode ficar alheia as mudanças sociais, pois elas estão intimamente interligadas, porque tanto a religião como os acontecimentos e transformações ocorridas na sociedade, geram resultados no outro ao longo da história, com isso, é preciso ter em mente que:

Basta reconhecer no fenômeno religioso aquilo que ele efetivamente é: uma força capaz de gerar efeitos sociais concretos, de regular com maior ou menor êxito uma conduta de vida, de moldar com maior ou menor sucesso algumas das estruturas de pensamento por meio das quais apreendemos e nos relacionamos com o mundo. Pois se há uma coisa que as religiões demonstram, desde sempre (algo que um marxismo dogmático nunca pôde admitir), é a efetividade histórico-social das ideias (MATA, 2010, p. 21-22).

O que queremos frisar é que, apesar de estarmos vendo um caso específico, que é a reestruturação da Igreja Católica no Brasil em fins do século XIX e início do XX, mas que a religião como um todo, ou seja, toda ou qualquer denominação religiosa, ela é sem dúvida parte integrante da sociedade que está inserida, como também é possível gerar uma série de mutabilidades históricas e sociais ao passar dos tempos, como também devemos ver a diversidade da religião como uma constante e parte integrante do fazer humano.

Seguindo ainda o pensamento de Mata (2010), podemos dizer que a religião como um todo faz parte da condição humana, que se entrelaça, cruzando com a natureza e a cultura humana, ela traça de certa forma algumas de nossas características como seres humanos, delimitando e constituindo a nossa formação, seja ela individual ou coletiva, esteja o indivíduo alheio aos interesses, fazeres ou acontecimentos sociais ou não. Tanto a religião quanto a convivência dentro da sociedade fazem com que o indivíduo seja moldado, transformado e desenvolvido como ser integrante daquele meio em que o mesmo está inserido.

É portanto, em meio a este turbilhão de acontecimentos e mudanças sociais que a Igreja Católica no Brasil estava vivenciando, que vai procurar novos rumos, novos horizontes, começando a objetivar novos caminhos para si, a fim de não perder como um todo o seu poderio de outrora, ou seja, durante o período imperial em que atuava com mais vigor dentro da sociedade, tendo o respaldo da Coroa portuguesa e de seus muitos meios de persuasão, a exemplo do Regime do Padroado, como já explicado anteriormente.

Dentre os muitos meios encontrados pela Igreja de se ter de volta o seu poder religioso dentro do país, tivemos a abertura de novas dioceses, que seria para ter um melhor controle de determinadas regiões que o clero ainda estava deficitário, a exemplo da Paraíba, onde foi realizada a abertura da diocese nesse momento que estamos descrevendo.

O que podemos ver é que estava acontecendo uma laicização no Brasil, com ênfase maior após a Proclamação da República no ano de 1889, porém a Igreja Católica desde os primeiros lampejos de ideários liberais procurou reagir perante essas mudanças, como estamos relatando, havendo assim de certa forma, com a romanização e o ultramontanismo na Igreja do Brasil, uma passagem dos medos e anseios vividos na Europa para as terras brasileiras, mesmo que muitas vezes a nossa realidade não deixasse transparecer de forma igual estes problemas.

O início da República no Brasil trouxe consigo um princípio liberalista e anticlerical, com forte sentimento de separação do Estado e religião e a retirada da religião católica como sendo ela a oficial para o Estado brasileiro. Sem dúvida alguma, determinadas sociedades secretas, a exemplo da maçonaria e alguns outros movimentos e pensamentos ideários de liberdade contribuíram para o agravamento da crise do catolicismo, apesar de terem casos de clérigos que estavam envolvidos também com estas sociedades secretas.

Esta laicização do Estado brasileiro trouxe para a Igreja Católica não só a preocupação de não ser mais a religião oficial do Estado, na qual ela, óbvio não aceitava, indagando ser impossível acontecer esta separação, haja vista serem os fiéis os cidadãos, ou do contrário, os

cidadãos serem também os fiéis, mas havia algo a mais que estava “engasgando a garganta” da hierarquia católica no Brasil.

A Igreja Católica, além de ter o posto de religião oficial do Estado, ainda detinha o poderio sobre os cemitérios, o casamento e o ensino religioso. Agora, com o florescer da República, os cemitérios teriam que ser abertos a todos, não mais apenas para católicos, o casamento passaria a ser também civil e o ensino não teria exclusividade da Igreja, sendo agora desenvolvido por leigos, ou seja, pessoas que não pertenciam a Igreja Católica.

Na Paraíba, praticamente todos os cemitérios continuaram sob o comando dos párocos locais, sem que nenhuma administração, no que tange a municipalidade, viesse a reclamar e/ou reivindicar a sua secularização, portanto:

Pelo exposto, percebe-se claramente que a liberdade espiritual assegurada na Constituição não estava de fato vigorando na Paraíba e, aparentemente, não se incluía entre as preocupações dos administradores municipais. Só depois de 1930 os cemitérios foram realmente secularizados, por ato do governo de Antenor Navarro (FERREIRA, 1994, p. 43).

Com a secularização dos cemitérios, a obrigatoriedade dos registros civis de nascimento e óbitos, como também os casamentos, ou seja, o religioso que já tinha e agora o civil, estes acontecimentos iriam de fato abalar as estruturas econômicas e o controle social que a Igreja Católica tinha até então. Haveria também neste momento muitas discussões e dualidades entre os casamentos religioso e civil, havendo casos de pessoas casarem com cônjuges diferentes, no religioso e no civil, sendo alvo assim de muitas críticas nesta ocasião.

Mesmo após a implantação da República no Brasil e ter havido uma separação entre alguns grupos católicos, ou seja, católicos monarquistas e republicanos, mas com certeza no geral, esta República no Estado brasileiro representou uma quebra no monopólio de poder que constituía a Igreja Católica desde os primeiros anos de colonização até aquela data. A Igreja, ou por que não dizer, a religião, perdera de algum modo aquele poder político que foi criado durante anos, sendo passado e ensinado que tivera sido herdado desde os primórdios do Império Romano.

Porém, mesmo após ter sido devidamente instalado e colocado em prática o sistema de governo republicano no Brasil, a Igreja Católica não se calou como um todo e não aceitou pacificamente toda aquela situação que para ela estava totalmente adversa. A Igreja pregava que com o advento da República, o país não tendo mais uma religião oficial, conseqüentemente esta nação estava se distanciando de Deus.

Em seus discursos e escritos nos seus jornais e periódicos, o catolicismo pregava que Deus havia sido exilado, expulso da pátria brasileira, sendo este trocado pelos novos símbolos que regiam agora o país, este discurso pedia a volta de Deus para dentro do convívio do Estado, é claro que esta volta era sinônimo de ser a volta da religião católica como a oficial do Estado brasileiro como era outrora.

Todas estas críticas eram voltadas principalmente ao lema ‘Ordem e Progresso’ e o ensinamento positivista que esteve presente na implantação da República, continuando ainda encravado em nossa bandeira, os católicos não seriam diretamente contra a ordem e o progresso que o lema traz, mas estes indagavam que havia no lema e no discurso positivista uma concepção de ensinamento do ateísmo em todos os seus conceitos apregoados.

Algumas das mazelas sociais que atingiam o país ao longo dos primeiros anos da República, a exemplo da fome, da miséria, das dívidas que acumulavam-se interna e externamente por razão da má administração, eram todas voltadas a culpa ao lema e aos ensinamentos pregados pelo positivismo e consequentemente esta falta de Deus que este sistema republicano trazia consigo. Segundo os católicos da época, além deste indiferentismo que o povo brasileiro estava tendo para com Deus, se tornara bestializado perante todo o contexto positivista passado para o mesmo, daí sofrendo todas estas consequências, que seriam portanto, como castigos divinos por estarem agora esquecendo de tudo que Deus havia feito de bom para aquela nação, até o momento anterior da implantação da República.

A Igreja Católica procurava colocar a culpa do que estava acontecendo de ruim no país à implantação da República, mesmo sabendo e tentando fazer esquecer que também durante o período monárquico ocorreram problemas e conflitos sociais tanto quanto naquele período que ela estava agora reivindicando, no entanto, a mesma procurava mostrar através de uma espécie de nostalgia em seus discursos que a melhor época para o país, sem dúvidas, era em que vivera em uma monarquia.

A nação brasileira, segundo os católicos em seus ensinamentos e escritos nos quinze a vinte primeiros anos da República, como estamos relatando, era de que a mesma estava jogada, sem ter bons administradores e que a ausência de Deus era uma das principais causas de todo este caos que se instalara no país, estando agora esta nação nas mãos de um pensamento e um ensinamento nada clerical do liberalismo, do positivismo e de um americanismo do norte, que esta última definição seria voltada para os protestantes. Reiterando, assim, o discurso de ter o cuidado para que esta nova religião, ou ainda estes inimigos do catolicismo se instalassem de vez aqui no Brasil, pregando ainda a necessidade de

que o mesmo deveria ser cristianizado, ou seja, voltar a ser novamente de Cristo, cristão, através da religiosidade católica.

Os mais ferrenhos críticos ao republicanismo instalado no país, afirmavam que agora a nação estava totalmente submersa a um ateísmo desmedido e que em várias localidades e momentos dentro da sociedade brasileira, o povo estava totalmente distante de Deus. Explicitavam que havia a ausência de Deus na escola, na família, no governo, no seu cotidiano como um todo, pois a República tivera roubado a sua fé, suas crenças, deixando como legado principal o ateísmo, a descrença e o afastamento de Deus.

A hierarquia católica não aceitava de forma alguma a liberdade de culto agora instalada no país, era inadmissível para os prelados católicos serem colocados em um mesmo patamar das religiões que estavam adentrando no Brasil com a vinda de muitos imigrantes europeus. Devemos ressaltar ainda que para esta hierarquia católica, estes não viam como religiões, mas sim seitas que agora estavam contaminando boa parte do povo, aumentando ainda mais toda a desorganização e confusão que de acordo com estes, a República trouxe consigo.

1.2 A RELAÇÃO DA IGREJA COM O ESTADO

Para a Igreja, leia-se, Igreja Católica, dentro deste contexto de cristandade e do seu projeto de restauração cristã, seria imprescindível que a elite brasileira, ou ao menos os que estavam no comando do país, atuassem sob a total orientação católica, mas para a obtenção de um possível êxito nesta sua meta, os prelados católicos teriam que estar unidos a um governo autoritário, onde esse pudesse por meio da coerção e da repressão levar a fé e a moral católica para aqueles que se opusessem a seus princípios.

Este objetivo só seria alcançado pela Igreja Católica se esta permanecesse com o modelo medieval de Estado, ou seja, o modelo que esta instituição sempre esteve acostumada a vigorar em muitos países europeus desde a Idade Média, onde haveria aí uma colaboração mútua entre Igreja e Estado, unindo os poderes religioso e civil em um só.

Porém, na concepção moderna, o Estado se estruturava como independente de toda e qualquer religião, pronto para a defesa dos direitos e da garantia das liberdades individuais e coletivas de seus cidadãos, ficando as religiões a parte com toda a sua hierarquia, comandando o que tange apenas o religioso e de forma esporádica e indireta, podendo contribuir nas esferas políticas e sociais.

Enquanto isso ocorria, a Igreja ficaria envolta com essa dissolução absoluta com o Estado e tendo que aceitar a liberdade de culto no país, que para muitos prelados, esse ato não passaria de um insulto, uma afronta, pois a Igreja teria que conviver, aceitar e acima de tudo respeitar as religiões que advieram com o nascer da República, que comumente a hierarquia católica não concordava e achava impensável que os ensinamentos católicos fossem confundidos com os métodos heterodoxos das muitas religiões vindas neste momento para os rincões do Brasil juntamente com a imigração europeia.

Com a liberdade de culto, a laicização e toda esta secularização que a República agora trouxe para o país, a Igreja Católica teria que se adequar para saber conviver e partilhar, mas acima de tudo competir com os novos credos religiosos e as mais diversas ideologias que adentraram no território brasileiro, não tendo mais oficialmente a autoridade de ser o único e exclusivo poder religioso que predominava nestas terras que contava com a aliança que vigorava com o poder civil.

Era contra este princípio moderno de Estado que a Igreja relutava em não aceitar a laicidade agora estipulada conjuntamente com a República recém-instalada no Brasil, pois:

A tese sustentada com veemência pelo episcopado, e, em geral, pelos pensadores católicos, afirmava a ilegitimidade da nova orientação laica da República. Segundo os bispos, a introdução do ensino leigo nas escolas, a obrigatoriedade do casamento civil, a laicização dos cemitérios, e, principalmente, o decreto de separação entre Igreja e Estado haviam transformado a República num regime despojado de valor ético (AZZI, 2008, p. 196).

O que podemos ver nos tópicos que Azzi (2008), nos traz, são as principais reivindicações que a Igreja apregoava com esse advento da República, como já fora explicitado anteriormente, e que agora vem sendo rememorado e corroborado, pois dentro de seu discurso católico, os clérigos permaneciam com a ideia de que a Igreja tinha como função levar e organizar os valores dentro de uma sociedade, sendo estes valores e seu trabalho reconhecidos pelo Estado, sendo, visto do ângulo católico, a Igreja, a legitimadora e a única que poderia dar um maior e melhor significado para o poder e a existência do Estado, se assim uma nação não agisse, seria para os prelados católicos, um país “imoral”, desvalido de preceitos éticos, portanto, cheio de promiscuidades, desmoralização e acima de tudo, um país “ateu”.

Os bispos mantiveram este ideário católico nos primeiros anos da República aqui no Brasil respaldados em alguns argumentos criados por eles mesmos, que diziam ser legítimos e historicamente legais, estes afirmavam que seria preciso manter a ordem das coisas como

estavam antes do início da República, pois a religião católica era a mais tradicional existente no Brasil e que era a que mais tinha fiéis, ou seja, a maioria dos brasileiros eram católicos; com este discurso e estes argumentos, a hierarquia católica apregoara seu discurso contestador ao regime republicano em suas primeiras décadas.

Um dos pontos que marcaram decisivamente a Igreja com o advento da República foi, sem dúvida, um dos estopins para toda esta contrariedade desta instituição a este novo regime governamental, que foi a Igreja ter perdido o auxílio econômico dado pelo Estado durante muito tempo para o seu melhor desempenho e desenvolvimento.

Desde os primeiros anos da colonização aqui no país que a Igreja se mantinha com a ajuda do poder estatal, vivendo sob as “asas” do Padroado, como já explicitado aqui, agora encontrava dificuldades para se manter de pé e caminhar sozinha, não se adaptando a nova e amarga realidade brasileira. A Igreja estava totalmente despreparada para atuar sem o auxílio governamental, estava desorganizada em muitos dos seus aspectos, não tendo condições nem mesmo de desenvolver os meios de evangelização por ela apregoada nos primeiros anos republicanos no Brasil.

As primeiras quatro décadas do século XX para a Igreja no Brasil foram de tentativas de aproximações com o Estado, procurando vários meios para que isto pudesse ocorrer, segundo os preceitos doutrinários da Igreja Católica esta união seria algo que nunca deveria ter sido desfeita, pois a mesma faria parte de um plano divino, portanto indissolúvel e inquestionável. Estando a Igreja e o Estado trabalhando para o bem dos homens, nada mais comum que continuasse esta união, pois, enquanto a primeira estava a postos para com a salvação das almas, o segundo citado estaria para fazer cumprir o bem-estar das pessoas.

Uma das figuras mais importantes no quadro eclesiástico e no cenário de nosso país para esta tentativa de reaproximação entre Igreja e Estado foi o então Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, entre as décadas de 1920 e 1940, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, que escreveu uma carta pastoral no ano de 1916, incluindo um plano de ação pastoral não só para o Estado que o mesmo atuava, mas para todo o Brasil. Dom Leme conjecturou a partir dos pensamentos da romanização no país, afirmando em seu discurso a favor deste seu plano que:

O Brasil era a “maior nação católica do mundo”, um país quase que “essencialmente” católico, que concluiu com o catolicismo um pacto na época colonial que foi ameaçado no século 19 pelo assim chamado laicismo e tinha que ser renovado. O lema era, por conseguinte: evangelizar de cima para baixo, não de baixo para cima, restabelecer a aliança com o estado desfeita no final do século 19, fazer de novo do catolicismo o “cimento nacional” e por assim dizer a alma do Brasil (HOORNAERT, 1991, p. 144).

A partir deste pequeno trecho do discurso de Dom Sebastião Leme, podemos notar que ele tinha por objetivo não apenas ter esta almejada reaproximação da Igreja para com o Estado, mas também manter o poder católico no topo dos poderes do país, colocando a elite brasileira ao lado do catolicismo, para que assim pudesse adiante espalhar este seu ideário para a grande massa populacional brasileira (*apud* HOORNAERT, 1991, p. 144). De acordo com Azzi (1989), o Vaticano apoiou a luta da Igreja brasileira em fortalecer seu vínculo no seio de sua sociedade, principalmente no período do papado de Pio XI (1922-1939), que coincidentemente ou não, foi contemporâneo do Cardeal Arcebispo Dom Leme.

O papa Pio XI e consequentemente a Igreja, ainda segundo Azzi (1989), seguia uma certa coesão de pensamento com Dom Sebastião Leme, apoiando sua carta pastoral e pondo-a em prática em alguns pontos, apesar do papa Pio XI achar que os partidos políticos fossem algo que traziam divisão social, o mesmo concordava que deveria haver uma aliança entre o Estado e a Igreja para que assim pudesse ter êxito nos interesses católicos, com este pensamento o papa estava diretamente apoiando e fortalecendo ainda mais o plano e as propostas pastorais de Dom Leme em seu desenvolvimento de uma restauração católica no país.

Com o apoio do Vaticano, Dom Leme impôs o desenrolar de seu plano pastoral com algumas obras que pontuariam não só o seu plano, mas também o seu momento de Cardeal, que deixaria marcas na Igreja Católica dentro do país até os dias atuais. Ele criou revistas católicas, universidades, congressos, colégios, ligas e organizações pastorais em diversos setores da sociedade, porém aqui queremos destacar dois feitos que além de todos estes marcaram decisivamente a história católica em nosso país, que foi, de acordo com Azzi (2008), na data de 16 de julho de 1930, a proclamação solene de Nossa Senhora Aparecida como sendo Padroeira do Brasil e a 12 de outubro de 1931 a inauguração do monumento do Cristo Redentor no Corcovado na cidade do Rio de Janeiro. Claro que estes dois últimos feitos citados foram com o aval do governo brasileiro, contrariando os próprios princípios da laicidade instituídos pela República desde 1889.

Como pudemos ver, apesar de todas as críticas feitas para com a República, elaboradas e desenvolvidas pela hierarquia e por diversos intelectuais católicos, na praticidade o que podemos notar é que este discurso de laicidade de um Estado exclusivamente burguês estava envolto de limites e possíveis acomodações, segundo critérios e condições impostas pelo próprio Estado seguindo os seus interesses, pois o mesmo, como fora citado a pouco, financiara construções, como também beneficiava setores educacionais católicos, desacatando assim os princípios da igualdade social que a República pregava desde os seus primórdios.

Esta possível acomodação da Igreja com o Estado, mesmo estando a secularização e a laicidade em vigor, ocorria pois, segundo Ferreira (1994), as relações entre Igreja e o Estado aqui no Brasil seguiam as orientações vindas diretamente do Vaticano, no qual afirmava que a Igreja teria a necessidade de manter relações amistosas com o Estado, declarava ainda estas orientações que mesmo não tendo uma união concreta entre o papado e o governo, não se poderia haver de fato um “divórcio” por completo destes dois poderes, pois não só a religião seria essencial para a manutenção do Estado, como os demais interesses temporais que sobressaíam e, conseqüentemente, relacionavam-se entre Igreja e Estado, pois mesmo antes do alvorecer do século XX, já se tinha:

Na Encíclica *Immortale Dei*, de 1885, Leão XIII já acentuava que Deus dividiu o governo do gênero humano entre dois poderes: o poder eclesiástico e o poder civil; o primeiro para as coisas divinas, e o segundo para as coisas humanas. Portanto, embora o Estado e a Igreja tivessem fins diferenciados, um visando ao bem comum natural e ao outro o bem comum sobrenatural, ambos apresentavam o mesmo objetivo – servir ao gênero humano (FERREIRA, 1994, p. 53).

Portanto, vemos que esta possível acomodação entre Igreja e Estado, mesmo com a secularização, a laicidade e a liberdade de culto impostas após o início da República, são pensamentos e objetivos não só da hierarquia católica brasileira, mas a mesma seguia toda orientação advinda do Vaticano para que não houvesse ou não pudesse deixar haver de vez uma separação por completa entre estes dois poderes, indagando, segundo o documento acima citado que mesmo tendo suas diferenças estes poderes tinham objetivos comuns que seria servir ao humano, por conseguinte, este gênero precisaria da união destes poderes para uma melhor harmonia e desenvolvimento social, sem esta união seria impossível acontecer tais fatos dentro da sociedade.

Determinadas palavras passaram a ser usadas com frequência pela hierarquia da Igreja, quando o assunto fosse esta possível união entre Igreja e Estado. Agora os prelados já conjecturavam a possibilidade de não mais uma separação ou união, mas sim, um trabalho mútuo conjuntamente entre estas duas esferas sociais, daí, foram postas em prática palavras como “apoio”, “harmonia”, uma melhor “colaboração”, que tinham no entanto, o pensamento de se tentar esquecer as velhas queixas tanto de um lado como de outro para tentarem fazer um trabalho em conjunto, este seria o ideário da Igreja.

A Igreja passou a apregoar entre seus fiéis atos de respeito para com o Estado e seus representantes, sendo os mesmos responsáveis pelos desígnios de nossa sociedade e que estes tinham de certa forma, por estarem na posição que ocupam, algo sacralizado, atestado por

Deus por estarem exercendo seus cargos, portanto, tendo que ter dos seus, respeito e obediência, da mesma forma para com os membros do clero, havendo assim em seu discurso mais uma vez o ar de harmonia e de mútua ação entre as duas esferas ora citadas.

Se o período medieval, no contexto geral, e os períodos colonial e imperial, aqui no Brasil, foram momentos do áureo poder da Igreja que agora apenas via com nostalgia o passado já distante, havia outros momentos históricos que segundo ela, contribuíram para o presente de tristeza e desolação que estavam passando, seria tão somente o Humanismo e a Renascença que trouxera tão somente a vergonha e a desmoralização dos ideários e ensinamentos católicos.

Em seguida, houve o início do protestantismo, que seria nada mais do que uma revolta contra o papado e toda a hierarquia católica, iniciando também daí algumas seitas. Fugindo do âmbito religioso e adentrando na seara política, em um outro momento ocorrera a Revolução Francesa que nada mais foi do que um movimento comunista que deixara resquícios dentro do seio social, no pensamento católico.

Tendo estes pressupostos e temendo alastrarem-se ainda mais todas essas teorias e pensamentos que poderiam aumentar a mácula da sociedade, a Igreja Católica apregoava que a opção de salvação para todos estes males seria não só a junção e a harmonia entre Igreja e Estado, como também seria preciso rever e fazer voltar o espírito medieval de ordem religiosa que a tempos a Igreja comandara, tendo por princípios básicos a família, a tradição e a propriedade e que assim faria voltar a ordem e a moralidade que a sociedade brasileira havia perdido com todos estes males que tivera adentrado em seu território. Seria necessário vencer este espírito comunista e de revolução que trouxe desordem e iniquidades, portanto, apenas com um governo de força e de autoritarismo e conjuntamente com a Igreja que traria a paz de Cristo é que todos estes problemas seriam sanados no país.

Nos primeiros anos da República, após a Igreja ver que não poderia de fato vencer o Estado e que a laicidade não seria tão fácil dissolvida, procura manter de pé seu projeto de restauração, reestruturação e digamos, reorganização dentro do país. Com isto, a hierarquia eclesiástica esperava tão somente o apoio do governo para desenvolver tal projeto, tentando com isso readquirir determinados prestígios e privilégios que gozavam outrora, durante a colônia e o império, para tanto:

[...] A Igreja tentava reproduzir o mesmo processo de cristianização adotado na Idade Média: conseguir que os próprios chefes, convertidos à fé, a impusessem ao povo. Fora mediante a colaboração do poder político que surgiu o regime que se convencionou chamar de cristandade medieval. Os bispos esperavam, através da

colaboração dos dirigentes políticos, poder reeditar no Brasil um regime de neocristandade (AZZI, 2008, p. 206).

Neste sentido, procurando seguir esta lógica de pensamento, a hierarquia católica imaginava que poderia chegar a esse propósito e mudar o rumo dos acontecimentos históricos através de leis jurídicas e constitucional, como também com o apoio forçado do poder público, não se nega que movimentos como o socialismo e o comunismo fizeram com que alguns políticos, principalmente os da ala mais conservadora vissem a ideia de unir-se com a Igreja algo positivo, pois esta poderia ajudar a eliminar estes movimentos sociais que assolavam o país e consequentemente abalavam algumas estruturas de poder, portanto, para alguns políticos a ajuda da Igreja, por exemplo com o ensino religioso, traria, ao menos para os mais moços, uma parada no avanço destas “pragas sociais”.

Porém, de um outro lado, havia também políticos mais ligados ao pensamento do liberalismo, que com todo o ar de prosperidade e modernidade que a República trouxe consigo via nas ideias da Igreja uma instituição velha que não estava se adequando com o momento que o país estava passando. Um ponto central que estes liberais focavam era tão somente não aceitarem a Igreja influenciar em assuntos políticos, como estavam acostumados a fazer em momentos anteriores. Estes políticos de certa forma até concordavam em ajudar de quando em vez um projeto social que a Igreja estivesse a frente, contando que ela não interferisse em assuntos estatais e se recolhesse apenas a desenvolver o trabalho religioso.

Outro ponto que seria de um extremo cuidado por parte destes políticos mais liberais era a educação. Estes queriam manter os moldes educacionais nos ideários liberais a fim de estabilizar o seu poder e manter por muito tempo, através da nova geração que agora estaria recebendo este estudo. Contrário da forma educacional da Igreja, neste sentido este estudo seria de característica pública e leiga, sem que houvesse intromissão dentro de seu currículo de nenhuma religião.

Na educação pautada por estes políticos liberais teriam a mais, outras características que de forma alguma agradaria a Igreja, que seriam colégios mistos, ou seja, de meninos e meninas, com uma maior democratização e desenvolvimento das ciências, a prática de esportes, até mesmo para as meninas, fazendo assim, estariam dando ênfase a valorização do corpo, tópico que a Igreja a tempos apregoava contrário e dizia ser algo pecaminoso.

Esta educação, além de ir contra muitos ensinamentos da Igreja, pautava-se mais por ser responsável a levar aos jovens a darem maior importância ao poder e ao progresso econômico, visando que estes não saíssem das mãos das elites, lembrando que mesmo este

ensino sendo público, não seriam todas as classes sociais que teriam acesso, na sua maioria ficando restrito apenas as classes mais abastardas.

Mediante este quadro de reaproximação da Igreja com o Estado durante as primeiras três décadas do século XX, na chamada Primeira República, foram visíveis momentos em que houve enfrentamentos, como também momentos de pacificidade, ou ainda, podemos dizer que houve uma certa união. Contudo, para a Igreja Católica após o ano de 1930, esta foi beneficiada como sendo uma instituição que traria uma dada conformidade social reconhecida pelo Estado e por determinadas classes sociais dominantes, após o início da avalanche dos mais variados problemas sociais advindos juntamente com o desenvolvimento capitalista que abarcaram aquele momento no Brasil, trazendo consigo ideologias e organizações com inspirações anarquistas e socialistas, entrando neste momento o poder de persuasão da Igreja para assim poder manter a ordem dentro da sociedade.

1.3 O CATOLICISMO NA PARAÍBA

A neocristandade pensada pela Igreja para o Brasil faria com que esta instituição mudasse muitas de suas práticas, crenças e costumes para se adaptar a este momento, para que não viessem a ter mais a frente mudanças ou adequações que pudessem atingir de forma direta os seus métodos e sua orientação política no modo de agir.

Porém, o sucesso para que esta forma de levar o catolicismo para os variados cantos do país prosperasse dependeria do modo como a Igreja iria desenvolver e combater a secularização e, conseqüentemente, como a mesma seria bem aceita ou não pela população. Este seria um dos pontos preocupantes dentro desta reforma, pois o aumento no Brasil do protestantismo e do espiritismo se daria possivelmente, em uma de suas causas, pela não popularidade e aceitação da Igreja Católica em algumas áreas urbanas e classes populares. Como também havia um pensamento entre alguns membros da hierarquia católica que este avanço protestante ocorrido no Brasil, seria parte de um plano que os norte-americanos queriam implantar de vez o protestantismo e eliminar o catolicismo no país.

Diante de todo este “mar” de interrogações e adaptações, como também dentro do contexto de recristianização do país e dos objetivos da romanização da Igreja, estava a sua expansão, a sua ampliação por parte do Brasil que ainda não tivesse dioceses. Desde o final do século XIX, com o término do Império e início da República, que a Igreja procurava “reciclar-se”, no sentido de ganhar novos rumos no que tange a sua base financeira, os seus métodos e seu sistema de ensino no país entre outras formas de ação e estratégias.

Devemos, portanto, diante todos os embates e desafios que a Igreja enfrentava e/ou enfrentou neste momento ora exposto, termos a acuidade de olhar os fatos e acontecimentos históricos sempre pensando na época estudada, no contexto que se está sendo visto a pesquisa, não com o olhar e os possíveis “preconceitos” dos dias atuais, pois este seria um dos cuidados do historiador dentro do seu ofício, tendo esta preocupação não só com o assunto que estamos abordando, mas com todos os demais, por que:

Desde que se procure o "sentido histórico" de uma ideologia ou de um acontecimento, encontram-se não apenas métodos, idéias ou uma maneira de compreender, mas a sociedade à qual se refere a definição daquilo que tem "sentido". Se existe, pois, *uma função histórica*, que especifica a incessante confrontação entre um passado e um presente, quer dizer, entre aquilo que organizou a vida ou o pensamento e aquilo que hoje permite pensá-los, existe *uma série indefinida de "sentidos históricos"*. A crença oferece apenas um caso extremo de relação entre dois sistemas de compreensão através da passagem de uma sociedade ainda religiosa (a do século XVI, por exemplo) a uma sociedade, a nossa, onde o "pensável" se secularizou (CERTEAU, 1982, p. 39-40).

Nos remetendo, portanto, aos métodos e estratégias usadas pela Igreja neste momento de recristianização e romanização que estamos analisando, devemos, segundo Certeau (1982), compreender o que estava se passando no contexto social para podermos dar certo sentido aos acontecimentos estudados, tomando sempre o cuidado para não abriremos “brechas” para “preconceitos” novos, no olhar da sociedade atual, vendo que para todos os resultados obtidos ao longo da história, para estes, antes de chegar a um final, a um possível consenso, passou por acontecimentos e entrelaçamentos históricos que podemos chamá-los de “sentido histórico”, seguindo a lógica do estudo do autor acima citado.

De acordo com Ferreira (1994), o processo de desenvolvimento e expansão da Igreja, denominado de estadualização, procurava dispor de, ao menos, uma diocese em cada Estado, fazendo assim, respeitava os limites territoriais e fronteiriços de cada um destes, com isto:

A estadualização da Igreja teve início com a criação de quatro dioceses – Amazonas, Paraíba, Niterói e Curitiba – pela Bula *Ad Universas Orbis Ecclesias*, de Leão XIII, em 27 de abril de 1892. Há muito tempo que o episcopado brasileiro ansiava por essa ampliação, pois, durante o regime imperial, existiam apenas onze dioceses e uma arquidiocese para todo o país (FERREIRA, 1994, p. 60).

Apesar da data acima citada da criação da diocese da Paraíba, queremos ressaltar que já existiam no Estado paraibano paróquias formadas e com alguns anos de atuação, a exemplo

da própria paróquia de Cuité que é datada a sua criação do ano de 1801². A Diocese da Paraíba foi criada no dia 27 de abril de 1892 pela Bula “Ad Universas Orbis Ecclesias”, do Papa Leão XIII. Foi canonicamente instalada no dia 4 de março de 1894 com a chegada do seu 1º Bispo, Dom Aauto Aurélio de Miranda Henriques (1894-1935, data de atuação de seu bispado na Paraíba).

Para a formação destas novas dioceses, a hierarquia da Igreja aqui no país, decidiu escolher que quem estaria a frente destas seriam pessoas escolhidas pela Santa Sé, tendo seu perfil determinado como sendo padres mais jovens, advindos de famílias consideradas tradicionais e na sua grande maioria que vieram da zona rural de seus municípios de origem. Alguns destes novos bispos teriam encerrado os seus estudos na França ou até mesmo em Roma, mas sempre estando estes com a missão e a fidelidade de que a Igreja seja sempre a propagadora da palavra salvadora de Cristo.

Um dos requisitos que marcava a escolha de alguns homens para assumirem estes bispados nestas novas dioceses seriam de que os mesmos tivessem um incontestável afastamento da política partidária e fossem fiéis a Roma, destacando-se assim para a Paraíba Dom Aauto Aurélio de Miranda Henriques (1855-1935), nascido no dia 30 de agosto de 1855 na cidade de Areia – PB, e tendo iniciado os seus estudos na então Província da Paraíba. Ainda sobre a formação de Dom Aauto, temos que:

[...] Saiu de Areia por volta de 1867 para estudar no Seminário de Olinda, Pernambuco, onde fez o Curso Menor (humanidades) e de onde se transferiu, aos 20 anos, para a Europa, a fim de realizar os estudos superiores de Filosofia, no Seminário Supliciano de Issy, em Paris (1875-1877), e, logo depois, Teologia, na Universidade Gregoriana em Roma, ordenando-se, em 1880, e onde, a posteriori, em 1882, doutorou-se em Direito Canônico. Contava então com 27 anos de idade e voltou ao Brasil. (BARRETO, 2009, p. 69).

Pelo que pudemos notar na citação acima, Dom Aauto teria os requisitos essenciais para assumir tal cargo, principalmente tendo o mesmo sua base de formação nos dois países exigidos pela Igreja que seria França e Itália. Ao assumir o bispado da Paraíba em 04 de março de 1894, Dom Aauto assumiu a responsabilidade de combater o protestantismo e de, dentro de seu Seminário, que fundara pouco tempo depois, procurar padres com uma conduta ilibada e idônea, sendo estes fiéis para com a doutrina e os princípios católicos. Também no

² Esta data está de acordo com um dos livros tombo da paróquia acima citada que pesquisamos, que demonstra esta datação de sua criação, inclusive ela é a segunda paróquia mais velha em sua formação, que faz parte atualmente da Diocese de Campina Grande, ficando atrás apenas da paróquia de N. S. da Conceição que é a sede Diocesana, criada em 1769.

decorrer de seu bispado escreveu várias cartas pastorais, enfatizando sempre o lugar e a importância de ser um sacerdote, criando ainda associações de leigos e realizando retiros espirituais. Na época, Dom Adauto assumiu a diocese da Paraíba que contava com 73 paróquias, destas, 43 estavam situadas na Paraíba e 30 na Província vizinha do Rio Grande do Norte.

No dia 6 de fevereiro de 1914, pela Bula “*Maius Catholica e Religionis Incrementum*”, do Papa Pio X, a Diocese da Paraíba foi elevada à Arquidiocese e Sede Metropolitana, podendo ser considerado o primeiro seminário criado no Nordeste brasileiro após a laicização, iniciada, evidentemente em 1889 com a Proclamação da República.

Para se ter uma ideia desta política de expansão da Igreja Católica Brasil a fora, podemos citar que até o ano de 1890 o país só contava com 13 dioceses³ ao longo de dez províncias e nove capitais, porém, no ano de 1930, todos os Estados brasileiros tinham sua própria diocese, como também algumas cidades do interior. Seria então na data de 07 de julho de 1890, onde foi escrito o decreto republicano 119-A, depois da Constituição de 1891, que a hierarquia católica seguiria os ideais romanizados e/ou ultramontanos, que complementariam o tão esperado processo de reforma e expansão da Igreja.

Quando foi instalada a Diocese na Paraíba, as paróquias desenvolviam a função, dentro do conjunto diocesano, de representação de fronteiras e da ação católica junto a comunidade local, tendo como responsável um padre e/ou vigário, que dentre algumas das competências, devia gerir e, conseqüentemente, tentar multiplicar os bens patrimoniais da paróquia, dirigir os cultos católicos e ministrar os devidos sacramentos da Igreja, tentando com isto levar paz e conforto espiritual aos seus fiéis. (Ferreira, 1994).

Em conformidade com Ferreira (1994), havia no início da Diocese da Paraíba um número insuficiente de párocos, pois apenas 25% das paróquias desta diocese tinham vigários em suas localidades, por isto que em muitos casos um padre tomava conta de várias paróquias ao mesmo tempo, ou por falta de sacerdote, como ora exposto ou por motivo de precariedade econômica da paróquia, lembrando foi o caso do padre Luíz Santiago que esteve na paróquia de Cuité de 1929 a 1941 e, que neste período, conseguiu aglutinar quinze igrejas segundo Rietveld (2010), tópico que abordaremos com mais afinco nos próximos capítulos. Citando ainda que estes poucos párocos existentes nestas paróquias, na maioria dos casos, por motivo

³ A Sé Metropolitana em Salvador (BA) e os bispados de Belém (PA), em Mariana (MG), Olinda (PE), São Luís (MA), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP), Cuiabá (MT) em 1826, Goiânia (GO) em 1826, Porto Alegre (RS) em 1846, Fortaleza (CE) e Diamantina (MG) em 1854.

de transporte para locomoção para capelas e populações rurais, deixavam a desejar o atendimento espiritual a estas comunidades.

A partir do ato de criação das dioceses, como foi o caso da Paraíba, acima citada, a Igreja também procurou criar em conjunto periódicos, jornais e revistas que teriam por intuito não apenas o de levar os seus ensinamentos, crenças, cultos e catequeses aos seus fiéis, mas também, estavam propondo nestes folhetins desvalorizar toda e qualquer crença e/ou quem dela faz parte que não fosse a católica.

Podemos notar, cotidianamente, na escrita destes folhetins católicos muitas notas e artigos contra os espíritas, protestantes e maçons, do mesmo modo se podia notar na outra via, ou seja, em jornais protestantes críticas aos católicos, criando assim, uma verdadeira adversidade da mais profunda proporção, pleiteando quem estaria no topo religioso do país naquele momento.

Podemos afirmar que, em certos locais país a fora, a exemplo da cidade de Cuité, sobre a qual falaremos detalhadamente mais a frente, houve, para cada ação protestante, uma reação católica, onde houvesse uma missão ou congregação protestante, estaria lá a Igreja Católica com uma diocese ou paróquia, executando suas medidas romanizantes. A cada jornal, matéria, prática religiosa ou educacional desenvolvida por um protestante, havia outras sendo elaboradas por católicos. De modo que a Igreja Católica procurou intensificar seus colégios diocesanos, seus impressos e ensinamentos catequéticos de forma gratuita para que assim não só chamasse mais fiéis, como estes atos ganhassem notoriedade, status de verdade dentro da sociedade.

Contudo, como pudemos bem observar ao longo deste trabalho, a situação de atuação da Igreja mudaria em fins do século XIX e início do XX, principalmente após a Proclamação da República, como estamos detalhando. Essa mudança de comportamento não seria diferente aqui na Paraíba, onde se veria também alguns costumes católicos serem ignorados por motivo de que agora com a República, alguns poderiam considerar uma vergonha, ou de certa forma, um atraso para o Estado, algo retrogrado, manter alguns hábitos e rituais católicos no dia-a-dia, tanto por pessoas, em suas vidas particulares, quanto em instituições, pois se assim o fizessem estariam agindo ainda com os mesmos pensamentos e atos dos primeiros colonizadores católicos, ou seja, os jesuítas que aqui chegaram a séculos atrás.

Tendo por base ideológica o positivismo, a República aqui no Brasil seria instituída e a partir de então, seria iniciada a separação entre Igreja e Estado em todo território e em particular, aqui na Paraíba esta separação teria sido posta em prática a partir do governo de

Venâncio Neiva, que na época era denominado de presidente da Paraíba, entre os anos de 1889 e 1891.

Muitos atos de mudança neste governo desagradaram alguns católicos no Estado, entre outros podemos citar a retirada do crucifixo do Tribunal de Justiça da capital, ou até mesmo da retirada do quadro de N. S. da Conceição e não mais a realização da ladainha que era rezada todos os dias no quartel de polícia, segundo Ferreira (1994). Outro ponto de divergência ocorrido em fins do século XIX foi a suspensão da festa da padroeira da capital pelo então bispo Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques, por motivo de desentendimentos com certas irmandades e comissões organizadoras daquela festa.

Este último ponto citado seria motivo de críticas às autoridades não eclesiásticas pelo jornal A IMPRENSA⁴, que sempre estaria a postos para defender o brio da Igreja. Este jornal atuaria como uma ferramenta que faria a intelectualidade afluir, sempre levantando a bandeira e a força católica e trazendo em suas páginas, muitas das vezes, proibições e até mesmo excomunhões de grupos religiosos dos mais variados, fazendo sempre valer ou ecoar um grito de louvor ao catolicismo. Podemos notar que sem dúvida, este jornal foi um importante meio de difusão do pensamento católico:

Logo, o jornal no período foi um grande aliado como difusor das ideias do processo de romanização como também importante para o fortalecimento da Igreja perante a opinião pública, ou seja, a utilização de meios de comunicação de ideias católicas tornou-se um agente inerente ao processo de romanização (GOMES, 2015, p. 67).

Este jornal mantinha também uma gráfica que imprimia outros jornais, claro de cunho católico. Contudo, havia ainda neste momento mais jornais que faziam às vezes republicanas e, conseqüentemente, procuravam pressionar a Igreja, afirmando que ela queria continuar tendo certas regalias que outrora seria considerada mandatária e que a partir de então, não seria possível dar continuidade, podemos citar O COMMERCIO e a GAZETA DA PARAHYBA⁵.

⁴ A IMPRENSA foi fundado em 27 de maio de 1897 por D. Adauto Aurélio de Miranda Henriques, 1º Bispo e 1º Arcebispo do Estado da Paraíba. Tendo sido o primeiro redator-chefe o padre José Tomaz, que trabalhava em conjunto com outro religioso, Manoel Paiva. Este jornal teve grande aceitação por parte da opinião pública. Foi um jornal católico doutrinário, noticioso, que possui importância na imprensa paraibana. Até que na década de 60 ele fechou para sempre. (Informação retirada da página eletrônica do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba em 22/07/2015, escrito por Fátima Araújo).

⁵ O Jornal O COMMERCIO vimos a circulação do mesmo nos seguintes meses e anos: Maio de 1900, junho e julho de 1906 e outubro e novembro de 1907 (não todos os dias do mês). O Jornal GAZETA DA PARAHYBA vimos: De março a dezembro de 1889 e de janeiro a julho de 1890 (não todos os dias do mês). Informações retiradas da página eletrônica intitulada: Jornais e Folhetins Literários da

A mesma bula papal que criou a diocese da Paraíba, ou seja, a “Ad Universas Orbis Ecclesias”, trazia consigo alguns apontamentos para que houvesse assim um melhor desenvolvimento da mesma, pontuando sobre por exemplo, de como seria o financiamento para o funcionamento, pois este não estaria a cargo da Santa Sé, mas sim, dos bispos e conseqüente da boa ação e da caridade do povo paraibano e brasileiro, haja vista esta ordem estar valendo não só para a nova diocese formada na Paraíba, como também nas outras regiões do país, que fora citado anteriormente. Contudo, esta bula ainda expressava e reforçava a subordinação que estas dioceses teriam que manter perante o Vaticano. Determinava-se também através desta mesma bula que fossem criados, seminários, havendo a possibilidade que os mesmos tivessem um em cada diocese do país.

Tendo que se manter com os seus próprios recursos, de acordo as ordens vindas da Santa Sé, portanto, adquirir provisões para a sua manutenção tornou-se algo de primeira necessidade. No caso da Diocese da Paraíba, Dom Adauto procurou angariar estes fundos, usando o seu conhecimento na sua terra natal, inclusive com o próprio Presidente do Estado na época, Álvaro Machado, como também se valeu das pensões e doações feitas pelas famílias dos seminaristas, entre outras atividades para angariar bens.

E foi mediante estas e outras determinações vindas da alta hierarquia católica que a diocese paraibana foi criada e desenvolvida, mesmo que com vários problemas a serem enfrentados para que tivesse um início e conseqüentemente um desenvolvimento satisfatório, pois a fiscalização mediante estas novas dioceses passavam pelo controle clerical e era cobrado que se fossem desenvolvidos relatórios anuais de muitas das atividades ocorridas nas paróquias, dentre elas a quantidade de casamentos, batizados, extrema-unções realizadas, óbitos, como também o número de pessoas que fizeram a primeira comunhão, entre outras.

Contudo, não era só pelo fato de passar por toda esta rigorosa fiscalização que a Diocese da Paraíba teria que se adaptar para o seu “bom” funcionamento de acordo com a linha disciplinar imposta pela romanização, determinada não só para a Paraíba ou o Brasil, mas sim, para a América Latina, onde:

[...] Percebe-se claramente quais eram os principais problemas enfrentados na Diocese da Paraíba, sendo de natureza litúrgica, administrativa, financeira, doutrinária ou apenas de responsabilidade e seriedade no desempenho das atividades clericais. Praticamente em todos os itens transparece a preocupação constante de reforçar o princípio da autoridade da hierarquia eclesiástica (FERREIRA, 1994, p. 188).

Mediante todos estes problemas a serem enfrentados, ainda de acordo com Ferreira (1994), um dos primeiros atos de Dom Adauto ao assumir o seu bispado foi fazer funcionar um Seminário, onde neste funcionava o Curso Inferior, oferecendo as habilitações em Filosofia e Teologia, tendo ainda o Seminário Maior, para a formação específica de sacerdotes e o Seminário Menor, que seria para o ensino médio, para alunos que não fossem ingressar no sacerdócio.

Mediante as instruções recebidas, e da precariedade educacional que passava o Estado naquele momento de ajustes com a recém-chegada República, certamente a criação no ano de 1894, do Seminário Nossa Senhora da Conceição e o Colégio Diocesano para rapazes, que em um outro momento seria chamado de Colégio Diocesano Pio X na Diocese da Paraíba, foi um dos atos mais positivos para Dom Adauto em seu início de trabalho, além da criação do Colégio Nossa Senhora das Neves em 1895, pois este Estado tinha naquele momento um número não superior a 850.000 habitantes, contando apenas com duas escolas secundárias que eram o Liceu Paraibano, criado em 1836 e a Escola Normal criada em 1884, tendo apenas 80 escolas primárias distribuídas pelo interior que atendiam um total de “[...] dois mil e quinhentos alunos” (CÂMARA, 2000, p. 110).

A criação do Seminário da Paraíba teve por objetivo formar os futuros sacerdotes e ensinar-lhes bons exemplos de como ser, claro, além de um bom pastor, um cidadão completo dentro de preceitos e teorias filosóficas, humanísticas e teológicas, procurando dosar a prática e a teoria, elevando os ensinamentos católicos na linha romanizadora que a Igreja estava adaptando-se, procurando formar um sacerdote que fosse acima de tudo fiel ao papa e fosse considerado um exemplo da caridade e penitência cristã. De acordo com Gomes (2015), Dom Adauto seria um grande reformador aqui na Paraíba e todas as suas ações foram feitas de acordo com a sua formação romanizante, tendo não apenas ele recebido estas orientações, mas também os demais que começariam a investir na educação brasileira e em grupos religiosos, como forma de combater a laicização e o protestantismo.

Assim, tentando cumprir as determinações da hierarquia católica neste momento, além da criação deste Seminário e Escolas ora citadas, Dom Adauto começa também a escrever cartas pastorais, retiros anuais e principalmente fazer visitas em determinadas paróquias que estavam dentro da sua jurisdição eclesiástica, lembrando que, no início sua diocese abrangia dois Estados: o da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Segundo Rietveld (2010), Dom Adauto realizou no ano de 1903 um percurso de quase 1.500 quilômetros a cavalo em algumas de suas paróquias, concluindo que sua diocese deveria diminuir geograficamente

para que assim o mesmo pudesse dar uma melhor assistência pastoral a mesma, fato que ocorreria no ano de 1909 quando a diocese de Natal seria desmembrada da Paraíba.

Ainda de acordo com a pesquisa de Rietveld (2010), no ano de 1910, Dom Adauto mandou um visitador nas paróquias que hoje abrange o Curimataú paraibano, na qual está inclusa a de Nossa Senhora das Mercês, em Cuité, para melhor tentar organizar o seu trabalho pastoral. Sendo este visitador o Monsenhor José Thomaz, que registrou em livro tombo ao longo de suas viagens os números de batizados, comunhões, crismas, sendo estes relatados por separação dos sexos, continha também registros de matrimônios, relatou ainda como estavam organizadas as paróquias, no que diz respeito aos seus paramentos e arquivos.

Como podemos ver, este ato de fiscalização e visitação realizado num primeiro momento, diretamente por Dom Adauto e em um segundo momento pelo Monsenhor José Thomaz, como relatado acima, cumpriria em sua diocese as determinações da Santa Sé, que seria o de cumprir esta fiscalização e fazer o levantamento por números de todos os fiéis e sacramentos que englobassem as novas dioceses. Com o resultado destas visitas, além da abertura do livro tombo para registrar tais acontecimentos, se deu também a criação naquela região da paróquia da cidade de Soledade no ano de 1913. Ocorrendo ainda outra visitação naquela região feita por Dom Adauto no ano de 1921, também ao final fazendo relatório de todos os sacramentos e acontecimentos ocorridos durante a sua visita.

Neste contexto de Igreja romanizada, arriscamos dizer que Dom Adauto procurou desenvolver a recém criada Diocese da Paraíba, dentro das suas possibilidades e limitações financeiras, geográficas, entre outras, procurou mesclar o tradicionalismo católico com o clima de modernidade que afluía não apenas na Paraíba mas em todo o território nacional naquele momento, tendo no seu limiar episcopal uma série de problemas, como já relatado, porém o mais grave deles naquele momento fora o financeiro, pois apesar de se ter a separação de Igreja e Estado, este bispo procurou a ajuda financeira do Estado, mesmo indo ao contrário do que se apregoava desde o início da República pelos poderes civis.

Esta relação de aproximação da Igreja com o Estado aconteceu mais, digamos “calorosamente” entre alguns Estados da federação. Aqui na Paraíba, segundo Ferreira (1994), isto se deu pelo fato do bispo ter uma amizade de outrora com o então Presidente do Estado Álvaro Machado, como também pelo fato de estar contido na introdução da Constituição do Estado, promulgada no ano de 1892 a invocação de o nome de Deus. Este “pequeno detalhe” fez com que a Igreja mantivesse um laço mais próximo com o governo do Estado, sendo em alguns casos determinadas atividades eclesiais subsidiadas pelo governo estadual, dentre elas, isenção de impostos, donativos para instituições católicas, entre outros.

Esta “cumplicidade”, entre Estado e Igreja gerou várias críticas por meio dos jornais impressos, aqui já citados e também outros periódicos, que eram notadamente republicanos, acusando a diocese em suas críticas de estar fazendo campanhas que pareciam não ter fim e afirmando que isto não passava de um abuso econômico por parte da Igreja, enquanto que os folhetins católicos exaltavam as pessoas e instituições que praticavam o “ato caridoso” de doação com a finalidade do engrandecimento do trabalho espiritual, social e moral, praticado pela Igreja na sociedade. No entanto, tendo um olhar mais crítico para este ato, podemos dizer que o fato de acontecer estas doações, mesmo indo de encontro ao discurso laicizante do Estado, este fato era uma “estrada de mão dupla” onde:

Essas subvenções estatais às instituições filantrópicas e beneficentes católicas demonstravam, não só a manutenção dos laços entre Estado e Igreja, mas, sobretudo, a incapacidade daquele em oferecer à sociedade saúde e assistência públicas, aproveitando-se da estrutura religiosa para cumprir, em parte, suas obrigações (FERREIRA, 1994, p. 97-98).

Nota-se daí, relacionando a citação acima e as informações ora postas que, se de um lado, a Igreja e, em particular a Diocese da Paraíba tinha problemas financeiros para o seu desenvolvimento no seu início como já relatado, esta usa de alguns artifícios, dentre eles, desde a citação do nome de Deus na introdução da Constituição do Estado à amizade antiga que tinham o Bispo Dom Adauto com o Presidente do Estado Álvaro Machado, contrariando as ordens vigentes de separação dos dois poderes, civil e religioso, estipulado desde 1889, gerando assim muitas críticas como se fora relatado.

Contudo, o Estado também se apropriava destes considerados “atos de caridade” para com a Igreja, em que o mesmo ou em alguns casos, falta de recursos que abrangesse todo o território paraibano, portanto, doando para obras filantrópicas e beneficentes católicas, este achava que com isto estaria suprimindo tal falta, tentando fechar tal lacuna, ou por possivelmente, de alguma forma inoperância administrativa, o Estado usava estes atos para tentar cumprir metas de atendimentos básicos para com a população, que seria de fato obrigação realizá-los, que na maioria das vezes não chegava tais atendimentos, principalmente nas cidades do interior e nas zonas rurais dos respectivos municípios nos mais variados cantos do Estado.

Um outro ponto que podemos destacar neste início da Diocese da Paraíba e com o seu decorrer, ao longo dos últimos anos do século XIX e primeiros trinta do XX seria um fator que não atingiria somente a Paraíba, mas sim, todo o território nacional com influências

advindas principalmente da Europa, que a Igreja, na sua maioria das vezes recriminava, repugnava as suas variadas ações dentro do contexto social, que seria a incontrolável modernidade que adentrava na sociedade através do processo de urbanização e industrialização que o país passara neste período.

Esta modernidade que está se relatando aqui não deve ser comparada com a que se passou em variados lugares e espaços de tempo, a exemplo de Paris na França em meados do século XIX ou até mesmo na então capital federal, o Rio de Janeiro nos primeiros anos do XX, porém, queremos nos remeter a realidade mais próxima da região Nordeste, a exemplo da modernidade que se passava na capital pernambucana, em Recife ou a alguns símbolos desta modernidade que chegaria aqui na Paraíba na capital e em algumas poucas cidades do interior nos vinte a trinta primeiros anos após a Proclamação da República.

As cidades que se formavam ou as chamadas mais desenvolvidas, cada vez mais se distanciavam dos moldes rurais e hábitos que a Igreja tanto pregava como sendo exemplo para ser seguido pelo “bom cristão”. Podemos dizer que até a metade do século XX a Igreja relutou em aceitar por completo as mudanças que a sociedade estava se adaptando, por motivo do desenvolvimento industrial, do crescimento demográfico, da entrada de novas formas religiosas, novos signos que marcariam o que seria neste momento o moderno, mudando assim os hábitos de vestir-se, alimentar-se e se comportar de uma boa parte da população, em que traria novas formas de sociabilizar-se que a Igreja não aprovava, como são os exemplos de bailes, esportes e novas formas de relacionamentos sociais e familiares que vieram juntos com a chamada secularização.

A sociedade brasileira, e em particular a paraibana, tendo em seu cerne primordial uma base latifundiária, escravocrata, masculinizada, tinha seus exemplos de vida no contexto das pequenas cidades, vilas, lugarejos e seu extenso território rural, que acostumou, juntamente com os ensinamentos advindos da Igreja Católica, ver o homem sempre sendo dependente da natureza, mantendo sempre esta relação mística e divina que mantinha assim os papéis já estabelecidos da ordem, como sustentáculo do poder vigente.

Porém, boa parte da chamada Primeira República a Igreja e, conseqüentemente, estes novos bispos em suas respectivas dioceses iriam relutar para que alguns pensamentos, orientações e mudanças habituais advindos com a secularização não “contaminassem” seus fiéis, pois o perigo eminente para a Igreja também seria ideológico, com o desenvolvimento do positivismo, do progresso, do socialismo e do agnosticismo, que muitas vezes traria a tona o uso da razão em detrimento do da fé, com este embate a Igreja acima de tudo queria manter o *status quo* já estabelecido em momentos históricos anteriores no país.

Os princípios católicos seriam defendidos por meio de uma mentalidade tradicional e conservadora em que predominava o interesse da ordem e da autoridade, não deixando que suas “ovelhas viessem a se desgarrar” por meios de ideais considerados subversivos, liberais e democráticos que fossem de caráter socialista e beirassem consequentemente pensamentos e ideologias comunistas, que seria neste momento considerado pela Igreja um dos, se não o inimigo principal dentro deste momento de modernização social que passava o país e forçadamente a Igreja. Em vários momentos a Igreja via este período de metamorfose social com uma melancolia dos tempos áureos passado, citando suas mudanças e o que delas surgiria, por que com tudo isto:

As cidades vão perdendo seus centros geográficos tradicionais, geralmente constituídos pela igreja matriz e a praça fronteira. Antigamente, era os sinos das igrejas que anunciava à população as celebrações festivas, bem como a tristeza e o luto. O toque das Ave-Marias assinalava as principais etapas do dia. Nos centros urbanos em desenvolvimento, o apito das fábricas vem preencher essa função reguladora do tempo. A indústria estimula o surgimento de bairros populares, onde se abriga a população operária. Multiplicam-se os prédios, muitos deles ocultando a vista dos templos; os arranha-céus passam agora a constituir os pontos de referência para a população citadina. Lojas, casas comerciais e bancos multiplicam-se nas ruas do centro, tornando-se um grande pólo de atração (AZZI, 2008, p. 165).

Esta modernização traz para a Igreja mais um agravante dentro deste momento de tentativa de recristianização, pois além de não ter de fato mais o Estado para lhe amparar economicamente como se estava acostumado durante o Império, via-se também alguns costumes sendo mudados ao passar dos anos e determinadas tradições católicas sendo esquecidas ou trocadas por símbolos e signos considerados modernos neste mundo agora não mais rural, mas sim urbano, que moldara os indivíduos ao ponto de não mais estarem atrelados aos ensinamentos ou determinados aparatos católicos que outrora serviam para moldar e controlar a vida, sendo estes substituídos por muitos outros encantamentos modernos.

Alguns símbolos e/ou signos seriam estipulados para se dizer que uma cidade poderia ser considerada “civilizada”, “moderna”, neste momento, a exemplo da chegada da linha férrea em muitos cantos e recantos do país e particularmente aqui na Paraíba. Se antes o tempo seria ditado pelos sons dos sinos das igrejas, como nos lembrou Azzi (2008), na citação acima, agora o ritmo das coisas seria controlado e disciplinado pelo som da máquina, aonde o trem chegava mudava o cotidiano da comunidade, trazendo consigo imaginários e representações que a população logo chegava a comparar a vida daquela localidade antes e depois da chegada do trem.

Um setor que iria ser beneficiado com os trens para principalmente o interior seria a imprensa, onde os jornais de circulação estadual e até interestadual poderiam chegar com mais rapidez a determinadas localidades, neste ponto podemos dizer que a Igreja seria também beneficiada, pois os seus jornais iriam chegar com mais intensidade para com os seus fiéis, contudo, na contramão, os folhetins que fossem contrários aos desdobramentos católicos também chegariam mais rápido nas mãos dos leitores para aguçar ainda mais as críticas ao catolicismo, como já mencionado.

Com a chegada do trem, o acesso mais rápido dos jornais, estes traziam consigo divulgações das mais variadas lojas e adereços de moda, lazer e outros apetrechos que esta modernidade iria apresentar para os leitores, que conseqüentemente poderiam mudar seus hábitos anteriores e querer adequar-se as novas tendências vindas das capitais, tanto daqui do Norte (hoje chamado de Nordeste), como também do sul (Sudeste) e da Europa. Com isto, mudaria certamente o cotidiano que antes seria totalmente tradicional e nos moldes católicos, atingindo a paisagem urbana e o convívio familiar com todos estes aparatos modernizantes, com isto vemos que:

A imprensa, ao ser rapidamente propagada por intermédio das estradas de ferro, provoca um profundo impacto na vida cotidiana local. Não obstante o fato de que muitas vezes desinforma mais do que informa, ela é sem dúvida formadora de correntes de opinião pública, e é nisso que reside sua força. Entretanto, sua propagação não é a única contribuição das estradas de ferro em termos de mudanças profundas na vida cotidiana local. A rigor, pode-se falar que o trem de ferro, ao chegar em determinada comunidade, se faz presente nos vários âmbitos da vida. Da prática da medicina à prostituição, do roubo aos jogos de azar, das novidades da moda à propagação de novos ideais, tudo aí chega pela primeira vez ou é levado a efeito num ritmo antes nunca visto (ARANHA, 2003, p. 102).

Temos aqui nesta citação a comprovação de que a chegada destes símbolos da modernidade, em particular o trem, trazendo consigo o aumento de visão da imprensa, ou seja, dos jornais escritos, traria para os planos romanizantes da Igreja muitas “dores de cabeça”, pois juntamente com as informações trazidas pelos jornais viriam também algumas “mazelas sociais” que a Igreja iria lutar com todas as forças.

Como vimos na citação e bem sabemos, se a “civildade” e a chamada “modernidade” traz consigo um certo crescimento econômico e intelectual, traz também uma criticidade que transformaria a vida de muitos que acompanhavam estes folhetins, de produtos de beleza, fazendo com que as mulheres saíssem de padrões católicos e familiares que outrora eram vias de regra, a artigos críticos que aguçariam muitas mentes para ideais libertários e socializantes, por que também não dizer, comunistas, sem falar em outras mudanças no cotidiano como o

“desregrado” modo de lazer, no olhar da Igreja, trazido por esta imprensa, que elencaria bailes, festas dançantes, praias, exibição do corpo e conseqüentemente para alguns a prostituição.

A partir de meados do século XIX em muitas cidades brasileiras e algumas aqui da Paraíba, como estamos acompanhando, iriam passar por inúmeras transformações urbanísticas, higiênicas, sanitárias, estéticas, todas inspiradas em modelos de cidades europeias, que iriam começar a ganhar estes novos símbolos da modernidade. Portanto, a cidade passou a ser “revista” em função dos novos padrões engendrados por esta modernidade e que agradariam a elite, a classe que mais se beneficiou com tudo isto, pois acreditamos que todos os aparatos modernos não atingiram por completo todas as cidades, e nas cidades que foram “contempladas”, não foi por inteiro, toda ela, mas sim, parte, não chegou a alcançar todas as classes sociais.

A cidade passou a ser urbanizada e higienizada em determinados espaços, com modelos de conduta, estruturando-se para determinadas pessoas, oferecendo produtos e serviços considerados modernos e adequados para aquele ambiente, esta modernidade iria trazer padrões morais e sociais que seriam “impostos”, tanto para os homens, quanto para as mulheres, se antes, a Igreja e o Estado ditava uma conduta feminina mais “discreta”, voltada para o lar, sem questionamentos, para o homem foi lhes colocado o lugar da altivez, de ser forte, de estar a frente de tudo e de todos, agora com a modernidade começou a ser transformada algumas dessas regras sociais, indo o contrário do conservadorismo da Igreja, mas sim, acompanhando o liberalismo que esta modernidade trouxe consigo.

A Igreja procurava manter uma rígida fiscalização perante as famílias brasileiras, e em particular aqui na Paraíba, no decorrer de todo esse processo modernizante e social, este olhar seria mais centrado, principalmente para as mulheres, pelo fato de existir em nossa sociedade o discurso opressor do patriarcalismo instituído pela própria Igreja e o Estado, desde os primeiros anos de nossa colonização, seria através dessa forma repressora que se tentaria barrar ou minimizar estes símbolos modernos, sabendo que:

A família brasileira desde o início da colonização teve a educação balizada pelo discurso religioso, ou seja, a Igreja Católica detinha o poder e orientava de acordo com o controle ideológico cristão. Nesse período, o destino de muitas jovens era os conventos ou recolhimentos para que nesse espaço-tempo ocorresse a preparação para a vida conjugal. Sendo assim, elas aprendiam a cozinhar, ler, bordar, coser para que se tornassem boas mães e, sobretudo, ótimas esposas. Toda a sua vida era permeada pelos discursos de repressão e principalmente a coerção sexual, dado que as mulheres carregavam o peso do “pecado original”, desta forma sua virgindade deveria ser vigiada (GOMES, 2015, p. 132).

Podemos notar que, toda esta persuasão partia da Igreja, aonde era usada a sua base ideológica e pedagógica cristã para tentar minimizar os efeitos de toda esta modernidade dentro da sociedade, claro que, em uma sociedade altamente patriarcal e machista como a brasileira, maior parte desta repressão seria para as mulheres, mesmo que, ao longo da história, podemos enumerar algumas que não seguiram estas regras e burlaram todo este aparato católico de submissão, fato que não nos vem ao caso, enumerar, mas achamos importante lembrar.

Mesmo com toda a pressão por parte da Igreja, a modernidade não parou, outros signos batizados como sendo fonte da “modernidade” no Brasil deste período estudado seriam o telégrafo e o telefone, ainda de acordo com Aranha (2003), aqui na Paraíba a primeira linha telegráfica teria sido instalada no ano de 1896, seria uma linha nacional que abrangeria as cidades de Alagoa Grande, Campina Grande, Bananeiras e Areia, somente na primeira década do século XX que chegaria a capital paraibana uma empresa telefônica, porém nem em toda a capital e na cidade de Campina Grande não antes do ano de 1918.

É claro que este signo moderno iria também trazer mudanças para a vida da população, pois ele representaria o fim da barreira entre o espaço e o tempo com o mundo lá fora, sem que houvesse a necessidade da presença física e corporal para se comunicar, tudo isto de forma rápida e instantânea. No entanto, tanto o telegrafo quanto o telefone em seus primeiros anos de atuação, não teriam tanto acesso popular quanto teve a imprensa e os jornais, isto fica obvio, tanto pelo aparato que seria preciso instalar para ter o serviço em dada localidade, como principalmente o custo que não seria muito barato e como foi relatado, acessível para a maioria da população, tanto brasileira, quanto em particular, paraibana, com isto, não trazendo para a Igreja muitos transtornos quanto o trem e a imprensa estavam fazendo.

Um último tópico que significaria também “modernidade”, seria a chegada da luz elétrica nas cidades, na Paraíba esta inovação iria chegar, segundo Maia (1977), no ano de 1912 na cidade de Itabaiana, orgulhando-se de ter recebido tal benefício seis dias antes da capital. Se antes desta data a iluminação pública e consequentemente privada viria da queima do querosene, agora alguns paraibanos teriam o privilégio de ter certa comodidade através da eletricidade.

Esta inovação seria pensada para as cidades como sendo algo que traria vários benefícios, num primeiro momento a segurança, onde haveria muitos assaltos, roubos e mortes na calada da noite, na escuridão vazia da noite, com a iluminação artificial isto seria fácil de ser combatido, valeria também algumas mudanças nos hábitos diários, por exemplo,

agora alguns afazeres que antes só poderiam ser feitos na luz solar, teriam continuidade após o fim do dia, o comércio poderia abrir suas portas até mais tarde ou então durante parte da noite, se assim necessitasse, o hábito de estar sempre em casa após o anoitecer seria modificado, pois as famílias poderiam agora sair para variados locais, colégios, indústrias, hospitais entre outros estabelecimentos coletivos poderiam estar abertos, a exemplo também de bares, clubes, cafés, teatros e prostíbulos, estes últimos citados seriam motivo de um problema a mais por parte da Igreja.

Portanto, tivemos um rápido panorama de como teria ficado algumas cidades e o comportamento das mesmas após a chegada destes símbolos da “modernidade”, como estas iriam adaptar-se ao “mundo moderno”, deixando muitas vezes os hábitos e tradições que a Igreja Católica apregoava a anos, a exemplo de muitas cidades do Brasil e em especial da Paraíba que viveriam este contato com estes signos da “modernidade” podemos destacar que agora:

[...] Campina Grande aparecia, em grande parte do discurso e da propaganda das elites, ambigualmente, como um lugar em franca expansão e cheio de mazelas, mas onde o progresso e a civilização deitavam raízes. Dissecar e esquadrihar a cidade, trazendo à tona sua diversidade, é mostrar também como as elites tentaram hierarquizar espaços e intervieram em territórios, buscando instituir valores que mantivessem os status quo, ou que o modificassem apenas superficialmente para incorporar novos grupos e interesses. Mas significa também compreender como muitos moradores vão constituir outras tantas cartografias, burlando e resignificando essa teia de valores e códigos que se lhes tentavam impor (SOUSA, 2006, p. 112).

O que podemos notar ao longo da história, e em particular neste momento ora estudado, é que a Igreja com toda a sua hierarquia, juntamente com boa parte da elite social, mais ainda após a formação destas novas dioceses, no caso aqui da Paraíba, no comando de Dom Adauto, neste momento explicitado, mesmo em meio ao turbilhão de problemas e desafios enfrentados na sociedade, entre as novas religiões que adentravam no país, seu desligamento com o Estado, a perda do posto de ser a religião oficial do país e a adaptação social dentro das mudanças ocorridas com a chamada “modernidade”.

Esta instituição procurou fazer seu papel de concentrar sempre os poderes para si, muitas vezes, renunciando, reestruturando-se, resignificando-se ao longo do tempo, procurou por meio de sua força tradicional e com raízes medievais manter e impor seu status, elaborando e repensando os seus valores éticos e morais e levando para a sociedade, desafiando não só a “modernidade” como também a cientificidade que aflorara com a República, esta instituição conseguiu por fim, não só manter muitos de seus fiéis como

também chamar novos para suas fileiras, mesmo que a custos muito alto, tanto para ela quanto para muitos da sociedade que tentaram ir de encontro a mesma e em alguns casos acabaram se dando mal, que no caso podemos citar os protestantes, que será o alvo de nossos próximos capítulos, tanto na Paraíba como na cidade de Cuité.

CAPÍTULO II - INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E PROTESTANTISMO

2.1 PROTESTANTISMO: A REAÇÃO DOS “FILHOS DE PEDRO”

Dentro do contexto recristianizador e romanizador que a Igreja estava passando dos últimos anos do século XIX e os primeiros do XX, como pudemos ver anteriormente, estava pautando-se pelas inúmeras mudanças ocorridas dentro da sociedade e procurando adaptar-se, com inúmeros problemas a serem enfrentados, pois agora com a República muitas das regalias que outrora esta detinha, com a separação entre Igreja e Estado, esta não teria mais.

Podemos citar dentre os seus mais variados problemas, a não aceitação do ensino leigo, a perda do mando, com a secularização dos cemitérios e dos registros de nascimento e mortes, que agora se fariam através dos cartórios civis, sem falar também do casamento, também realizado nos mesmos cartórios e ainda a proibição de subsídios advindos do Estado para a Igreja. Todos estes pontos seriam agora o desafio da secularização, que a partir do início da República deu-se esta abertura.

Além de todos estes contratemplos, assim podemos dizer, para a Igreja, ainda tinha que enfrentar a liberdade de culto que o Estado laico traria neste momento, que agora veríamos um enfrentamento, uma verdadeira competição religiosa dentro do país para se ter o direito de exercer tal culto religioso, onde a Igreja Católica não querendo aceitar a perda de mando da religião oficial do país, que ostentara durante o período monárquico, tentaria usar de muitos artifícios para manter o seu status, usando muitas vezes da violência, de sua autoridade conquistada ao longo de muitos anos, de seus dogmas para puder ou tentar manter tal patamar, mesmo que não oficialmente.

Os bispos em todo Brasil encabeçaram uma forte campanha de restauração e de fortalecimento de sua instituição, pregando que seria preciso agora que todos os católicos se unissem e saíssem da inércia, do sono, de uma espécie de hibernação que a Igreja estivera passando, mas que agora seria preciso acordar, para fortalecer seus vínculos e defender não apenas a sua religião, mas acima de tudo a sua pátria.

A entrada e o desenvolvimento de inúmeras religiões, seitas e sociedades secretas dentro do país fez com que a Igreja reagisse de forma, muitas vezes enérgica, para com os seus adversários religiosos. Dentre a pluralidade religiosa que se estava tendo a partir de então no Brasil, seus principais “inimigos da fé”, os espíritas, maçons e acima de tudo, protestantes, fazendo com que ocorressem em todo país, e em particular aqui na Paraíba e na região da

paróquia de Cuité, como iremos relatar mais a frente, acontecimentos que marcaram, chocaram e deixaram marcas para muitas pessoas que estiveram envolvidas e sofreram, o que nos dias atuais podemos chamar de intolerância religiosa.

A Igreja, na figura central do papa, dos bispos e de seus sacerdotes espalhados nas mais longínquas partes do país não aceitavam agora em estarem sendo igualadas a ensinamentos trazidos por Lutero, Calvino, Henrique VIII, teologias kardecistas, espíritas, ou até mesmo ideologias advindas de Augusto Conte, positivismo, que apregoava uma liberdade sem ter um apego religioso. Toda esta “invasão” que agora estava acontecendo fez com que ocorresse uma reação por parte dos “filhos de Pedro”, a fim de “reconstruir” moral e religiosamente a nação.

Esta reação que agora estaria sendo imposta pela Igreja em contrário de seus mais ferrenhos “inimigos da fé”, se daria através das mudanças e adaptações de seu discurso disciplinador para com os seus fiéis, como também para com as pessoas que “teimassem” a sair da sua religião de origem, deixando seu seio maternal de fé para adentrarem em seitas ou ensinamentos advindos neste momento no país, segundo as pregações dos prelados da Igreja, principalmente o protestantismo teria adentrado em terras brasileiras através dos norte-americanos, com o intuito de formar o seu império no país. Para tanto, a hierarquia católica usaria de todo o seu arcabouço intelectual para adaptar o seu discurso neste momento, a fim de moralizar e disciplinar a todos, pois:

A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras.

Geralmente se vê na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, como que recursos infinitos para a criação de discursos. Pode ser, mas não deixam de ser princípios de coerção; e é provável que não se possa explicar seu papel positivo e multiplicador, se não se levar em consideração sua função restritiva e coercitiva (FOUCAULT, 2014, p. 34).

Daí que, a Igreja usaria de toda a sua história e força aqui no Brasil para impor através de seu discurso um possível controle sob a situação que se afluera, mostrando que a “verdadeira identidade religiosa” estaria dentro dos ensinamentos e pregações católicas, que a “verdadeira fórmula para a salvação” estaria sim, nos dogmas e na infalibilidade papal, e que através da doação de corpo, alma e coração de seu fiel, este encontraria regozijo, mas não com as muitas pregações que aqui estavam espelhadas.

Se verá portanto, que, será neste discurso disciplinador onde os clérigos católicos irão demonstrar todo o seu poder de autoridade, de legalidade, de religião oficial do país, mesmo

não tendo mais este posto, mas lhes mostrando que seria de direito, pois dentre outros motivos, teriam no Brasil um grande número de fiéis, sendo assim um país amplamente católico, difundindo entre sua hierarquia, seus sacerdotes e consequentemente suas “ovelhas”, que por este e outros motivos o Brasil não poderia se render a estas novas e falsas pregações, usando assim este discurso intelectual e religioso, para poder através dele, se não resolver, usar da força, em muitos casos, mostrando assim quem estaria com a razão e que de fato e de direito mandaria nestas terras.

Mesmo a Igreja já tendo um pequeno pensamento embrionário de uma mudança em seus moldes, uma reestruturação, pensada no final do século XIX, será mais consistente esta ideia e posta em prática a partir dos anos 20 do século XX, em que passaria a receber orientações diretas da Santa Sé, por meio da chamada romanização, que já foi aqui explicitada, mesmo com a separação oficial para com o Estado, mas contudo, sempre procurava meios de estar próximo do poder civil, com o intuito de que, com a sua ajuda, o ideal de “recristianizar” o país ficasse menos oneroso e mais fácil, consequentemente, tendo um suporte estatal ao seu lado.

A Igreja procurava, mesmo vendo a entrada em massa da imigração protestante em vários cantos do país, reestabelecer a sua ordem, através de seus valores morais e religiosos, travando assim uma ferrenha e acirrada luta, que para a época e para alguns, poderiam não se considerar que esta luta pudesse ser vista como polêmica e intolerante, porém, aos olhos atuais é visto que sim, mesmo que ainda por alguns, fora dessa forma que foi iniciada esta batalha religiosa, procurando assim, a Igreja dar uma certa resposta ao enorme pluralismo que se abriu com o florescer da República no Brasil.

Como estamos notando, as mudanças sociais e políticas que atingiram o Brasil nos primeiros anos após a República atingiria profundamente a Igreja Católica e também por que não dizer, aos protestantes, os que já estavam estabelecidos ou entravam neste momento no país. Por meio de muitos conflitos ideológicos que haviam iniciado neste momento aqui no Brasil, tanto líderes políticos como religiosos seriam abalados, pois movimentos como o nazismo ou o comunismo, muitas vezes eram vinculados com as igrejas protestantes por parte dos clérigos católicos, criando um certo medo na população, de que a entrada e permanência destes seria sinônimo de uma desestrutura social no país, ao ponto de em muitos casos proibirem o seu culto ou afirmarem que as suas pregações serviriam de base para um discurso exclusivamente comunista.

Mesmo as voltas com todas as adversidades que enfrentaram os protestantes para se enraizarem aqui no Brasil, de certa forma foram beneficiados neste momento com toda essa

avalanche de transformações que ocorria aqui, pois com o aprimoramento e melhoramento dos meios de comunicação, essas igrejas puderam adentrar mais profundamente em terras brasileiras, formando núcleos nos mais distantes interiores do país, mesmo com todo o discurso antiprotestante comandado pelos bispos católicos, dessa forma:

Novos grupos protestantes, desqualificados como seitas pelas igrejas de cunho tradicional, aproveitavam-se da migração interna, desenvolvendo uma propaganda bem agressiva entre as populações desarraigadas. A difusão da cultura urbana e a ânsia de instrução, que se apoderava sobretudo da baixa classe média, fazia um estranho contraste com a mentalidade rural de muitos protestantes e dava lugar à mistura de elementos culturais heterogêneos (AZZI, 2008, p. 652).

O Brasil, neste momento, tinha em sua boa parte da população hábitos mais rurais e com um grande déficit em muitas áreas assistenciais que os governos, seja em âmbito federal, estadual ou municipal deixavam a desejar, tendo uma carência muito grande na saúde, educação, lazer e bem estar; em relação a este assunto podemos dizer que as igrejas protestantes tiveram um ponto positivo, pois, por meio desta lacuna social que havia no seio de boa parte da população, elas adentraram, tentando de certa maneira ajudar a população, e em muitos casos conseguiram formar muitos núcleos de evangelização e instalar suas igrejas.

Mesmo que até os próprios protestantes em um dado momento de seu “desbravamento” sofressem dificuldades para se adaptarem com as mais variadas formas culturais existentes aqui no país e principalmente a forma de levar o seu ensinamento e de adaptar a realidade rural com a urbana, de alguns casos que por ventura viessem a migrar das grandes cidades para o interior, para poderem formar suas igrejas.

Em contrapartida, a Igreja Católica não ficaria de forma alguma calada e/ou parada, vendo todo este processo se desenvolver, porém, para melhor lutarem contra estas novas formas religiosas que estavam cada vez mais se espalhando sobre o país, teve que se adequar a estas mudanças e criar formas de tentar não só neutralizar os protestantes, como também de expandir os seus ensinamentos, tais atitudes podem ser vistas por meio da formação das novas dioceses, como foi o caso da Paraíba, criada a partir do ano de 1892, como explicitado no capítulo anterior.

Dentro da formação destas dioceses, tiveram também que se adequar a estas mudanças em vários sentidos, a fim de obterem maiores e melhores resultados nas regiões que agora iriam abranger; um dos pontos que podemos dizer que estas novas dioceses tiveram que pautar seria na formação de seus sacerdotes, pois agora, teriam que sair dos seminários para as suas respectivas paróquias com todo o aparato e arcabouço intelectual e religioso,

comprometidos com esta renovação de sua Igreja, desta recristianização que agora seria, não só para estes novos párocos, mas para a Igreja como um todo, um enorme desafio.

Para enfrentar este desafio, ou seja, esta reorganização que a Igreja no Brasil propunha, este enfrentamento com seus mais radicais “inimigos da religião”, estes sacerdotes católicos não teriam que ter meramente cautela perante a sua fé e carisma para com a população, como em um dado momento se pedira estes tópicos para servir de base, antes de toda essa crise, mas agora, teriam que ter, além de toda formação doutrinal, filosófica e teológica adquirida durante o período que esteve no Seminário, um maior rigor para com as suas práticas, métodos e formas de se portar, mediante todas as adversidades que, tanto a República, quanto a chamada modernidade, tivera preparado para eles ao se depararem com a realidade, não estando mais enclausurados e responsáveis apenas por fazerem orações.

A Igreja acreditava que os seus padres iriam sair em uma seara que a maioria de seus fiéis seriam pessoas iletradas e que, conseqüentemente, estas nada tinham a ensinar, mas sim, a aprender, o padre portanto, teria a missão de levar a fé a esta população sedenta, claro, este ensinamento seria baseado aos olhos de sua própria fé, estruturando assim um processo de aprendizado que se tornaria tão hierárquico quanto os pilares da própria Igreja. O padre, palavra que do latim *patre*, representaria neste contexto, literalmente a figura de um pai, guiando as vidas religiosas de seu rebanho, conduzindo-os para o bem, para a salvação e os guiando e desviando-os de todo e qualquer mal, mal este que é claro seria encabeçado pelo protestantismo, fazendo assim, estaria de fato cumprindo com a sua missão, que era a de levar ao mundo o ensinamento divino, mundo este que, segundo a Igreja, havia perdido a sua graça divina.

Havia ainda, ou em certos casos podemos dizer que há, na relação destes padres para com os seus paroquianos um distanciamento, isto se dava baseado no respeito e na obediência que o leigo teria em relação à figura clerical e todo o seu arcabouço de conhecimento e de uma áurea divina ou sacral, no entanto, esta figura paternalista que o padre exercia neste momento reforçaria dentro da sua prática religiosa o seu poder autoritário sobre os indivíduos e também perante as outras instituições sociais. Esta atitude de certa forma impediu que a Igreja desenvolvesse um trabalho com grande êxito junto as populações menos favorecidas da sociedade, a chamada educação religiosa popular, com isto, não queremos afirmar que nenhum trabalho dessa natureza não tenha sido realizado e não tenha dado certo.

Contudo, podemos notar que a Igreja ao longo de sua história, e em particular neste momento estudado, teria que sistematizar e incorporar novas formas de doutrinação para que os seus sacerdotes melhor se adequassem as mudanças ocorridas dentro da sociedade, porém,

sem nunca perder o foco nas bases educativas, comportamentais e sacerdotais que não abriria mão para com os seus futuros padres e bispos que adeririam ao ultramontanismo e a romanização para intensificar esta reforma e assim renovar seu quadro eclesiástico.

Todo este aparato eclesiástico, teológico e filosófico foi posto em prática na Diocese da Paraíba pelo seu primeiro bispo, Dom Adauto, chamado também de “reformador”, segundo Barreto (2009), em que o mesmo procurou cumprir todas as determinações das encíclicas vindas da Santa Sé, elevando assim o catolicismo no Brasil com sua forma de agir, sua prática pastoral, a sua conduta por certo, foi vista como promissora pela Igreja Católica Romana no contexto do Brasil republicano, em seu princípio. Dentre algumas das obrigações que Dom Adauto teria a frente desta nova diocese, seria a tarefa de formar novos padres com competências plenas para tal cargo, com condutas morais inquestionáveis, com uma educação e um espírito religioso perfeito, doutrinar na forma dogmática da Igreja os seus fiéis e acima de tudo, combater o protestantismo.

Contudo, podemos dizer que esta conduta de ensinamento mudou e ainda continua a mudar de acordo com a necessidade que a Igreja esteja passando, naquele momento se pedia que houvesse uma melhor adaptação com a recém separação com o Estado, adequação as orientações ultramontanas, procurar manter o equilíbrio mediante os assustadores e desafiadores símbolos e hábitos que a modernidade traria para o seio social, que muitas das vezes batiam de frente com os ensinamentos mais tradicionais, as políticas liberais, a maçonaria, como também o desafio de poder enfrentar o protestantismo que estava se alargando em vários lugares do país, trazendo consigo apoio a população no que diz respeito a áreas como saúde, educação e assistência social.

Dentre estes pontos que foram citados acima, podemos dar destaque a educação, onde o protestantismo atuou de forma clara, procurando levar seus ensinamentos as classes sociais menos favorecidas, esta prática educacional por parte dos protestantes se fez aparecer no país ainda no século XIX, dando uma maior guinada no XX. É claro que fica difícil enumerar alguma contribuição deixada pelos protestantes entre a passagem de um século para outro, ora expressado, pois se a presença protestante era considerada clandestina, ficaria quase impossível manter uma escola que não confessasse a fé e religião católica.

Segundo Lima (2004), mesmo antes do início da República, quando em um dado momento do século XIX o protestante era pelo menos tolerado, porém, para manter as suas instituições educacionais seria dificultoso, pois havia aí uma série de restrições legais e um preconceito cultural de boa parte da população. Portanto, fica difícil e quase impossível elencar algumas possíveis escolas administradas por protestantes ao longo do país, pois a falta

de documentação nos deixa esta lacuna, pelo fato destes sofrerem repressões por parte da Igreja Católica que muitas vezes possivelmente foram destruídos ou proibidos a sua catalogação e divulgação e/ou sua concretização. Podemos ainda atribuir esta lacuna documental por motivo do desinteresse de alguns historiadores ao longo da história, pelos mesmos não representarem um número mais ou tanto quanto significativo para a formação cultural brasileira e mais uma vez citando, a difusão da tradicional rejeição para com o protestante, amplamente divulgada e alardeada pela Igreja Católica.

Ainda sobre a educação e a contribuição deixada pelos protestantes no país, apesar de toda forma repressiva imposta pela Igreja, dentre os muitos que entraram no país podemos citar os ingleses, que trouxeram sua cultura para muitos brasileiros, alguns com mais condições econômicas estudaram em terras e universidades inglesas e em alguns casos, ingleses que conviveram e foram professores em terras brasileiras deixando suas marcas, mesmo que não fossem exclusivamente para angariar almas para sua fé, contudo:

Essa contribuição para a educação no Brasil vinda de protestantes ingleses que aqui procuro apresentar não se trata de educação religiosa, da conquista de adeptos para uma fé protestante, mas de ações de protestantes que contribuíram com a transmissão da cultura, proporcionando a ampliação da cultura científica da juventude brasileira daquele período, ofertando, por meio da instrumentalização (competência de leitura em língua inglesa), o acesso à grande produção de conhecimento publicada em inglês. Aprofundamento em pesquisas sobre as relações sociais entre brasileiros e os ingleses protestantes que no Brasil viveram poderá dar a dimensão desses intercâmbios, informar até que ponto o *modus vivendi* do inglês protestante influenciou a formação dos brasileiros com quem conviveram e, mormente, daqueles que os tiveram como professores (LIMA, 2004, p. 145).

No entanto, a Igreja Católica se pôs rigorosamente contra este ensino, onde os seus prelados procuravam levar para a população informações de que o estudo protestante não passava de uma heresia, afirmando ainda que, os que dele praticassem estariam sendo condenados eternamente, a Igreja dizia ainda que este ensino deveria ser menosprezado, pois daria valorização mais a aspectos como a educação sexual, colégios onde estudassem juntos homens e mulheres, valorização da mulher e claro, estes eram acusados de defender os princípios norte-americanos, indo contrário aos interesses nacionais. O que se podia notar claramente nos ensinamentos básicos para a evangelização no contexto educacional protestante, seria na alfabetização, que havia claramente neste momento de ensino uma expressiva divulgação da fé luterana e um proselitismo protestante muito forte, muito embora que, mesmo ao final daquela alfabetização evangelizadora a adesão para esta nova fé não se concretizasse.

Com a preocupação nesta questão educacional é que é promulgada no ano de 1929 pelo Papa Pio XI a Encíclica *Divini Illius Magistri*, este documento demonstra todo o esforço para que a Igreja reestabelecesse a cristandade no país, de acordo com os ensinamentos advindos da Itália, afirmando que poderia exercer o seu poder perante os cidadãos, igualmente ocorrera na Idade Média, mas, para que isso ocorresse, seria necessário que a educação fosse pautada nos princípios católicos, para a Igreja, seria a correta e perfeita, pois:

Segundo Pio XI, a promoção da ação educativa está confiada a três agentes principais: Igreja, família e Estado. À instituição católica cabe o papel primordial na educação, tendo em vista o destino sobrenatural do homem; em seguida, a educação cabe à família, como fonte natural da humanidade; por último, de modo subsidiário, ao Estado, responsável pelo bem comum dentro da ordem natural. O objeto da atividade educacional é o ser humano, com sua natureza debilitada pelo pecado original; assim sendo, a encíclica condena o chamado naturalismo pedagógico, afastando também a possibilidade da educação sexual e dos colégios mistos; o único instrumento apto para realizar a tarefa educativa é a escola católica, sendo vetadas aos fiéis, as escolas protestantes e as escolas leigas. A finalidade da escola é formar o cidadão honesto e praticamente da doutrina de Cristo (AZZI, 2008, p. 308-309).

Podemos notar claramente que com esta encíclica, a Igreja estava tentando manter, como também reestabelecer alguns objetivos, dentre eles seria mostrar que era natural à educação estar nas mãos da Igreja, onde teria o poder de minimizar o pecado original trazido pelo homem, em conjunto com a família e com o Estado. Nesta citação do Estado se ver explicitamente a tentativa de reaproximação, dando prosseguimento, o documento traz consigo o escárnio em relação a uma outra forma de educação que não seja a pautada nos moldes católicos, pois, para a Igreja uma das “chagas” trazidas pela laicização seria a difusão e propagação do ensino protestante e leigo, seria defendido neste momento a doutrinação e cristianização das escolas públicas do país em conformidade com a visão de mundo autoritário e hierarquizado da Igreja Católica.

Aqui na Paraíba também pôde notar a preocupação do primeiro arcebispo, Dom Adauto, procurando mostrar ao povo paraibano que de fato o verdadeiro ensino seria desenvolvido pela Igreja Católica, não sendo aceito nenhuma outra forma de propagação educacional que não fosse esta, portanto:

Durante os anos de 1930 a 1932, Dom Adauto publicou semanalmente cartas que foram intituladas de *Propagação da Fé e Instrução Religiosa* com a finalidade de mostrar as famílias os problemas oriundos de um ensino leigo que era resultado da separação entre o Estado e a Igreja. Para o arcebispo era necessário fomentar na formação do sujeito o ensino religioso em todos os âmbitos escolares, portanto, era necessário que ocorresse a relação entre a formação dos jovens e a vida religiosa, portanto, a Igreja não admitia que ocorresse um ensino regular sem a constituição

religiosa e a sociedade deveria compreender o lugar central da Igreja dentro do contexto dessa formação (GOMES, 2015, p. 72).

Dom Adauto, não aceitava que houvesse educação sem ter ou está ligada a religião, ou seja, para ele era imprescindível ter na grade curricular educacional a disciplina que falasse sobre religião, porém, o teor do que seria repassado para os alunos com certeza seria de cunho totalmente católico, para poder despertar no alunado que a Igreja Católica seria a verdadeira religião a ser seguida e que estava num patamar central dentro da sociedade brasileira, em comparação com as demais denominações que aqui se instalavam.

Os bispos pregavam ainda que, quem estivesse levando os seus filhos a serem educados em escolas protestantes estariam indo contra a fé e a moral de seus antepassados, de seu país, estariam encaminhando-os para a danação eterna, estariam assim, assassinando suas almas, por fim, os clérigos católicos não só davam recomendações de que os pais matriculassem seus filhos em escolas católicas, como condenavam veementemente os que assim não cumpriam e os pusessem para serem educados em colégios protestantes.

Muitas foram as denominações religiosas que neste início de migração adentraram no país, principalmente após a Proclamação da República, de acordo com Azzi (2008), entraram aqui no país, presbiterianos, metodistas, batistas, adventistas e igrejas denominadas pentecostais, a exemplo da Congregação Cristã do Brasil e a Assembleia de Deus, que apesar de toda repressão sofrida por parte dos católicos, os protestantes conseguiram em muitos cantos do país multiplicar as suas igrejas, esta insistência e perseverança, digamos assim, em alguns casos causaram um respeito por parte de alguns católicos, mesmo que tivera sido uma minoria. Vendo também que o protestantismo havia angariado muitos fiéis para si, a Igreja Católica em um determinado momento, como ainda hoje podemos ver, procurou usar métodos protestantes de evangelização em seus cultos.

Podemos afirmar que, com a presença mais constante de protestantes aqui no país, isto com certeza gerou uma barreira nas pretensões da Igreja Católica em desenvolver seu plano da neocristandade, como também impediu a retomada da união entre a Igreja e o Estado, na contramão do pensamento católico, e sendo mais uma “pedra no seu sapato”, estes acontecimentos fizeram com que a população criasse em si uma maior sensibilidade em relação ao pluralismo religioso que estava acontecendo neste momento. Outro ponto é que, esta discussão educacional, fez ampliar uma maior abertura nas chamadas reformas educacionais, com a participação mais democrática, modernizando de certo modo, o ensino científico.

Ainda sobre este contexto educacional, podemos bem lembrar as pretensões que tinha Dom Sebastião Cintra da Silveira Leme, ou apenas Dom Leme como ficou conhecido, foi Arcebispo Coadjutor (1922-1930) e Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro (1930-1942), dentro do seu projeto de recristianização do país, Dom Leme dizia sentir a necessidade de se fundar uma universidade católica, com moldes das universidades medievais, pois as consideravam verdadeiras fontes de saber erudito da cristandade medieval.

De acordo com Azzi (2008), foram criadas várias entidades educacionais de cunho católico no Brasil, dentre elas temos a Universidade Católica do Rio de Janeiro, criada no ano de 1941; a Faculdade de Filosofia Santa Úrsula, fundada em 1938, também no Rio de Janeiro; a Escola Superior de Administração e Negócios, (ESAN), criada em 1941, em São Paulo; a Faculdade de Engenharia Industrial, fundada em 1939 em São Paulo; também em São Paulo no ano de 1938, a Faculdade de Estudos Econômicos, além de dezenas de faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, espalhadas Brasil à fora.

Todas estas faculdades foram, e ainda são, sem dúvida, muito importantes para a formação e desenvolvimento da educação do nosso país, mas no entanto, não devemos esquecer que todos estes empreendimentos foram realizados com o intuito não somente de crescer e melhorar a educação como um todo, mas também de, fazer permanecer o vínculo católico dentro da educação no Brasil, tentando afastar assim, os ensinamentos protestantes que estavam em ampla ascensão, como já fora explicitado. Outro fator importante que não podemos esquecer dentro deste patamar educacional, é que, todo este investimento foi muito dispendioso, principalmente para os cofres públicos, indo mais uma vez no caminho contrário da laicização instituída em 1889, com a República.

Pelo fato de ter adentrado no país muitas denominações protestantes, destes estarem em muitos casos mais próximos das populações mais carentes e longínquas do território brasileiro, de em alguns casos os padres manterem um dada distância da população, impondo seu conhecimento e o respeito, pautada na sua figura, é que houve um crescimento destas denominações protestantes e de outras religiões em boa parte do país na primeira metade do século XX. Apesar de todo o esforço realizado por parte da Igreja com o intuito de combater esta secularização, porém, muitas vezes esquecendo ou não dando importância a uma popularização, acabou ocorrendo que:

A expansão do protestantismo e do espiritismo tornou aparente o que era verdade há algum tempo: a Igreja não estava efetivamente atingindo as massas. Embora uma percentagem esmagadora da população se declarasse católica, somente uma pequena minoria tinha participação ativa na Igreja. Os protestantes, embora constituíssem uma singular minoria da população, aumentavam em número rapidamente. O censo

de 1940 registrava pouco mais de um milhão de protestantes, um número que aumentou em 150% em 1964. O crescimento foi especialmente rápido nas áreas urbanas e entre as classes populares, promovendo uma erosão nas frágeis bases do catolicismo, entre as massas. O espiritismo e seitas afro-brasileiras penetravam especialmente nas cidades, e muitos católicos declarados praticavam essas religiões (MAINWARING, 1989, p. 53).

A citação acima nos mostra que o número de protestantes estava subindo ao longo dos anos no país como um todo, estes dados nos chamaram a atenção pelo fato de que, fora nesta data que ocorrera um dos atos de maior intolerância no município de Cuité, localidade que este trabalho dará ênfase mais a frente, que foi a tentativa de derrubada de uma igreja evangélica, por parte de alguns populares e possivelmente a mando de uma autoridade religiosa e ajuda de outras políticas e militares, este tópico será discutido com mais detalhes nos próximos capítulos, porém, tomemos a liberdade e curiosidade de abrimos um parênteses neste momento para pesquisarmos sobre alguns números de evangélicos naquela localidade.

No Brasil em 1940⁶ havia o número total de habitantes de 41.169.321, que destes 39.116.725 se diziam praticantes da religião católica, 1.070.687 eram protestantes, já 87.261 pessoas se diziam não ter religião e 101.326 não declararam a fé que professavam. No Nordeste do país 98,9% se diziam católicos e apenas 0,7% protestantes e 0,1% sem religião definida. Na Paraíba, neste mesmo ano 99,1% da população se dizia católicos e apenas 0,7% evangélicos e/ou protestantes, não constando ninguém naquele momento no Estado que se disse não ter religião.

Infelizmente, não encontramos os números exatos de quantos católicos e protestantes, como também, os de outras denominações ou sem religião haviam na cidade de Cuité no ano de 1940, ano do fatídico caso, que será expressado mais adiante, como também, ano do crescimento do número de protestantes no país, de acordo com a citação acima. Um fato nos fez chamar a atenção, é que pesquisando, vimos que no último censo realizado no país em 2010⁷, a cidade de Cuité foi totalizada com 19.978 habitantes, sendo, 17.505 pessoas que se disseram católicos apostólicos romanos e apenas 1.515 pessoas ditas evangélicas e/ou protestantes das mais diversas denominações, restando então 958 pessoas que se dizem não ter nenhuma religião ou de outras religiões diferentes das citadas.

⁶ Estes números foram retirados do livro: Estudos & Pesquisas – Informação Geográfica e sócio econômica. Tendências Demográficas – Uma Análise da População com Base nos Resultados dos Censos Demográficos de 1940 e 2000. Publicado pelo (IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conjuntamente com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro. 2007.

⁷ Estes dados foram obtidos na data de 25/08/2015 e estão disponíveis em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250510&idtema=16&search=paraiba|cuite|sintese-das-informacoes>

O que nos fez abrir este parêntese neste momento foi o fato de que, mesmo agora, vemos que o número de católicos é de tamanha expressividade do que o de protestantes na cidade de Cuité, imaginemos portanto, na década de 40 do século passado, onde ocorreu alguns fatos intolerantes, como o citado anteriormente, portanto, acreditamos que, por ser este número de protestantes reduzidos, em comparação aos de católicos, claro que, conjuntamente com tudo que estava ocorrendo no país no seu contexto geral, este fato contribuiu decisivamente para o êxito de atos de intolerância praticados naquela localidade neste momento, atos estes que exemplificaremos mais a frente com alguns detalhes.

No entanto, naquele instante, estes números a cada dia aumentavam o receio da hierarquia católica que procurava de todas as formas conter este aumento protestante no país, a Igreja via neste momento seu monopólio religioso de muitos anos desabar. Alguns atos passariam a ser corriqueiros para alguns católicos, com o intuito de parar com este crescimento dos protestantes, um deles seria a abominação, o insulto. Foi principalmente a partir da década de 1920 que inicia uma difusão de que a chegada destes aqui no país não passava de um plano audacioso dos norte-americanos de invadirem e dominarem a América Latina e conseqüentemente, acabar com o catolicismo nesta região.

Podemos dizer que todo o discurso antiprotestante teria sido uma forma de autodefesa organizada pela Igreja, no momento também que ao estarem desenvolvendo estas práticas, também tomava a consciência de que seria preciso uma grande reformulação em suas bases e práticas pastorais e de evangelização para poderem lutar em pé de igualdade com todas as denominações religiosas que agora estavam coabitando no espaço que, até então seria único e dito como legítimo, como também, estas mudanças seria para que houvesse agora um bom relacionamento com os governos democráticos nesta República.

De certa maneira, a Igreja teria que aproximar-se mais da população, onde esta sociedade neste momento se apresentava cada vez mais participante, porém, a rigidez, a ordem e disciplina imposta por ela, muitas vezes atrapalhava a sua aproximação com o povo, alguns pontos que pareciam impossíveis, a Igreja queria alcança-los, que seriam combater o protestantismo, ter uma maior e melhor aproximação para com as mais variadas classes sociais e ter seus representantes em cada esfera social, no entanto, esperava fazer isto sem perder seu poder nem seu autoritarismo hierarquizante que houvera conquistado e imposto ao longo dos anos, principalmente na época monárquica aqui no Brasil.

Ao longo do tempo a Igreja procurou ficar cada vez mais próxima de seus fiéis, com o intuito de não mais perdê-los, como também de tentar resgatar os que haviam “desviado” os seus caminhos para o protestantismo ou outra forma de religiosidade, desde o início da

República. No entanto, apesar das muitas tentativas, de alguns exemplos terem até dado certo, mas isto aconteceu de forma não muito comum, no seio da Igreja, esta popularização, esta aproximação com o povo, não concretizou nem fincou raízes como se esperava, parecendo que não houve ao decorrer dos anos uma conectividade entre o eclesiástico e o leigo, havendo assim até de certa forma uma não aceitação ou significação certa de se conceituar e pôr em prática a chamada “religiosidade popular” vivida e experienciada pela população brasileira, de maneira que:

Ela faz esquecer que aqui se trata de uma experiência histórica de quase quinhentos anos de resistência, de procura de maior coesão social, de peregrinação e andança por cima desta terra vendida aos interesses estrangeiros. Trata-se de um cristianismo autentico, tão autentico quanto o cristianismo dos padres, dos bispos e dos religiosos (HOORNAERT, 1991, p. 153).

A Igreja nos parece que não conseguiu por meio da popularização afastar seus inimigos mais ferrenhos, que como estamos vendo seriam os protestantes, de certa forma, teve mais êxito para este fim quando usou da sua força, violência e da intolerância, porém, quando em muitos casos procurou enfrentar este inimigo aproximando-se da população, não foram muitos os pontos positivos a serem apontados, em que o novo modelo de cristandade em certos casos chegou a atrapalhar esta empreitada. A separação e a tentativa de uma nova aliança com o Estado fez com que muitas vezes entravasse esta conquista de popularidade da Igreja e de afastamento dos protestantes do seio da sociedade brasileira.

O autor nos coloca na citação acima que, para esta popularização, a Igreja esqueceu ou quer esquecer que o povo também tem sua história religiosa e precisa ser valorizada, que apesar de todo o contexto repressivo sofrido desde os primeiros anos de colonização, a Igreja não valorizou esta religiosidade popular como sendo algo a ser colocada em prática, possivelmente por motivo que não tivera surgido do meio hierárquico da Igreja, por este motivo sendo menos valorizado ao longo dos anos, daí quando a Igreja necessita a aproximação com ela própria, não sabe muitas vezes lhe dar consigo mesmo, deixando a desejar a forma de como leva a evangelização e não procura ouvir, mas sim só impor, como fizera quando esteve a frente e monopolizando a religiosidade no país.

2.2 O DISCURSO ANTIPROTESTANTE

Toda esta transformação ocorrida na sociedade brasileira e pontualmente falando, com a Igreja Católica em fins do século XIX e início do XX, principalmente após a República que

gerou um desconforto por parte da sua hierarquia e, conseqüentemente, uma tentativa de manutenção da ordem e do poder, com a perda do mando e monopólio religioso no país que geraria então uma verdadeira “cruzada” a fim de dizimar seus “inimigos da fé”, que no caso, seriam principalmente os protestantes, com acusações, difamações e atos de rebeldia e intolerância, que começou de um lado e se desenvolveu e estas ações tiveram respostas e atitudes de ambas as partes envolvidas.

Todo este, digamos, desconforto social e religioso que estamos a relatar, podemos bem nos remeter ao pensamento de que a religião muitas vezes, ou se não, todas as vezes, está ligada diretamente com os acontecimentos sociais, ou seja, a sociedade e a religião seria algo intrínseco, uma está compreendida com a outra, portanto, o sagrado que traz consigo a religião seria então a harmonia, a garantia da ordem, condicionando assim a sobrevivência da vida social, a ideia em si da religiosidade não seria contudo a sua essência, mas sim, a sua força, no qual, tanto o eclesiástico quanto o leigo fiel se sentiria mais fortificado ao está e acreditar neste sagrado, na sua religião, não sendo este sagrado apenas uma simbologia do saber, mas também do poder, pois:

A certeza de Durkheim de que a religião era o centro da sociedade era tão grande que ele não podia imaginar uma sociedade totalmente profana e secularizada. Onde estiver a sociedade ali estarão os deuses e as experiências sagradas. E chegou mesmo a afirmar que “existe algo de eterno na religião que está destinado a sobreviver a todos os símbolos particulares nos quais o pensamento religioso sucessivamente se envolveu. Não pode existir uma sociedade que não sinta a necessidade de manter e reafirmar, a intervalos, os sentimentos coletivos e ideias coletivas que constituem sua unidade e personalidade”. A religião pode se transformar. Mas nunca desaparecerá. E ele conclui reconhecendo um vazio e anunciando uma esperança: “Os velhos deuses já estão avançados em anos ou já morreram, e os outros ainda não nasceram” (ALVES, 2000, p. 66).

A partir deste pensamento e afirmação tanto de Alves (2000), quanto de Durkheim, que ele cita, sobre este envolvimento de interligação entre a religião, o sagrado e a sociedade, podemos daí posicionarmos tanto os católicos que estavam no país desde a sua colonização quanto os protestantes e outras denominações religiosas, que agora tinham a liberdade de entrar e de desenvolver o seu culto. Os primeiros citados, corroborando com o pensamento Durkheimiano, de que não se pode existir uma sociedade totalmente secularizada e profanizada, não aceitavam de forma alguma esta secularização por parte do governo, após perder parte de seus poderes religiosos.

Por outro lado, vemos que apesar da secularização feita pelo próprio Estado e de ter levado para si alguns poderes e benefícios sociais que outrora estaria a cargo da Igreja, a

exemplo dos cemitérios, casamentos, e registros de nascimento e morte, este Estado, mesmo que não oficialmente, faria uma nova aliança com esta Igreja, principalmente a partir dos anos 20 do século XX, com algumas inaugurações e ações diretamente católicas, pois, de acordo com Simões (2008), no Brasil o início do movimento de restauração católica teve como marco simbólico a realização do Primeiro Congresso Eucarístico Nacional, celebrado de 26 de setembro a 1º de outubro de 1922, no Rio de Janeiro, (...) ainda naquele ano, foi lançada no Corcovado, a pedra fundamental do monumento ao Cristo Redentor, fundada a Confederação Católica do Rio de Janeiro e o Centro Dom Vital; vendo o Estado a necessidade de que, para ajudar na manutenção da ordem social seria preciso esta união com o sagrado, com o religioso, dando continuidade a esta ligação que tanto Alves (2000), quanto Durkheim afirmam na citação acima.

Já para os segundo citados, ou seja, os protestantes e as demais denominações religiosas que agora adentravam no país, estavam também interligados com o pensamento e a citação que ora discutimos, claro que indiretamente, estes possivelmente não estavam entrando no país pelo motivo de um “simples” pensamento, de um determinado teórico, mas sim, por motivos confessionais e ideológicos, dentre outros, porém, como já falado, mesmo indiretamente, estavam corroborando com o pensamento em tela, no momento em que estavam de certa forma fazendo com que a religião, no caso aqui no país, se transformasse, tomasse novos rumos, ganhasse novos ares e ensinamentos, fazendo com que a sociedade pudesse de certa forma esquecer os velhos deuses, símbolos, mitos, procurando a adoração daquele sagrado que agora se renovava na sociedade brasileira, mas nunca esquecido ou apagado, mantendo acesa a chama religiosa com seus ideais, práticas e formas de adoração ao sagrado, que, até então, não se tinha sido realizadas aqui, ou seja, transformando a religião, mas nunca deixando acabar ou esquece-la no meio social.

No entanto, não seria este o pensamento do clero católico, o de transformação, de mudança da religião, mas sim, o de uma manutenção do poder, se possível fosse uma extinção de toda e qualquer forma de religiosidade que estivesse direta ou indiretamente atrapalhando os seus desígnios religiosos, sendo uma “pedra no sapato” a mais, pois a secularização e a separação com o Estado, como já comentado, teria sido a primeira delas.

Para este combate, a Igreja usaria de muitos artifícios, como os já citados, dentre outros, citemos a criação de um discurso antiprotestante em todo o Brasil e em particular aqui na Paraíba e mais especificamente falando, na região do Curimataú, na cidade de Cuité, como estamos elencando. Na Paraíba, na recém formada diocese, a agitação e o combate ao protestantismo se deu de muitas formas, uma delas seria o embate entre a imprensa,

principalmente a escrita, os jornais se digladiavam, chegando a um patamar invejado até mesmo discussões que lembraria os mais altos níveis de movimentos políticos.

A Igreja atacava seus inimigos religiosos taxando-os de falsos, que pregavam inverdades, tentando assim negar a sua credibilidade como religião, querendo levar ao público que o protestantismo e conseqüentemente toda e qualquer denominação religiosa não seria de fato religião, mas sim, seitas. Os jornais trocavam farpas entre si, dentre os que mais se destacaram nesta empreitada podemos citar dois, o primeiro, no caso seria A IMPRENSA, jornal que estava levantando a bandeira católica, não a toa, haja vista de ter sido fundado pelo bispo da época Dom Adauto, o segundo seria O COMMERCIO, que tinha um cunho mais republicano, sobre ambos os jornais, já comentamos um pouco anteriormente.

Um documento importante criado pela Igreja que ajudou no combate ao protestantismo que podemos citar, dentre outros, é o Código de Direito Canônico, promulgado no mês de maio de 1917 pelo Papa Bento XV, vigorando a partir do ano seguinte. Este documento foi criado com o propósito de uniformizar a legislação católica reafirmando a sua unidade como sendo universal, mediante as demais igrejas particulares que aparecera naquele momento.

Este documento iria ajudar no combate aos protestantes, pois nele estaria contido algumas prerrogativas para os católicos de como agir ou não agir, mediante alguns casos que viessem por parte dos protestantes, explicitava também a diferenciação e uma possível punição para os chamados hereges, pois:

De acordo com o Código de Direito Canônico, era considerado herege aquele que, “depois de haver recebido o batismo, conservando o nome de cristão”, negasse pertinazmente ou pusesse em dúvida “alguma das verdades que hão de ser cridas com fé divina e católica” (c. 1325 § 2). Caracterizava-se por uma negação voluntária da “verdade”, incorrendo em excomunhão – pena da qual só era absolvido mediante a confissão e a abjuração de seus “erros”. Deste modo, os hereges não podiam receber os sacramentos da Igreja e eram privados de sepultura eclesiástica, a menos que antes da morte tivessem dado mostras de arrependimento. (SIMÕES, 2008, p. 53-54).

Para a Igreja, não apenas desenvolver determinados atos, mas apenas o fato de ter contato com os “hereges” já seria um risco para a sua fé, os que transgredissem esta regra poderiam receber a excomunhão, daí, caberia aos padres, tanto nas suas pregações e homílias na hora da missa quanto em conversas informais com o seus fiéis de alerta-los e proibi-los de ao menos sentir a curiosidade de ver um culto protestante, de ouvir as pregações e cerimoniais das tais “seitas” que agora estavam no território brasileiro. Estes atos resultavam em prejuízo

para a fé católica, pregavam os seus prelados, não aceitando ainda que nenhum protestante, nenhum “herege” fosse padrinho de batismo de nenhum católico.

Ter contato direto com um protestante, ler a sua bíblia, ou qualquer outro livro ou folhetim que defendesse a fé protestante e denegrisse os dogmas católicos, seria um ato passível de excomunhão, seria preciso então que os padres fizessem por onde afastar estas “más leituras” dos seus fiéis. Outro fato impensado pelo clero, ao menos corriqueiramente, seria o casamento de uma pessoa católica com uma “herege”, aconselhava-se que os párocos não realizassem tais cerimônias quando possível, mas se, mesmo assim os fizesse, teria que exigir um compromisso por parte da pessoa católica da manutenção de sua fé e se assim fossem realizar tal cerimonia, deveriam ser celebrados “em um lugar fora da Igreja e suas dependências, em qualquer casa particular”, sem os elementos que acompanhavam o rito tradicional (altar, crucifixo, imagens, água benta, paramentos, uso do latim) e “sem nenhum sinal de benção” por parte do sacerdote (*apud* SIMÕES, 2008, p. 55).

O discurso antiprotestante seria muito forte por parte da Igreja, mas também esta preocupava-se com os maçons e com o espiritismo, sobre os maçons, seria um inimigo mais velho, de tempos atrás, porém, o espiritismo, este estava se difundindo cada vez mais, após a vinda da República, porém, a Igreja acreditava que poderia ser algo passageiro, caso que não precisaria de muita preocupação, principalmente por ser considerado uma forma de algo novo, de modismo, que a população poderia até ver, mas não iria muito se deixar influenciar, no entanto, este modismo se prolongou tanto que chegou ao ponto de se notar que:

Para a Igreja, as camadas instruídas da população, através da leitura, tomavam conhecimento dos princípios espíritas. O mesmo ocorria nas camadas populares, pela proximidade cultural com as religiões afro-brasileiras. Assim, de uma forma ou de outra, toda a sociedade era considerada propensa à sua influência (FERREIRA, 1994, p. 282).

Partindo desta preocupação, a Igreja passou também a seguir os passos feitos contra os protestantes, agora também contra o espiritismo, acusando de serem algo pecaminoso, demoníaco, pagão, algo que estaria completamente fora dos padrões católicos e consequentemente cristãos. Para quem chegasse a praticar tal “heresia”, a Igreja dizia que com certeza seria condenado ao fogo eterno do inferno, muitos casos ocorreram que através de denúncias relacionadas a perturbação da ordem pública, muitos cultos espíritas foram invadidos pelas autoridades policiais.

Claro que, até os dias de hoje o espiritismo é considerado algo nocivo e demoníaco pela Igreja, principalmente pelo fato de ir contra muitos ensinamentos e dogmas da Igreja e é claro, pelo fato de se crer na mediunidade, ou seja, por manter contato através destes poderes com espíritos dos mortos, claro que isto para a Igreja, neste caso, estendemos este pensamento também até as igrejas protestantes, a mediunidade seria algo impensado ou se não, de certa forma, algo ligado se não a loucura, mas sim, diretamente ao demônio, também para os evangélicos.

Seguia-se assim toda a campanha da Igreja contra seus principais “inimigos da fé”, em que sua principal bandeira seria difamá-los, a fim de levar ao conhecimento do público, dos fiéis que estes não passariam de mentirosos, charlatões, e que a exemplo do protestantismo seria uma grande forma herética de profanar os preceitos católicos, que o discurso protestante seria de fato oriundo de uma grande e terrível inveja que sentiam perante a Igreja Católica, desde o seu fundador, Martinho Lutero, até aqueles dias, para a Igreja, todas as práticas evangélicas seriam criminosas de ataques infundados contra os católicos.

Por sua vez, todo ataque que partisse da Igreja Católica contra os protestantes, seriam considerados pelos jornais e pelo clero, uma defesa de uma religião que se diziam legítima e protetora de todos os brasileiros, religião que já estava aqui desde os primórdios da colonização e que não teria seus ensinamentos em bases infundadas, mas sim, herdeiras de dois baluartes e mártires da história do cristianismo, o primeiro, o próprio Cristo, o segundo, Pedro, apóstolo que Cristo, segundo as sagradas escrituras, haveria entregue as chaves do céu e a liderança da sua Igreja, que no caso seria a Católica Apostólica Romana, ficando assim, seus fiéis sendo também chamados de “filhos de Pedro”, que agora se defenderiam contra as heresias e mentiras impostas dos “filhos de Lutero”, e que estariam sendo comandados pelos ideais imperialistas norte-americano, para tentar se não acabar, mas enfraquecer os poderes e ensinamentos advindos da Santa Sé.

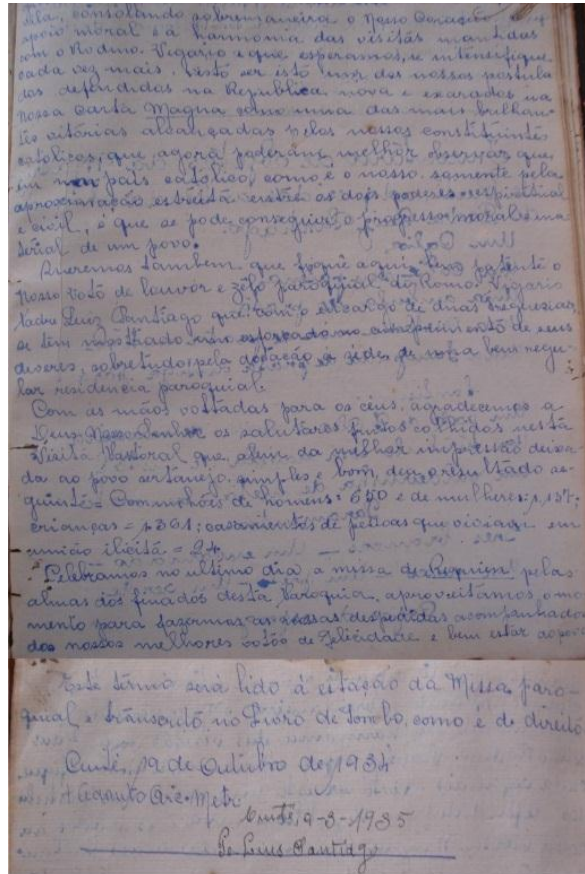
Neste momento de embate, é claro que, tanto um como o outro iria procurar atacar e se defender, portanto, as formas de zombaria, de um tratamento nada amigável em que o intuito seria tão somente depreciar a imagem de seu adversário, seria feito de forma recíproca por ambas as partes, é interessante que isto fique claro para que o leitor não venha a pensar que apenas aconteciam os ataques por parte dos católicos, mesmo por forma de defesa ou mesmo de ataque, como já fora dito, ocorria também por parte dos protestantes. Porém, devemos ressaltar que pelo fato de o número de católicos serem maior do que os protestantes, como já foi comentado anteriormente, os ataques seriam feitos em maior número por parte dos católicos, neste momento devemos levar em consideração que:

Enquanto empresa de afirmação social do catolicismo, orientada pela defesa da “ortodoxia” combinada a um nacionalismo de matriz religiosa, a restauração católica carregava em si a negação dos elementos “descristianizadores”, como eram consideradas as denominações protestantes existentes no Brasil. Estas, por seu turno, favorecidas pelo processo de secularização, também procuravam à época afirmar-se socialmente, contestando a fé e a tradição católica e colocando-se, deste modo, na contracorrente do movimento restaurador (SIMÕES, 2008, p. 39).

Para se ter uma ideia de como foi tão forte esta propaganda antiprotestante por parte da Igreja neste período em que estamos estudando, o primeiro bispo da Diocese da Paraíba Dom Adauto, ficou conhecido e bem afamado entre a hierarquia da Igreja Católica dentre os seus muitos feitos, dentre eles o de ter realizado muitas amizades e relações cordiais com chefes políticos, da elite e intelectuais locais do Estado, de ter realizado muitas visitas pastorais, e acima de tudo, de ter instruído bem seus padres para combater e desacreditar o protestantismo aqui nestas terras. Câmara (2000), cita-o, dizendo que a frente da fundada e instalada diocese paraibana estaria um dos mais operosos prelados do Brasil, que começaria na Paraíba uma nova era, uma nova vida espiritual, uma espécie de planejamento de todas as atividades católicas.

Não nos custa nada repetir que o período em que Dom Adauto fica no poder é de 1894 a 1935 e que o padre Luiz Santiago esteve à frente da paróquia de Cuité entre os anos de 1929 a 1941, portanto, sua formação e parte de seu paróquiato, alguns de seus atos e diversas ações realizadas a favor dos católicos e contra os protestantes foi sob a batuta e as instruções de Dom Adauto.

Dentre os feitos acima colocados do bispo paraibano elencamos que o mesmo teria realizado visitas pastorais em algumas de suas paróquias ao longo de seu bispado, a fim de corroborar com o que se está escrito, achamos por bem mostrar uma ata de visita feita pelo mesmo à paróquia de Cuité datada de 19 de outubro de 1935, em que se traz informações de que o então pároco daquela localidade estaria fazendo um ótimo trabalho a frente daquela paróquia, como também foram frisados alguns feitos realizados durante a visita ora em tela.



Fotografia 01 – Ata de visita pastoral realizada por Dom Adauto a cidade de Cuité no ano de 1935.
Fonte: Arquivo da Arquidiocese da Paraíba.

De forma rápida, queremos transcrever parte desta carta, onde o bispo fala de parte de sua visita e refere-se ao bom trabalho que o padre Luiz estava realizando. Conforme está escrito se diz que:

[...] Apoio moral e harmonia das visitas mantidas com o Rvdmo. Vigário e que esperamos, se intensifique cada vez mais, visto ser isto um dos nossos postulados defendidos na República nova e exarados na nossa carta magna como uma das mais brilhantes vitórias alcançadas pelos nossos constituintes católicos, que agora puderam melhor observar que em um país católico, como é o nosso, somente pela aproximação estreita entre os dois poderes – espiritual e civil, é que se pode conseguir o progresso moral e material de um povo (Ata da visita pastoral de Dom Adalto à paróquia de Cuité no ano de 1935).

Nestas poucas linhas que fazem parte desta ata pudemos bem notar o tom de luta e adequação da Igreja para com a República, quando o bispo fala da importância da união dos poderes civil e espiritual, como também notamos que o mesmo se refere a uma vitória dos constituintes católicos que, mesmo de forma indireta, postularam na então mais nova Constituição, que teria sido decretada e promulgada em 16 de julho de 1934.

Ainda sobre esta união entre os dois poderes citados, vemos a ironia e o tom desafiador e consequentemente preconceituoso no qual seria comum para aquele momento, onde o bispo afirma que, para o país ter um melhor desenvolvimento, um maior progresso moral e material, teria que estes poderes estivessem unidos, claro, referindo-se ao poder espiritual sendo a Igreja Católica, deixando de lado toda e qualquer outra denominação religiosa, que no caso nem fora citado no texto, como se nem existisse no país neste momento.

Dando prosseguimento a carta supra citada, o bispo elogia o trabalho do padre Luiz Santiago a frente da paróquia de Cuité, enumera alguns sacramentos realizados naquela oportunidade e se despede, mandando que o referido documento fosse lido em missa e fosse escrito no livro tombo da paróquia. Vemos então que mesmo o padre Luiz sendo considerado por muitos, um homem que foi perseguidor e que alguns de seus atos, que detalharemos mais adiante, fora de pura intolerância religiosa, mas como se pode notar, para o bispo ele seria um dos exemplos de sacerdotes a serem seguidos na sua diocese, como um bom cumpridor de seus deveres sacerdotais e que com certeza, estaria cumprindo fielmente os ensinamentos relegados pelo seu bispo durante a sua formação, pois padre Luiz fez parte do clero formado por Dom Adauto e neste momento estava cumprindo alguns dos preceitos pregados por ele, que seria o de ser idôneo e combater o protestantismo, como será exposto em momento posterior.

Na luta constante de sempre combater o protestantismo, vemos que muitos escreviam em jornais, como já relatado e exemplificado alguns dos jornais anteriormente, criticando, depreciando, denegrindo sempre a imagem do outro, procurando mostrar que os protestantes, apesar de já estarem instalados em boa parte do país, mas os mesmos precisavam ser evitados pelos católicos, eram vistos mesmo como inimigos, considerados astutos e inteligentes, que usariam seus meios para tentar ludibriar a família católica brasileira, manchando assim não só a religião, mas também a nação, haja vista que seriam vistos pela hierarquia católica como estrangeiros. A hierarquia católica procurava portanto, não apenas levar um discurso religioso contrário dos protestantes, mas também, nacionalista, patriótico, afirmando ser os protestantes, não só “inimigos da fé”, mas também, “inimigos da pátria”, da nação brasileira, pelo fato de terem vindos de vários países europeus.

O que podemos notar neste momento dentro deste embate religioso, é que, se deu por parte da mudança ocorrida no país no âmbito político e social, que consequentemente, atingiria o religioso, trazendo a possibilidade de também haverem mudanças, como de fato as houve, na religião, este processo é que teria sido responsável por todo o contexto difamatório,

preconceituoso e perseguidor implantado neste momento no país, todas essas consequências se deram em torno de que:

O processo é impulsionado, em parte, pela necessidade de adaptar velhas ideias a novas circunstâncias, em parte por tensões entre formas tradicionais e novas mensagens, e em parte pelo que foi chamado de “conflito interno da tradição” – o conflito entre a tentativa de encontrar soluções universais para os problemas humanos e as necessidades ou a lógica da situação (BURKE, 2005, p. 130).

O que Burke (2005), nos afirma como sendo um “conflito interno de tradição”, podemos dizer que é o que estava ocorrendo neste momento, onde a Igreja Católica iria tentar inculcar na mente de boa parte da população que os protestantes seriam inimigos da nação brasileira, pelo fato de terem vindos da Europa, desta forma, os católicos estariam usando o discurso tradicional, ou seja, o do nacionalismo, do patriotismo, em detrimento a um problema novo, que era o da entrada e disseminação do protestantismo.

Este discurso patriótico no entanto, por parte dos católicos, não passava de um modo de defesa e de tentativa de manter uma estabilidade política, fazendo com que não houvesse mudanças mais bruscas na ordem social vigente, para isto, seria pregado que, para ser legitimamente brasileiro, o cidadão teria que ser e professar tão somente a fé católica apostólica romana, quem assim descumprisse esta ordem, estaria sendo considerado um inimigo não só da religião, mas também, de sua própria pátria. Com este pensamento ideológico de patriotismo, o clero passava a constituir-lo como uma das bandeiras de seu raciocínio lógico antiprotestante.

Para os líderes católicos seria preciso, para poder continuar com este “embate religioso”, demonstrar a população brasileira que desde a Proclamação da República, quando ocorreu a separação laicizante da Igreja e do Estado, que este ato seria “pernicioso” para a nação, pois segundo eles, o catolicismo estaria enraizado na sociedade brasileira, equilibrando os dois poderes que sustentavam a nação, ou seja, o religioso, e o do Estado, com a República, haveria assim com esta separação, um desequilíbrio destas forças, daí a necessidade de se manter esta junção de poderes, com uma instituição religiosa de prestígio e tradicional no país, que no caso se referiam ao catolicismo.

A conceituação de pátria para os católicos estava fortemente vinculada à própria noção de Estado, portanto, servir, amar, respeitar, idolatrar a sua pátria, para os católicos seria tão somente concretizar e centralizar todos estes atos também na figura de seus representantes, suas autoridades que estavam no comando do país, claro que, referindo-se as autoridades civis

e eclesiásticas, nos católicos, que seriam os representantes da legítima religião que o país tivera conhecido e sido educado, desde os seus primeiros anos de sua colonização, para que houvesse uma junção entre Estado e Igreja de forma unívoca e que respectivamente não desse ênfase as novas religiões que estavam adentrando no país, para isso:

O patriotismo, aliás, era estimulado pelo governo autoritário, e a Igreja dispunha-se a colaborar com ele, desde que fossem atendidas suas reivindicações específicas. Dessa forma, a aliança entre fé e pátria era a versão popular dos vínculos institucionais, que estavam sendo promovidos entre Igreja e Estado (AZZI, 2008, p. 266).

Vemos que, mesmo indo contrário do que se estava legalizado a partir da República, havia uma ligação entre o Estado e a Igreja para o fortalecimento deste patriotismo, expressando assim, não só um fortalecimento do catolicismo, mas, havia neste discurso mais uma forma de depreciar as mais diferentes denominações religiosas que estavam espalhadas país a fora, claro que, principalmente os protestantes que eram considerados, “hereges”, vindos dos Estados Unidos, que traziam, segundo os católicos, exemplos e ensinamentos imorais, dentro de seus modos de vida pautados no liberalismo e na sua democracia.

Outro ponto que podemos destacar, que serviu para aumentar ainda mais esta campanha antiprotestante, foi que a Igreja Católica apregoava um medo de um possível ataque comunista no país por intermédio dos protestantes, daí que esta desculpa serviria como pano de fundo para que houvesse uma união, não só da Igreja com o Estado, como já relatado, mas também com as forças armadas do país, em particular o exército brasileiro. Para que houvesse um maior e melhor fortalecimento destas duas instituições, a Igreja costumava fazer comparações entre seus membros, afirmando que, ambos seriam soldados, os da Igreja, soldados de Cristo, os do exército, da pátria, tanto um como o outro, estariam lutando e defendendo a pátria brasileira e cristã.

A fim de tentar vencer os seus “inimigos da fé”, que seriam os protestantes e os espíritas, principalmente, os padres os consideravam que não seriam patriotas, pois estas crenças teriam vindos do exterior para dentro do Brasil, no entanto, estes soldados de Cristo estariam lutando contra estes comunistas imigrantes que não passavam de “inimigos não só da fé”, como explicitado, mas também, da pátria, da religião católica, única e verdadeira.

Esta união se deu de muitos modos, dentre alguns, podemos destacar a sacralização de cerimônias militares, em datas comemorativas, festivas, a Igreja costumava se fazer presente em solenidades oficiais do exército, este ato se faria como um apoio explícito dos católicos

em prol do fortalecimento do espírito cívico do país, promovendo, concomitantemente, uma laço de amizade entre a instituição católica e o exército. Esta amizade foi florescendo, ao ponto de a influência da Igreja sobre o exército ser tão marcante, pois estaria presente em muitos locais e rituais militares, tais como: com presença de religiosas em hospitais militares, entronização de imagens sacras dentro dos quartéis, entre outros.

Neste contexto desta união que houve entre a Igreja e o exército, podemos dizer que o clero usou desta “amizade” para implantar ensinamentos católicos dentro da educação militar, levando aos jovens alunos, o respeito e a estima pelos militares, colaborando com as orientações cívicas e militares, procurando afastar o medo do comunismo que rondava o país. Os educadores católicos, com o apoio da influência militar, procurariam fazer com que os jovens que estivessem em escolas militares e consequentemente, católicas, fortalecesse seu caráter, dentro de um espírito de ordem e disciplina, indo contra os ensinamentos de independência e individuais, típicos burgueses, claro que, com todo este ambiente militar, não poderia faltar a estes alunos, conceitos e ensinamentos dos princípios de moralidade e obediência a fé e religião católica, excluindo qualquer outra forma de religião que pudessem “macular” aquele espaço militarizado e claro, católico.

Uma maior simpatia dos institutos educacionais para com as Forças Armadas pôde-se notar, através desta união ora explicitada, pois o aumento do civismo, do patriotismo, da ordem e disciplina que estavam contidos nesta junção, chamaria a atenção destes dirigentes educacionais, no mesmo momento que se formava um jovem em uma escola militar do exército, estava se formando dentro dos moldes e padrões tipicamente católicos, com todo este ufanismo nacionalista que se era apregoado pelas duas instituições em destaque.

De acordo com Azzi (2008), este conagraçamento militar e religioso, diga-se católico, na educação, contribuiu para que fosse criado um maior espírito de ordem e disciplina, de respeito a autoridade, dentro de uma educação pautada no autoritarismo, no conservadorismo e na manutenção dos valores mais tradicionais do modelo católico de se educar, contudo, de forma alguma, houve resultados positivos com esta união, no que tange a liberdade, a criatividade e a determinados instrumentos sociais que venham a formar uma sociedade democrática e libertadora.

Para se combater o protestantismo, estamos vendo que a Igreja procurou amparar-se em tradições, instituições e algumas formas de levar o seu ensinamento, a sua palavra, a sua fé, em detrimento das demais, que agora estavam se instalando aqui no país. Uma outra instituição que a Igreja iria se pautar para poder manter o seu lugar de destaque na sociedade

brasileira seria a família, como já relatado, esta família foi destaque no discurso e na união com o exército e com o Estado.

No entanto, a família seria a base para que a Igreja tentasse retomar o seu patamar de religião oficial, dentro de um Estado de caráter laico que traria, para os católicos, ensinamentos e ideologias desmoralizantes, com toda a sua liberalidade, modernidade, falta de Deus. Porém, seria ela, a Igreja que iria repor todo este arcabouço moral e de bons costumes que a República havia apagado com sua ascensão, deixando as famílias brasileiras desprotegidas e ameaçadas de uma profunda destruição, por meio da desestruturação que abalou os pilares do catolicismo no país e tendia a desmoronar de vez com a ordem social vigente, sendo este poder religioso católico, o suporte e a cura de todos estes males para com a salvação das famílias do Brasil, apregoava o clero.

A romanização, o ultramontanismo e todo o processo de reestruturação da Igreja, como já comentado anteriormente, formam as tentativas de recuperação da hegemonia da Igreja, após a separação com o Estado e o agravamento deste fato, com a perda de mando de religião oficial do país e a entrada de vários segmentos religiosos. Dentro do projeto elaborado pela hierarquia católica a partir da década de 20 do século XX, procurou se ter uma maior influência dentro da sociedade brasileira, preservando as famílias sempre nos moldes tradicionais e fiéis aos ensinamentos da Santa Sé, esforçando-se em defender os valores religiosos. Contudo, a Igreja usaria os laços familiares e católicos para tentar mostrar a população que, seguindo estes princípios se venceria os principais inimigos e seria revertido todo este quadro e processo de abalo estrutural sofrido pelo clero naquele momento.

Para os moldes católicos, tanto o fato da laicização, do início da República, e principalmente da entrada dos protestantes no país é que se traz consigo muitas “mazelas” sociais, que prejudicariam o transcorrer da vida familiar, que já estava alicerçada desde os primórdios da colonização, porém, agora, o liberalismo, o medo do comunismo, os vários caminhos e aparatos da modernidade, trariam meios de se destruir todo o contexto de calma instituído por décadas pela hierarquia católica.

Sendo assim, a Igreja procurava se revestir como sendo a única e protetora dos direitos e deveres desta nação, da família brasileira, contra os seus mais ferrenhos e “heréticos inimigos”, que seria os protestantes, claro num primeiro plano, mas tinham também os espíritas, os maçons e todo tipo de ceticismo e laicismo que seriam consequências diretas da modernidade. A palavra lançada pela Igreja teria a finalidade de atingir cada membro familiar, para que este chegasse a reconhecer e praticar a palavra de Cristo, advinda, é claro do seio

católico, para que assim, pudesse afastar toda e qualquer forma de liberalismo, protegendo seus valores e bases católicas.

Estas orientações e bases educacionais que advinham da hierarquia católica, se dava num plano nacional, ou seja, procuraria atingir todas as famílias e seus membros em todo território brasileiro, portanto, aqui na Paraíba não seria de forma alguma diferente este modo de agir do clero católico com seus fiéis. Nos primeiros anos da formação da diocese aqui no Estado, como já fora relatado, esteve a frente Dom Adauto, que procuraria seguir as orientações vindas de Roma para poder conter o avanço do liberalismo, da modernização e de toda e qualquer forma de religiosidade que não fosse a católica.

Para o clero, estas formas modernas de sociabilização seria uma forma de agressão para com os laços familiares e sociais, pois isto, podia resultar em um anarquismo social, haja vista está ocorrendo muitos casos mundo a fora, para a Igreja cada membro social deveria aceitar passivamente, sem relutar, o seu lugar social que lhes foi imputado de acordo com a ordem natural das coisas, portanto, quem fosse contra este princípio seria considerado errado, fora do contexto católico e dos padrões sociais.

Mesmo sendo, até os dias de hoje, um número mais reduzido de protestantes, espíritas e maçons do que católicos, sempre estes segmentos sofreram repressões e perseguições aqui na Paraíba, como estamos relatando, estas agressões foram feitas de forma verbal e corporal, toda esta gama de transformações ocorridas tão somente a nível nacional, quanto estadual e regional, vieram a atingir e marcar as famílias paraibanas, afetando as formas de vivência familiar, onde a Igreja procurou mostrar a esta população o lugar central que ela atuava, procurando que se fosse respeitado o poder clerical e papal como fator central e decisivo para a salvação.

A postura da Igreja aqui na Paraíba foi de uma ação que procurava manter o pulso firme, com severidade e austeridade, fortalecendo as ações católicas, com orientações conservadoras, tentando minimizar os problemas que vieram com o advento da República, é claro que, nos primeiros anos, sob o comando de Dom Adauto, que tentaria combater os resultados que a modernidade poderia causar, tentando levar para a comunidade, para a família paraibana, uma comunhão destes símbolos modernos com os ensinamentos do projeto romanizador, sendo sinônimo de proteção para esta sociedade.

Muitas das ações empreendidas por Dom Adauto seria o espelho de seus padres, ou seja, muitas das ações que certos padres fizeram, foram sob a influência e orientação dele, a exemplo das ações praticadas por padre Luiz na região da cidade de Cuité. Dentre os muitos princípios e ações encabeçadas pelo bispo aos seus sacerdotes, podemos destacar que teria um

posicionamento firme contra determinados males que assolava a sociedade, como bem dizia, pregando os preceitos e valores morais para as famílias paraibanas, combatia sempre o ateísmo, a maçonaria, o protestantismo, o comunismo, o socialismo e toda e qualquer forma de mudança que tivera sido causada pelo processo de industrialização e urbanização que passava não só a Paraíba, mas o Brasil como um todo.

Naquele momento, o bispo paraibano estava de acordo com as orientações vindas do papado e da Cúria Romana que estavam combatendo as novas formas de sociabilidade que tiveram surgido com base nos movimentos iluministas ocorridos no século XIX, buscava também centralizar a família paraibana no sentido de seguir os preceitos de Cristo, tendo uma postura firme contra todo e qualquer movimento religioso que não fosse o catolicismo, como também, que houvesse entre cada cidadão, uma harmonia e uma ligação entre os poderes da Igreja e do Estado.

Dom Adaauto procurou levar o ensinamento acerca da família, explicitando que dentro da sociedade paraibana, a família seria o centro de tudo, onde nasceria todo o saber e que dentro deste núcleo, com certeza deveria está presente a Igreja, havendo assim uma relação tal como se fora “natural”, entre a Igreja e a família, aonde ambos deveria caminhar juntas para a melhoria e crescimento das duas instituições. A professora Jorilene Barros da Silva Gomes, em seu trabalho de dissertação de mestrado intitulada *A Família Cristã Católica: O Movimento Noelista na Paraíba (1931-1945)*, do ano de 2015 pela Universidade Federal da Paraíba, nos mostra um trecho de uma ata de reunião das noelistas paraibanas⁸, onde o bispo procura, tanto elevar, como aconselhar a família e os seus respectivos membros, sendo:

Para ele (Dom Adaauto) a “família é o local que nasce o bem” (Ata de reunião. Agosto de 1932. Livro I, s/p), deste modo, é dentro da família que deve ser retirado qualquer desvirtuamento existente, pois a família é o berço da pátria (nação), e a Pátria é o conjunto de lares que devem ser protegidos dos “maus dias e dos maus ventos que sopram as cabeças levianas” (Ata de reunião. Agosto de 1932. Livro I, s/p). Uma pátria correta é aquela que comunga com os valores cristãos e que perpetuam estes alicerces como valores inquestionáveis (GOMES, 2015, p. 76-77).

Notamos, que o teor da citação acima nos mostra que o bispo paraibano teria a preocupação de manter a família dentro de um contexto e de uma ordem que estivesse pautada nos modelos e valores

⁸ O Núcleo Noelista na Paraíba é uma ramificação do movimento “Le Noel” que originou-se na França no final do século XIX, através do padre Paul Bailly e do fundador do movimento e também padre Claude Allez. O movimento foi criado dentro do contexto de reorganização da Igreja Católica (o processo de romanização), que tinha como principal objetivo combater os aspectos desviantes da modernidade. O Noel foi trazido para o Brasil em 1914 para a cidade do Recife e se espalhou por vários Estados do Brasil nos anos seguintes, tendo como núcleo central o Estado de Pernambuco e vice núcleo o Estado do Rio de Janeiro e se instalou na Paraíba no ano de 1931 (GOMES, 2015, p. 06).

cristãos católicos, protegendo e resguardando o “espírito familiar” em conformidade com a junção que vimos outrora, ou seja, família e pátria, desenvolvendo o pensamento de que cada família seria parte integrante da pátria e que cada membro seria também peça fundamental para o bom desempenho desta família e conseqüentemente de sua pátria, não devendo em hipótese alguma nenhuma família se desviar dos ensinamentos cristãos católicos de forma a nem se quer puderem questionar, mas sim, aceitar o que se era apresentado, caso contrário, aquele indivíduo não estaria se desvirtuando apenas do seio de sua família ou da Igreja, mas, da sua pátria, estaria traindo a sua própria nação, suas raízes.

Dever-se-ia, de acordo com estes princípios, cada cidadão, cada membro familiar, não se pautar pelo individualismo, por coisas banais, por todo o aparato supérfluo que a modernidade agora estava apresentando para a sociedade, mas sim, era preciso que, constantemente fosse valorizado a fé, a espiritualidade pessoal e familiar para um melhor entendimento e engrandecimento de suas vidas, pautado e fortalecido pelo crescimento e o ensinamento de Cristo, por meio da Igreja Católica Romana, não tendo nenhuma outra denominação religiosa que fosse digna de se colocar a frente desta labuta religiosa e social no cenário paraibano e brasileiro como um todo.

Dentre as muitas preocupações que a Igreja tinha para com a família, a fim de manter a ordem e o *status quo* que até antes do fim do século XIX manteria, podemos destacar a defesa do reconhecimento do casamento religioso para finalidades civis, o clero se opunha ferrenhamente contra a instalação do divórcio no país, pregando para a família que o casamento seria algo indissolúvel e que perduraria até a morte de um dos cônjuges. Pregava também entre os membros familiares o não uso dos métodos anticoncepcionais, pois para a Igreja, seria graça divina ter uma prole numerosa, pois o matrimônio teria como finalidade primária, a procriação, os filhos uma dádiva divina, não podendo assim, nenhum humano interferir de forma alguma no processo da geração.

Mesmo que, em muitos casos, o poder político tentou evitar um maior atrelamento junto a Igreja após o início da República, mas podemos notar que ao longo da história a Igreja conseguiu, de forma discreta ou não, direta ou indiretamente alguns de seus objetivos juntos aos deputados, senadores e o poder executivo federal, a exemplo do que tange o pedido de que o casamento religioso tivesse o mesmo efeito do civil, como também o apoio do governo as famílias que tivessem uma prole mais numerosa, estes dois pedidos foram aceitos:

De forma bastante discreta, a proposta católica foi atendida pelo governo Vargas mediante o Decreto-lei 3.200 de 19 de abril de 1941, dispondo sobre os efeitos civis do casamento religioso.

[...] O episcopado obteve o que desejava. O artigo 138 da Constituição de 1934 prescrevia a assistência do Estado às famílias numerosas. O Estatuto da Família elaborado por Capanema sofreu inúmeras modificações, ficando reduzido ao Decreto 3.200, de abril de 1941, que dispõe sobre a organização e proteção da família, no qual são estabelecidos incentivos financeiros ao casamento e à procriação (AZZI, 2008, p. 343- 346).

Esta foi uma das formas que a Igreja usou do poder civil para que fosse aprovada leis que as beneficiasse, que fossem de acordo com os seus ensinamentos ou ideologias. Como estamos acompanhando, ao longo do trabalho, o clero estava em uma “luta” contra as várias denominações religiosas que estavam adentrando no país, e para vencê-los procurava todos os meios dentro da sociedade.

A moralização da sociedade e conseqüentemente, da família, em meio ao turbilhão de aparatos modernos e das novas formas de sociabilidade desenvolvido através do processo de industrialização, seria um dos objetivos da Igreja, para não perder o controle total da sociedade, pois, a sociedade a partir daí, ao menos parte dela digamos, principalmente as camadas médias iria ter um padrão de vida mais elevado, com mais conforto e bem estar social, gerando mais confiança nas ciências e na tecnologia em detrimento dos ensinamentos e a concepção de vida que era pregada pela hierarquia católica, nos moldes medievais.

Portanto, a Igreja procuraria restringir este desenvolvimento, ao menos ideológico, para tentar se manter no topo social, religiosamente falando, tentando minimizar estas ações, levando o discurso a população de que as novas formas de sociabilidade, tais como o cinema, o teatro, bailes, etc., como também as novas formas de religiosidade que estavam instaladas aqui no país seria uma nova forma imoral de viver, condicionada ao pecado, que desagregaria as famílias e os valores morais e cristãos.

O medo de haver reformas sociais, do socialismo, do comunismo, do protestantismo, espiritismo e da maçonaria, dentre outros, fez com que a Igreja criasse esse discurso moralizante, procurando inocular na população o respeito para com as autoridades competentes constituídas, principalmente as eclesiásticas, para tentar manter o conservadorismo de outrora. Os novos hábitos e costumes praticados agora pela vinda dessa modernidade, fez surgir um embate ideológico por parte da população, considerando que o conservadorismo, o tradicional, que era o que a Igreja pregava, dentro dos moldes sociais, seria sinônimo de atraso, de passado.

Em meio a todos estes problemas, mudanças, discursões e novas formas de sociabilidade é que a Igreja procurou, através de seus prelados combater todas estas formas novas que a chamada modernidade traria agora, sendo como forma de defesa ou de ataque,

aumentaram os insultos, os embates, perseguições a muitas das novas denominações religiosas que aqui estavam instaladas em todo o país, a Paraíba não ficaria de fora deste quadro, em particular, a região do Curimataú e claro, a cidade de Cuité, onde também ocorreram vários acontecimentos que marcariam a história social e religiosa daquela região, este assunto será abordado nos tópicos e capítulo que se sucede neste trabalho.

2.3 OS CONFLITOS NA REGIÃO DA CIDADE DE CUITÉ⁹

No decorrer deste trabalho até aqui pudemos fazer um levantamento de como estava a Igreja e a sociedade brasileira em fins do século XIX e início do XX, com todas as suas mudanças, sejam elas políticas com a Proclamação da República, que geraram consequentemente transformações na religião, com a separação da Igreja e do Estado, os processos de romanização e ultramontanismo também ocorridos neste momento, com a laicidade do país, com isto, abriria espaço para toda e qualquer denominação religiosa se instalar e professar a sua fé aqui, mudanças sociais, com as muitas revoluções que marcaram o mundo e reverberaram aqui no Brasil, a exemplo da industrial, que traria modos e formas novas de sociabilidade e um simbolismo do moderno.

O Nordeste brasileiro e a Paraíba não ficou de fora de todo este contexto de mudança, pudemos observar que foi nesse período onde houve a criação da diocese aqui no Estado, acontecimento ocorrido durante a chamada expansão da Igreja Católica, que segundo Ferreira (1994), A Diocese da Paraíba foi criada no dia 27 de abril de 1892 pela Bula “Ad Universas Orbis Ecclesias”, do Papa Leão XIII. Foi canonicamente instalada no dia 4 de março de 1894 com a chegada do seu 1º Bispo, Dom Adauto Aurélio de Miranda Henriques (1894-1935, data de atuação de seu bispado na Paraíba).

Seguindo os princípios advindos da Santa Sé, todas as mais novas dioceses foram tomando rumo e sendo organizadas e desenvolvidas nos moldes romanizador e recristianizador que a Igreja repassara para seus bispos, que concomitantemente, estes repassariam para os seus padres colocarem em prática para com os seus fiéis em suas dadas localidades. Como pudemos observar ao longo do trabalho, um dos requisitos a ser vencido pela Igreja seria o enfrentamento com os protestantes, a fim de não perder por completo a sua

⁹ Cuité é um município que se encontra no Estado da Paraíba, localizado na microrregião do Curimataú Ocidental. O município situa-se na região Centro-Norte do Estado, Meso-Região Agreste Paraibano e Micro-Região do Curimataú Ocidental. Limita-se ao Norte com o Estado do Rio Grande do Norte, Leste com Cacimba de Dentro, Damião e Barra de Santa Rosa, Sul com Sossego e Oeste com Nova Floresta, Picuí, e Baraunas. Sua área territorial é estimada em 758 km², a sede municipal tem uma altitude de 667 metros, sua população, segundo o Censo (2010) do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), é de 19.851 habitantes.

hegemonia religiosa, a Igreja faria uma verdadeira “cruzada”, em que ocorreram muitos fatos que nos dias atuais possam ser chamados de perseguições e intolerância, porém, para a época isso ocorrera de forma normal, natural, principalmente por parte do clero, que se achava o único digno de exercer e professar sua fé dentro de um país que tivera sido colonizado e educado por católicos. A Igreja não aceitava de forma alguma toda esta gama de novas denominações religiosas e ideológicas que agora estavam se instalando aqui, ocorria que agora:

Atraindo adeptos, essas formas de crer e pensar, passaram a disputar, cada vez mais, espaços com a Igreja Católica. Com o protestantismo, o catolicismo disputava os fiéis e os espaços; com o espiritismo, competia com a crença da ressurreição *versus* reencarnação; já com a maçonaria, o que ficava evidente era a disputa pelo poder de mando entre os membros da hierarquia católica e da hierarquia política que faziam parte da “Seita Maçônica”. Seguindo esse mesmo princípio, o da disputa por espaços, encontrava-se o Positivismo, com sua tentativa de desqualificação da fé pela ciência, o monismo (materialismo) contra o qual a Igreja legitimava a crença na alma e no espírito e o evolucionismo, que fez com que a Igreja ratificasse a teoria do criacionismo (BARRETO, 2009, p. 32).

Foi perante todo este contexto de problemas e mudanças que a Igreja procura pautar os seus objetivos, dando início a um processo de conquista de sua autonomia enquanto religião primeira. Foi a partir daí, que a Igreja inicia uma verdadeira “caça as bruxas”, com as criações destas dioceses, instituições de jornais, folhetins, servindo para levar a sua crença catequética e menosprezar, depreciar toda e qualquer outra forma de fé que aqui estivesse, entre todas estas denominações ora citadas, sendo religiosas, ou ideológicas, a que podemos dizer que a Igreja engendrou mais sua força, foram os protestantes, como também podemos citar os comunistas.

Dioceses, colégios, jornais, folhetins, propagação na área social e assistencial à população, disseminação ideológica da fé católica junto a população, as famílias, missões, visitas, criação de movimentos populares em conjunto com a Igreja, estas e muitas outras, foram ações implementadas pela Igreja para puderem vencer seus “inimigos da fé”, porém, estes atos não ficaram apenas de forma ideológica, no papel, no ensinamento, na palavra. Muitas ações foram feitas de forma enérgicas, aonde resultaram em alguns casos de uma extremada violência, e o que podemos designar atualmente, em uma perseguição e intolerância religiosa, que deixaram marcas em muitos fiéis, tanto de católicos como de uma outra denominação religiosa, que na maioria dos casos, como já explicitado, foram os protestantes.

Muitos foram os casos de agressões físicas e psicológicas que estiveram envolvidos católicos e protestantes neste período em que estamos estudando em algumas partes do país, onde estes acontecimentos se davam, para a Igreja Católica de forma legítima, se portando como única e verdadeira denominação religiosa que pudesse atuar em terras brasileira, como primeira e detentora da maioria dos fiéis aqui instalados. Era comum haver embates entre protestantes e católicos sobre a forma dogmática que uma ou outra religião expressava a sua fé para os seus fiéis, um dos casos que podemos citar é do padre Júlio Maria de Lombaerde¹⁰, podemos o ver defendendo os católicos sobre o significado da eucaristia e a forma como ela é realizada, entre protestantes e católicos, aonde afirmava que:

A divergência era alimentada por diferentes leituras de textos do Novo Testamento. Depois de citar as palavras de Cristo no Evangelho, segundo as quais era necessário “comer o seu corpo” e “beber o seu sangue” (João 6:48-59), o padre pergunta: “Quem tem razão: Nós catholicos, que acceitamos a palavra de Deus em seu sentido obvio, natural e positivo, ou o pobre protestante que a deturpa, violenta e rejeita?”. Invocando a passagem de São Paulo onde se lê que “qualquer que comer este pão e beber o cálice do Senhor indignamente, será culpado do corpo e do sangue do Senhor” (1º Coríntios 11:27), argumenta: “Ora, como é que alguém póde ser culpado do Corpo de Christo, se este corpo não estiver no pão que come? Comer pão de padaria, sem devoção e com a alma manchada pelo peccado, pode ser um crime? (...) Para comer pão de padaria, é bastante ter fome, nenhuma disposição se exige da parte da alma” (Ibid., p. 27). Os termos empregados na Bíblia para referir-se à eucaristia não conviriam à “ceia” protestante: “para que tanto barulho, tanto palavrório para anunciar uma ceia, em que (como dizem os protestantes) os christãos tomam uma fatia de pão e bebem um gole de vinho em lembrança do Senhor?”. Dirigindo-se ao pastor com quem disputava, o padre ainda pergunta: “Não vê o senhor que isto é summamente ridiculo, e que faz de Jesus Christo um verdadeiro palhaço de feira?” (SIMÕES, 2008, p. 80).

A citação acima mostra claramente que havia uma briga constante entre católicos e protestantes sobre vários fatores, pois um não aceitava a forma como o outro desenvolvia seus métodos clericais, seus sacramentos, seus dogmas, dentre outros fatores, enfim, as muitas divergências que ocorreram entre as duas confissões foram basicamente sobre os mais variados itens de fé. Esta citação foi apenas um exemplo das muitas desavenças ocorridas entre católicos e protestantes, que em alguns casos não ficaram apenas no discurso da palavra, na ideologia, mas sim, acabaram em atos de violência, brigas, desacatos e até em morte.

Toda esta gama de perseguições, insultos, divergências e intolerância, podemos dizer que está relacionado como era representado os aspectos católicos e protestantes, de como uma

¹⁰ Pe. Júlio Maria de Lombaerde, cuja atuação na cidade de Manhumirim, em Minas Gerais, entre 1928 e 1944, foi marcada por constantes embates com os “filhos de Lutero”. Por meio de seus escritos, o pe. Júlio Maria tornou-se nacionalmente conhecido como polemista, recebendo a alcunha de “martelo do protestantismo no Brasil”. A polêmica antiprotestante contribuiu para a afirmação doutrinária e social do catolicismo romano, no contexto do chamado movimento de restauração católica iniciado nos anos 1920, orientado pelo objetivo de “recristianizar” o país (SIMÕES, 2008, p. 08).

instituição observava, representava, tinha sua forma de ver e julgar o outro. Este “jogo” de representações está dentro dos pontos estudados pela chamada História Cultural, que tem um dos principais expoentes que desenvolve esta ideologia Roger Chartier, no qual objetiva os seus estudos sobre representação dizendo que é um “modo de identificar como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (1990, p. 17).

Quando estudamos as representações, devemos ter um cuidado especial, pois a relação entre as representações e o mundo social que está sendo representado constitui uma via de mão dupla: em que o mundo social dá forma às representações assim como, estas dão forma ao mundo social. Para Chartier, o desafio lançado aos historiadores é justamente o de “ligar construção discursiva do social e construção social do discurso” (1994, p. 10). Mas esta relação também é marcada pela oscilação entre ausência e presença: a representação torna presente um ausente, tomando-lhe o lugar.

Todas as representações, além de tornar presente, reapresentam os objetos aos quais se referem. Elas não podem ser compreendidas como imagens exatas desses objetos, mas sempre como elaborações a partir dos mesmos ou, recorrendo a uma metáfora musical, como variações compostas a partir de um tema. Seguindo este pensamento, dizemos que a relação de representação é analógica: podendo haver pontos de convergência, mas não uma perfeita simetria entre as representações e o real representado. Isso implica reconhecer, citando Sandra Pesavento (2005, p. 40), que “a força das representações se dá não pelo seu valor de verdade, ou seja, da correspondência dos discursos e das imagens com o real”, e sim “pela sua capacidade de mobilização e de produzir reconhecimento e legitimidade social”.

Assim, ao tomar como objeto de estudo a polêmica antiprotestante, a representação da figura do padre Luiz Santiago na cidade e na sociedade cuitense, durante o seu tempo paroquial, podemos dizer que o que está em questão não é se esta veiculou ou não “a verdade”, mas aquilo que, enquanto portadora de representações, esta representação nos informa sobre a visão que a Igreja e que o padre Luiz tinha de si mesmo e como a sociedade cuitense o representava e ou/ o representa, como também do protestantismo e o papel que exerceu durante a romanização e a restauração católica.

Estes choques ideológicos e religiosos eram mais do que comum em boa parte do país, no período em que estamos estudando, a cidade de Cuité não ficou de fora deste contexto. Neste tópico procuraremos relatar alguns acontecimentos que marcaram as vidas, tanto de protestantes como de católicos que estiveram envolvidos, ou até de pessoas que não estiveram nos acontecimentos, mas de forma direta ou indireta souberam dos fatos, ou seja, parentes,

amigos ou curiosos que relatam alguns fatos que entraram para a história religiosa e social daquela localidade.

Durante o período da chamada restauração da Igreja Católica e sua tentativa de recristianização do país, foi comum figuras de padres que literalmente levantaram a bandeira católica e desenvolveram seu trabalho, não apenas para o engrandecimento do catolicismo, mas também, procurava denegrir a imagem das demais denominações religiosas que estavam espalhadas no país, principalmente os protestantes. A pouco citamos padre Júlio Maria Lombaerde, aonde atuou no Estado de Minas Gerais, entre os anos de 1928 e 1944, tivemos também, um dos mais, podemos dizer “famosos” e conhecido, que foi padre Cícero Romão Batista, que no Ceará foi sacerdote até 1934, ano de sua morte, se formos pesquisar, com certeza encontraremos dezenas de figuras com características parecidas com estes citados, aonde estava a frente de seus trabalhos, um catolicismo romanizado, tradicional e com o objetivo de levar a fé católica para a população em detrimento das demais denominações e crenças que assim tivesse.

Igualmente estes padres ora citados e tantos outros que com certeza atuaram no mesmo período ou em tempos cronológicos próximos, tivemos em Cuité o padre Luiz Santiago de Moura, que foi pároco daquela localidade do ano de 1929 a 1941, agindo com características parecidas com as dos sacerdotes citados, porém não podemos dizer que estes e outros padres agiram por conta própria e foram como um todo irresponsáveis pelo fato de terem agido de forma, muitas vezes brusca e grosseira e como podemos dizer atualmente, preconceituosa e intolerante com as religiões que estavam atuando em suas demais localidades.

Devemos ter em mente que esses padres, sem querer defender qualquer um ato de violência ou discriminação praticado pelos mesmos, mas sim, ter o cuidado histórico de observar o contexto em que eles estavam inseridos, tendo o cuidado de observar alguns detalhes de sua vida, desde o momento de sua formação clerical, quais foram os seus ensinamentos, suas ideologias e teorias que para eles foram levados em sua formação, até quando estavam atuando, qual momento a Igreja estava passando, lembrando que cada padre agia de acordo também com que o seu bispo os ordenara.

Portanto, o que queremos aqui frisar é que devemos ver todo o contexto social, político, histórico, cultural que o personagem estava contido, para podermos tentar levantar algum pensamento ou julgamento sobre os seus atos e toda a sua vida. Pois, devemos ver e compreender o significado e o papel da polêmica antiprotestante, ocorrida neste momento em muitos cantos do país. Instaurando-se no momento em que os dogmas da Igreja – entendidos

como se fosse algo supremo, preponderante, sobre qualquer outra ideologia religiosa – passaram então a ser questionados pelo protestantismo. Sendo usada como veículo de propaganda de representações polêmicas, concorreu tanto para a afirmação de uma identidade católica (nos parâmetros da romanização) como para a mobilização contra a “heresia protestante”, constituindo-se, deste modo, um dentre outros instrumentos de afirmação social do catolicismo dos quais lançou mão o movimento de restauração católica.

Na maioria dos casos, a polêmica antiprotestante tinha como principal função defender os dogmas católicos, ou ainda podemos dizer, tentar parar com o desenvolvimento protestante em uma dada localidade. Esses foram os principais ingredientes que acompanharam alguns casos na cidade de Cuité no período em que estamos estudando, tendo a frente da paróquia o padre Luiz Santiago, como já relatado. Mais a frente, procuraremos falar um pouco mais sobre a sua vida, formação e outros fatores sociais que os envolveu. No entanto, neste momento queremos frisar alguns acontecimentos que marcaram sua vida sacerdotal neste contexto que tange a polêmica, que são os atos contra os protestantes.

Muitos dos casos que envolvem o padre Luiz e o protestantismo ficaram apenas na oralidade, sem ter muitas provas históricas sobre os mesmos. Ao afirmarmos assim, não estamos de forma alguma depreciando a oralidade ou algumas características que a envolvem, de forma alguma, pensamos que história oral pode ser considerada como fonte que identifica um povo, que lhes dar uma configuração de suas memórias, de seu passado, retratando as mais diversas realidades, suas vivências e modos de vida, visando retratar uma dada comunidade no desenrolar do tempo e pondo em destaque as suas mais variadas formas de sociabilidades. Esse tipo de fonte não só permite a inserção do indivíduo, mas também acontece uma ressignificação deste sujeito dentro do processo histórico produtor de histórias e feitos de seu tempo.

No entanto, vemos que a história oral sofre uma espécie de preconceito por parte de alguns historiadores, ao longo de muitos anos, pois, a história de nosso país em boa parte, tendo sido ela, escrita ou oral, foi construída tendo como base apenas a história dos que estão “lá em cima”, no topo desta sociedade, enaltecendo os “grandes feitos” e seus “heróis”, claro que havendo este reconhecimento a partir de uma classe dominante. Por isto, acreditamos que, na atualidade, o uso da fonte oral, não em detrimento da fonte escrita, ou de outras, mas usando-a concomitantemente com a primeira citada, iria se não corrigir, mas tentaria amenizar este quadro social ora exposto que foi desenvolvido ao longo dos anos no nosso país.

Porém, como relatamos a pouco, acreditamos que esta fonte vem sofrendo uma espécie de discriminação ou preconceito, partindo de alguns pares da história ao longo dos

anos, a partir do momento que foi posta ao crivo e ao uso no fazer da história, mesmo sabendo que:

Os “preconceitos” da história ou dos historiadores desaparecem quando se modifica a situação à qual se referem. A organização ontem viva de uma sociedade, investida na ótica de seus historiadores, se transforma, então, num *passado* suscetível de ser estudado. Ela muda de estatuto: deixando de ser, entre os autores, aquilo em função de que eles pensavam, passa para o lado do objeto que, como novos autores, temos que tornar pensável (CERTEAU, 1982, p. 39).

Mesmo com a afirmação acima de Certeau, que muitos dos preconceitos contidos dentro da história tendem a serem modificados ao longo dos tempos, de acordo com as mudanças sociais que ocorrem no caminhar da história, parece que no caso da história oral esta afirmação tende a relutar e não acabar, pois como citado anteriormente, o uso da história oral no ato do fazer e escrever a história ainda sofre uma não aceitação, pois para alguns, a fonte histórica oral não é uma fonte confiável como também é um tanto quanto tendenciosa por parte do entrevistador e sobretudo do entrevistado.

Na maioria dos casos, muitos não se dão conta de como é o desenrolar de uma pesquisa e construção de um estudo histórico, quais são os seus métodos e técnicas, qual o tipo de documentação utilizada, quem, como e onde foi escrita tal história, podemos dizer que a narrativa historiográfica é algo inerente à sociedade, ou seja, que o fato de se fazer, construir, escrever a história é uma prática social, que modifica-se de acordo com o tempo e local nos quais se é estruturada, pois, de acordo com Prost (2008. pag. 14) “Como a história é, antes de ser uma prática científica, uma prática social ou, mais exatamente, como seu objetivo científico é, também, uma forma de tomar posição e adquirir sentido em determinada sociedade”.

Portanto, podemos dizer a partir destas afirmações que nenhuma feitura histórica é isenta, neutra ou que não tenha nenhuma influência, de algum modo no momento em que esta foi elaborada. Influência do meio social, cultural, político e ideológico e do contexto em que está inserido o pesquisador que escreve a partir de suas escolhas e sensibilidades. Por isso faz-se mister que o mesmo tenha sempre um olhar de questionamentos e uma postura epistemológica quando se está à frente de determinadas fontes ou obras históricas.

Ora, se fazer história é algo social, como já afirmamos, acreditamos que elaborar narrativas utilizando-se dos métodos e técnicas da história oral, aproxima ainda mais não só o trabalho, como o próprio historiador do contexto social, político, cultural que este está inserido, pois o mesmo terá uma maior aproximação com o objeto que se está sendo pesquisado, tendo contato relevante com pessoas que participaram direta ou indiretamente dos fatos, as quais expressando suas informações, detalhes, emoções, e as vezes reprimindo-se,

por motivos variados, escondendo ou tentando marginalizar informações, possibilita ao historiador um olhar mais atento para que assim possa esmiunçar o que até então está encoberto e que requer muita sensibilidade de quem está conduzindo as entrevistas.

Apesar de toda esta discussão sobre a história oral, de sabermos toda a importância que ela traz no ato de fazermos, de construirmos a história, mas ao afirmarmos que alguns dos casos que envolvem o padre Luiz e o antiprotestantismo está apenas na oralidade, queremos apenas com esta afirmação frisar que muitos desses casos tenderiam a desaparecer, juntamente com a morte das pessoas que as contam, sem está posto no papel, nas entrelinhas construtivas da história, se fazendo então, importante está sendo citado neste momento para que entre de vez nos anais históricos da sociedade ora debatida.

Dentre muitos casos que se ouve, queremos aqui frisar dois que acreditamos ter sido o pivô de muitas discórdias, lamentações, brigas, ódio e contradições que o padre Luiz se envolveu ao longo de seu paroquiato na cidade de Cuité. Respectivamente, de acordo com documentos que temos em mãos e iremos elencar ao longo do trabalho, temos o primeiro caso, que teria ocorrido na noite de 14 de março de 1940, que foi a tentativa de demolição de um prédio em construção de uma igreja protestante localizada naquela cidade, e o outro ocorrido, também durante a calada da noite em 15 de agosto de 1940, que foi o assassinato de um protestante na zona rural daquele município, e que até os dias de hoje, o local ficou conhecido popularmente como “umbuzeiro do crente”, pelo fato do crime ter ocorrido em baixo de uma árvore que o fruto seja o umbu.

O ódio protestante e toda a forma de perseguição era realizada com o intuito de sempre manter vivo o poder da Igreja e seus dogmas, denegrindo, humilhando e tentando acabar de vez as mais variadas formas religiosas que adentravam no território que antes era predominantemente católico. Os dois casos ora citados que aconteceram no município de Cuité foram provas de que esse embate saiu da seara apenas filosófica, teológica e religiosa e partiu para uma agressão, não apenas moral, quanto física, chegando ao ponto de ceifar a vida de uma pessoa pelo fato de se estar querendo manter vivo o poder e a hegemonia religiosa dentro de uma determinada realidade.

Estes acontecimentos partiram de pessoas que supostamente, dentro da sociedade seria para dar exemplo para os demais, no entanto, determinados atos só demonstravam as indiferenças religiosas e sociais que estavam contidas neste embate, apesar de que, para a época, aqueles atos poderiam ser vistos como bons exemplos, dentro de todo o contexto que se estava passando e que já relatamos anteriormente. Porém, no olhar de hoje, podemos dizer que tanto estes atos como outros que vieram a humilhar as pessoas, as instituições, que foram

ações de indivíduos que usaram seus cargos para benefício próprio, ou seja, agindo com competências a mais do que se devia, para demonstrar o seu poder, seu status dentro daquele meio em que está inserido, pois:

Muitas pessoas falam de Deus e praticam atos religiosos, porém suas vidas são marcadas apenas pelo interesse material, sendo que, até mesmo a religião, torna-se um meio para a aquisição de bens materiais, seja a busca da projeção da própria pessoa através da instituição religiosa, seja por meio de orações que são muito mais petições relacionadas com o mundo da matéria do que um encontro pessoal com o Deus vivo e verdadeiro. Uma coisa é ser de fato religioso! No entanto parece-nos que existe aqueles que carregam em si apenas manias religiosas. Corroboramos com essa ideia que procede de fato e de direito. Isto se torna verdadeiramente um agravante que inside em toda estrutura religiosa do indivíduo, levando-o a tomar determinadas posições que influenciam no cotidiano de uma comunidade religiosa e, portanto também na convivência social. (SILVA, 2015, p. 129).

A citação acima demonstra o quanto se deve ter o cuidado para que determinado cargo que se exerça não chegue a influenciar de forma negativa na vida e no cotidiano das pessoas que estão ao redor, a fim de tentar usurpar poderes que não estão ao alcance e que venha a engrandecer seu posicionamento social, em detrimento dos demais. Mais uma vez queremos frisar que os acontecimentos citados, ocorridos na cidade de Cuité, para a época e para algumas pessoas poderiam naquele instante não serem vistos como algo nocivo, ou de engrandecimento de apenas um indivíduo, estes, poderiam ser vistos como sendo atos sensatos e corretos a se fazer para o contexto que se estava vivenciando.

No entanto, fizemos questão de frisar a citação acima, pelo fato dela ser de um livro escrito por um padre, intitulado *Máscaras da falsidade humana: aspectos históricos e psicossociais*, não querendo afirmar que o que se está posto nesta citação ou no conteúdo do livro seja totalmente correto e inquestionável, que não mereça haver em seu contexto indagações, e sim, apenas afirmações, de forma alguma, o intuito de citarmos tal livro foi o de demonstrar que nos parece haver uma mudança neste momento social em algumas formas de relacionamentos entre pessoas que são de religiões diferentes, afirmamos isto, pelo fato de estarmos relatando em nosso trabalho atos de, para os dias de hoje, intolerância e perseguição religiosa, praticados por um padre, agora vemos um outro padre, debater religião e aceitar que dentro da própria religião possa haver defeitos, falsidades e intenções que possa levar a marcar de forma negativa não apenas uma pessoa, mas sim, toda uma coletividade.

Igualmente foi citado o livro do padre, no qual indagamos uma possível mudança social e religiosa ocorrida neste instante, não apenas na região da cidade de Cuité, mas de forma geral, trazemos aqui um outro livro que relata sobre os acontecimentos realizados pelo

padre Luiz no ano de 1940. Apesar do livro, intitulado *Chamado para Servir*, ser de autoria de um presbítero da igreja evangélica Assembleia de Deus e trazer em seu teor, claramente alusões e direcionamentos positivos relacionados aquela determinada denominação religiosa, em detrimento aos acontecimentos citados, como também, de acordo com nossa pesquisa, o livro traz datas e localidades que convergem com a realidade dos fatos expostos, mas achamos ser este uma das fontes interessantes a serem estudadas e citadas neste trabalho.

O citado livro traz parte da história e formação de igrejas evangélicas em algumas cidades da Paraíba, traz também alguns exemplos de atos que no início das congregações protestantes em determinados locais, sofreram repressão e perseguição, com relatos de pessoas que passaram ou ouviram falar dos tais fatos. Sobre os dois casos citados neste instante, o livro também faz exaltação em um dado momento.

De acordo com as pesquisas realizadas pelo autor do referido livro, o ato da tentativa de derrubada da igreja evangélica ocorreu em uma noite do ano de 1937, que tivera sido realizado por um grupo de pessoas que vieram da zona rural daquela localidade, que chegaram em um caminhão, e com picaretas e enxadas começaram a destruir o templo que ainda estava em construção, ainda de acordo com o autor do livro, eram cerca de trinta a quarenta pessoas que aos gritos de “viva nossa senhora” completaram o serviço ao longo daquela madrugada. Em seguida, o livro traz um depoimento de um senhor chamado de Aprígio Pereira de Souto, que na época da feitura do livro teria 88 anos, que o mesmo só teria tomado conhecimento do fato no dia seguinte do acontecido, daí o livro traz o seguinte:

Segundo lembra o ancião Aprígio, de invejável memória, o destacamento policial de Cuité foi estrategicamente deslocado para Nova Floresta, onde se realizou uma festa que culminou com a realização de uma rifa. Assim enquanto os adeptos do padre Santiago derrubavam a igreja evangélica, os policiais estavam na festinha a alguns quilômetros de distância.

Aprígio conta que chegou a ser chamado pelo delegado João Teodósio da Silva Coelho e pelo cabo Francisco Barreto (chefe do pequeno destacamento) para depor, sobe a acusação de que teria participado da destruição do templo, Aprígio alegou inocência e conseguiu provar que era novo convertido, emprestara tijolos para a construção da igreja e na noite do atentado estava numa farinhada (fabricação artesanal de farinha de mandioca) (HERMES, 2008, p. 137-138).

Com esta citação é que queremos demonstrar a partir de agora alguns detalhes destes dois acontecimentos citados, como também que estes acontecimentos, ou ao menos parte do que se é relatado deles, está diferente da pesquisa realizada pelo autor do livro citado da que estamos realizando, mas de maneira geral, não queremos com isso, demonstrar que tal pesquisa não tenha importância e relevância para os tais acontecimentos que estão elencados, do contrário, apesar das diferenças contidas entre uma e outra pesquisa, esta vem demonstrar

que determinados fatos ocorreram naquela região, corroborando com nossa pesquisa neste momento.

O primeiro tópico de diferença contida entre uma e outra pesquisa é o ano em que ocorreu o fato da tentativa de derrubada da igreja evangélica, que anteriormente afirmamos ter sido na noite de 14 de março de 1940, trazendo o autor da citação acima que teria ocorrido em uma noite do ano de 1937. No decorrer de nossa pesquisa encontramos documentos que se fazem cruciais para o desfecho de tais acontecimentos, são os processos criminais advindos e cognominados da Justiça Especial, do Tribunal de Segurança Nacional que relata todos os detalhes da tentativa da derrubada da igreja e do assassinato do evangélico, ocorrido naquela localidade e que estamos elencando neste momento. Temos aqui em seguida, parte deste processo, onde demonstra não só o verdadeiro ano, como também, de acordo com os autos, os principais envolvidos no ato:

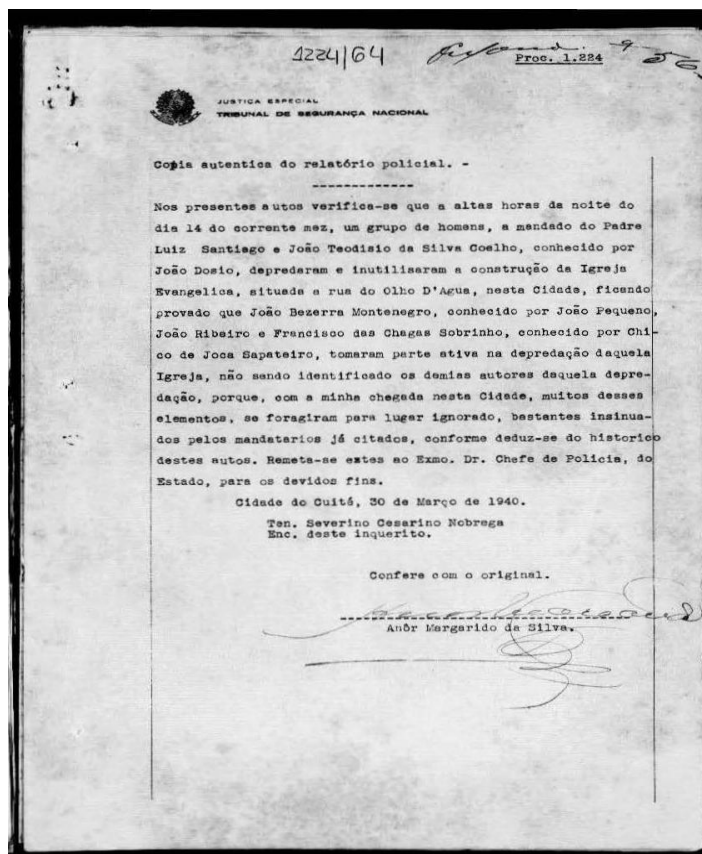


Figura 02 – Cópia autenticada do relatório policial do processo de número 1224, folha 64, da derrubada da igreja evangélica, datado de 30 de março de 1940.

Fonte: Arquivo Pessoal.

O documento ora posto, nos traz, além da real data do acontecimento, outras informações que, podemos dizer, está sendo exposto pela primeira vez após 75 anos do fato ocorrido, tal como o nome dos principais envolvidos e determinados detalhes que envolvem o

caso, estamos daí, com estas informações, demonstrando um dos pontos elencados na justificativa do nosso projeto para este trabalho, que seria o seu ineditismo, pois antes deste, nenhum outro tivera explorado tal assunto com tantos detalhes, e que passaremos a descrevê-los neste momento, transcrevendo o teor do documento acima citado:

Proc. 1.224
1.224/64
Justiça Especial
Tribunal de Segurança Nacional
Cópia autêntica do relatório policial.

Nos presentes autos verifica-se que a altas horas da noite do dia 14 do corrente mez, um grupo de homens, a mandado do Padre Luiz Santiago e João Teodosio da Silva Coelho, conhecido por João Dosio, depredaram e inutilizaram a construção da Igreja Evangelica, situada a rua do Olho D'Agua, nesta Cidade, ficando provado que João Bezerra Montenegro, conhecido por João Pequeno, João Ribeiro e Francisco das Chagas Sobrinho, conhecido por Chico de Joca Sapateiro, tomaram parte ativa na depredação daquela Igreja, não sendo identificado os demais autores daquela depredação, porque, com a minha chegada nesta Cidade, muitos desses elementos, se foragiram para lugar ignorado, bastantes insinuados pelos mandatários já citados, conforme deduz-se do histórico destes autos. Remeta-se estes ao Exmo. Dr. Chefe de Policia, do Estado, para os devidos fins.

Cidade do Cuité, 30 de Março de 1940.
Ten. Severino Cesarino Nobrega.
Enc. deste inquérito.
Confere com o original.
Anôr Margarido da Silva.

De agora em diante, com o desenvolvimento do trabalho, passando a citar pessoas diretamente envolvidas com os casos ora expostos, queremos ressaltar que a nossa intenção não é de forma alguma denegrir e/ou depreciar a imagem de nenhum dos envolvidos, mas, temos a convicção de que os documentos ora apresentados, os acontecimentos citados e todo o decorrer do nosso trabalho é e faz parte do labor do historiador que é tentar levar, escrever, desmistificar e acima de tudo construir a nossa história, através de fatos, depoimentos, fontes e quaisquer outros vestígios que venham a analisar os acontecimentos de outrora, trazendo-os a luz do presente, o que antes estava às escondidas, velado, “esquecido” em meio ao turbilhão do tempo que não cessa de passar.

Contudo, sabemos também que um trabalho historiográfico para se ter respaldo perante seus pares e a coletividade como um todo, necessita que se apresente, tanto fatos,

como comprovações, para que as contestações que venham a ser feitas sejam respondidas através de suas provas, é preciso que haja alguma veracidade do que se está falando, e é isto que estamos fazendo, escrevendo parte da história religiosa do nosso país, da Paraíba e da cidade de Cuité:

Portanto, no discurso dos historiadores, os fatos constituem o elemento consistente, aquele que resiste à contestação. [...] O historiador não exige que as pessoas acreditem em sua palavra, sob o pretexto de ser um profissional conhecedor de seu ofício – embora esse seja o caso em geral –, mas fornece ao leitor a possibilidade de verificar suas afirmações; o “método estritamente científico a utilizar na exposição”. [...] Independentemente do que possa ser dito, mais tarde, para evitar os simplismos, existe aí uma base essencial para o ofício do historiador: toda afirmação deverá ser comprovada, ou seja, a história só é possível respaldada em fatos (PROST, 2012, p.55-56).

Desta forma, estamos relatando os fatos ocorridos e tentando mostrar as comprovações, para que assim o que se está sendo dito, posto, seja entendido e conhecido como o verdadeiro labor do historiador, de forma alguma as afirmações e comprovações dos fatos aqui elencados serviram para tentar “manchar” a imagem de nenhum dos envolvidos, mas sim, de tentar repassar com uma maior aproximação da veracidade dos acontecimentos aqui relatados, ou ainda, podemos dizer, sobre a história que ela é, de acordo com Bloch (2002, p. 55), a ‘ciência dos homens’, [...]. É preciso acrescentar: ‘dos homens, no tempo’. [...] dificilmente imagina-se que uma ciência, qualquer que seja, possa abstrair do tempo. Portanto, a história é a ciência dos homens no tempo, e segundo o próprio Bloch (2002), o ofício do historiador é “compreender o presente pelo passado” e concomitantemente “compreender o passado pelo presente”. Daí a nossa preocupação em mostrar os fatos e algumas comprovações, pois acreditamos que, agindo desta forma estamos tentando compreender a história nos dias de hoje, mas com um olhar nos acontecimentos e no modo social, documental daquele momento relatado, tentando assim, conhecer, analisar e relatar os acontecimentos do passado com olhares de hoje e de ontem, como nos afirma Bloch.

De acordo com o que se está posto no documento acima, pudemos notar que este foi um ato que requereu um planejamento prévio, envolvendo algumas autoridades daquela referida localidade, sendo elas, eclesiásticas e militares, como também alguns populares, pois, vemos no depoimento explicitado a pouco, contido no livro *Chamado para Servir*, o depoente, o senhor Aprígio Pereira de Souto afirma que o senhor João Teodósio da Silva Coelho, mais conhecido por João Dosio era o delegado daquela localidade, Francisco Barreto, era o chefe do destacamento policial, e que no documento processual aparece o nome de

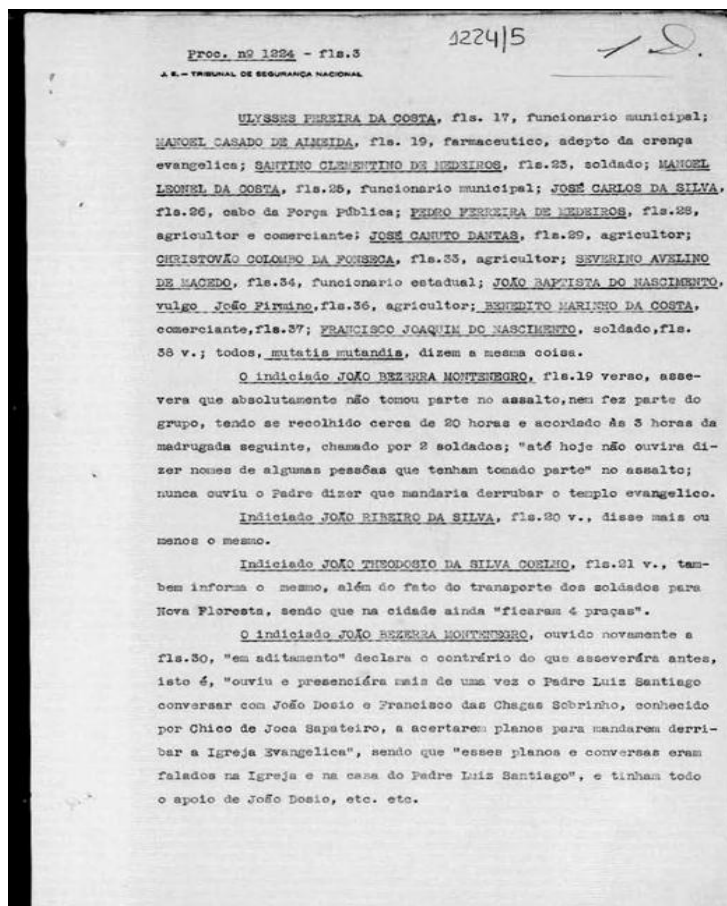
Francisco das Chagas Sobrinho, conhecido como Chico de Joca sapateiro, não temos a informação se este seria o mesmo citado pelo depoente. Como também vemos, logo no início do documento processual que a ação tivera ocorrido a mando do padre Luiz Santiago, que tivera sido realizada por um grupo de homens, portanto, não apenas dois ou três, mais a frente o documento traz a informação que alguns dos autores não foram identificados, por terem se evadido do local.

Porém, podemos concluir que houve sim uma organização prévia, que culminou com a tentativa de derrubada da construção da igreja, unindo, tanto estas autoridades, quanto parte de populares que ajudaram na feitura do ato. Com isto, vemos que se faz necessário que esta ação seja esmiunçada neste momento, para que possamos entender bem como se deu tal fato, acreditamos que seja interessante, e que seja quase impossível de não ser citada esta intervenção prévia da ação, neste momento em que estamos, de certa forma narrando tais fatos, pois:

Em outras palavras, a narrativa não é mais inocente na historiografia do que o é na ficção. No caso de uma narrativa de acontecimentos políticos, é difícil evitar enfatizar os atos e as decisões dos líderes, que proporcionam uma linha clara à história, à custa dos fatores que escaparam ao seu controle (BURKE, 1992, p. 330).

Vemos que Burke (1992), nos traz a importância de se mostrar, de se detalhar em uma narrativa atos de líderes que culminaram em ações que saíram de seu controle, esta citação está relacionada a acontecimentos políticos, acreditamos que esta citação não se remeta apenas ao que tange o político, mas também podendo-se encaixar nos sociais, religiosos, e tantos outros. Vemos que, se faz importante para o entendimento de um determinado acontecimento, haver um criterioso detalhamento do fato, para que se possa chegar a um maior esclarecimento, tentando analisa-lo, tanto antes quanto depois do fato narrado, para que assim se possa ter uma melhor compreensão, um olhar crítico e analítico, tanto do fato em si, quanto de cada personagem nele contido e de certos detalhes que às vezes possa passar despercebido, em uma leitura rápida e desatenta.

Quando estamos relatando que houve uma espécie de mancomunação entre algumas pessoas, onde antecedeu o ato de perseguição e intolerância religiosa ora citado, afirmamos não só pelos fatos narrados até então, mas também por um outro documento, que faz parte do processo judicial, que foi o segundo depoimento do senhor João Bezerra Montenegro, no qual o mesmo afirma que presenciou, tanto o padre Luiz, quanto os outros dois acusados de tramarem tal façanha:



Fotografia 03 – Processo de número 1224, folha 05, da derrubada da igreja evangélica, datado de 30 de março de 1940.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Nesta mesma folha do processo, o senhor João Bezerra Montenegro afirma que não havia participado do ato de destruição da igreja, apesar de ter sido acusado, afirmara também que até aquela data não saberia nome de nenhum envolvido que participou, disse ainda que nunca ouviu o padre dizer que mandaria derrubar o templo evangélico. Estas palavras estão, como já citado, nesta folha de número 05 do processo judicial, porém, nesta mesma folha, na parte de baixo, na qual podemos observar o último depoimento, é do mesmo depoente, mas agora, não se sabe o motivo, dizendo algumas afirmações contrárias do que havia falado anteriormente, corroborando com a nossa afirmativa de que havia tido uma trama que antecedeu a derrubada do templo evangélico, segue o depoimento:

O indiciado JOÃO BEZERRA MONTENEGRO, ouvido novamente a fls. 30, "em aditamento" declara o contrário do que asseverára antes, isto é, "ouviu e presenciára mais de uma vez o Padre Luiz Santiago conversar com João Dosio e Francisco das Chagas Sobrinho, conhecido por Chico de Joca Sapateiro, a acertarem planos para mandarem derribar a Igreja Evangelica", sendo que "esses planos e conversas eram falados na Igreja e

na casa do Padre Luiz Santiago”, e tinham todo o apoio de João Dosio, etc. etc.

A partir deste depoimento podemos ver que tivera sim ocorrido uma premeditação do ato da tentativa de derrubada da igreja evangélica por parte dos personagens ora citados, pudemos notar também que o padre Luiz tinha sim, uma grande influência para com algumas das outras autoridades local, mostrando assim uma de suas facetas, que pretendemos detalhar no próximo capítulo, mas porém, achamos por bem tentar demonstrar um pouco neste momento.

No momento em que se ver o padre Luiz fazer planos, unir “forças” para combater os seus “inimigos da fé”, a fim de tramar, pensar, planejar a derrubada da construção do templo evangélico, vemos também que ele teria dentro daquela sociedade uma relação de poder muito maior do que a de um simples sacerdote, ou seja, este ao unir autoridades policiais e pessoas comuns da sociedade para fazer um ato que, aos olhos da lei seria errado, mas mesmo assim foi realizado, vemos o quanto o padre Luiz tinha um poder de persuasão perante boa parte da população, tendo o mesmo, certas características coronelísticas, como afirmamos momentos anteriores, inteligente, perspicaz, coagiu algumas pessoas a fazerem o que ele achava ser certo, tinha em suas mãos o poder religioso e de coesão, como que dando ordens aos seus subordinados, que estando dependente de seu senhor, obedeciam piamente as suas ordens, pois um coronel seria dono absoluto de seu local, de “seu povo”.

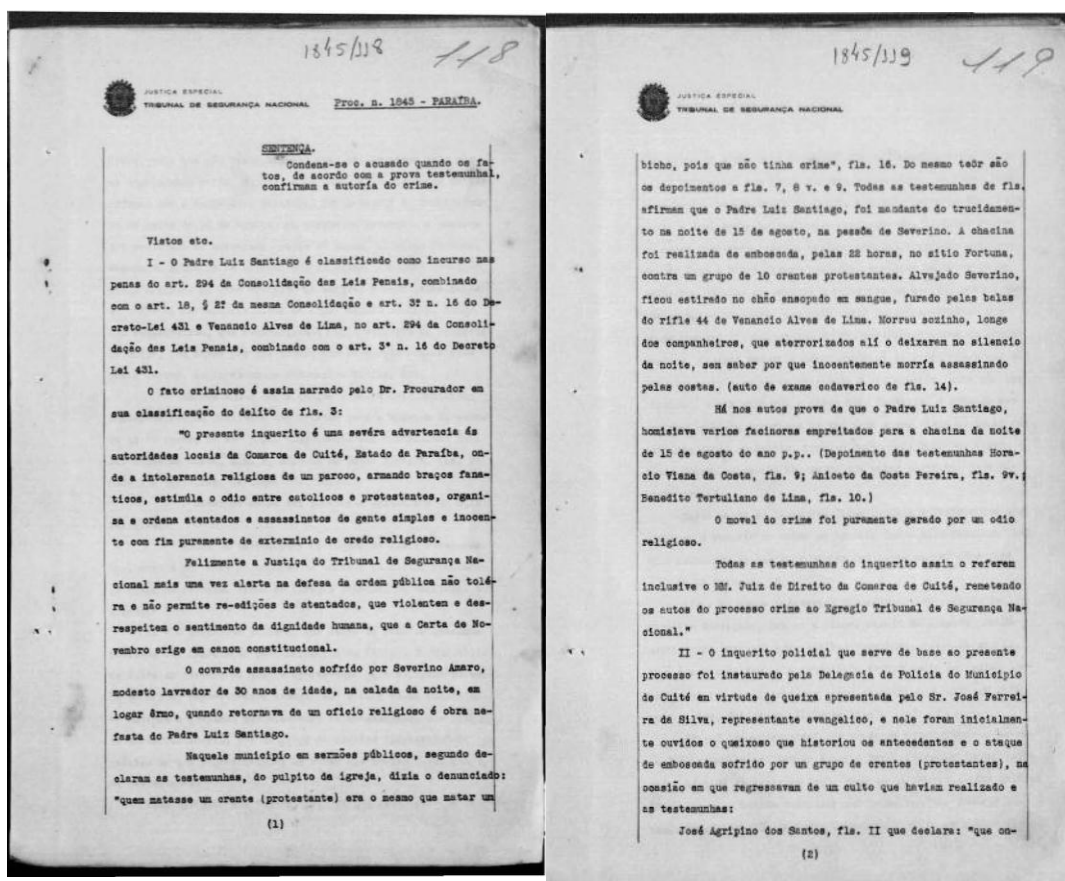
De acordo com Gurjão (1994), a corrupção e a violência caracterizavam as lutas entre a oligarquia situacionista e oposicionistas no contexto social de muitos municípios. Sendo comum os coronéis andarem armados, procuravam angariar o poder não só para si, mas para seus parentes e amigos mais íntimos e entre eles ocorriam disputas internas. Eram desconfiados, fofoqueiros e gostavam de arrumar uma boa intriga, muitas vezes delatando os erros de seus adversários, não só políticos quanto pessoais, estes atos por vezes levariam a crimes, procurando “eliminar” não só o “coronel”, mas os seus parentes ou aliados que estivessem mais próximos dele. Então, era mais “cômodo” ser ou está do lado governista, desta forma tinha-se carta branca para manobrar o aparato administrativo, militar e judicial.

Alguns dos pontos que estão frisados na citação acima encaixam perfeitamente com as características do padre Luiz e sua forma de convivência dentro da sociedade cuiteense, quando Gurjão (1994), diz que o chefe local, ou seja, os coronéis, andavam armados, gostavam de intrigas, sendo portanto, mais tranquilo estar ao lado de quem estava no poder, para conseqüentemente, receber a sua proteção, em troca, prestando-lhes lealdade, esta

proteção pode ser não apenas física, ou seja, do corpo, mas no caso do padre Luiz, da alma, por ser um sacerdote, logo este estar mais “próximo” de Deus, porém, como veremos no capítulo seguinte, onde iremos detalhar ainda mais sobre algumas características do nosso personagem, ele daria de certa forma esta proteção física também, pelo fato do mesmo costumar andar armado, ser considerado “valente” e “destemido” por muitos.

Também vemos na citação apresentada que este chefe local, este “coronel” saberia estabelecer alianças e teria o poder para mobilizar “sua” gente, portanto, no momento é o que vemos ter sido realizado pelo padre Luiz, quando o mesmo propôs, segundo o documento processual exposto, que fosse derrubada a construção da igreja evangélica, e assim se fez, mesmo que isto fosse gerar problemas judiciais, tanto para ele quanto para os demais envolvidos. Porém, pretendemos aprofundar mais sobre estas características coronelísticas do padre Luiz no capítulo seguinte.

Um outro caso de intolerância religiosa e extrema perseguição, que também foi atribuído ao padre Luiz Santiago e a uma outra pessoa, por nome de Venancio Alves de Lima, foi o assassinato de um evangélico, como já citado anteriormente, o caso tivera ocorrido cinco meses e um dia após a derrubada da igreja evangélica, ou seja, no dia 15 de agosto de 1940, de acordo com o processo de número 1.845 do Tribunal de Segurança Nacional que temos em mãos, após pesquisa realizada. Tendo sido o primeiro ora citado, o mandante do crime e o segundo, quem, supostamente teria praticado o delito. O homem que foi morto bruscamente em uma emboscada tinha por nome de Severino Amaro dos Santos, lavrador, protestante e tinha trinta anos de idade na data do fatídico crime, ainda de acordo com a documentação criminal, tal fato teria ocorrido quando Severino Amaro voltava de um culto religioso em uma localidade rural daquele município, chamada de Fortuna, acompanhado de mais ou menos dez evangélicos, ele teria sido atingido por tiros de um rifle 44, supostamente teria sido disparado por Venancio Alves de Lima.



Fotografia 04 – Processo de número 1845, folhas 118 e 119, do assassinato de um evangélico, datado de 15 de agosto de 1940.

Fonte: Arquivo Pessoal.

As duas folhas ora apresentadas fazem parte do processo criminal instaurado para apurar o assassinato acima citado, em que traz palavras de acusação, como também de defesa dos réus e algumas testemunhas do ocorrido. Na segunda folha apresentada, a de número 119, traz o seguinte teor sobre o caso, no parágrafo que inicia na folha anterior:

Todas as testemunhas de fls. Afirmam que o padre Luiz Santiago, foi mandante do trucidamento na noite de 15 de agosto, na pessoa de Severino. A chacina foi realizada de emboscada, pelas 22 horas, no sítio Fortuna, contra um grupo de 10 crentes protestantes. Alvejado Severino, ficou estirado no chão ensopado em sangue, furado pelas balas do rifle 44 de Venancio Alves de Lima. Morreu sozinho, longe dos companheiros, que aterrorizados ali o deixaram no silêncio da noite, sem saber por que inocentemente morria assassinado pelas costas (auto de exame cadavérico de fls. 14).

Portanto, o que vemos é mais um crime de perseguição e intolerância religiosa que, segundo o processo apresentado, tivera sido praticado a mando do padre Luiz Santiago. No entanto, queremos mais uma vez frisar que estes termos que estamos utilizando neste trabalho e que cotidianamente se está sendo posto, ou seja, os de intolerância e perseguição religiosa, na época não eram comuns usa-los, como também, tais atos eram praticados e vistos como fossem algo natural e o certo a se fazer, claro que, a popularização desta ideia se dava por meio dos ensinamentos dos sacerdotes para com os seus fiéis, de acordo com os preceitos e ordens advindas de Roma, sob a égide da Romanização e da recristianização do país que se fazia presente neste momento, como citado anteriormente. Este procedimento fazia parte da força do discurso desenvolvido pela Igreja neste momento de embate religioso, onde através de muitos meios, dentre eles, o discurso, tentaria controlar a vida de seus fiéis, pois certamente:

Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2014, p. 08-09).

Este controle, seleção e produção do discurso neste momento se dava com a finalidade de tentar, se não acabar, formas de minimizar um outro discurso, que era das demais religiões que estavam no país, principalmente a protestante, que se apresentava como um perigo imediato para o clero católico, que buscava meios de reação, tentando manter seu *status quo* dentro de uma sociedade que estava em movimento, seja ele, religioso, político, cultural e/ou social.

Como estamos relatando, com certeza este discurso reverberava na prática e na realidade diária de muitos párocos e seus fiéis, como também daqueles que não fossem católicos, pois, a exemplo dos atos citados neste tópico, podemos ver que esse discurso se materializava em atos que atingiam não só a violência moral, religiosa, mental, mas também a física, resultando em insultos, brigas, depredações, mortes. Claro que, estes acontecimentos se deram por ambas as partes, pois no momento em que iria ocorrendo tais fatos, uma parte, ao se defender, poderia concomitantemente, praticar um outro ato de covardia e violência, em resposta do sofrido anteriormente.

Sobre os dois atos citados neste tópico, ou seja, a depredação da igreja evangélica e o assassinato de um praticante da mesma religião, exemplificamos eles neste momento para podermos mostrar alguns dos atos realizados pelo padre Luiz Santiago contra os protestantes neste contexto romanizador, no entanto, iremos nos aprofundar um pouco mais sobre eles e

relatar também os seus desfechos, sendo desenvolvido no capítulo seguinte, onde procuraremos detalhar ainda mais estes dois fatos e suas consequências.

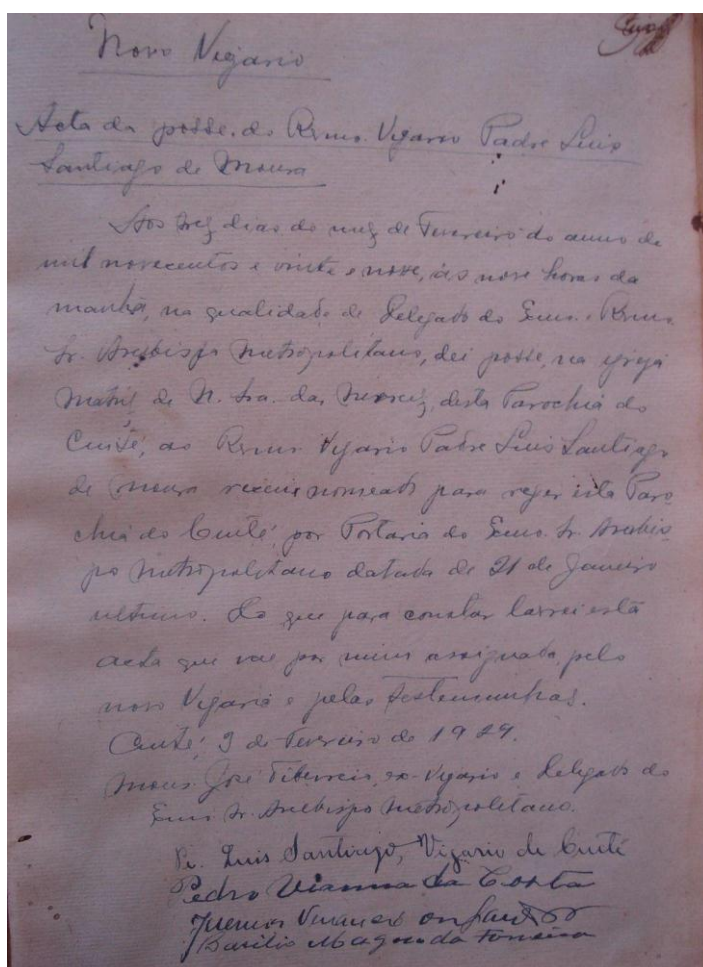
Será também no capítulo o qual se segue que iremos trazer outras peculiaridades do nosso personagem, particularidades sobre a sua formação, personalidade, outros pontos sobre sua ação sacerdotal, seu envolvimento dentro da sociedade com a política, com a economia, os seus estudos, na filosofia, na história, na geografia e arqueologia, como também procuraremos mostrar a continuidade de suas ações controversas e a formação de seu conflito não só na cidade de Cuité, como também em parte da região do Curimataú, região que se localiza a cidade de Cuité.

Por fim, traremos as consequências positivas e negativas dos atos praticados pelo padre Luiz, não apenas para ele, mas também para boa parte da sociedade que ele esteve inserido, não só naquele contexto histórico em que o mesmo esteve envolvido, mas também na atualidade procurando demonstrar como a sua figura e seus atos ainda reverberam dentro da sociedade atual, seja vista de forma, inovadora, dinâmica, inteligente e progressista, como também no olhar intransigente, polêmico, intolerante, coronelístico e violento.

CAPÍTULO III - O PADRE LUIZ SANTIAGO NO CONTEXTO ROMANIZADOR

3.1 BIOGRAFIA E HISTÓRIA ECLESIÁSTICA

Na manhã do dia 03 de fevereiro de 1929 assumiu a paróquia de Cuité o jovem padre Luiz Santiago de Moura, com apenas 32 anos de idade, de acordo com a ata de sua posse, o mesmo foi recebido pelos principais líderes políticos locais da época, tomando o lugar que estava sendo ocupado pelo Monsenhor José Tibúrcio de Miranda, o ato de sua posse foi motivo de festividade na igreja matriz, onde naquela ocasião também ocorreram alguns batizados, já realizados pelo pároco recém-chegado.



Fotografia 05 – Ata de posse do Pe. Luiz Santiago na Paróquia de Cuité, datada de 03 de fevereiro de 1929.
Fonte: Arquivo Pessoal.

Uma curiosidade ocorrida na posse do padre Luiz é que ele assumiu, tendo sido presidida a sua posse pelo vigário que estava saindo daquela localidade, e que o mesmo

representou o arcebispo metropolitano naquela ocasião, na integra, iremos repassar o teor da ata acima exposta:

Novo vigário

Acta de posse do Revmo. Vigário Padre Luiz Santiago de Moura

Aos três dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e vinte de nove, as nove horas da manhã, na qualidade de delegado do Exmo. Revmo. Sr. Arcebispo Metropolitano, dei posse, na Igreja Matriz de N. Sra. Das Mercês, desta parochia do Cuité, ao Revmo. Vigário padre Luiz Santiago de Moura, nomeado para esta parochia de Cuité por portaria do Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano datada de 21 de janeiro neste ano. Do que para constar lavrei esta acta que vai por mim assinada, pelo novo vigário e pelas testemunhas.

Cuité, 3 de fevereiro de 1929.

Mons. José Tibúrcio, ex vigário e delegado do Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano.

Pe. Luiz Santiago, vigário de Cuité.

Pedro Viana da Costa.

Jeremias Venâncio dos Santos.

Basílio Magno da Fonseca.

Padre Luiz Santiago foi o décimo segundo pároco a assumir na cidade de Cuité desde a data de fundação daquela paróquia, em 12 de agosto de 1801. Assumiu esta localidade com uma ideologia de trabalho tanto inovadora, como tradicional, ou seja, dizemos que tivera sido inovadora no que tange algumas ações realizadas pelo mesmo para com a sua Igreja e seus fiéis, tais como a fundação da Congregação Mariana naquela cidade, não comandada por leigos, mas sim, pelo próprio clero, no caso, Santiago, datado do dia 08 de dezembro de 1929, provavelmente, tenha sido proposital a data posta, pois é o dia que se comemora N. Sra. da Conceição, como também o mesmo iniciou a construção da nova matriz daquela cidade no ano de 1934, sendo concluída apenas em 1952 pelo Cônego José de Barros, de acordo com atas de livro tombo daquela paróquia, no entanto, dizemos ser ele tradicional, quando impôs uma política romanizadora advinda da hierarquia clerical católica, implantando uma rigidez na afirmação e prática dos seus dogmas, como também na intolerância e perseguição as demais crenças que atuassem naquela cidade, seguindo os preceitos de recristianização que a Igreja estava passando naquele momento em todo o país.

Este perfil inovador e ao mesmo tempo tradicional desenvolvido pelo padre Luiz, como relatado a pouco, fez parte de um ritual que acompanhava o seu discurso, pois este discurso possivelmente já esteve mapeado por uma hierarquia superior, ou seja, muitos de seus atos não foram realizados pelo simples fato de querer ser o “todo poderoso” ou o “manda chuva” do local, não estamos afirmando isto para dirimir ou tentar apagar muitos de seus atos,

mas sim, para podermos localizar a figura ora estudada dentro do contexto histórico que estava inserida, portanto, devemos saber que para cada fala, para cada discurso:

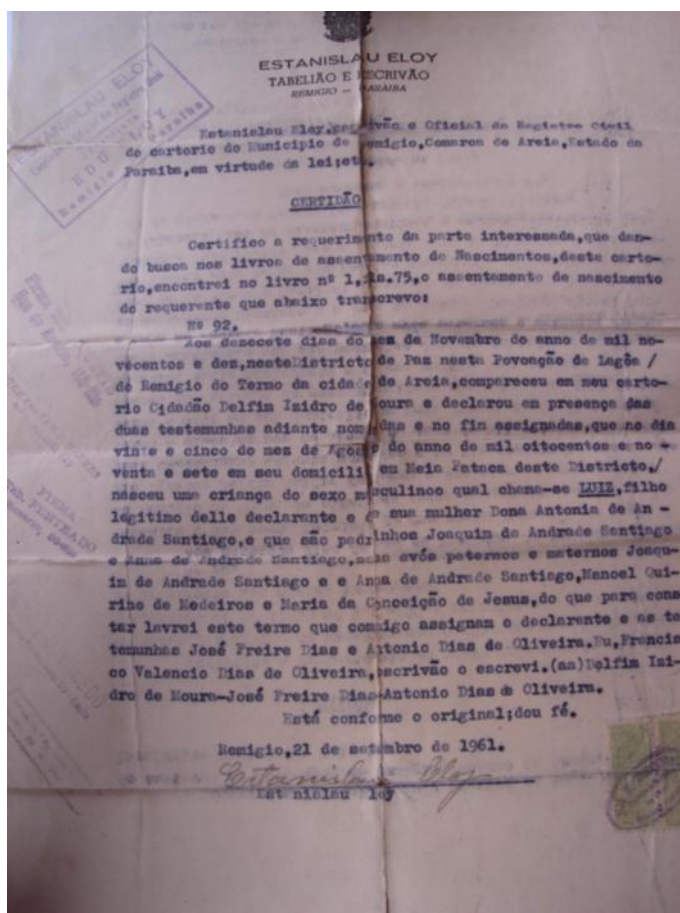
O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. Os discursos religiosos, judiciários, terapêuticos e, em parte também, políticos, não podem ser dissociados dessa prática de um ritual que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos (FOUCAULT, 2014, p. 37).

Devemos então observar que o discurso realizado pelo padre Luiz teria todo um contexto e uma ritualística a ser seguida, para que o seu papel dentro daquela sociedade, daquele momento fosse realmente bem definido, pois se esteve agindo assim, comandando dentro de sua paróquia, ele esteve também sendo mandado, coagido e seguindo a regra de outros discursos, do discurso doutrinário, que lhes proibia certo tipo de procedimentos, porém, este discurso serviu para diferencia-lo dos demais indivíduos daquela sociedade, esta doutrina, o colocou em um local em que ele esteve para levar o seu discurso aos sujeitos, no caso, aos seus fiéis, impondo-o.

O que queremos frisar aqui é que devemos ter a acuidade de olhar nas entrelinhas da história para tentar compreendê-la, procurando desvendar suas causas e efeitos, vendo que estas não são nada homogêneas e muitas das vezes hierarquizadas, no caso específico do padre Luiz e seu discurso, seus atos, devemos tentar entender que o mesmo esteve envolvido dentro de uma hierarquia, e a ela devia seguir, suas ordens sua doutrina, seu discurso, portanto, se faz necessário que vejamos o real “lugar” que ele esteve inserido, fazendo então este entrecruzamento de informações, nos permitindo mapear a sua condição, sua forma de discurso e suas demais aparições e facetas, que no decorrer do trabalho conheceremos mais detalhadamente.

Delfim Izidro de Moura e Antonia de Andrade Santiago uniram laços matrimoniais no dia dezoito de novembro do ano de mil oitocentos e noventa e seis, num lugar denominado Lagoa Verde, pertencente à freguesia de Lagoa Nova, de acordo com documento encontrado no arquivo da Arquidiocese da Paraíba. Deste casamento gerou-se um fruto, que foi chamado de Luiz Santiago de Moura, nascido em 25 de agosto de 1897 no distrito de Meia Pataca, (nome sugestivo para o local de seu nascimento, pois se, para alguns que conviveram com ele, este tivera sido uma figura de muito valor, tanto moral quanto pessoal, para outros, não

valeria nem mesmo meia pataca), de acordo com a sua certidão de nascimento, achada pelo escrivão Estanislau Eloy, em vinte e um de setembro de 1961. Segundo este, está assentado este nascimento no livro nº 01 fls. 75 naquele cartório. Como a maioria das crianças católicas, este foi batizado, tendo este acontecimento sido realizado em Lagoa de Remígio, pelo Cônego Odilon Benevindo, tendo sido os seus padrinhos seus próprios avós maternos, como comprovam documentos encontrados na Arquidiocese da Paraíba.



Fotografia 06 – Certidão de Nascimento do Pe. Luiz Santiago.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Indo mais adiante destes pontos históricos e cronológicos citados, queremos frisar também e tentar desmistificar através deste trabalho, o papel positivista que foi imposto ao longo da história, a todo e qualquer estudo relacionado à biografia, que foi muito usual nos séculos XIX e XX, passando para o público as histórias dos “grandes vultos”, criando assim uma grande lacuna em relação a muitos segmentos sociais no decorrer de nossa história. Segundo Kalina Vanderlei Silva, que escreveu para o livro Novos Temas nas Aulas de História, organizado por Carla Bassanezi Pinsky, no tópico Biografias, a Escola dos Annales retomou este tema a partir da década de oitenta do século XX, como método de investigação e

escrita da história. Ainda neste mesmo livro há uma citação que pareceu muito viável para que, a partir desta, mude-se um pouco esta imagem “negativa” para os estudos que envolvem a biografia: Georges Duby, [...] afirmou que o estudo do “grande homem” poderia ser tão revelador de um contexto histórico quanto o estudo dos acontecimentos e das estruturas (PINSKY, 2009, p. 14).

Portanto, o que se quer ressaltar com esta citação é que este trabalho não pretende fazer uma exaltação de um “grande homem”, de uma determinada região em seu tempo e contexto histórico, mas estamos procurando mostrar como o contexto em que este estava inserido foi modificado e ele também foi modificando-se, através do meio em que estava inserido, criando um vínculo entre ambos que gerariam os acontecimentos que se sucediam, tendo assim a prova de que não é só de suma importância a figura principal de uma ou desta biografia, como também, todo o meio e o contexto que o envolvia, pois os acontecimentos e modificações deste meio ou desta região aconteceram concomitantemente entre a figura central e todos que o rodeavam, desmistificando assim o pensamento de que só o “grande vulto” expressado nas biografias seria a peça chave, mas ele não seria nada sem o contexto geral e, provavelmente, estes contextos não seriam iguais em suas estruturas sem ele.

No caso específico do padre Luiz e seu contexto histórico, social e cronológico, queremos afirmar que, nem a sociedade de Cuité teria ocorrido certos acontecimentos sem a figura do padre Luiz, quanto o padre Luiz não teria orquestrado certos atos se não estivesse dentro deste contexto, ou seja, dentro deste meio social, político e religioso que se encontrava, portanto, um está interligado com o outro, ambos devem ser lembrados com o mesmo grau de importância e com a certeza que sem este conjunto social, não se teria desenvolvido todo o contexto que aqui estamos relatando.

Ressaltemos ainda que, todo e qualquer trabalho historiográfico tem que ter o seu objeto de estudo, onde no decorrer deste trabalho será visto e revisto este objeto, em que serão centralizadas todas as atenções e tentará ser respondidas perguntas sobre este objeto, indagadas ainda no projeto deste trabalho. No nosso caso, como se percebe o objeto de estudo em pauta é a figura do padre Luiz Santiago e a sua influência dentro de um contexto social e cronológico na cidade de Cuité, esta representatividade que estamos trabalhando, está no contexto e na lógica aonde:

Para que um homem, isoladamente, suscite o interesse da história é necessário que ele seja, como se diz, *representativo*, isto é, representativo de um grande número de outros homens; ou, então, que tenha exercido uma verdadeira influência sobre a vida e o destino dos outros; ou, ainda, tenha chamado a atenção, por sua própria singularidade, para as normas e os hábitos de um grupo em determinada época. Por

último, o objeto da história é concreto: os historiadores têm desconfiança em relação aos termos abstratos; eles desejam ver, ouvir e sentir (PROST, 2012, p. 136).

Ainda sobre este contexto da biografia, no decorrer da história, como também do histórico que envolve o biografado, a exemplo do que acabamos de fazer, podemos citar mais dois autores que fazem menção a este tema, para mostrar que a biografia vem mudando, tanto no modo de como está sendo feita, como também no olhar que está sendo lançado sobre a mesma atualmente, pois, segundo Levi (2006, p. 167), houve épocas que se podia narrar a vida de qualquer fato histórico, também houve épocas que era possível relatarem um fato histórico abstraindo-se de qualquer destino pessoal. No entanto, Bourdieu (2006, p. 190), nos informa que é indispensável à reconstrução do contexto, da superfície social que age o indivíduo, sendo indispensável, em um trabalho que seja biográfico, a inserção do contexto histórico e geográfico do biografado, para que melhor possa-se entendê-lo, mostrando assim a importância deste contexto na história que estará sendo contada.

Então o que podemos indagar sobre este assunto é que se faz necessário que seja feito uma espécie de “apanhado” histórico da época do contexto que esteja ou esteve inserido o biografado, mas tomando cuidado para não refutar, alguma informação, como se fazia anteriormente, como também não exagerar e chegar à exaltação do mesmo.

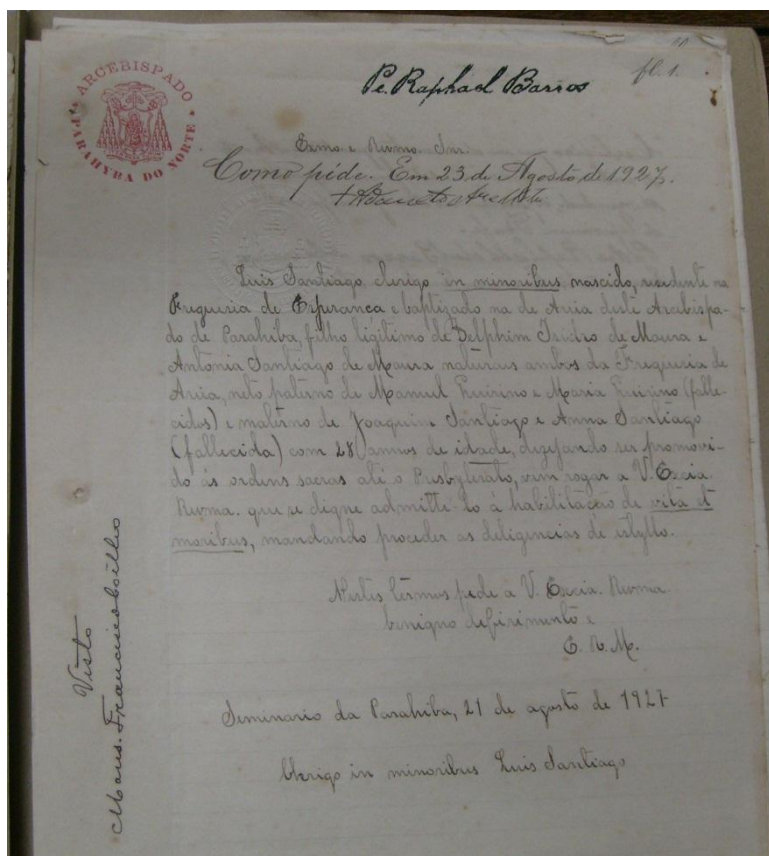
Ressalteamos ainda que em uma biografia sempre haverá lacunas e incertezas sobre a vida do biografado, principalmente no caso das pessoas que já faleceram há muito tempo ou que esteja distante, historicamente falando, do período que este se fez mais presente com mais frequência no meio social inserido, como também ficando este tempo muito distante em relação à data em que está sendo elaborada esta pesquisa, ou ainda, se este estiver envolvido em polêmicas, pois as poucas pessoas que conviveram com ela e que ainda estão vivas, às vezes recusam-se a falar do mesmo por variados motivos, daí a necessidade e sensibilidade do pesquisador para extrair as informações do contexto histórico ora abordado sobre a trajetória de vida da nossa personagem.

O jovem Luiz Santiago de Moura foi um dos pupilos do primeiro bispo da Paraíba, Dom Adauto, teria sido educado nos moldes romanizador e recristianizador que a Igreja Católica estava repassando para seus futuros sacerdotes neste momento. Para adentrar de vez nas fileiras católicas e ser considerado um sacerdote, um “homem de Deus”, Luiz Santiago passou por todos os trâmites legais que a Igreja exigia para com um futuro padre, toda a sua vida pregressa foi revistada, toda a sua documentação revista para que a sua formação desse início, desde o seu nascimento, se o mesmo seria ou não filho legítimo de seus pais, a data de seu batismo, e de crisma, que para a Igreja é a confirmação do batismo.

Tendo sido de fato confirmado não só o seu batismo, como também a data de seu crisma, que foi encontrado em documentação da paróquia da cidade de Esperança – PB; no qual foi constatado que ele foi crismado na data de quatro de março do ano de mil novecentos e sete, com nove anos de idade, cerimônia realizada pelo então Arcebispo Dom Adauto e registrado todo esse acontecimento pelo padre José Borges de Carvalho, então pároco da citada cidade, na data de vinte e nove de junho de mil novecentos e vinte e sete, fazendo-se juntar este documento aos demais para cumprir com as formalidades para a formação do futuro padre.

Seguindo, citaremos alguns destes documentos e o teor dos mesmos. A exemplo do “Ato de Justificação de *Genere Vita et Moribus*”, que do *latim* significa “sobre a geração (ascendência), vida e costumes”, entregue pelo Arcebispo Metropolitano para a Comarca Eclesiástica, na pessoa do padre Rafael de Barros. Este documento seria nada mais do que uma comprovação de pureza de sangue, exigido pela Igreja para a aceitação de determinados cargos eclesiásticos. Estes processos destinavam-se à averiguação da legitimidade do requerente e da vivência dos seus ascendentes, segundo os princípios da religião católica, da ocorrência da prática de crimes de lesa-majestade, divina ou humana, da incorrência em infâmia pública ou em pena vil. A habilitação de *genere* era condição para o requerimento da prima tonsura, ou seja, entrar para o estado eclesiástico, se torna parte integrante do clero.

O candidato a sacerdote passaria por todo este processo e procedimento, que era padrão desenvolvido para a habilitação sacerdotal na época, onde toda a documentação de sua vida pregressa seria vista pela Câmara Eclesiástica, sendo submetido a investigações de praxe, como se ver no documento que se segue:



Fotografia 07 – Petição de admissão à habilitação de *vita et moribus*, (processo sacerdotal), datado de 21 de agosto de 1927.

Fonte: Arquivo Pessoal.

O referido documento acima apresentado será transcrito na sequência, na íntegra, para um melhor entendimento, no qual, traz o seguinte teor:

Exmo. e Revmo. Sr:

Como Péde. Em 23 de agosto de 1927.

Luiz Santiago, clérigo in minoribus, nascido, residente na freguesia de Esperança e baptizado na de Areia deste Arcebispado de Parahiba, filho legítimo de Delphim Isidro de Moura e Antonia Santiago de Moura naturais ambos da Freguesia de Areia, neto paterno de Manuel Quirino e Maria Quirino (falecidos) e materno de Joaquim Santiago e Anna Santiago (falecida) com 28 annos de idade, desejando ser promovido às ordens sacras até o presbyterato, vem rogar a V. Excia. Revma. Que se digne adimithi-lo à habilitação de vita et moribus, mandando proceder as diligências de estylo.

Nestes termos pede a V. Excia. Revma. Benigno deferimento.

Seminario da Parahiba, 21 de agosto de 1927.

Clerigo in minoribus Luiz Santiago.

Um ponto interessante e curioso que encontramos neste documento e queremos frisar neste momento, é que o mesmo é datado de 21 de agosto de 1927, afirmando que o futuro padre Luiz teria naquela data 28 anos de idade, porém, como demonstramos na ilustração VI, que fora a sua certidão de nascimento, o referido documento consta que a sua data natalícia teria sido o dia 25 de agosto de 1897, portanto, na data do documento ora apresentado, Luiz Santiago já estaria “as portas” de completar seus 30 anos de idade. O interessante é como ocorreu tal erro, que pode não parecer muito grave, mas porém, escolhemos ressaltá-lo pelo fato de ser todo o processo formativo da Igreja ser realizado de maneira tão rígida e seletiva, (como detalharemos a seguir), porém, ter deixado escapar tal erro.

De acordo com este documento, queremos lembrar que os procedimentos formativos que compunha o Seminário paraibano, possuía uma base no Concílio de Trento, claro que em alguns casos muitos destes procedimentos seriam adaptados para a realidade local. Toda a rigidez imposta, seria com o intuito de formar para seu quadro, nos moldes de sua escolarização, um sacerdote “instruído”, que servisse de exemplo para toda a comunidade que ele iria representar, integro de costumes, sejam eles urbanos ou eclesiásticos, modesto, recatado, que tivesse um bom senso, caridoso e pudesse agir de forma que mantivesse uma compostura em tudo que se fosse fazer. Portanto, desde o início de sua formação, durante todo o processo e indo até o final, a sua formação espiritual, moral e intelectual deveria estar condizente com o perfil de padre que a Igreja almejava neste momento.

Para alcançar este modelo de sacerdote, pretendido pelo Seminário dentro de sua formação, que acreditamos está dentro de uma lógica generalista, incorporando ideias, experiências e práticas educacionais, para tanto, tudo isto deveria começar antes mesmo dos futuros padres entrarem em contato com seus futuros professores para a sua formação, como pudemos ver no documento acima, tudo isto começaria no momento do procedimento admissional. Seria a partir daí que a Igreja iria revelar suas verdadeiras intenções e finalidades dentro de sua formação, e de acordo com toda a rigidez da escolha e todo o procedimento realizado pelo padre Luiz, como estamos relatando e conseqüentemente com todos os outros padres da época, não seria qualquer uma pessoa que poderia ser padre, este deveria seguir algumas normas e regras para que fosse admitido, assim, a partir de então pudesse iniciar seus estudos eclesiásticos, deveria seguir alguns princípios sacerdotais e requisitos considerados primordiais, do ponto de vista moral, ético e familiar.

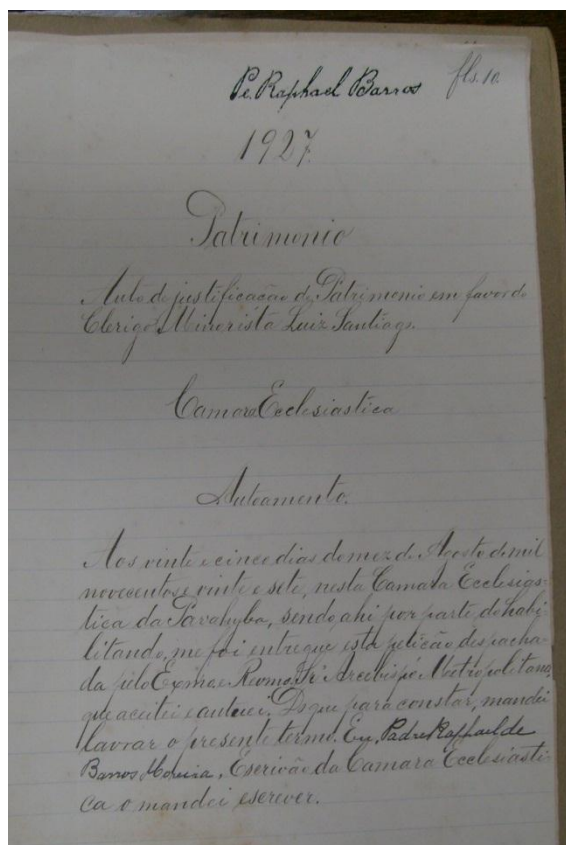
Para a admissão do futuro sacerdote seria preciso alguns documentos avaliativos que iriam dizer se o rapaz seria ou não um representante eclesiástico católico, ainda mesmo na sua inscrição, pois:

No Seminário da Paraíba, o procedimento de entrada era dividido em três subprocessos – uma espécie de relatório: O Processo de *Genere*, que apresentava os resultados das investigações acerca das origens familiares; o Processo de *Vita et Moribus*, que tratava da vida e dos costumes do candidato; e o Processo de *Patrimonius*, que especificava os bens a serem doados à Igreja pelo candidato. [...] Para que o candidato se matriculasse, eram exigidos atestados de saúde, de vacina e de sanidade mental, certidão de casamento religioso dos pais e uma carta do seu pároco, confirmando a sua idoneidade moral e propensa vocação ao sacerdócio (BARRETO, 2009, p. 100-101).

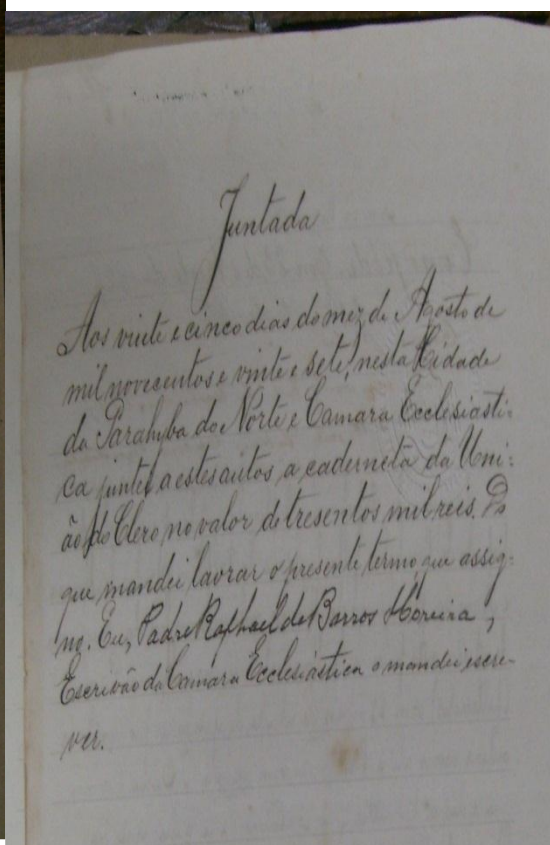
Como podemos observar, havia toda uma rigidez em relação à escolha do futuro sacerdote, além de todo este aparato documental, o aluno deveria estar em boas condições de saúde, sem nenhum tipo de doença, inclusive as contagiosas, como fora constatado na citação acima, para que pudesse seguir os horários ordinários e a disciplina exigida pelo Seminário, sem que viesse a atrapalhar a rotina do lugar. Notemos ainda que, havia uma preocupação não apenas ética e moral, mas também econômica e comportamental.

O que se pretendia com tudo isto, era que cada candidato ao sacerdócio deveria estar ciente, e ter desde as suas origens, a importância das noções básicas do convívio familiar, do virtuosismo, do modo de agir corretamente, de ser bom e piedoso. Contudo, o que a Igreja pretendia com toda esta seletividade, era ter futuros sacerdotes disciplinados e sem manchas anteriores, pois o que se estava objetivando, em termos institucionais, era uma renovação clerical, sem manchas, destituídos de vícios e com uma reputação ilibada, vindo a engrandecer o nome e a visão da Igreja Católica Apostólica Romana.

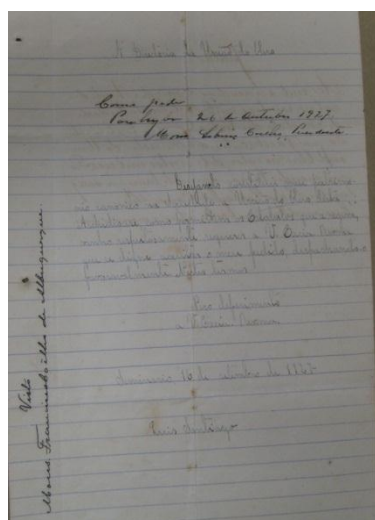
Observamos que dentro do processo admissional do padre Luiz Santiago, de acordo com a citação acima, onde afirma que no Seminário paraibano existia três subprocessos, constatamos que o então aluno Luiz, foi submetido aos relatórios de *Genere* e de *Vita et Moribus*. Como também foi submetido ao processo de *Patrimonius*, onde encontramos na sua documentação, a abertura e o procedimento dos dois primeiros subprocessos citados, apresentado na ilustração VII, ainda foi encontrado a documentação relativa ao terceiro procedimento ora citado, no qual constatamos que foi doado para a Igreja pelo aluno Luiz Santiago, a quantia de trezentos mil reis, como consta nos referidos documentos que se seguem:



Fotografia 08 - Processo de *Patrimônio*, que consta nos documentos admissionais do padre Luiz Santiago.
Fonte: Arquivo Pessoal.



Fotografia 09 - *Juntada*, que faz parte do Processo de *Patrimônio*, que consta nos documentos admissionais do padre Luiz Santiago.
Fonte: Arquivo Pessoal.



Fotografia 10 - Pedido de abertura do Processo de *Patrimônio*, que consta nos documentos admissionais do padre Luiz Santiago.
Fonte: Arquivo Pessoal.

Percebemos com os demais documentos, que até então, o futuro padre Luiz Santiago esteve dentro dos padrões e normas estabelecidas pela Igreja para adentrar no Seminário, sendo sabatinado por toda a sua vida pregressa até aquela data. Também fez parte da juntada de documentos no seu processo admissional, a certidão de casamento de seus pais, item obrigatório, como vimos anteriormente, sua certidão de batismo, como também a de crisma, foi encontrado ainda, uma carta do então Arcebispo Metropolitano da Paraíba, Dom Adauto, pedindo ao pároco da cidade de Esperança, a real procedência do mais novo candidato ao sacerdócio, o motivo de ser a cidade de Esperança, é que é o município de seu nascimento e onde estão assentado os seus principais registros.

Em resposta a carta do Arcebispo, foi encontrada uma outra carta, desta feita, do então pároco de Esperança, testemunhando não haver crime algum que proibisse a ordenação de tal aluno, carta esta que fora assinada pelo padre José Borges de Carvalho e mais cinco testemunhas daquela localidade. Outro documento interessante que fez parte da juntada processual de admissão foi uma certidão expedida por um cartório, na qual o tabelião público judicial de notas, o senhor João Clementino de Farias Leite atestou que dentro dos arquivos criminais por ele revisto, não havia nenhum delito criminal que destratasse a honra do cidadão Luiz Santiago de Moura.

Ainda sobre os processos de habilitação ao sacerdócio, que como estamos observando, seria uma forma da Igreja observar as origens familiares dos pretensos padres, relembremos algumas informações e nos inteiremos de outras quando se se é citado que:

O processo de ordenação encontra-se dividido em três subprocessos, com andamento concomitante e, pela sua função investigativa, apresenta o depoimento de testemunhas, sob juramento, que respondem a questionários elaborados pela Santa Sé. O teor dos questionários era indicativo das preocupações religiosas e, sobretudo, morais da Igreja, mas os resultados decepcionavam, especialmente por dois motivos: pela uniformidade e concisão das respostas anotadas pelo escrivão; pela ausência de surpresas, pois os processos são iniciados, com raras exceções, com candidatos que previamente preenchem as exigências (FERREIRA, 1994, p. 107-108).

De acordo com a citação acima explicitada, mesmo com todo o teor de rigidez e questionamento que comporia os processos de habilitação para o sacerdócio, como acompanhamos um pouco do ocorrido com o padre Luiz, mas, quase nunca haviam casos em que o aluno fosse reprovado em tal processo, pois o que se supõem com isto é que, estes candidatos, mesmo antes de chegarem a esta seletividade, já tivera passado por uma anterior, que ao chegar a este patamar, saberiam que, em sua maioria, iriam cumprir as exigências que o processo pedia, porém, não perdendo o sentido como um todo, que seria o de manter uma

preocupação religiosa e moral nos moldes que se esperava para compor o quadro da Igreja Católica.

Neste momento de seletividade, de escolha, onde após toda esta “investigação” na vida do futuro sacerdote é realizada e por fim ele é aceito no Seminário, há a partir daí uma separação deste aluno agora do mundo com a vida religiosa, esta que foi uma grande concepção da Igreja para com seus futuros eclesiásticos. Havia neste momento o desejo de que a pessoa que agora estava adentrando ao “mundo espiritual”, desapegasse de vez com alguns vícios e costumes de sua vida anterior aquele momento, desapegasse das afeições do mundo e procurasse estar totalmente ligado na sua nova vida espiritual, sem saudades nem pensamentos dos momentos do passado.

Esta rigidez passada pelo futuro padre Luiz e todos os outros que iniciaram sua vida religiosa neste momento, foi desenvolvida dentro de um Seminário típico do seu tempo. No caso do Seminário da Paraíba, organizado nos moldes tridentinos e inspirado no Concílio Vaticano I, este ficou sendo dos chamados bispos reformadores, inclusive o primeiro do Estado, Dom Adauto Henrique. Já citamos anteriormente. Este modelo colocaria a instituição sob o comando direto da Santa Sé.

Ao adentrar para um seminário, o aluno deveria se adequar a todas as regras e normas impostas pelo recinto, que agora passaria a ser o seu mais novo lar. Cabia agora ao futuro sacerdote ter consigo um espírito de sacrifício, obediência e humildade, a submissão aos seus superiores, a piedade e pureza de vida eram outras características que com certeza fora repassadas para Luiz Santiago a partir de sua entrada no Seminário, no qual tinha nestas características ora citadas, a base para a educação dos futuros sacerdotes.

O sistema disciplinador imposto pelo Seminário não seria diferente de um sistema de medidas coercitivas moralizadoras, identificados por Foucault, aonde diz que:

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseira, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência) (FOUCAULT, 1987, p. 159).

Portanto, todos os alunos deveriam ter um certo “policiamento” em suas atitudes, pois, estas e seu comportamento estariam sujeitos a uma possível punição, que poderiam variar desde pequenas humilhações até determinados castigos físicos, sendo vigiados estes futuros

sacerdotes pelos seus superiores, ao olhar atento aos pequenos deslizes que por ventura ocorressem no cotidiano.

Um dos passos importantes e primordiais passados para os alunos era que eles deveriam ter a consciência de que agora estariam se separando, não só do mundo, como já dito, mas também de seus familiares, a partir do momento que entrassem em regime de internato, em muitos casos, a separação dos parentes era colocado como um ideal do futuro sacerdote, para que assim tivesse um melhor desempenho na sua missão sagrada, que era confiada apenas aos sacerdotes, pois:

Na espiritualidade monástica, repetia-se a frase de Jesus aos apóstolos: “Deixai que os mortos enterrem os seus mortos”. Quando um candidato ingressava na vida sacerdotal, o mundo passava a ser considerado como o reino da morte. Os religiosos abrigavam-se em instituições sagradas, enquanto as demais pessoas permaneciam no mundo profano (AZZI, 2008, p. 540).

Assim começaria a separação do futuro sacerdote de tudo e de todos que os rodeava antes de sua chegada ao Seminário. Afastando-se não apenas de seus familiares, mas acima de tudo da vida e do convívio social, sem quase nenhuma comunicação dos alunos com pessoas que não estivessem diretamente ligadas na sua formação religiosa e sacerdotal. Este aluno agora estaria se diferenciando das demais pessoas da sociedade, em relação a todos os seus novos hábitos e costumes que agora irá ser desenvolvido, abraçando uma causa nobre, que seria a de ser o representante de Deus para a população.

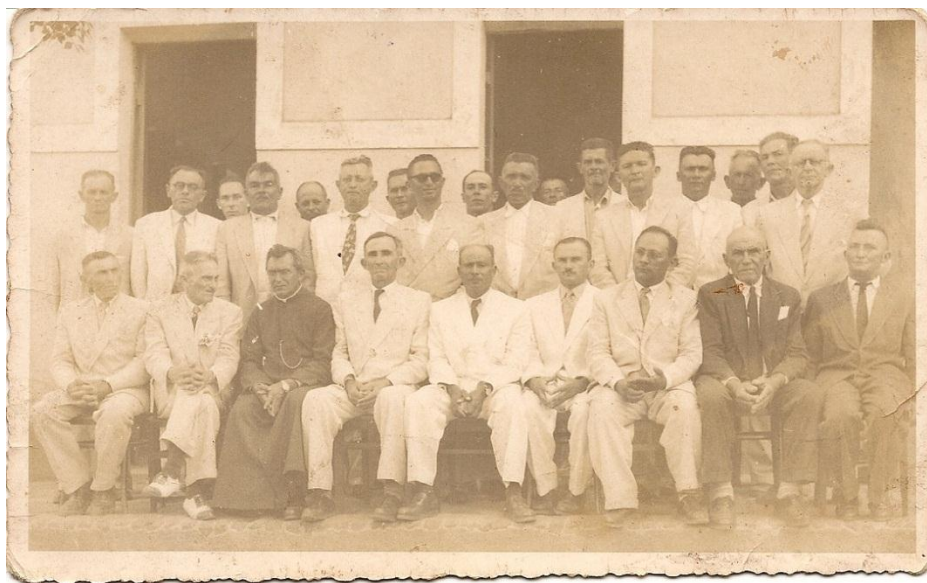
Outro sinal expressivo desta separação do mundo para com este futuro sacerdote seria as suas vestes, a partir de agora o seu traje habitual seria a veste talar ou batina, ou seja, a significação para a palavra talar, seria, um vestuário que alcançaria até os calcanhares, esta vestimenta seria obrigatória não apenas quando ocorresse a ordenação, mas sim, a partir da entrada no Seminário, para que assim, os candidatos ao sacerdócio pudessem tomar a consciência de que sua vestimenta faria parte fundamental da sua separação para com as demais pessoas.

Em relação ao uso desta veste, queremos destacar a figura do padre Luiz Santiago, que, de acordo com algumas pessoas que conviveram com ele, este sempre costumava usar uma batina preta para se distinguir e destacar sua posição social. É tão comprovado o uso diariamente destas vestes por ele que, dois casos curiosos achamos interessante citar. O primeiro é que, na oralidade, as pessoas dizem que, mesmo após o ano de 1941, quando tivera sido afastado da Igreja, (assunto que iremos abordar mais detalhadamente a frente), dizia que

“ninguém poderia tomar a sua batina”, sempre sendo visto em público com sua batina preta habitual e usual dos padres.

O outro caso foi que, em um dos depoimentos dados sobre a tentativa de derrubada da igreja evangélica, (assunto que já iniciamos no capítulo anterior, e iremos dar continuidade nos próximos tópicos), a testemunha afirma que possivelmente o padre Luiz estaria na frente do grupo que realizou tal façanha, pois segundo ela, viu no escuro da noite um homem vestido dos pés a cabeça de preto, montado em um cavalo.

Sobre o uso desta vestimenta em relação ao padre Luiz, de acordo com a oralidade e depoimentos comprobatórios dentro do processo ora citado, acreditamos que ele fazia uso desta vestimenta, não apenas por ter sido “condicionado” a usa-la, desde o Seminário, mas também como uma forma de mostrar o seu poder, de se destacar perante a sociedade, levando mesmo a sério a diferenciação pregada quando de sua formação para os seus dias e afazeres cotidiano, como podemos comprovar na fotografia abaixo:



Fotografia 11 - Pose para foto com cidadãos e autoridades locais da cidade de Cuité, datada da década de 30 do século passado.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Como bem pudemos observar, no que se foi dito e na fotografia ora apresentada, na qual vemos o padre Luiz, sentado, sendo ele o terceiro, da esquerda para a direita, que era de seu costume, não só para posar em fotografias, como se possa pensar, mas de uso diário a roupa preta habitual dos padres, seja pelos motivos que aqui já elencamos ou por convicções religiosas, padre Luiz Santiago levou mesmo a sério o uso desta vestimenta, pois com certeza ele tivera aprendido no seminário que:

A veste talar envolvia dois significados simultâneos: de um lado, sua cor preta expressava a renúncia e a morte aos prazeres e vaidades do mundo; por outro, significava uma honra especial concedida àquele pequeno grupo escolhido por Cristo como seus representantes na terra. Mas a conquista desse lugar exigia dedicação, sacrifício e um longo aprendizado num regime de ordem e disciplina (AZZI, 2008, p.542).

Não apenas foi na regra da vestimenta que o padre Luiz aprendeu no Seminário, mas, como bem afirmou a citação acima, a ordem e a disciplina estavam presentes no seu cotidiano, muitas das vezes em muitos dos Seminários, o rigor da disciplina era reforçado pela aplicação de alguns castigos físicos, tais como ficar de pé em frente a uma parede na hora do recreio, ao sol, enquanto os colegas brincavam, dentro da forma de educação ministrada em determinados Seminários, algumas formas de causar temor seria indispensável para garantir o pleno desenvolvimento intelectual e espiritual dos alunos.

No contexto histórico da época da formação sacerdotal do padre Luiz, como vimos nos documentos acima, datados do ano de 1927, o país passava por um acelerado processo de modernização, mudando muitos hábitos e conceitos formados dentro de nossa sociedade e de certa forma, diminuindo aquela projeção expressiva que a figura do padre assumia no cenário nacional. Com isto a Igreja procurou esforçar-se para reafirmar a sua presença dentro da sociedade brasileira, acompanhada de uma intensa campanha de valorização da imagem do sacerdote.

Além do laicismo presente no país após a Proclamação da República, outros fatores faziam com que ocorresse um certo desprestígio na carreira sacerdotal, a exemplo do crescente processo de industrialização e a ascensão da classe burguesa urbana. No entanto, o discurso católico era o de procurar manter, ao menos dentro da própria instituição eclesiástica, a imagem do sacerdote em um nível elevado, sendo o padre considerado um mediador entre Deus e os homens, apresentado sendo superior até aos anjos, se comparado às demais carreiras, o sacerdócio era posto como sendo algo sublime, pois seria ao padre, apenas a ele, confiada a salvação de toda a sociedade, não seria o sacerdócio uma profissão, mas sim uma vocação, pois este seria um chamado direto de Deus para aquele escolhido.

Aqui na Paraíba também foi prestigiado o trabalho dos padres, principalmente a partir da formação da arquidiocese, em que:

O trabalho paroquial sempre foi exaltado, em virtude das grandes responsabilidades e dificuldades que o pároco enfrentava. No entanto, vale ressaltar que, para a ascensão hierárquica, esse tipo de atividade parecia não contar muito. [...] O próprio D. Adauto nunca fora pároco. Segundo o bispo diocesano, na sua Carta Pastoral Reservada aos Rvdos. Vigários da Diocese, o bom vigário demonstrava o seu

desempenho a partir da frequência dos sacramentos, a influência dos fiéis aos atos religiosos, o silêncio e o respeito na Igreja, a limpeza e alinhamento da casa de Deus, a ausência de escândalos, o estado de fervor do povo e outros bens que nelas se notam ... (1897a :4) (FERREIRA, 1994, p. 141).

Mesmo procurando exaltar a figura do vigário, havia na Diocese da Paraíba muitos problemas a enfrentar, dentre eles seria a falta de padres para compor todas as paróquias que faziam parte da sua circunscrição. Levando, muitas vezes, D. Adauto a recorrer à Diocese de Olinda, a fim de solicitar vigários para assumirem tais vacâncias aqui em território paraibano ou Norte Rio Grandense, pois como fora colocado no capítulo anterior, este Estado vizinho era subordinado a Paraíba, até a formação da sua própria diocese.

Porém, vemos a preocupação de D. Adauto em elevar o sacerdote que cumprisse determinadas regras, que segundo ele, seriam fundamentais para o bom funcionamento de uma paróquia, tais como o bom desempenho de todos os sacramentos, a assiduidade dos fiéis, como também o respeito e o zelo dentro da Igreja, sem que houvesse nenhum tipo de escândalos, que pudesse envolver, tanto os paroquianos quanto o pároco (*apud* FERREIRA, 1994, p. 141). Regras estas que até certo ponto, foram cumpridas pelo padre Luiz Santiago na paróquia de Cuité durante boa parte do tempo que lá permaneceu, atestado o seu bom trabalho e comportamento pelo próprio D. Adauto em visita pastoral naquela localidade no ano de 1935, mostrado e confirmado no capítulo anterior, na página 80, com a ilustração I.

Contudo, o padre Luiz Santiago foi um sacerdote que não esteve, na maioria do tempo de seu paroquiado e de toda a sua vida, dentro dos padrões que se espera para um vigário de uma cidade interiorana, ou seja, preocupando-se exclusivamente com sua igreja e seus fiéis, sempre foi o tipo de pessoa que podemos dizer, esteve a frente do seu tempo, envolvido com a política local, sua preocupação com o crescimento do protestantismo, que lhes rendera suas mais “desastrosas” histórias, seu espírito empreendedor, estudioso, enfim, um padre que podemos dizer que está envolto a muitas faces e que através delas foi adorado e odiado por muitos no decorrer de sua vida, estas e outras façanhas dele passaremos a contar um pouco mais a partir de agora dentro da sociedade cuitense, deixando, ao longo da história com isto, pontos positivos e negativos de sua personalidade, que até hoje ainda são lembrados ou tentado ser esquecidos.

3.2 AÇÃO POLÍTICO-SOCIAL

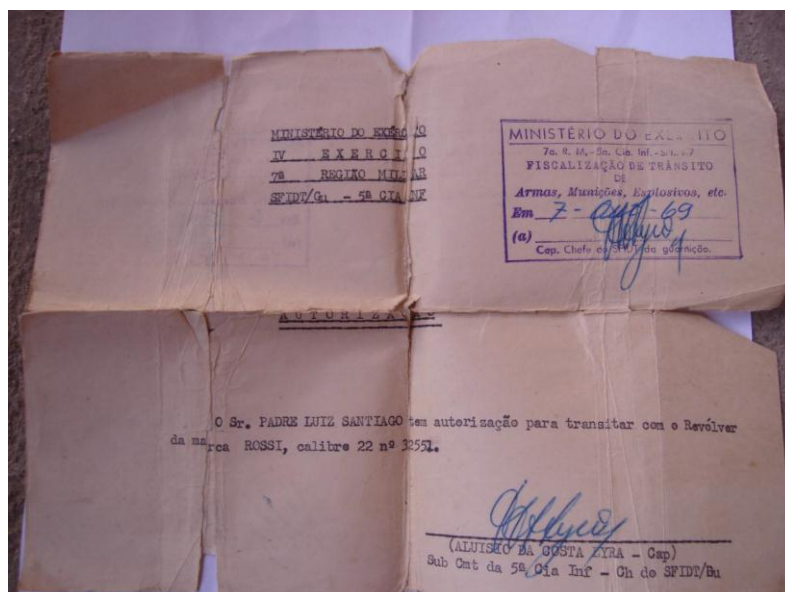
A figura do padre Luiz Santiago dentro da sociedade cuiteense com certeza deixaram marcas para serem repassadas para muitas gerações, pois os seus feitos passaram da alçada eclesiástica, indo até as interfaces da política, das entrelinhas do estudo histórico e geográfico, arqueológico, astrológico, mesmo sem formação própria para exercer tais funções, do espírito empreendedor, administrador, fazendeiro.

Um homem com influência dentro do cenário político, não apenas local, mas também estadual, um vigário que soube desenvolver bem o seu papel de bom pastor dentro de sua igreja, construindo capelas, adquirindo bens para a sua paróquia, construiu igreja, fundou congregação, mas no entanto, também no campo religioso, perseguiu, foi intolerante ao ponto de estar a frente da tentativa de derrubada de uma igreja evangélica e de mandar assassinar um membro de uma igreja protestante, informações obtidas de acordo com os documentos processuais que obtivemos durante a pesquisa, que inclusive, já foram mostrado alguns no decorrer deste trabalho.

Poucas pessoas até então se propuseram a estudar e pesquisar a vida deste personagem que está envolto em várias facetas. Em um breve artigo, o professor Vanderley de Brito assim caracteriza Santiago:

Pecuarista, produtor de algodão e agave e fabricante de sisal, Luiz Santiago era um fazendeiro muito poderoso na região. Valentão, Santiago tinha porte de arma e andava sempre armado, pois exercia grande influência religiosa e política no vale do Curimataú. Também não era um padre muito convencional; era inventor de engenhocas, piloto de avião, motoqueiro e rádio-amador. Dizem que também era afeito a práticas de ensalmo, como rezas e orações de encantamentos. A luxúria com mulheres também fazia parte do rol de suas contravenções eclesiásticas. Embora, contraditoriamente, também haja boatos levianos que o relacione a prática de sodomia (BRITO, 2008, p. 2).

Estas e outras personalidades fizeram e forjaram a figura do nosso personagem dentro do cenário social, político e religioso, onde figurou-se a imagem do líder carismático, do padre seguidor da moral e dos bons costumes católicos, do homem influente que conseguia, com a sua inteligência e perspicácia juntar um bom número, não apenas de fiéis, mas sim, de pessoas que estavam subordinadas a ele, dispostas de fazer, de cumprir o que bem fosse determinado, com a força e a imagem simbólica da Igreja e a moral inquestionável do homem influente, dentro e fora de sua igreja, usando das mais variadas prerrogativas para impor sua vontade e seus afazeres, um padre fora do padrão eclesiástico, que dentre outras coisas, costumava a andar armado, impondo o seu poder e sua ordem não apenas pela sua palavra, mas também através da força, como nos demonstra o documento a seguir:



Fotografia 12 - Porte de arma concedido ao padre Luiz Santiago, datado do ano de 1969.
Fonte: Arquivo Pessoal.

Esta ação nada convencional para um padre, podemos dizer que seja algo, ou que esteja relacionado a ações coronelísticas de mandos e desmandos, em que exercia seu poder de persuasão e controle sobre aquela sociedade, sendo este considerado, mesmo que não fosse definido e chamado como sendo um coronel, mas contudo, fazia as vezes de ser um dos tais, que comandava e manipulava determinada região ou grupo de pessoas, através de seu poder, seja ele político, econômico ou religioso.

Além da figura do padre Luiz, como um possível coronel, como estamos apontando, queremos também ressaltar que para garantir tal “título”, determinadas pessoas usavam também de outros artifícios, tais como o clientelismo, o assistencialismo e o paternalismo, que era nada mais do que dar proteção, tanto física quanto financeira, as pessoas mais pobres de uma determinada região. Muitas vezes, contando com o apoio da Igreja Católica, a representante das almas daqueles que pecaram e que eram despossuídos de qualquer regalia.

Para entender como funcionava o simbolismo desta relação de proximidade, se faz necessário que se compreenda os ritos cerimoniais exercidos pela Igreja Católica, como uma maneira de aproximar o homem ordinário do grande líder, do coronel que aparecia muitas vezes como o compadre, o padrinho, o amigo, o herói do povo, o remédio para os males sociais. Uma dominação iniciava-se com algumas cerimônias, principalmente católicas, como é o caso do casamento e do batismo. Tinha-se aí a legitimação deste poder por meio desta instituição ora citada, mesmo que não tivera sido feito estes atos cerimoniais exclusivos para tal fim, configurando-se no chamado apadrinhamento, onde em troca disto, as famílias

ficariam subordinadas ao coronel, tanto político, econômico e de uma forma em geral socialmente.

De acordo com Gurjão (1994), a corrupção e a violência caracterizavam as lutas entre a oligarquia situacionista e oposicionistas nos municípios. Sendo comum os coronéis andarem armados, procuravam angariar o poder não só para si mas para seus parentes e amigos mais íntimos e entre eles ocorriam disputas internas. Eram desconfiados, fofoqueiros e gostavam de arrumar uma boa intriga, muitas vezes delatando os erros de seus adversários, não só políticos quanto pessoais, estes atos por vezes levariam a crimes, procurando “eliminar” não só o “coronel”, mas os seus parentes ou aliados que estivessem mais próximos dele. Então, era mais “cômodo” ser ou está do lado governista, desta forma tinha-se carta branca para manobrar o aparato administrativo, militar e judicial.

Mas apesar da precariedade econômica que estava passando esta região neste momento, os chamados “coronéis” influenciavam as vidas dos moradores desta região, manipulando-os de tal forma a estarem ligados a estes por meio não só econômico como também social e por que não dizer religioso.

Havia, portanto, uma relação de poder entre o líder de uma determinada região com os seus moradores, um vínculo que se tornaria muito sólido para as pessoas daquela época, até mesmo na esfera familiar, configurando a imagem deste chefe como a de um pai, no qual este tinha sobre os seus, uma autoridade e um poder não só de segurança, como também de “apadrinhamento”, como já citado, que trazia consigo laços de paternalismo e de clientelismo, estas formas de convivência tornavam esses coronéis cada vez mais fortes em seus redutos.

Enfim, esta ideologia coronelística implantada principalmente no Nordeste do Brasil legitimava ainda mais a exploração de trabalho, que por meio do mandonismo e do favoritismo local as corroborava principalmente, nas terras dos sertões, em especial na Paraíba, pois os trabalhadores rurais não possuíam direitos sindicais, embora já existissem.

Como também, esta mesma ideologia coronelística ajudava a centralizar o poder de determinadas figuras, como citado, se uma das instituições que contribuíram para este coronelismo tivera sido a Igreja Católica, imagine, fazer parte dela, a exemplo do padre Luiz Santiago, que usava de seu prestígio e força religiosa para se manter em um patamar aonde pudesse manipular determinadas pessoas e realizar certos atos que poderíamos considerar fora da Lei, contudo, com sua força e seu poder influenciava diretamente na vida e na sociedade local em que estava inserido.

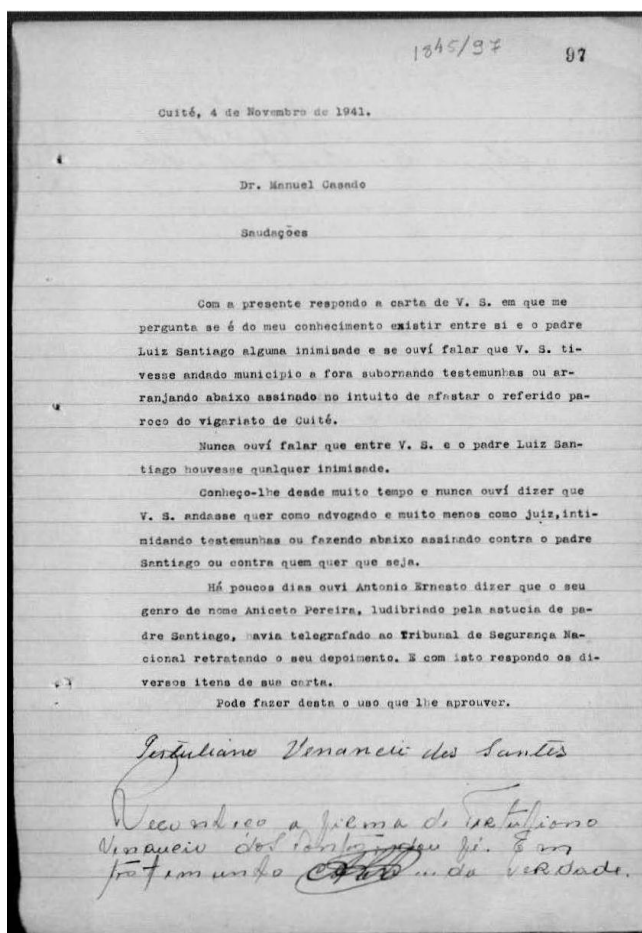
Como pudemos observar algumas características citadas a pouco destes coronéis, pode muito bem ser encaixada em alguns atos praticados por nosso objeto de estudo, usavam da

força física e psicológica, andavam armados, clientelismo e mandonismo local eram marcas registradas, ou seja, ajuda financeira em troca de favores nada convencionais, muitas vezes ligados a violência, apadrinhamento, influência social, eliminação de inimigos, dentre outros pontos que são típicos de coronéis que concomitantemente relacionamos com o padre Luiz.

Citamos no capítulo anterior o poder de influência e persuasão que o padre Luiz teve ao conseguir reunir autoridades e um certo número de cidadãos da sociedade cuiteense para depredar a igreja evangélica, este ato mostram duas fortes características de um coronel, a primeira, ter o poder de dominação perante as pessoas, unindo-as para desenvolver um ato que não seria, nem ainda o é, nada convencional para um simples pároco, a outra característica é a de tentar eliminar de certa forma o seu inimigo, que no caso seriam os evangélicos, mandando acabar com a construção do templo a base de violência.

Também uma tentativa de repressão e eliminação do inimigo, típico de coronéis, e praticado por padre Luiz, tivera sido a trama armada para o assassinato do senhor Severino Amaro dos Santos, como relatado anteriormente, no qual, segundo o processo judicial, teria sido o referido homem morto a mando do padre Luiz pelo fato de ser o mesmo evangélico, que no caso, faria parte do grupo considerado por Santiago inimigo, “inimigo da fé”.

Relações de poder, manipulações de depoimentos, durante os processos estudados e mostrados neste trabalho, demonstram também uma outra forte característica coronelística do padre Luiz, aonde o padre com a força política e religiosa que detinha, usava deste prestígio, juntamente com seu forte poder de persuadir, para manipular determinadas pessoas, a fim de criar resultados que fossem positivos para si, um dos exemplos é o caso do documento que será mostrado na sequência:



Fotografia 13 - Folha de número 97, do processo judicial de número 1845, decorrente do assassinato do crente, datada de novembro do ano de 1941.

Fonte: Arquivo Pessoal.

O referido documento apresentado acima faz parte do processo judicial do assassinato do crente, o senhor Severino Amaro dos Santos, um dos processos trabalhados ao longo deste trabalho, refere-se a uma carta de resposta do senhor Tertuliano Venâncio dos Santos enviada para o juiz Manoel Casado, no qual se envolvera em discursões com o padre Luiz sobre o denominado caso, e estava tentando angariar testemunhas a seu favor, caso que iremos detalhar mais a frente, no entanto, o que queremos frisar nesta carta é um pequeno trecho, localizado no quarto paragrafo deste documento, que queremos mostrar, no qual o senhor Tertuliano relata:

Há poucos dias ouvi Antonio Ernesto dizer que o seu genro de nome Aniceto Pereira, ludibriado pela astúcia de padre Santiago, havia telegrafado ao Tribunal de Segurança nacional retratando o seu depoimento. E com isto respondo os diversos itens de sua carta.

Pode fazer desta o uso que lhe aprouver.

Tertuliano Venâncio dos Santos.

Mais uma astúcia do padre Luiz Santiago, demonstrando todo o seu prestígio e poder de manipular as pessoas que convivia com ele, uma das características primordiais de um coronel, ou seja, manobrar, comandar, como o próprio documento vem dizendo, ludibriar as pessoas que estejam envolvidas diretamente com ele, usando de seu poder, status e posição social para conseguir resultados positivos de qualquer coisa que esteja envolvido, usando para isto formas lícitas ou ilícitas.

Nesta mesma documentação, vimos outro caso que retratamos no capítulo anterior, aonde naquela ocasião, o senhor João Bezerra Montenegro afirmara que não havia participado do ato de destruição da igreja, apesar de ter sido acusado, dizia também que, até aquela data não saberia nome de nenhum envolvido que participou, disse ainda que nunca ouviu o padre dizer que mandaria derrubar o templo evangélico. Contudo, agora o depoente afirmaria que tinha sim, ouvido o padre Luiz tramar sobre a possível derrubada da igreja evangélica. Ou seja, esta segunda fala, enfim, este aditamento feito por João Montenegro teria sido feito por, possivelmente o mesmo ter ficado com medo do padre num primeiro momento, e provavelmente, temendo mais ainda a justiça, resolveu contar a verdade.

Definir, ou tentar definir o padre Luiz Santiago como um coronel de sua época, ou dizer que o mesmo deixou marcas e influências para a sociedade no cotidiano, não se restringe apenas a estes casos de manipulação e coerção, realizados por ele, mas também, podemos dizer que ele destacou-se em seu papel social, não só por estar a frente de uma paróquia, mas também esteve a frente de negócios, desempenhando o papel de fazendeiro, empreendedor, dono de imóveis, produtor agrícola, dentre outros ramos econômicos, que lhes dava uma maior credibilidade e influência dentro da sociedade.

Este envolvimento em outros negócios que não fossem o eclesiástico, levou-o a adentrar na seara política, envolvendo-se diretamente na política local, não havendo se candidatado tempo algum, mas, empunhava a bandeira de um determinado partido, de uma determinada família, oligarquia, usando o seu poder e prestígio de padre para puder ganhar votos para o candidato de sua preferência. Foi neste contexto de adentrar em outros locais sociais que vemos o padre Luiz estando aonde:

[...] Muitos padres dedicavam parte significativa do seu tempo às questões de ordem material, vinculadas à manutenção da igreja ou da casa paroquial. Por vezes, a construção de uma nova matriz constituía o objeto predominante das preocupações do vigário, envolvendo a arrecadação de fundos necessários para a obra, a obtenção do material, a contratação de empresa construtora ou dos operários, bem como a supervisão dos trabalhos. Também obras de reforma, como pinturas, construção da torre, ampliação do presbitério, da sacristia ou do corpo da igreja, prolongavam-se por meses e até anos. (AZZI, 2008, p. 568).

É neste momento no qual mostramos muitas facetas que o padre Luiz se envolvia no seu cotidiano, podemos dizer que, foi a partir daí que ele ganhou muitos admiradores pela realização destes trabalhos, pois como padre, de acordo com a própria citação acima expressa, em que muitos sacerdotes se envolveram em construções, edificações e manutenção de igrejas, ele foi responsável pelo início da construção do templo católico da cidade de Cuité, iniciado na década de 30 do século passado, e findado na década de 1950, mostrando seu olhar inovador e empreendedor dentro de sua paróquia.

Com um olhar sempre a frente do seu tempo, acumulou dotes e ações que devemos “tirar o chapéu” para ele, pois como já citado, além de ser empreendedor, procurou suprir parte do tempo de sua vida em estudos históricos e geográficos da região que tivera nascido, no caso, a cidade de Esperança, na Paraíba e a região do brejo deste Estado, como também da cidade de Cuité e de algumas outras ciclo vizinhas, que abrangem a região do Curimatau.

Todo este panorama de envolvimento em vários setores que não foram apenas eclesiásticos, com certeza fizeram parte da escolha de vida e de como o padre Luiz queria que fosse reconhecido naquele contexto que estava inserido, articulando-se e tentando estar sempre a mostra dentro do seu lugar político, social e econômico, claro que suas escolhas, seus atos, ao menos parte deles, foram pensados de acordo com as particularidades vividas por ele, pelo seu local social, as vezes por imposições ou por está em um determinado patamar dentro daquela sociedade, naquele contexto histórico e geográfico,

Devemos tentar então entender que todos os atos praticados por padre Luiz, sejam eles, que trouxeram resultados positivos ou negativos para determinadas pessoas, estão inseridos em seu lugar social, através dos interesses que o mesmo tinha ou a instituição que ele pertencia, no caso a Igreja Católica, pois é através deste local social em que ele está inserido que devemos ver e tentar entender todo o contexto como um todo, aonde a partir daí é que devemos nos orientar e tentar organizar todos os acontecimentos e resultados.

O que queremos com esta afirmação, é tentar mostrar a todos que não devemos ver toda e qualquer história de forma subjetiva, contada por alto, sem olharmos e tentarmos analisar os detalhes e as entrelinhas que estão envolvendo tal história e seus personagens, neste caso, a vida, obra e influência deixada pelo padre Luiz Santiago na sociedade cuiteense, que estamos analisando. Não devemos, como também não queremos, perpetuar a história, seja ela qual for, impetrando-a uma ideia positivista de “verdade”, aonde o que for dito pelo historiador, o que for visto por determinados documentos sejam ditos como “intocáveis” e que não deva ser levada a um crivo, seja de seus pares ou de qualquer outro tipo de leitor do trabalho historiográfico, mas sim, devemos tentar analisar toda e qualquer fonte de pesquisa

para pudermos tentar chegar a resultados que possamos almejar chegar a conclusões, mas sempre sabendo que caberá novas pesquisas sobre o assunto, nunca estando acabado por inteiro, pois assim é que achamos ser feita, construída e moldada a história na atualidade.

Se, por um lado, a história tem como função exprimir a posição de uma geração com respeito às precedentes, dizendo: "Eu não sou isto", acrescenta sempre, a esta afirmativa, um complemento não menos perigoso, que faz uma sociedade confessar: "Eu sou outra coisa além daquilo que quero, e sou determinada por aquilo que denego". A história atesta uma autonomia e uma dependência cujas proporções variam segundo os meios sociais e as situações políticas que presidem à sua elaboração. Sob a forma de um trabalho imanente ao desenvolvimento humano, assume o lugar dos mitos através dos quais uma sociedade representava as relações ambíguas com as suas origens. e, através de uma história violenta dos Começos, suas relações com ela mesma (CERTEAU, 1982, p. 51-52).

Portanto, precisamos tomar consciência que a história é contada a partir de uma determinada identidade social, própria de sua época, ao ser contada, devemos tomar cuidado com as suas particularidades, não podemos eliminar estes pormenores do momento contado, assim, analisar e contextualizar, articulando os acontecimentos passados com a forma de se contar, através de relatos, documentos, arquivos e muitas outras fontes disponíveis para com os historiadores.

Toda e qualquer história deve ser vista através de sua época e de sua conjuntura, assim poderemos tentar compreendê-la, no nosso caso, devemos ver que todos os acontecimentos que envolveram o padre Luiz Santiago está envolto em todo o seu contexto social, político, cultural, econômico, religioso que esteve inserido, desde o seu nascimento até a sua morte, a história que está sendo contada não seria a mesma se não fizéssemos toda essa conjuntura.

Figura de muito prestígio e poder em sua época, padre Luiz procurou angariar para si muitas facetas que englobavam muitas vezes um grande número de pessoas, ou até mesmo seriam feitas individualmente, referimo-nos ao fato dele, segundo as pesquisas levantadas mostrar o seu grande envolvimento na política local, de forma direta, mesmo não chegando a candidatar-se nenhuma vez, ter influência com políticos a nível estadual, como também gostar e acompanhar de certa forma, a política no cenário nacional, pois se na atualidade fica para nós, uma facilidade termos acesso aos acontecimentos e atos de alguns dos políticos, através dos vários meios de comunicação, sabemos que não se tinham estes meios nas décadas de 40 a 80, no entanto, o padre Luiz procurava se inteirar nos acontecimentos políticos, chegando até a escrever notícias e parte de discursos realizados por determinados políticos no cenário nacional.

Queremos pontuar também, que o padre Luiz Santiago tivera sido influente no que se refere ao âmbito político da então vila e, conseqüentemente, cidade de Cuité. Pois o tempo de

seu paroquiado na cidade de Cuité, como já revelado, foi de 1929 a 1941, e Cuité torna-se cidade no ano de 1937, ponto este que aparece como importante ser citado, pois, teoricamente, não seria da competência de um padre estar ligado direto ou indiretamente na política de sua paróquia, apesar dele não ser uma exceção, mas, porém fez parte de sua irreverente e nada convencional personalidade.

Deixe-se claro também que toda e qualquer faceta que se for tentar relatar sobre Luiz Santiago no decorrer deste trabalho não se referem apenas ao período em que este exercera o sacerdócio, mas durante toda a sua vida, mesmo quando este tivera sido afastado de sua profissão, particularidade esta que irá ser tratada mais adiante.

Para que nos situemos historicamente, é interessante frisar algumas famílias tradicionais na história política de Cuité, advindo este costume desde os tempos “áureos” do coronelismo e oligarquias, como já foi comentado anteriormente. Dentre alguns muitos políticos que já passaram por este município, duas famílias se destacaram e/ou destacam-se, que foram a dos Venâncio e a dos Pereira. De acordo com a nossa pesquisa, o padre Luiz era declaradamente do lado dos Pereira, chegando a pedir votos, subir em palanques e com todo o seu poder e prestígio social, tentar convencer os eleitores a votar no candidato da sua preferência e da família política que ele escolhera apoiar.

Com isto, pode-se deduzir que este homem detinha um misto de respeito, admiração, ódio e medo por parte de muitas pessoas. Provavelmente, o respeito e a admiração partia pelo fato deste ser uma autoridade eclesiástica, como também principalmente pelos que este estava apoiando, enquanto que o ódio se expressava por parte dos que ele não apoiava politicamente e o medo por este andar armado, conforme relato visto a pouco.

A participação de padres envolvidos diretamente na política local e estadual partidária foi causa sempre de muita polêmica por parte do clero, claro que se fossemos fazer um levantamento, iríamos encontrar um certo número de eclesiásticos que fizeram desta prática, parte de seu cotidiano sacerdotal, mesmo não sendo, em alguns casos, tolerado pela Igreja, pois dependendo da posição política e do discurso que se estivera realizando, se este fosse favorável aos interesses da Igreja, esta poderia abrir uma exceção e até apoiar o clérigo que estivesse diretamente envolvido na política. Muitos casos em todo o Brasil foram registrados, onde podemos ver que:

Em circular de 21 de novembro de 1947 o arcebispo do Maranhão, Dom Adalberto Sobral, abordava o problema do “vigário metido em política”, que, segundo ele, em vez de pastor, se transforma em “instrumento de discórdia” e “uma pedra de escândalo para o seu povo”. E acrescentava: “Fiel ao nosso sistema de governo, não

permitiremos padres da nossa amada arquidiocese exercendo cargos, direta ou indiretamente, ligados a atividades políticas”.

Havia um veto taxativo dos bispos em relação ao envolvimento do clero com a política partidária. Não obstante, alguns sacerdotes não apenas exerceram cargos públicos, como foram incentivados pelos bispos a prosseguirem em atividades políticas, quando considerados defensores dos interesses eclesiásticos. Um caso expressivo é de Mons. Arruda Câmara, deputado federal em varias legislaturas, elogiado frequentemente pela defesa intransigente da indissolubilidade do vínculo matrimonial, e do padre José Calazans, senador por São Paulo (AZZI, 2008, p. 568-569).

Notemos portanto que, de acordo com a posição e o discurso político adotado pelo clérigo, a Igreja, digamos, “abraçaria a ideia” de o sacerdote estar imbuído nas entrelinhas da política, junto com o seu ofício clerical. Mais uma vez podemos supor que, muitos dos atos praticados pelo padre Luiz, podem sim terem sido feitos com o aval de seus superiores e que direta ou indiretamente, os praticava de forma a seguir regras, advindas de seus superiores, ou seja, possivelmente, nem todos os atos por ele praticados foram a revelia, sem pensar, sem analisar ou até mesmo sem ter um “carimbo” antecipatório de seus superiores.

Aqui na Paraíba não aconteceu de forma diferente ao país, no que tange a participação de padres em outras esferas da sociedade, a exemplo da política, igualmente ocorrera com padre Luiz e outros da Diocese da Paraíba, desde a sua fundação no ano de 1894 até os dias atuais, além de atuarem especificamente como sacerdotes dentro da sociedade paraibana, alguns párocos exerceram diversos papéis sociais, nos quais:

Os principais campos de atuação do clero eram o paroquiato, a educação, o jornalismo e a política; secundariamente, a burocracia eclesiástica e a capelania. Ao lado desses, outros campos, também representativos da ação do clero na sociedade merecem registro, como a participação em instituições culturais – o Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba e do Rio Grande do Norte – e o exercício de cargos públicos não eletivos.

[...] A atividade jornalística era incentivada como forma de divulgação mais ampla das atividades paroquiais e, principalmente, como espaço para doutrinação. Já a atividade política não foi bem aceita durante o bispado de D. Adauto, levando-se em consideração o distanciamento do trabalho religioso que o envolvimento político acarretava. No entanto, em diversos documentos do episcopado nacional, a política também era considerada prioritária na luta pelos direitos da Igreja frente o Estado republicano (FERREIRA, 1994, p. 131-132).

Portanto, vemos que muitos padres além de Santiago desenvolveram vários outros papéis sociais ao longo de seu sacerdócio, mas seria a política um dos papéis menos aceitáveis pela Igreja, ao menos que esta viesse a lutar pelos direitos almejados pelos católicos, como já tínhamos visto com Azzi (2008), na citação da página anterior, vindo agora Ferreira (1994), e fazendo esta corroboração.

No entanto, apesar de Ferreira (1994), afirmar que Dom Adauto não aceitava bem o envolvimento de padres de sua diocese com a política, a mesma autora aponta alguns padres que fizeram parte do rol da Câmara Legislativa da Paraíba, de Conselhos de Intendências Municipais, chefias locais e confrontos com políticos locais. Dentre alguns padres que se destacaram na política paraibana citada pela autora, pontuamos o padre, depois Monsenhor Walfredo Soares dos Santos Leal, que segundo a autora, além de ser pároco da cidade de Guarabira - PB, atuou como deputado estadual por duas legislaturas, 1892/95 e 1896/99, foi intendente municipal daquele município e exerceu ainda os cargos de Senador e Vice-Presidente do Estado por duas vezes, em ambas assumindo a presidência por ausência do titular.

Igualmente a alguns párocos, Santiago também teve a sua “queda” por política, podemos até afirmar que o gosto pela política era algo inexplicável, muitos são os documentos que comprovam a predileção do padre Luiz para com esta área, desde convites de autoridades, discursos transcritos por ele que foram proferidos por determinados políticos, a santinhos de campanhas, aonde vemos um forte apreço do nosso objeto de estudo pela política.



Fotografia 14 - Folhetos que abordam candidaturas de políticos a nível municipal e estadual, encontradas nos pertences pessoais do padre Luiz.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Como bem pudemos observar, nos documentos acima apresentados, nos mostram o quanto o padre Luiz apreciava a política, ou seja, ele gostava não apenas de participar ativamente das decisões políticas locais, como também se manter em conectividade com os acontecimentos políticos a nível estadual, estes e outros documentos referentes a política e políticos foram encontrados em pastas e materiais pessoais que pertenceram a ele, mostrando o quanto tinha apreço e dedicação a um local social que, a princípio seria atípico para um clérigo, como já comentado anteriormente.

Ainda em relação ao tópico sobre a influência da política na vida do vigário Luiz, se faz necessário frisar uma obra que o mesmo escreveu sobre a cidade de Cuité, no ano de 1936, escrito este intitulado, “Serra de Cuité. Sua História, seus Progressos, suas Possibilidades.”¹¹ A partir do título do livro já podemos observar o tom e a particularidade da política, pois o mesmo procura exaltar não só a história, como também os progressos daquela terra, minúcias encontradas nos mais tenros políticos, em seus variados discursos, como bem podemos ser testemunhas de muitos de nosso país.

Dentre os mais variados temas abordados por Santiago no seu livro, ele ressalta a participação de alguns filhos de Cuité, como ele bem expressa na abolição da escravatura, onde vemos aí neste seu tópico a preocupação em destacar algumas pessoas que eram influentes naquele momento na então vila de Cuité:

A campanha abolicionista, não obstante a oposição de alguns senhores de escravos, como o Sr. Targino de Macedo, que opoz tenaz resistência à liberdade de seus famulos¹², fôra olhada com simpatia por muitos filhos de Cuité, sobressaindo-se Tomaz Soares da Costa Campos, Lasaro de Melo Ramos, Cel. Anacleto da Costa Pereira, que anteciparam por um gesto de altruísmo a liberdade de seus escravos. (Sic) (SANTIAGO, 1936 p. 08).

O que podemos notar nesta citação, além da “preocupação” política do autor sobre o assunto em evidência, sendo este de cunho amplamente nacional e que ele fez questão de colocar que aquela localidade, fez parte de tão importante momento histórico para o país, é o nome das pessoas que este cita, dando destaque a uma delas, que foi a favor da abolição da escravatura, este em particular foi o Cel. Anacleto da Costa Pereira.

¹¹ A referida obra foi publicada pela gráfica A Imprensa – João Pessoa PB. Aonde na atualidade, poucas pessoas têm o livro original, inclusive, para a realização desta pesquisa foi usada a xérox do mesmo.

¹² Queremos frisar que tanto o modo de escrever algumas palavras, quanto os seus significados, se estas estiverem diferentes das normas e padrões de escrita e leitura atuais, na narrativa realizada pelo autor do livro, é por que escolhemos coloca-las de forma fiel como está escrito no livro que foi citado.

Como falado a pouco, Santiago era politicamente do lado da família Pereira na cidade de Cuité, portanto, fez questão de citar em sua obra um dos pilares daquela família, o senhor Anacleto Pereira da Costa, que tinha a patente de coronel, como de costume na época para os mais ricos e senhores detentores de terras. Então, o que se ver é que sendo a afirmação de que estas pessoas foram a favor da abolição da escravatura, dita por Santiago, se esta informação é verdadeira ou falsa, não é o que queremos frisar no momento, mas sim, o fato de que Luiz procurou colocar em posição privilegiada em relação ao assunto que estava sendo discutido naquele tópico, um dos patriarcas da família que ele apoiava politicamente em Cuité no decorrer de sua vida, antes o mesmo ainda deixa claro o nome de uma pessoa que segundo ele seria contrário as ideias abolicionistas, que foi, segundo Santiago, o Sr. Targino de Macedo, não deixa de ser com isto, ao nosso modo de ver, uma estratégia política que este usou em um documento que o mesmo estava criando sobre Cuité.

Todo o contexto de sua obra que ora acabamos de citar, narra histórias e fatos ocorridos, segundo ele, na então vila de Cuité, pois o livro foi publicado no ano de 1936 e só ocorreria a emancipação política daquela localidade em 1937, portanto, todos os fatos narrados por Santiago em sua obra são antes desta data. Ele narra desde a origem do nome Cuité, seus primeiro habitantes, tribos indígenas, como ocorreu a criação do distrito, da comarca, a vinda do Correios, o telegrafo, cita também fatos históricos que segundo ele, centenas de moradores de Cuité tivera participado da Guerra do Paraguai, cita ainda a abolição da escravatura, o movimento de Quebra Quilos, até a Proclamação da República.

Cita ainda a organização social e econômica de Cuité naquele momento narrado, como não poderia faltar, fala do catolicismo no município, a construção da igreja matriz, que tivera iniciado em sua gestão como pároco, os cemitérios, fala dos limites geográficos e judiciários de Cuité, relatando ainda uma certa contagem da população, principalmente a de idosos.

O que podemos notar em sua obra é que ele faz uma narrativa de acontecimentos, fatos, cita pessoas e coisas que compunham até então a história daquela localidade, sem que no entanto, tenha a preocupação de basear-se em algo ou alguém, colocando o seu discurso, ou seja, o que ele estava escrevendo como realmente seja verídico. Estamos afirmando isto, não a fim de tentar desmentir o que o padre Luiz escreveu na sua obra, mas sim, de mostrar que mais uma vez ele usava de seu prestígio e poder para afirmar algo e não se indagado, pelo fato do local social em que estava posicionado.

É tanto que até os dias atuais, os poucos livros existentes sobre a história de Cuité tomam como base este livro do padre Luiz. Porém, além de levantarmos este questionamento, queremos também afirmar que acreditamos que acima de tudo, Santiago e sua obra procurou

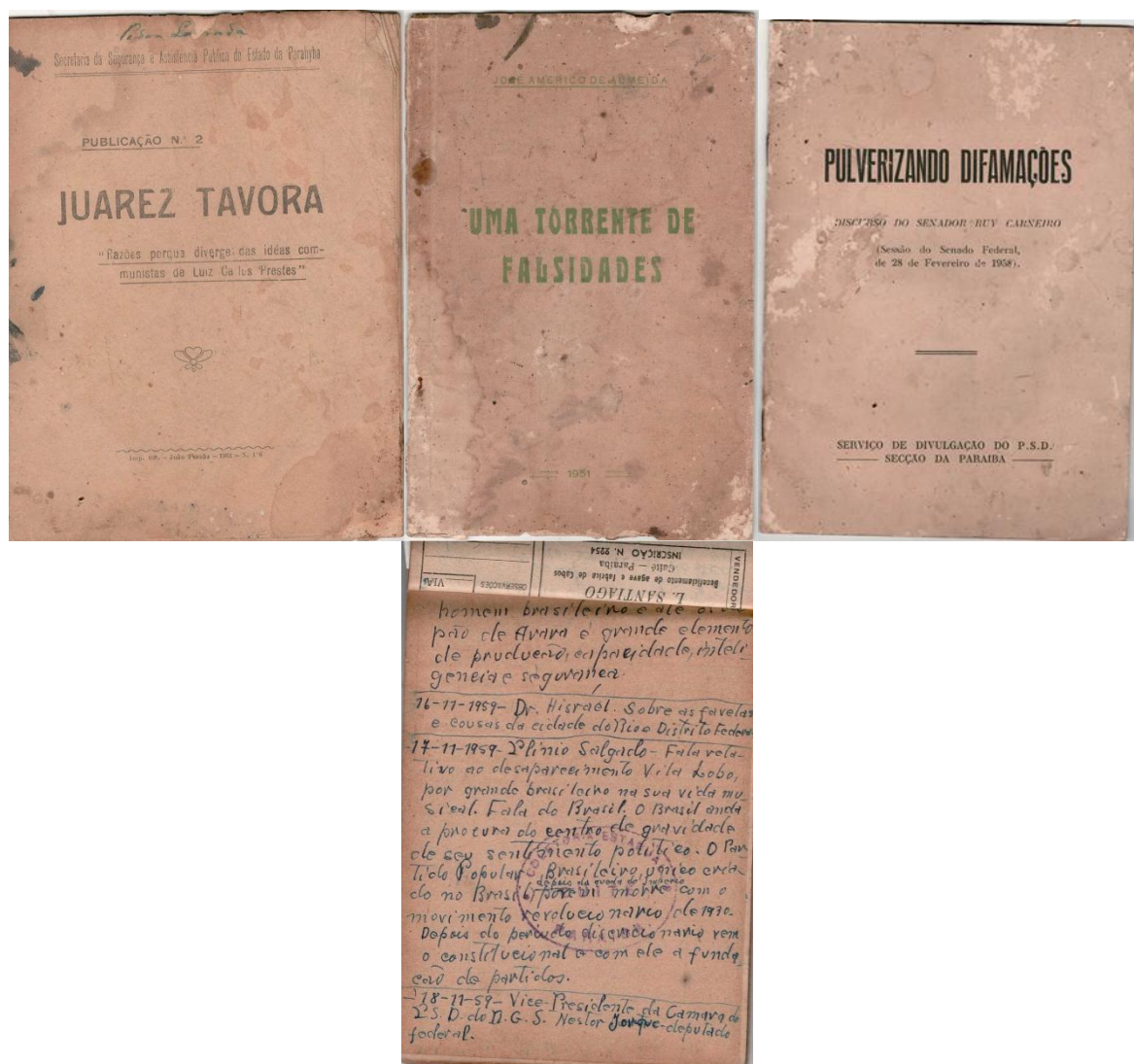
narrar e dar significado para o que estava contando, representando aquele passado, que ainda não era tão distante, como histórias, ligando a história a narração.

Podemos dizer que, com fontes seguras ou não, sendo este indagado ou não, ao escrever a sua obra, acreditamos que Santiago fez sim, o papel de um narrador da história, de um construtor, sendo este um contador de uma dada história, e mesmo que ao fazer isto ele não teve a intenção ou até mesmo não procurou fazer para assim vermos a sua obra, contudo, podemos dizer que nela está contida algo que narra e deixa claro para os dias atuais que ao lermos a sua obra, dentro de sua narrativa vemos que:

O tempo é representado como restauração e como dispersão, assumindo característica alegórica, onde a restauração estabelece o termo e a dispersão o efêmero. A narrativa como origem designa então um salto para fora ou para além da sucessão cronológica que nivela os fatos numa linha de tempo linear. A origem quebra a linearidade do tempo, passando a operar com cortes no discurso. É uma tentativa de fazer saltar do passado congelado para o contemporâneo e do contemporâneo para o passado quase algo acidental e subjetivo. Assim, o passado congelado passaria integrar o contemporâneo agitado e esse, por sua vez, poderia fazer parte do passado, formando a heterogeneidade do encontro de experiências diferenciadoras naquilo que pode ser denominado de o contemporâneo do não contemporâneo ou a ideia de futuro que se tinha no passado ou ainda a ideia de passado que se terá no futuro (DIEHL, 2010, p. 26).

Na sua obra, consciente ou não do que estivesse fazendo, padre Luiz procurou marcar uma origem para a história de Cuité, e ao fazê-lo, quebrou a linearidade da história daquele local, mesmo que não tivera nada anterior a esta obra escrita sobre aquela história, ao narrar alguns acontecimentos e citar pessoas, ele trouxe a tona um passado que estava “congelado”, “esquecido”, “adormecido”, mesclando experiências passadas com aquele momento em que ele estava vivenciando, relatando fatos que seriam a partir daí tidos como uma ideia de passado que seria lido, vistos e revistos por várias gerações a partir daquele momento de escrita.

Outros documentos de cunho político foram também encontrados em nossa pesquisa que pertenciam ao padre Luiz, estes se referiam a política não apenas local ou estadual, mas sim, nacional, mais uma vez demonstrando o quanto era, digamos, “curioso” em saber o que estava acontecendo politicamente em âmbito nacional, provavelmente buscando informações nos meios de comunicações que tinha acesso naquele momento, tal como o rádio, jornais, folhetos impressos e revistas. Mostrando mais uma vez o seu olhar mais atento para o meio político que, parecia o fascinar.



Fotografia 15 - Folhetos impressos e escritos a mão, sobre políticos a nível estadual e nacional, encontradas nos pertences pessoais do padre Luiz.
Fonte: Arquivo Pessoal.

Os documentos ora apresentados nos revelam mais uma vez, o quanto a política estava arraigada no cotidiano de Luiz Santiago. Os três primeiros mostram impressos de figuras paraibanas, defendendo ideias e ideologias políticas que estavam no centro das atenções naquele momento, a exemplo do primeiro, que foi datado de março do ano de 1931, onde seria uma publicação da Secretaria de Segurança do Estado da Paraíba, apresentando razões pelos quais Juarez Tavora divergia das ideias comunistas de Luiz Carlos Prestes.

O segundo documento, com data de agosto e setembro de 1951, intitulado "uma Corrente de Falsidades", escrito pelo então governador do Estado da Paraíba, José Américo de Almeida, em defesa do seu governo, respondendo a discursos pronunciados pelo sr. João Agripino, contra aquela administração. O terceiro documento apresentado é intitulado

“Pulverizando Difamações”, com data de 28 de fevereiro de 1958, que trazia em discurso do então senador da República Ruy Carneiro, defendendo-se de acusações políticas.

No quarto e último documento ora exposto, vemos uma das muitas anotações feitas a mão pelo padre Luiz Santiago, de discursos de deputados federais, em que foram abordados variados assuntos a nível nacional, dentre eles agricultura, transposição do Rio São Francisco, ações do governo de JK, pecuária, economia, construções, Guerra Fria e notícias internacionais, entre outros. O documento ora apresentado, na sua parte central, traz parte do discurso do então deputado federal, Plínio Salgado, datado de 17 de novembro de 1959, para ilustrar e mostrar como eram diversos os assuntos que o padre Luiz teria acesso com estes discursos, iremos transcrever a parte central ora citada, aonde traz as seguintes informações:

17-11-1959- Plínio Salgado – Fala relativo ao desaparecimento de Vila Lobo, por grande brasileiro na sua vida musical. Fala do Brasil. O Brasil anda a procura do centro de gravidade de seu sentimento político. O Partido Popular Brasileiro, único criado no Brasil depois da queda do Império, porém, morre com o movimento revolucionário de 1930. Depois do período discricionário vem o constitucional e com ele a fundação de partidos.

O teor do documento nos dá uma ideia de como bem informado o padre Luiz almejava ficar, no momento em que ele iria buscar estas informações e transcrevê-las, pois devemos lembrar que, apesar dele ser um homem culto, letrado, o mesmo morava em uma pequena cidade do interior e que não era dotada de muitas informações, sejam elas a nível estadual nem nacional. Nota-se com isto, que o padre Luiz era acima de tudo uma figura curiosa e não queria ficar desapercibido do que estivesse acontecendo no seu Estado, no país e no mundo, buscando os seus meios de captar estas notícias para que pudesse ficar bem informado.

Citando ainda o quarto documento apresentado, queremos deixar notar algo curioso sobre o mesmo, apesar da fotografia apresentar-se pequena, se olharmos atentamente iremos ver, como dito, que os discursos eram transcritos a mão pelo próprio padre Luiz, na parte superior da imagem, podemos notar que há algo impresso, onde diz: Vendedor L. Santiago Beneficiamento de agave e fabrica de cabos Cuité – Paraíba Inscrição N. 2254. Ou seja, as costas da anotação era uma nota fiscal de compra e venda de agave, se olharmos atentamente para o documento, podemos notar que quase ao centro estava um carimbo, escrito: Coletoria Estadual – Cuité – Paraíba.

O que queremos mostrar com esta observação são especificamente dois pontos. O primeiro é que o padre Luiz, após o ano de 1941, quando foi afastado das ordens

Tabua perpetua fundamentada no áureo número para o ano em curso.

Mes	Dia	Horas	Minutos	Signos	Tempos
Jan.	1	10	13 T.	14	Aries. Tempo revell.
Jan.	2	11 m.	23	Capric.	Humid. aguar.
Jan.	3	12 m.	3	Scorpio	Tempo fumido.
Jan.	4	13 m.	9	Virgo	Tempo variado.
Jan.	5	14 m.	15	Libra	Tempo bom.
Jan.	6	15 m.	21	Scorpio	Tempo bom.
Jan.	7	16 m.	27	Capric.	Tempo bom.
Jan.	8	17 m.	33	Libra	Tempo bom.
Jan.	9	18 m.	39	Scorpio	Tempo bom.
Jan.	10	19 m.	45	Capric.	Tempo bom.
Jan.	11	20 m.	51	Libra	Tempo bom.
Jan.	12	21 m.	57	Scorpio	Tempo bom.
Jan.	13	22 m.	3	Capric.	Tempo bom.
Jan.	14	23 m.	9	Libra	Tempo bom.
Jan.	15	24 m.	15	Scorpio	Tempo bom.
Jan.	16	25 m.	21	Capric.	Tempo bom.
Jan.	17	26 m.	27	Libra	Tempo bom.
Jan.	18	27 m.	33	Scorpio	Tempo bom.
Jan.	19	28 m.	39	Capric.	Tempo bom.
Jan.	20	29 m.	45	Libra	Tempo bom.
Jan.	21	30 m.	51	Scorpio	Tempo bom.
Jan.	22	31 m.	57	Capric.	Tempo bom.
Jan.	23	1	3	Libra	Tempo bom.
Jan.	24	2	9	Scorpio	Tempo bom.
Jan.	25	3	15	Capric.	Tempo bom.
Jan.	26	4	21	Libra	Tempo bom.
Jan.	27	5	27	Scorpio	Tempo bom.
Jan.	28	6	33	Capric.	Tempo bom.
Jan.	29	7	39	Libra	Tempo bom.
Jan.	30	8	45	Scorpio	Tempo bom.
Jan.	31	9	51	Capric.	Tempo bom.

Fotografia 16 - Documentos escritos a mão e datilografados que seriam estudos históricos, geográficos e astrológicos, realizados pelo pe. Luiz.

Fonte: Arquivo Pessoal.

No primeiro documento apresentado vemos um trabalho intitulado de “Esboço da Borborema”, que seria, de acordo com padre Luiz, um estudo sobre um território denominado Borborema, como o título sugere, que iniciaria do Rio Grande do Norte, passando pela Paraíba, com limites também entre os Estados de Pernambuco e Ceará.

O segundo documento é intitulado “História da Toponímia”, que significa a designação dos lugares pelos seus nomes, que seria o estudo da origem dos nomes dos lugares, que no caso viria neste estudo, as seguintes localidades: Serrote de Noé, Serrote Queimado, Federação de Providência, Cisplatina e ainda uma parte deste estudo intitulada “Filigranas da língua Tupi-guarani, que seria o estudo das letras indígenas achadas nestes determinados locais ora apresentados anteriormente, que seriam regiões que abrangem o Curimataú paraibano, alguns destes documentos estão datados de outubro de 1972.

O terceiro documento exposto foi para nós o que mais causou-nos surpresa e admiração, pelo teor do estudo realizado, as páginas apresentadas deste documento traz como título: “Tabua perpetua fundamentada no áureo número para o ano em curso”, que traz em detalhes os meses, dias, horas e minutos que se apresentará a forma da lua, mostrando também o signo do dia e como ficaria o tempo climático para cada dia do mês estudado. Este documento mostra, segundo o estudo o ano 1º, indo até o ano 19º.

Fica claro aí um estudo em conjunto sobre astrologia, agricultura, matemática, álgebra e meteorologia, tendo como base o chamado número áureo, também chamado de secção áurea ou razão de ouro, sendo usada para desenvolver estudos em varias áreas, a exemplo da arte,

como na pintura, tamanho de ossos ou desenvolvimento de determinadas coisas ou bichos na natureza.

Um misto de admiração e curiosidade foi desenvolvido a partir do descobrimento deste estudo, realizado pelo padre Luiz. Admiração pelo fato de ver como, mesmo sem ter formação para tal, desenvolvia estudos das mais variadas áreas, mesmo não deixando explícito, na sua maioria das vezes, em seus escritos, de que ou quais fontes ele tomou como base para pesquisar tais assuntos, porém o fez e deixou documentos que comprovam sua curiosidade em muitos assuntos diversificados, como já citado.

A curiosidade parte no momento em que vemos um sacerdote, formado nos moldes tradicionais tridentinos, com toda a rigidez e controle que se tinha da Igreja perante seus padres, onde se caracterizava uma das ordens episcopais a todos os sacerdotes era a de sempre manterem uma exclusividade em seus trabalhos e estudos aos interesses espirituais, para assim fortalecer a instituição católica, tendo um controle feito através de visitas pastorais, como até já se mostrou que tivera sido realizada uma destas visitas ao padre Luiz.

No entanto, padre Luiz tinha a curiosidade e, digamos coragem, de realizar estudos que não estavam dentro do patamar espiritual da Igreja Católica, trazendo temas como astrologia e signos do zodíaco, acreditamos que tais estudos eram voltados exclusivamente para ele, sem que fosse levado ao conhecimento do público ou nenhuma outra pessoa, além de, possivelmente algum amigo mais próximo que ele dividisse tal estudo, afirmamos isto pelo fato desta rigidez por parte da Igreja, como já falado e a maneira como estes documentos foram produzidos, ou seja, escritos a mão, em pequenos caderninhos de anotações, quando não, estavam datilografados em folhas separadas, diferentes de estudos geográficos e históricos feitos por ele que, inclusive alguns foram publicados, como mencionado, e outros estariam prontos para a publicação, que também encontramos ao longo da pesquisa.

Um outro ponto que queremos trazer com a observação do documento é uma outra faceta de Santiago, a de empreendedor, pois como bem vimos na nota fiscal, trazia o teor de que ele era vendedor e produtor de agave, ou sisal¹³, sendo ele um dos primeiros a trazer a planta para o Curimataú paraibano e especificamente para a cidade de Cuité, onde esta cidade torna-se entre as décadas de 50 a 80 um dos maiores produtores do Nordeste.

¹³ Agave é uma planta pertencente à família das *amarelidaceas*. Abrangendo um grande número de espécies vegetais, cerca de 330. São plantações típicas de regiões quentes, sendo sua origem da América Central. Originária da região de Yucatan no México, lá é atribuída a esta planta várias finalidades, dentre elas, a fabricação têxtil, medicamentos e bebidas. O nome sisal também é proveniente desta região, derivado da erva Zisal-Xiu, ficando a planta conhecida por sisal. Sendo aqui na Paraíba conhecida por sisal ou agave.

A produção de agave foi introduzida no Nordeste e principalmente na Paraíba após a crise econômica mundial de 1929, o governo paraibano procurou romper com a monocultura algodoeira que predominava em boa parte do território estadual, implantando outras culturas, novos produtos agrícolas, a exemplo do agave, a Diretoria de Fomento¹⁴ procurava incentivar os agricultores a produzirem novas culturas agrícolas, não com o intuito de extinguir a produção algodoeira no Estado, mas sim, fazendo com que esta coexistisse com as demais que estavam sendo implantadas, havendo assim a chamada policultura, além do agave, foram incentivadas as plantações de abacaxi, mamona, batatinha, arroz cebola, entre outros.

De acordo com Nunes (2006), foi a partir do ano de 1938 que o Interventor Federal Argemiro de Figueiredo lança uma campanha a favor do cultivo do sisal, ou agave, distribuindo cerca de 11 mil mudas da planta no Estado e criando uma legislação própria para a plantação, produção e beneficiamento do produto, porém, houve num primeiro momento um certo desinteresse por parte dos agricultores, pelo fato de ser algo desconhecido, que obrigava-os a ter um procedimento técnico mais elaborado, como também, este cultivo exigia que houvesse um maior investimento, em comparação com as plantações já existentes.

Em muitos casos as mudas eram solicitadas por prefeitos ou outras autoridades locais, daí o que nos foi afirmado a pouco, que teria sido através do padre Luiz que esta cultura agrícola teria chegado ao município de Cuité, ainda de acordo com a pesquisa de Nunes (2006), corroboramos esta informação:

Conforme a pesquisa de campo, as primeiras mudas desta planta chegaram à região em estudo, graças ao padre Luiz Santiago, como disse o senhor Gentil Venâncio Palmeira, pertencente à família que se tornou tradicional produtora de agave:

No início eu era menino, quando foi implantado um campo de demonstração. Foi trazido uns 200 pés, foi trazido por Luiz Santiago e o povo pegava dali pra plantar nos roçados. O início foi este campinho de demonstração do padre Santiago. Quem deu os primeiros passos incentivador foi Argemiro de Figueiredo.

De acordo com este narrador, “o campinho da padre Santiago” teria sido fundado durante a interventoria de Argemiro de Figueiredo, isto é, no final dos anos de 1930. A área cultivada também não era grande, pois tinha apenas cerca de 200 pés, dos quais alguns foram doados ao “povo” (NUNES, 2006, p. 121).

A autora da citação acima coloca a palavra povo entre aspas por achar que esta população do qual o padre Luiz Santiago distribuiu algumas mudas de agave, foram acima de tudo, médios e grandes proprietários rurais daquela localidade, que possivelmente teriam uma

¹⁴ Criada no ano de 1934, pelo interventor Gratuliano Brito, através do decreto de Nº 583, a Diretoria de Produção Vegetal e de Pesquisas Agronômicas. No ano de 1938, esta instituição é reformulada pelo Decreto de Nº 1117, passando a chamar-se de Diretoria de Fomento da Produção, que tinha o objetivo de tentar reorganizar as atividades agrícolas aqui no estado, buscando também haver uma diversificação e o aumento da produção, incentivando uma campanha a favor do cultivo de novas lavouras, o aumento da produção dos gêneros alimentícios e da mecanização dos serviços agrícolas.

maior quantidade de terras que poderiam usar para a plantação da cultura até então desconhecida. A esta afirmação da autora concordamos plenamente, pelo fato de ser, como já foi mencionado, o agave uma produção, além de desconhecida, sem saber se daria certo naquela região ou se lucrariam com ela, também mais dispendiosa do que as produções agrícolas já existentes. No entanto, não tira neste caso, o mérito de ter sido o padre Luiz o precursor do agave na região de Cuité e do Curimataú.

Pessoa influente, como estamos vendo, padre Luiz mantinha seu poder e seu prestígio através de seu cargo eclesiástico, através do apoio político e de muitos de seus bens. Empreendedor, detinha um certo patrimônio na cidade de casas, possuía uma fazenda, foi a que ele terminou os seus dias e lá está enterrado, chama-se Ubaia, pertence ao município vizinho a Cuité, de Barra de Santa Rosa, era produtor agrícola e pecuário.

O seu prestígio também se podia notar em determinadas áreas sociais, envolvido em algumas instituições, a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, onde era sócio correspondente. Com certeza, todo este patrimônio, seja ele econômico, intelectual e social, lhes renderia um lugar privilegiado entre as figuras sociais de sua época.

Durante a realização desta pesquisa, muitos foram os documentos encontrados que comprovam o patrimônio econômico que detinha o vigário Santiago na cidade de Cuité, além dos que já foram elencados, contudo também podemos exemplificar estes que ora apresentaremos:

Livro de Lançamento da Prefeitura IMPOSTO

Ruas	N.º	Proprietarios	VALOR	IMPOSTO
Sancti Spiritus	12	P. Luiz de Castro	14000	14000
"	13	Agostinho de Castro	14000	14000
"	14	Agostinho de Castro	14000	14000
"	15	Agostinho de Castro	14000	14000
"	16	Agostinho de Castro	14000	14000
"	17	Agostinho de Castro	14000	14000
"	18	Agostinho de Castro	14000	14000
"	19	Agostinho de Castro	14000	14000
"	20	Agostinho de Castro	14000	14000
"	21	Agostinho de Castro	14000	14000
"	22	Agostinho de Castro	14000	14000
"	23	Agostinho de Castro	14000	14000
"	24	Agostinho de Castro	14000	14000
"	25	Agostinho de Castro	14000	14000
"	26	Agostinho de Castro	14000	14000
"	27	Agostinho de Castro	14000	14000
"	28	Agostinho de Castro	14000	14000
"	29	Agostinho de Castro	14000	14000
"	30	Agostinho de Castro	14000	14000
"	31	Agostinho de Castro	14000	14000
"	32	Agostinho de Castro	14000	14000
"	33	Agostinho de Castro	14000	14000
"	34	Agostinho de Castro	14000	14000
"	35	Agostinho de Castro	14000	14000
"	36	Agostinho de Castro	14000	14000
"	37	Agostinho de Castro	14000	14000
"	38	Agostinho de Castro	14000	14000
"	39	Agostinho de Castro	14000	14000
"	40	Agostinho de Castro	14000	14000
"	41	Agostinho de Castro	14000	14000
"	42	Agostinho de Castro	14000	14000
"	43	Agostinho de Castro	14000	14000
"	44	Agostinho de Castro	14000	14000
"	45	Agostinho de Castro	14000	14000
"	46	Agostinho de Castro	14000	14000
"	47	Agostinho de Castro	14000	14000
"	48	Agostinho de Castro	14000	14000
"	49	Agostinho de Castro	14000	14000
"	50	Agostinho de Castro	14000	14000
"	51	Agostinho de Castro	14000	14000
"	52	Agostinho de Castro	14000	14000
"	53	Agostinho de Castro	14000	14000
"	54	Agostinho de Castro	14000	14000
"	55	Agostinho de Castro	14000	14000
"	56	Agostinho de Castro	14000	14000
"	57	Agostinho de Castro	14000	14000
"	58	Agostinho de Castro	14000	14000
"	59	Agostinho de Castro	14000	14000
"	60	Agostinho de Castro	14000	14000
"	61	Agostinho de Castro	14000	14000
"	62	Agostinho de Castro	14000	14000
"	63	Agostinho de Castro	14000	14000
"	64	Agostinho de Castro	14000	14000
"	65	Agostinho de Castro	14000	14000
"	66	Agostinho de Castro	14000	14000
"	67	Agostinho de Castro	14000	14000
"	68	Agostinho de Castro	14000	14000
"	69	Agostinho de Castro	14000	14000
"	70	Agostinho de Castro	14000	14000
"	71	Agostinho de Castro	14000	14000
"	72	Agostinho de Castro	14000	14000
"	73	Agostinho de Castro	14000	14000
"	74	Agostinho de Castro	14000	14000
"	75	Agostinho de Castro	14000	14000
"	76	Agostinho de Castro	14000	14000
"	77	Agostinho de Castro	14000	14000
"	78	Agostinho de Castro	14000	14000
"	79	Agostinho de Castro	14000	14000
"	80	Agostinho de Castro	14000	14000
"	81	Agostinho de Castro	14000	14000
"	82	Agostinho de Castro	14000	14000
"	83	Agostinho de Castro	14000	14000
"	84	Agostinho de Castro	14000	14000
"	85	Agostinho de Castro	14000	14000
"	86	Agostinho de Castro	14000	14000
"	87	Agostinho de Castro	14000	14000
"	88	Agostinho de Castro	14000	14000
"	89	Agostinho de Castro	14000	14000
"	90	Agostinho de Castro	14000	14000
"	91	Agostinho de Castro	14000	14000
"	92	Agostinho de Castro	14000	14000
"	93	Agostinho de Castro	14000	14000
"	94	Agostinho de Castro	14000	14000
"	95	Agostinho de Castro	14000	14000
"	96	Agostinho de Castro	14000	14000
"	97	Agostinho de Castro	14000	14000
"	98	Agostinho de Castro	14000	14000
"	99	Agostinho de Castro	14000	14000
"	100	Agostinho de Castro	14000	14000

DECLARAÇÃO DE VALOR VENAL

DECLARO, que os efeitos da Lei N. 5172 de 1967, que extingue para o terreno o Valor e para a edificação o Valor Venal de R\$ 400,00.

Em 3 de Novembro de 1967

ESPACIO RESERVADO PARA USO DA PREFEITURA

Concordo com o Valor Venal do imóvel nesta Declaração.

de / 19

FISCAL

Arbitro o Valor do imóvel em R\$

nos termos do art. 4.º da Lei N.º

Em 3 de Novembro de 1967

FISCAL

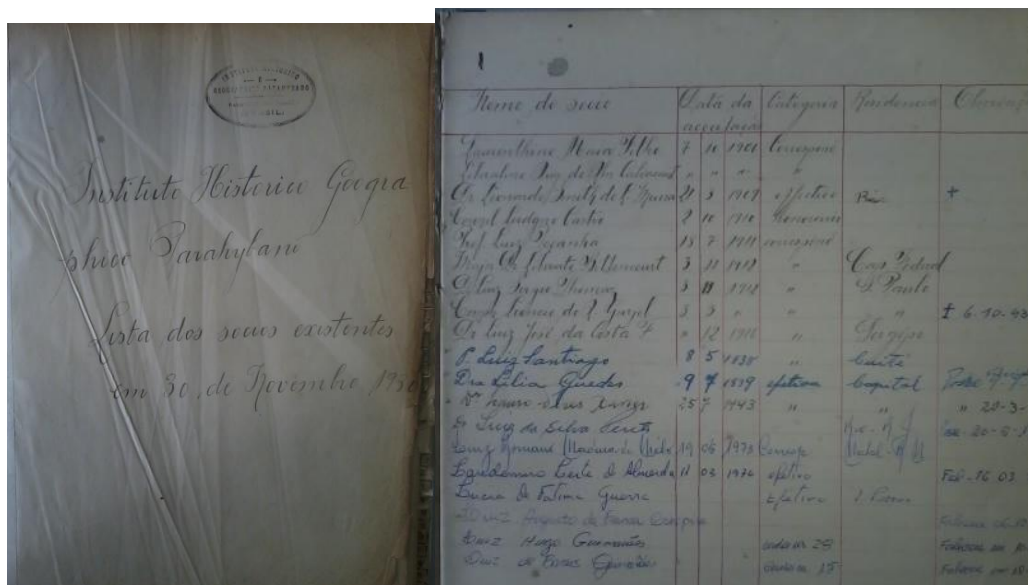
Proceda-se ao lançamento de acordo com a Informação Fiscal.

Em / 19

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUITÉ

Recebi a Declaração de Valor Venal sob o

Em 3 de Novembro de 1967



Fotografia 17 - Comprovações de alguns bens patrimoniais e a ficha de inscrição como sócio correspondente do IHGP do pe. Luiz.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Os dois primeiros documentos apresentados mostram impostos pagos por Santiago a Prefeitura Municipal de Cuité, referente a imóveis que pertencia. No primeiro documento, na parte de cima do lado esquerdo, vemos logo na primeira linha o nome do padre, que na ocasião estava pagando um imposto por uma casa localizada na rua Presidente João Pessoa, de nº 42, naquele município, pagando a quantia de Cr\$ 1.200,000. No mesmo documento, na décima sétima linha, se ver um outro imóvel que pertencia ao mesmo, localizado na mesma rua e de nº 10, que na época estava funcionando a casa paroquial, (atualmente este imóvel pertence a Igreja Católica e funciona uma rádio comercial), de acordo com o próprio documento, que traz a descrição e o nome do padre, no qual ele tivera pago de imposto a quantia de Cr\$ 240.000. O ano deste documento não aparece na fotografia, porém é da década de 1930.

No segundo documento, na parte superior a direita, vemos a comprovação de pagamento de imposto de um outro imóvel pertencente ao padre Luiz, nesta feita, este documento nos traz mais detalhes do imóvel, aonde diz a sua localidade, que seria na rua sete de setembro, nº 30, traz também a informação de que o imóvel seria de alvenaria, teria dois cômodos, dois pavimentos e cento e vinte metros quadrados, sendo pago a quantia de imposto Cr\$ 400,00 em três de novembro de 1967. Este documento é um dos que comprovam que mesmo após a saída do sacerdócio, no ano de 1941, Santiago continuou com prestígios e poderes econômicos e sociais dentro daquela localidade.

Nos dois outros documentos da parte de baixo nos traz um outro tipo de informação, afirmando que o mesmo seria sócio do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. No documento, na parte inferior à esquerda, apresenta-se a capa do livro que traz o nome do padre Luiz como sócio, onde se ver no referido documento os seguintes dizeres: *Instituto Historico Geographico Parahybano – Lista dos sócios existentes em 30 de novembro de 1930*.

No documento, na parte inferior a direita podemos ver alguns nomes de sócios daquela instituição naquela época, que traz o nome de 19 sócios, estando o do padre Luiz incluso na décima linha, o documento traz ainda informações sobre o referido sócio, tais como a data de aceitação, a categoria na qual pertence dentro da instituição, seu endereço e um espaço para fazer alguma observação. As informações que estão contidas nestes espaços sobre padre Luiz são as de que ele tivera sido aceito naquela instituição na data de oito de maio de 1938, que residiria na cidade de Cuité e que teria a função de sócio correspondente¹⁵, não tendo nada escrito no espaço para observações.

Como podemos notar, muitas são as comprovações de que o padre Luiz manteve durante a sua vida um lugar de destaque dentro da sociedade cuiteense, sendo pelo fato de exercer um cargo eclesiástico, ou por manter vínculos com a política e pessoas que dela participavam, sendo a nível local ou estadual, manter uma influência e prestígio como intelectual, estudando, pesquisando, escrevendo sobre assuntos que em muitos casos não tinha formação para tanto, mas mesmo assim o fez e deixou escritos e estudos documentados, ter seu poder como fazendeiro, pecuarista, produtor rural, numa época em que ele introduziu e produziu um dos produtos que traria para aquela localidade muitos lucros, que seria o agave, dono de bens imóveis na cidade, dentre outras ocupações que fizeram do padre Luiz um indivíduo de um status social invejável e com admiradores, tanto por seu trabalho pastoral, quanto os seus outros dotes intelectuais que já elencamos.

Porém, ele não apenas deixou marcas positivas dentro do município de Cuité, até os dias atuais, como também negativas, deixou admiradores e pessoas que o veneram até hoje, como também marcou vidas com ódio e intolerância, seja por fatores políticos, econômicos e principalmente religiosos, aonde teve o desenrolar de sua história marcas de sucesso e prestígio, como também de perseguições, morte e sangue, transformando a sua figura dentro do contexto histórico não só cuiteense, mas religioso, como inovador, empreendedor, um

¹⁵ O sócio correspondente estaria mandando para aquela instituição, suas obras, artigos e demais escritos a serem publicados e arquivados, aonde na ocasião da nossa pesquisa, encontramos arquivado sobre padre Luiz apenas o seu livro *“Serra de Cuité – Sua História, seus progressos, suas possibilidades”*, datado de dezembro de 1937, tendo sido publicado pela oficina gráfica de A IMPRENSA.

homem a frente de seu tempo, mas também, de uma pessoa violenta, intolerante e perseguidora, pontos que iremos destacar a partir de agora.

3.3 A CONSTRUÇÃO DO CONFLITO

Como sacerdote católico, pastor para as suas ovelhas, pároco, sem dúvidas, Santiago deixou um legado para a história da Igreja Católica de Cuité, com construções, formação de instituições religiosas, obras e muitos outros feitos que, ao ser lembrado, deixam orgulhosos qualquer um católico, pois boa parte da história e do patrimônio que se encontra hoje na Paróquia de N. S. das Mercês em Cuité, deve-se em partes, a trajetória como pároco daquela localidade, de Luiz Santiago de Moura.

No contexto social e histórico que Santiago assume a paróquia de Cuité, exatamente na data de três de fevereiro de 1929, como já foi relatado no início deste capítulo, devemos ter a consciência que ele assumiria uma paróquia com ordens rígidas, de manter e cumprir as ordens advindas da diocese, com o desafio de fazer crescer o catolicismo e tentar ajudar a tirar a Igreja Católica de uma crise estrutural que a assolava desde o fim do século XIX, principalmente com o início da República no Brasil, com pensamentos positivistas e a chamada “modernidade” e seus mais variados atos que faziam “tremar as bases” católicas, assim, desde o momento em que tomou posse como o primeiro bispo da diocese paraibana, D. Adauto esperava que para uma melhor organização e desenvolvimento do território que ele estava pastoreando, pudesse contar com o apoio de seus sacerdotes, espalhados naquele momento nos Estados da Paraíba e Rio Grande do Norte, a fim de que:

As paróquias, enquanto circunscrições eclesiais, desempenham uma função básica na estrutura da diocese, representando as fronteiras de sua ação junto à população. Encontram-se sob a jurisdição de um pároco ou vigário que desempenha funções administrativas, conduzindo as atividades do culto católico, ministrando os sacramentos, proporcionando conforto espiritual (FERREIRA, 1994, p. 77).

O que D. Adauto esperava de seus sacerdotes é que eles pudessem ajudar a tirar a Igreja Católica da crise que tivera atolada em meio ao turbilhão de acontecimentos desde meados do século XIX até aquela data, que os párocos pudessem administrar e gerir as suas paróquias ao ponto de multiplicar os seus bens, levar a palavra católica para os seus fiéis, com todos os seus ensinamentos e dogmas, desenvolvendo todos os sacramentos previstos pela instituição e que pudessem manter e fazer crescer o número de adeptos, mesmo em meio a

todo o contexto modernizante e de novas religiões que agora estavam em voga em todo o território, não apenas paraibano, mas brasileiro.

Em relação a desenvolver e fazer o papel de um bom pastor para os seus fiéis, isto D. Adauto não pôde reclamar do padre Luiz no período em que esteve a frente da paróquia de Cuité. Muitos foram os feitos desenvolvidos por Santiago que fizeram ganhar elogios de seu superior. Uma das dificuldades que passava a diocese paraibana era a falta de padres em determinadas localidades, esta função foi estendida a Santiago, no momento em que ele assumiria não apenas a cidade de Cuité, mas também os então povoados que pertenciam a Cuité, sendo Barra de Santa Rosa- PB e Nova Floresta - PB.

Também, de acordo com Rietveld (2010), o autor afirma que Santiago tivera sido pároco da cidade de Picuí – PB, sendo o oitavo padre a assumir aquela localidade, entre os anos de 1931 e 1936, como também em lista produzida e pesquisada pelo mesmo autor, na mesma obra, na pag. 213, afirma que padre Luiz tivera sido o trigésimo sexto pároco da cidade de Pedra Lavrada - PB, entre os anos de 1931 e 1933, ou seja, concomitantemente com o seu período na paróquia de Cuité, que foi de 1929 a 1941, ele tivera assumido cinco localidades de uma só vez por um determinado tempo durante todo o seu paroquiato na cidade de Cuité.

Sem dúvidas, em relação a fazer o seu papel, no que tange expandir e tentar desenvolver as paróquias que estavam faltando padres, Santiago cumpriu bem as ordens de seu bispo. Outra característica positiva deixada por Santiago na qual com certeza prova que ele cumpriu as ordens advindas de seu superior foi no quesito de ser um bom administrador, que seria uma das ordens a serem cumpridas pelos novos sacerdotes formados pela batuta de D. Adauto.

Neste sentido, já apresentamos uma carta pastoral do próprio D. Adauto, quando da sua visitação na paróquia de Cuité no ano de 1935, afirmando sobre o trabalho realizado pelo padre Santiago, estava desenvolvendo-o de acordo com os preceitos católicos, mantendo o apoio moral, a harmonia e o progresso material daquele povo, encerrando elogiando os números de sacramentos que foram realizados naquela oportunidade.

Além do mais, em sua obra, “Serra de Cuité – Sua história, seus progressos, suas possibilidades”, do ano de 1936, padre Luiz fez questão de colocar algumas de suas obras como pároco daquela localidade e de algumas das demais aqui já citadas que assumira em conjunto, dentre elas:

A via-sacra, fundada, em 1929, pelo pe. L. Santiago, atual vigário de Cuité; a de S. Rosa, distante da sede 8 léguas, na povoação, já decadente, do mesmo nome; a de S. José de Cunhã, distante da sede 12 léguas; a de N. S. Imaculada de Cumarus, distante da sede 9 léguas mais ou menos, com aula particular e ensino do catecismo; a de Caraibeira; distante da sede 7 leguas; a de N. S. de Nasaré de Jacú, distante da sede 2 ½ léguas, fundada em 1931, pelo padre Luiz Santiago e o dr. Edesio Silva com aula pública e ensino de catecismo; a de N. S. da Conceição de Malhada do Canto, distante da sede 8 léguas, fundada pelo padre Luiz Santiago e o Cel. José Antonio, deputado, em 1935; a de S. José do Melo, distante da sede 3 léguas; a de S. Roque, distante da sede 1 légua, no Campo Comprido; a de S. Severino Bispo, distante da sede 1 légua, em Nova Floresta, fundada pelo padre Luiz Santiago e o sr. Felinto Cassiano, aos 21 de novembro de 1936, com aula pública e ensino do catecismo (SANTIAGO, 1936, p. 16).

Nesta citação, vemos que padre Luiz fez questão de enfatizar algumas de suas construções de capelas construídas em parte do decorrer de seu paróquiato em determinadas localidades, como sítios e pequenos povoados que pertenciam e alguns ainda pertencem a Cuité. Podemos notar que dentre as construções de capelas que ele tivera realizado, cita a de N. S. Imaculada de Cumarus, que é até hoje um povoado pertencente a cidade de Pedra Lavrada, cita ainda a de Santa Rosa, que é a localizada na cidade de Barra de Santa Rosa e a de São Severino Bispo, na cidade de Nova Floresta, corroborando com o que expomos a pouco, quando citamos Rietveld (2010), onde ele afirma em seu trabalho que o padre Luiz tivera sido padre em conjunto, num determinado tempo das cidades ora citadas.

Se dermos uma olhada mais atenta na citação acima, veremos que o padre Luiz ao citar as construções das capelas por ele realizadas, cita também o nome de três pessoas, que segundo ele havia ajudado nas construções, sendo o Dr. Edesio Silva, na construção da capela de N. S. de Nasaré do Jacú, o Cel. José Antonio, na capela de N.S. da Conceição na Malhada do Canto e o sr. Felinto Cassiano, quando da construção da capela de S. Severino Bispo em Nova Floresta.

Notamos aí mais uma vez o envolvimento e a perspicácia de padre Luiz com pessoas influentes, alguns políticos, dentro da sociedade para assim, levar proveito da situação, recebendo ajuda financeira para as obras da Igreja. Agindo desta forma, com certeza padre Luiz não estava fazendo estas ações por conta própria, com certeza teria também ordens de seus superiores para que estivesse em conjunto com os líderes locais, pois devemos ter em mente que:

No período republicano, é a partir da década de 1920 que a hierarquia católica passa a estimular uma maior participação do laicato nas atividades de natureza política. Não obstante, os bispos consideram essa atuação dos leigos apenas como um instrumento para garantir que o Estado seja orientado pelos princípios cristãos.

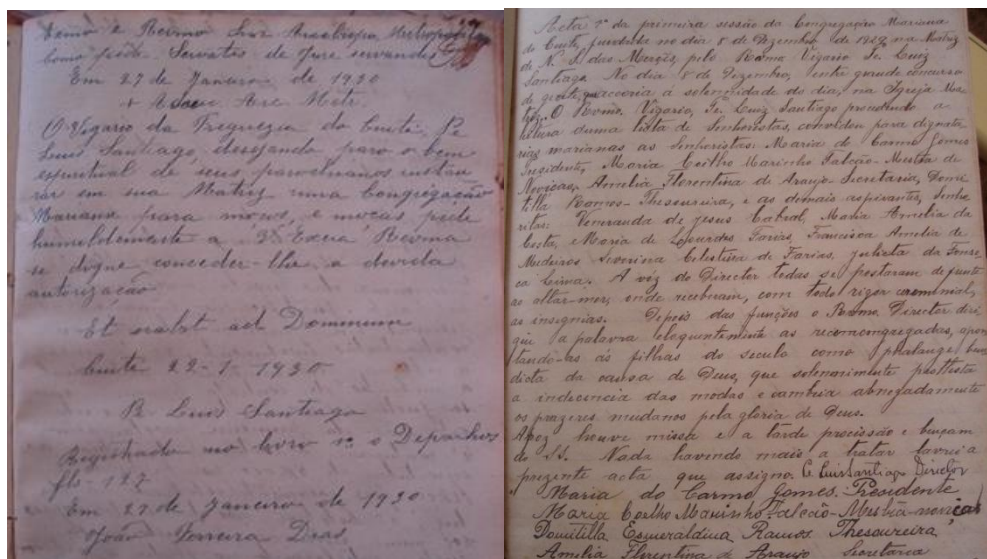
Conforme uma expressão usada na Ação Católica¹⁶, os leigos constituem o braço secular da Igreja. O que se pretendia em última análise é que a atuação política dos leigos facilitasse uma maior presença e influência da instituição eclesiástica no âmbito da sociedade brasileira. [...] A política em si era considerada como uma atividade menos digna, somente valorizada quando colocada a serviço dos interesses religiosos. Por conseguinte, a hierarquia católica não estimula a participação política, mas apenas recomenda que seja utilizada na defesa dos princípios cristãos (AZZI, 2008, p. 242).

Outros dois feitos demonstram, na nossa opinião, que o padre Luiz, para a sua época, cumpriu bem o papel de sacerdote, ou seja, para a sua instituição e seus fiéis, ele foi um padre dedicado e zeloso com o seu trabalho e a sua paróquia, multiplicando seus bens, cuidando do lado espiritual e material, fazendo com que crescesse o trabalho católico na região, seja em obras, em formação de instituições religiosas, em número de pessoas a frequentarem a Igreja, dentre outros fatores que levou a ganhar notoriedade entre muitos católicos e os seus superiores.

O primeiro feito seria a formação da Congregação Mariana na cidade de Cuité, que ele tivera criado pouco tempo depois de assumir a paróquia de Cuité, demonstrando o seu olhar de crescimento e cuidado com os trabalhos espirituais, fato que ele fez questão também de citar em seu livro dizendo “A Congregação Mariana, fundada pelo padre Luiz Santiago, aos 8 de dezembro de 1929, é igualmente cheia de vida” (SANTIAGO, 1936, p. 16-17).

Trazemos em seguida a imagem do pedido ao bispo, de autorização para fundar tal congregação, como também a ata da primeira reunião da Congregação Mariana, que traz, já em sua fundação, ações peculiares de escolhas de pessoas para fazerem parte da referida congregação e a preocupação do padre para com as participantes, em relatar algumas mudanças na sociedade:

¹⁶ Fundada em 1935, a Ação Católica obedecia duas finalidades principais: garantir, por um lado, as conquistas católicas obtidas na Constituição de 1934, e, por outro, criar uma força de resistência ao avanço das ideias comunistas. (AZZI, 2008, p. 255). Sobre este assunto ver mais em: AZZI, Riolando. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. – (Coleção História Geral da Igreja na América Latina).



Fotografia 18 - Pedido de autorização para fundar a Congregação Mariana na cidade de Cuité, datada de 22 de janeiro de 1930. Ata de Fundação da referida Congregação, pelo padre Luiz Santiago, em 08 de dezembro de 1929.

Fonte: Arquivo Pessoal.

No primeiro documento apresentado, do lado esquerdo temos o pedido de autorização, que o padre Luiz faz ao bispo D. Adauto, para fundar a Congregação na cidade de Cuité, onde podemos ver, e estando escrito:

O vigário da freguesia de Cuité, pe. Luiz Santiago, desejando para o bem espiritual, desejando para o bem espiritual de seus parochianos instaurar em sua Matriz uma Congregação Mariana para moços e moças, pede humildemente a V. Excencia. Revema. Se digne conceder-lhe a devida autorização.

Cuité, 22 – 1- 1930.

Pe. Luiz Santiago.

Dois pontos interessantes, achamos por bem frisar para com este documento. O primeiro ponto é que, de acordo com o documento ao lado, como veremos a fundação da Congregação ocorreu na data de 08 de dezembro de 1929, sendo que padre Luiz só foi pedir a autorização do bispo um mês e quatorze dias depois, ato que, provavelmente D. Adauto não ficou sabendo, mas mesmo assim aconteceu. Não chega a ser algo, no nosso ver muito grave, no entanto, ele está pedindo a autorização por algo que já fez, acreditamos que padre Luiz teria muita certeza do aval de D. Adauto, como também os motivos para ter realizado de tal forma, não se sabe.

O segundo ponto seria que, no documento que padre Luiz pede a autorização do bispo para fundar a Congregação, ele afirma que seria para moços e moças, porém, de acordo com o documento que veremos a seguir e tantos outros que tem desta Congregação, a referida instituição só foi composta por moças, sendo o único homem que frequentava as reuniões e as presidia, seria o padre Santiago. Os motivos de ter pedido a permissão incluindo moços e moças e de ter feito na pratica a exclusão dos rapazes, não temos ao certo.

Para o segundo documento, na parte direita, mesmo que possa parecer um pouco enfadonho, mas achamos por bem, passar a descrevê-lo na integra o seu teor pelo fato de trazer algumas peculiaridades e curiosidades que venham complementar certos assuntos já citados no decorrer deste trabalho. Portanto, para um melhor conhecimento, assim nos traz o documento:

Acta 1ª da primeira sessão da Congregação Mariana de Cuité, fundada no dia 8 de dezembro de 1929 na Matriz de N. S. das Mercês, pelo Rvmo. Vigário pe. Luiz Santiago. No dia 8 de dezembro, entre grande concurso de gente, que ocorria a solenidade do dia, na Igreja Matriz. O Rvmo. Vigário, pe. Luiz Santiago procedendo a leitura duma lista de senhoritas, convidou para dignatarias marianas as senhoritas: Maria do Carmo Gomes Presidente, Maria Coêlho Marinho Falcão – Mestra de Noviças, Amelia Florentina de Araujo – Secretria, Domittila Ramos – Thesoureira, e as demais aspirantes, senhoritas: Veneranda de Jesus Cabral, Maria Amelia da Costa, Maria de Lourdes Farias, Francisca Amelia de Medeiros, Severina Celestina de Farias, Julieta da Fonseca Lima. A vóz do director todas se postaram de frente ao altar-mor, onde receberam, com todo rigor cerimonial, as insígnias. Depois da funções o revmo. Director dirigiu a palavra eloquentemente as recémcongregadas, apontado-as as filhas do século como falange bemdicta da causa de Deus, que solenemente protesta a indecência das modas e cambeia abnegadamente os prazeres mundanos pela glória de Deus. Apoz houve missa e a tarde procissão e bençãam do SS. Nada havendo mais a tratar lavrei a presente acta que assigno. Pe. Luiz Santiago, Director. Maria do Carmo Gomes, Presidente. Maria Coêlho Marinho Falcão, Mestra de Noviças. Domittila Esmeraldina Ramos, thesoureira. Amelia Florentina de Araujo, Secretaria.

Notemos no teor do documento que o padre Luiz, ao fundar tal Congregação, procura fazer a junção de alguns pontos que a Igreja tanto pautava-se neste momento, que seria o ato de unir as pessoas em torno dos sacramentos e cerimônias, a fim de fortalecer a fé católica, como também o de tentar diminuir os efeitos da chamada “modernidade”, com seus hábitos e costumes que em muitos casos estavam tirando os fiéis dos padrões permitidos pela Igreja Católica. Esta foi uma das preocupações explicitadas por ele no seu discurso inaugural, enfatizando que as moças que iriam fazer parte daquela congregação deveriam ser exemplos

para as demais, como sendo vozes que representariam o próprio Deus, como também elas deveriam negar toda e qualquer forma de modismos e prazeres mundanos, em prol de seu trabalho, para a glória de Deus.

Provavelmente, padre Luiz ao instituir tal Congregação e no momento em que proferiu tal discurso, o seu intuito era o de tentar diminuir os efeitos da modernidade na comunidade em que estava congregando, podemos observar que, com este ato, ele, sabendo ou não, estava querendo que as moças participantes comungassem de alguns pensamentos princípios parecidos com as mulheres do Núcleo Noelista da Paraíba, quando as mesmas se puseram como:

Conservadoras e determinadas a frear estas alterações do tempo, as noelistas paraibanas levantaram a bandeira de guardar a família da frivolidade moderna que desestruturava a família. “Cabe a nós, detentora dos lares proteger nossos filhos e maridos deste mal que assola o mundo, deste moderno que corrompe nossos valores, deste pecado que nos tira de Deus” (Ata de reunião. 18 de janeiro de 1935. Livro II, s/p). Portanto, mesmo diante das transformações oriundas com a modernidade as noelistas compreendem o papel feminino e masculino a partir de modelos especiais, cabendo ao feminino: o espaço doméstico, a submissão, o recato, a maternidade (como sua principal função social). Ao masculino: o trabalho, a vida pública, a política, a autoridade, a liberdade (inclusive a sexual) (GOMES, 2015, p. 134).

Em pesquisas realizadas em outras atas da mesma Congregação, vemos o mesmo zelo e cuidado para com as mulheres participantes por parte do padre Luiz, tomando alguns cuidados para que sempre ele estivesse à frente dos acontecimentos, trazendo as pautas das reuniões, fiscalizando a conduta de todas as moças que fizessem parte da Congregação, indagando quando do não comparecimento de alguma delas, logo querendo saber o por que, se não tivesse motivos plausíveis esta poderia ser punida, sendo obrigadas a fazer determinados números de orações ou até a expulsão da Congregação, que de certa forma isto acarretaria em uma exclusão, tanto religiosa, como digamos, social.

O segundo feito que gostaríamos de destacar, para demonstrar que padre Luiz tivera sido sim, para os católicos um bom exemplo de sacerdote, é que além de ter sido ele o responsável pela construção de dezenas de capelas, como já citadas algumas delas a pouco, fundado a Congregação Mariana, dentre outros feitos, fazendo com que o seu trabalho engrandecesse o nome e a fé católica na paróquia onde estava atuando, como bem queriam os prelados da época, ele ainda foi o padre que tivera iniciado a construção da Igreja matriz da cidade de Cuité, que ainda está de pé. Tendo ele tomado início da construção no ano de 1934 e sendo finalizada a obra no ano de 1952 pelo Cônego José de Barros, de acordo com atas de livro tombo daquela paróquia.

A paróquia já contava com uma igreja, sendo que bem menor do que a atual, onde, infelizmente, para o bem da memória e do patrimônio histórico, (convenhamos que na época muitos não tinham estes pensamentos), foi demolida e parte de seu material levado para a construção da nova matriz. Podemos nos perguntar o porquê do padre Luiz não ter deixado registrado em seu livro a construção da nova matriz, possivelmente pelo fato dela não ter sido concluída quando da feitura do livro, ou, como afirmamos, não ter ele ou outras pessoas envolvidas neste ato, a consciência histórica de memória patrimonial para uma posteridade.

Vemos na sequência duas fotos que demonstram parte da construção da atual matriz da cidade de Cuité, as fotos são das décadas de 1930 e 1940. Aonde, na primeira, do lado esquerdo se ver a parte de baixo da construção, possivelmente no início de sua construção, ou seja, na década de 1930. Enquanto na segunda foto, do lado direito, observa-se a construção da parte de cima da igreja, provavelmente no período a partir de 1940.



Fotografia 19 - Construção da atual Igreja católica de Cuité, fotos das décadas de 1930 e 1940.
Fonte: Arquivo Pessoal.

No entanto, nem só de boas obras fora marcada a passagem de padre Luiz na paróquia de Cuité, também deixaria marcas negativas, de forma cruel e intolerante. Enquanto que, para os católicos o padre Luiz teria sido um bom pastor, um homem que procuraria levar a palavra de Deus, o amor e os preceitos católicos, para os membros de outras religiões, principalmente os protestantes, ele teria se tornado um homem frio, cruel, um verdadeiro inquisidor.

A história de padre Luiz está sim, ligada a uma polêmica grandiosa ligada ao antiprotestantismo, no entanto, devemos lembrar de todo o contexto que estava envolvido não apenas o padre, como também os próprios protestantes, enfim, todos naquele momento histórico e temporal. Esta polêmica tivera surgido no processo de romanização da Igreja, aonde se buscou anexar a Igreja no Brasil as ideias e diretrizes do Concílio de Trento (1545-

1563). Esse momento teve início no Brasil ainda no século XIX, coincidindo com a entrada no país do chamado protestantismo missionário.

A polêmica toma forma no momento em que os dogmas da Igreja Católica são contestados pelos evangélicos que começavam a participar do cenário religioso do Brasil. A partir de 1920, com a chamada restauração católica aqui no país, esta polêmica se intensifica, pois a Igreja Católica estava com o intuito de “recristianizar” o território brasileiro e junto com a romanização, avançou ainda mais as ideias antiprotestantes, espalhando a ideia de que neste momento estava havendo uma “invasão protestante” no “Brasil que era católico”, aonde estes protestantes estariam agindo a mando dos norte-americanos, portanto, neste momento, o antiprotestantismo passou a ser não apenas uma causa religiosa, mas também, cívica.

É envolto a todo este contexto que o padre Luiz estava a frente da paróquia de Cuité a partir de 1929, como já mencionado, aonde em meio as suas convicções e formação religiosa, recebia ordens da hierarquia católica de procurar manter a ordem e o status religioso católico em meio as diretrizes da romanização e da “recristianização do país”, pois:

Ao analisar a polêmica antiprotestante, problematizamos a afirmação doutrinária e social do catolicismo romanizado. Por meio da polêmica, a Igreja no Brasil buscou afirmar sua identidade tridentina em contraposição ao protestantismo num contexto de competição pluralista ou, nos dizeres de Peter Berger, numa situação de mercado (BEGGER, 2004). A problemática da formação da identidade brasileira também vem à tona quando verificamos que a polêmica antiprotestante serviu ainda à afirmação do caráter pretensamente católico de brasilidade. Segundo se acreditava, uma vez que ser brasileiro significava ser católico, aderir ao protestantismo – ou a qualquer outro credo religioso – correspondia a renegar a própria nacionalidade (SIMÕES, 2010, p. 232).

Portanto, seria neste momento de embate religioso, dentro deste contexto de mudanças e fervor cívico que foi criado em todo o país, que o padre Luiz iria levar e deixar ser levado, contudo, não queremos de forma alguma tirar, se assim houver, a culpa pelos atos por ele praticado, no entanto, devemos analisar todo este contexto ora explicitado, vendo o local social, político e religioso que tanto Santiago como os outros envolvidos nos casos estavam inseridos, mediante toda a sua formação e ordens que teria que cumprir.

Devemos analisar então que se, diante todo este arcabouço social, estes indivíduos tinham como fazer diferente, ficando aí para a apreciação e análise de todos, porém, acreditamos que seja dever nosso como historiador, ao mostrarmos todos os fatos e acontecimentos ora estudados, mostrarmos também todo o contexto, para podermos analisar o todo, não tendo a intenção de tirar ou culpabilizar ninguém, mas tentar fazer o papel de

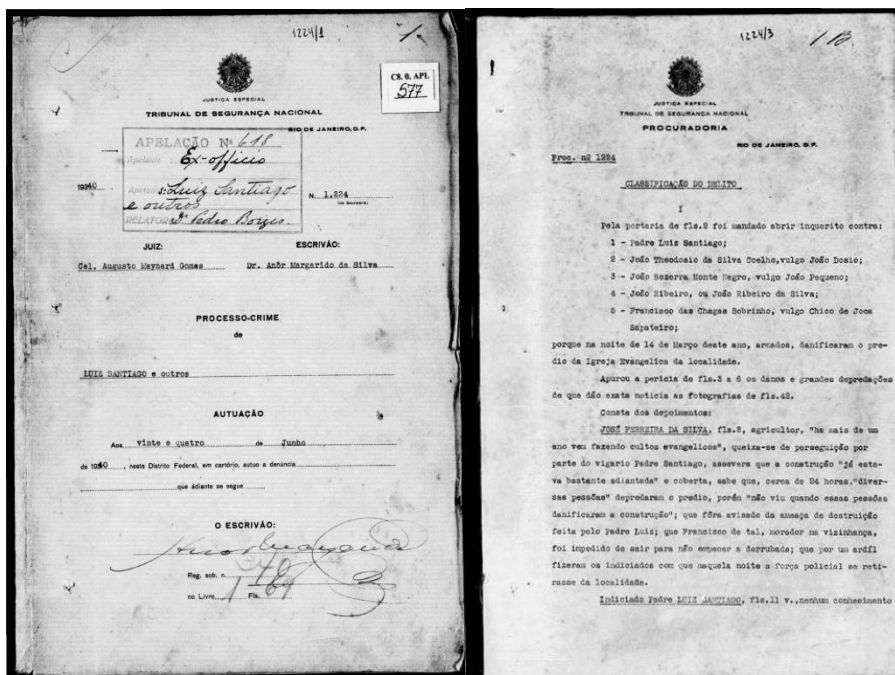
historiador, construir a história, desvelar ações que por inúmeras razões se deixaram “esquecer” ao longo da história, procurando ver que:

O gesto que liga as "idéias" aos *lugares* é, precisamente, um gesto de historiador. Compreender, para ele, é analisar em termos de produções localizáveis o material que cada método instaurou inicialmente segundo seus métodos de pertinência. Quando a história se toma, para o prático, o próprio objeto de sua reflexão, pode ele inverter o processo de compreensão que refere um produto a um lugar? Ele seria neste caso, um fujão; cederia a um alibi ideológico se, para estabelecer o estatuto do seu trabalho, recorresse a um *alhures* filosófico, a uma *verdade* formada e recebida fora dos caminhos pelos quais, em história, todo sistema de pensamento está referido a "lugares" sociais, econômicos, culturais, etc. Semelhante dicotomia entre o que faz e o que diria do que faz, serviria, aliás, à ideologia reinante, protegendo-a da prática efetiva. Ela também destinaria a as experiências do historiador a um sonambulismo teórico. Mais que isto, em história como em qualquer outra coisa, uma prática sem teoria desemboca necessariamente, mais dia menos dia, no dogmatismo de "valores eternos" ou na apologia de um "intemporal" (CERTEAU, 1982, p. 55).

No entanto, não se deve negar que Luiz Santiago houvera se envolvido em dois casos específicos de polêmica e intolerância religiosa, (estas definições para os dias atuais), o primeiro foi, segundo relatos e documentações processuais que ele tivera mando e possivelmente estaria diretamente na ação de tentar derrubar e depredar a construção de um templo evangélico, junto com alguns populares, o outro caso, também de acordo com as folhas dos autos, Santiago mandara assassinar um homem que seria da religião protestante.

Pequenos outros atos de intolerância e perseguição aos protestantes envolvem Santiago nos burburinhos da história oral, em relatos de pessoas que ouviram seus antepassados falarem, no entanto, estes dois casos acima citados, além de também estarem na oralidade, estão agora sendo postos na escrita graças a pesquisa realizada que resultou no encontro dos processos judiciais que se atem a estas ações.

Na noite de 14 de março do ano de 1940 ocorrera o primeiro destes atos que consta nos autos e que marcaria o tempo de pároco de Santiago como sendo um intolerante e perseguidor do protestantismo, que foi a depredação da Igreja Assembleia de Deus na cidade de Cuité. O crime ocorreu na data supracitada, porém, o processo foi levado para o Tribunal de Segurança Nacional na cidade do Rio de Janeiro, que na época era a capital do país, só foi aberto em 24 de junho daquele mesmo ano, como constam os documentos que se segue:



Fotografia 20 - Processo de número 1224, folhas de número 01 e 03 de abertura do referido processo da derrubada da igreja evangélica, datado de 24 de junho de 1940.
Fonte: Arquivo Pessoal.

Apresentam-se nos referidos documentos, especificamente no primeiro do lado esquerdo, que o juiz que esteve à frente do caso foi o Cel. Augusto Maynard Gomes, sendo o escrivão o dr. Anôr Margarido da Silva, nesta mesma folha, sobre os acusados do crime, está escrito “Luiz Santiago e outros”, autuados em 24 de junho de 1940, com o processo de número 1224. De acordo com outras folhas contidas no processo, o Tribunal de Segurança Nacional recebeu a denúncia no dia 18 de junho de 1940, tendo sido expressa a sentença do caso no dia 14 de outubro do mesmo ano, nos autos consta-se ainda que o advogado de defesa do padre Luiz e do senhor João Theodosio da Silva Coelho foi o Bel. Antonio Ovidio de Araujo Pereira, não aparecendo na documentação quem tivera sido o advogado de defesa dos demais acusados.

No segundo documento ora apresentado, do lado direito, antes de dar início aos depoimentos, está escrito o nome de todos os acusados pelo delito, estando assim posto:

Justiça Especial

Tribunal de Segurança Nacional

Procuradoria – Rio de Janeiro, DF.

Processo Número 1224.

Classificação do Delito.

Pela portaria de fls. 2 foi mandado abrir inquérito contra:

- 1- Padre Luiz Santiago;
- 2- João Theodosio da Silva Coelho, vulgo João Dosio;
- 3- João Bezerra Montenegro, vulgo João Pequeno;
- 4- João Ribeiro, ou João Ribeiro da Silva;
- 5- Francisco das Chagas Sobrinho, vulgo Chico de Joca Sapateiro;

Porque na noite de 14 de março deste ano, armados, danificaram o prédio da igreja evangélica da localidade.

Em outra folha dos autos, mais particularmente na de número 69, encontramos uma procuração, feita em um cartório da cidade de Campina Grande, em que o padre Luiz está nomeando como procuradores de sua pessoa, para qualquer ação criminal ou civil, em que ele seja autor ou réu, defendendo os seus direitos em qualquer repartição os senhores advogados: Antonio Ovidio de Araujo Pereira e o sr. Edesio Silva.

Este documento seria apenas mais um perante os muitos que constam nos autos para o desenrolar de nossa pesquisa, no entanto, ele nos traz o nome do sr. Edesio Silva como um dos advogados e procuradores legais do padre Luiz, não apenas neste caso, como em qualquer outro, como bem está exposto. Apesar do referido documento não apresentar data, porém deduzimos que, ao estar dentro do processo, o mesmo ser do ano em curso do processo e do delito explicitado, ou seja, de 1940.

O que queremos chegar a conclusão com isto é que mais uma vez demonstra-se o poder, o prestígio e o status social que detinha o padre Luiz perante as pessoas mais influentes do seu meio, estamos nos referindo ao Sr. Edesio Silva, que, quatro anos antes o mesmo teria sido, de certa forma homenageado pelo padre, ao ser citado em seu livro, que mencionamos algumas páginas anteriores a esta, quando da construção da capela de N. S. de Nasaré do Jacú, que teria sido fundada pelo padre Luiz e o citado advogado.

Ou seja, duas conclusões podem ser tiradas. A primeira é a de que, mais uma vez vemos a influência e o poder social que o padre detinha em tal localidade e a segunda é a de que tanto o advogado, o senhor Edesio Silva, quanto o padre Luiz, eram velhos amigos e o que o advogado agora estaria fazendo pelo padre, poderia ser bem um pagamento pela honra de ter sido citado em seu livro tempos atrás.

Um outro fato que pode ser visto ainda mais o poder de controle, persuasão e de status social que Santiago tinha, foi o depoimento retratado pelo senhor João Montenegro, um dos acusados do delito, apesar de já termos comentado sobre este assunto, no capítulo anterior, achamos que ficaria pertinente neste momento lembrarmos tal depoimento. Pois, num

primeiro momento, João Montenegro, ou João Pequeno como também era conhecido, disse que não havia participado do ato da tentativa de destruição da igreja, apesar de ter sido acusado, afirmara também que até aquela data não saberia nome de nenhum envolvido que participou, disse ainda que nunca ouviu o padre dizer que mandaria derrubar o templo evangélico. Este depoimento se encontra nos autos na folha de número cinco, como já fora apresentado.

Contudo, nesta mesma folha, o depoente, mas agora, não se sabe o motivo, dizendo algumas afirmações contrárias do que havia falado anteriormente, afirmando que:

“declara o contrário do que asseverára antes, isto é, ouviu e precensára mais de uma vez o Padre Luiz Santiago conversar com João Dosio e Francisco das Chagas Sobrinho, conhecido por Chico de Joca Sapateiro, a acertarem planos para mandarem derribar a Igreja Evangelica”, sendo que “esses planos e conversas eram falados na Igreja e na casa do Padre Luiz Santiago”, e tinham todo o apoio de João Dosio, etc. etc. (depoimento de aditamento do senhor João Montenegro do processo 1124, da derrubada da igreja evangélica, folha de número 5).

Segundo o depoimento, houve sim, um acordo, um aditamento, uma mancomunação, entre os envolvidos no delito para chegarem ao resultado final que foi a tentativa de derrubada do templo evangélico. Isto demonstra mais uma vez o poder de decisão e de liderança que representava Luiz Santiago, mesmo diante outras autoridades, haja vista que um dos acusados está na época na função de uma espécie de delegado da cidade, que seria o senhor João Theodosio da Silva Coelho, vulgo João Dosio, mesmo assim, se deixou persuadir mediante as palavras e as ordens do padre Luiz Santiago, que agindo igualmente um chefe local, ou seja, uma verdadeiro coronel, manipulou autoridades e várias pessoas da comunidade para praticarem tal delito, pois, segundo alguns depoimentos que constam nos autos, as pessoas que participaram do acontecido não foram apenas os cinco nomes que trazem no processo, mas sim, seriam em média de doze a dezesseis pessoas.

Há ainda relatos orais que dizem ter sido tramado este ato pelo padre e os demais, quando foi inventado de última hora uma festa no então povoado vizinho de Nova Floresta, para que a força policial, que na época não passava de menos de dez homens, fossem deslocados para aquela comunidade, ficando a cidade de Cuité desguarnecida para que os mandatários do padre Luiz pudesse realizar tal ato sem serem perturbados. Sobre esta possível festa, podemos citar o trabalho do historiador Josué Sylvestre, intitulado “Fatos e Personagens

de Perseguições a Evangélicos – Antes que as marcas se Apaguem”, que, em suas pesquisas e entrevistas sobre o assunto, nos afirma que:

Segundo lembrava o ancião Aprígio Pereira de Souto, de invejável memória, o destacamento policial de Cuité foi estrategicamente deslocado para a então vila de Nova Floresta, onde se realizava uma festa que culminou com a realização de uma rifa. Assim, enquanto os adeptos do padre Santiago derrubavam a igreja evangélica, os policiais estavam na festinha a alguns quilômetros de distância.

Aprígio contou que chegou a ser chamado pelo delegado João Teodósio da Silva Coelho e pelo cabo Francisco Barreto (chefe do pequeno destacamento) para depor, sob a acusação de que teria participado da destruição do templo. Aprígio alegou inocência e conseguiu provar que era novo convertido, emprestara tijolos para a construção da igreja e, na noite do atentado, estava fora da cidade, numa farinhada (fabricação artesanal de farinha de mandioca) (SYLVESTRE, 2011, p. 163).

O que queremos chamar atenção é de que este ato foi sem dúvida um misto de ódio e perseguição antinprotestante, como também, tipicamente coronelístico, no qual vemos claramente a figura do líder, de uma espécie de chefe local a frente de um determinado assunto ou no caso, ato, o que pretendemos demonstrar é a forma como estes líderes representavam e, ainda mais, personificavam não só o seu partido, suas terras, seu poder, sua região, mas neste caso a sua religião, ganhando esta “patente” de coronel, que com a sua inteligência e perspicácia no lidar com o público, ganharia também muitas vezes o status de herói, conforme Balandier (1982), é, entretanto, o mito do herói que acentua com mais frequência a teatralidade política; ele engendra uma autoridade mais espetacular do que a rotineira, que não oferece surpresas.

Mesmo que não tivera ganho de fato o título de coronel, mas acreditamos que por seus atos e sua forma de agir, esta teatralidade, seja ela política ou religiosa, que foi usada pelo padre Luiz para poder alcançar certos objetivos, liderando, manipulando e persuadindo pessoas que estavam ao seu redor, este foi sim um coronel de sua época, caracterizando-o pelo seu poder, pela sua liderança, sua persuasão, perspicácia e prestígio que detinha, pois usava destes artifícios para conquistar seus mais variados resultados, que neste caso seria a perseguição e intolerância com os protestantes.

No referido processo foram ouvidas dezoito pessoas, incluindo os acusados, que na sua maioria eram contrarias ao padre Luiz, como não era de se esperar diferente, os acusados em suas falas negaram veementemente as suas participações, inclusive o padre Luiz, em sua fala afirmou que:

“na noite do acontecido não estava na cidade e que não sabia nada antes do ocorrido e se soubesse impediria a dita depredação, dado o seu espírito de progresso e zelo pelas leis do país”, disse ainda que “se ausentara da cidade na parte da manhã em missão de seu ministério, só voltando a tardinha do dia seguinte, quando soube do acontecido estranhou ter sido ele acusado de mandante,

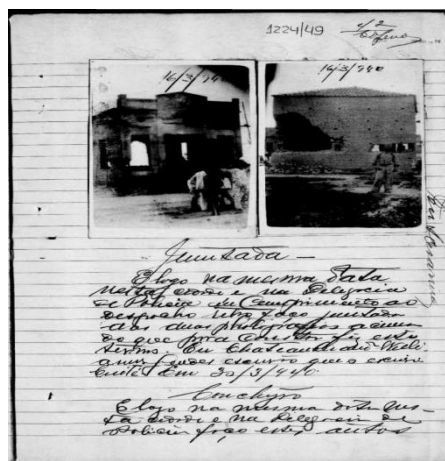
pois que há muito tempo havia depredações e desacatos de toda sorte, antes mesmo de sua vinda para aquela localidade, sem serem insuflados os depredantes por eclesiástico algum, mas sim, procedendo-se isto espontaneamente pelo impulso natural de cada um”. (Depoimento do padre Luiz no processo 1224 da derrubada da igreja evangélica, folha de número 4).

No depoimento do padre Luiz podemos notar não apenas uma defesa pessoal, tentando esquivar-se da acusação que estava sendo proposta para ele, mas também, vemos uma defesa da própria religião católica, no momento em que ele nega ter participado e que não estava na cidade, dizendo que bem antes de sua vinda para a localidade ele já tivera ouvido falar que tinha ocorrido depredações e desacatos sem que houvesse nenhum eclesiástico mandado alguém fazer, mas faziam por ser algo natural.

Falando desta forma, Santiago estava corroborando com o discurso da Igreja, mesmo que de forma indireta, dizendo que, antes haviam ações iguais aquelas, ocorridas de forma natural, ou seja, como se depredar, desacatar ou agir de forma que denegrisse algo ou alguém que não fosse católico fosse algo comum, natural, ou seja, da natureza de todos, indiretamente ele estava dizendo que a população não suportava tais pessoas e que seria algo corriqueiro tais atos, sem que padre algum estivesse a frente.

De forma diferente, os outros depoentes se revezaram em suas palavras, quando uns afirmavam que viram um grupo de pessoas indo e consumando o ato ora exposto, mas que não tinham visto o padre Luiz, porém, já haviam sido perseguidos religiosamente por ele, enquanto poucos afirmaram ter visto o próprio padre na ação, mas sim, ter visto um homem de capa e roupa toda preta, armado e na frente do grupo, a cavalo, que parecia ser o padre Luiz.

O fato é que a investigação tomou proporções maiores e entre um depoimento e outro chegou nos autos do processo duas fotografias que comprovam a depredação do prédio da igreja evangélica, conforme veremos os documentos a seguir:



Fotografia 21 - Processo de número 1224, folha de número 49, aonde consta duas fotografias que mostram o estado que ficou a igreja evangélica após a depredação, com data de dezesseis de março de 1940.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Nas fotografias contidas no documento acima, podemos notar que o prédio não foi totalmente derrubado, como antes, na oralidade se dizia, porém, podemos ver nitidamente que foram arrancadas as janelas e a porta, isto na foto do lado esquerdo, e na do lado direito vemos dois buracos feitos na parede traseira do templo, uma maior e um outro menor.

Infelizmente, apesar de termos no início do processo, a data que foi deferida a sentença, não temos a folha correspondente a ela, ou seja, não temos nos autos a conclusão do processo judicial, se de fato o padre Luiz foi condenado pelo ato ora acusado, ou mesmo se qualquer um dos acusados tivera sido presos, de forma escrita não se encontra nenhuma documentação. No entanto, na parte da oralidade se tem vários relatos, dentre eles que, entre os cinco que foram acusados do referido delito, o único que não tivera sido preso, mesmo que por pouco tempo, foi o padre Luiz, os demais tiveram sim, passado um período na cadeia.

Outros relatos orais, como inúmeros que estão até os dias de hoje no imaginário e bocas de muitos moradores de Cuité sobre o padre Luiz, é a de que, o mesmo tinha de fato saído na noite da depredação da igreja e quando voltou no dia seguinte e soube que a polícia estava a sua procura, teria dito que iria para casa e esperaria sentado em sua sala e bem armado, que o fossem prendê-lo, mas contudo, isso nunca tivera ocorrido.

Porém, seria um outro caso de intolerância e perseguição antiprotestante que marcaria e deixaria sim, marcas também negativas para muitos, e muito maiores, que Santiago se envolveria. Aconteceu na noite de 15 de agosto de 1940, que foi o assassinato de um protestante na zona rural de Cuité, que até os dias de hoje, o local ficou conhecido popularmente como “umbuzeiro do crente”, pelo fato do crime ter ocorrido em baixo de uma árvore que o fruto seja o umbu.

Igualmente ao caso anterior, ou seja, o da tentativa de derrubada da igreja evangélica, este caso também foi levado para ser julgado no Tribunal de Segurança Nacional, tendo sido juiz do caso o Capitão de Mar e Guerra Alfredo Miranda Rodrigues, diferente do caso anterior que tiveram cinco acusados, para este apenas dois foram inquiridos, sendo o padre Luiz Santiago, como mandante do assassinato e o senhor Venâncio Alves de Lima como sendo quem praticou o delito.

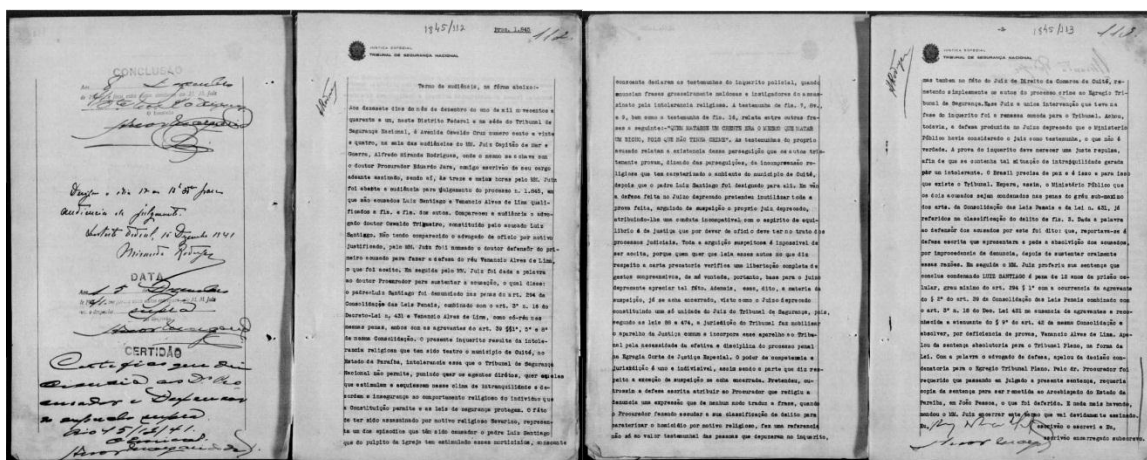
O advogado que defenderia Santiago seria o senhor Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello¹⁷ e o do segundo acusado seria um advogado de ofício, que não

¹⁷Oswaldo Trigueiro de Albuquerque Mello foi Promotor de Justiça, Inspetor de Ensino Secundário e advogado, exerceu o cargo de Prefeito de João Pessoa na capital do Estado da Paraíba, de 1936 a 1937. Em 1947, foi eleito

compareceu no dia do julgamento, ficando o mesmo advogado para os dois, tendo sido aceito pelo padre tal acordo. Quem tivera sido o acusador foi o Procurador Eduardo Jara. A vítima teria sido o senhor Severino Amaro dos Santos lavrador, protestante e tinha trinta anos de idade na data do fatídico crime, de acordo com a documentação criminal. Ao relembrar tal fato, que traria para Santiago consequências desastrosas, Sylvestre (2011, p. 285), relata que:

Naquela noite, um pequeno grupo de crentes regressava do culto e, apesar do clima de insegurança e permanente ameaça, das pedradas e dos achincalhes, jamais imaginava que pudesse ser vítima de uma emboscada a bala. Os irmãos vinham cantando. Um dos mais animados era Severino Amaro dos Santos, de trinta anos de idade, pequeno proprietário que residia no sítio da família, no caminho (hoje estrada carroçável) que ligava Serrote Verde ao então lugarejo de Nova Floresta (hoje município). Quando cruzaram a estrada que vai de Barra de Santa Rosa a Picuí, a surpresa cruel: uma saraivada de tiros de rifle estabeleceu o pânico entre aqueles inofensivos cidadãos brasileiros. Houve correria e gritos de pavor.

O caso foi a julgamento no referido Tribunal na data de dezesseis de dezembro de 1941, conforme documentos apresentados a seguir que nos trazem melhores detalhes sobre o delito:



Fotografia 22 - Processo de número 1845, folhas de número 112 e 113, de abertura e julgamento do referido processo do assassinato de um evangélico, datado de dezesseis de dezembro de 1941. Fonte: Arquivo Pessoal.

Governador da Paraíba, cargo em que se empossou a 6 de março daquele ano e que exerceu até 30 de junho de 1950, quando renunciou. De 1951 a 1954, exerceu o mandato de Deputado Federal, pelo Estado da Paraíba, integrando a bancada da União Democrática Nacional. Foi Membro das Comissões de Justiça e de Diplomacia. Exerceu o cargo de Embaixador do Brasil, na República da Indonésia, de 1954 a 1956. Em abril de 1964, foi nomeado Procurador-Geral da República. Eleito Presidente do Supremo Tribunal Federal, em 6 de fevereiro de 1969, tomou posse em 10 do mesmo mês, exercendo as respectivas funções até 10 de fevereiro de 1971. Fizemos questão de mostrar parte do currículo do senhor Oswaldo Trigueiro para demonstrar o quanto prestígio, poder econômico, social e força política teria o padre Luiz Santiago, no momento em que nomeia para o seu advogado, um magistrado de tamanha importância, não apenas a nível estadual, mas também nacional. (Informações sobre Oswaldo Trigueiro foram retiradas do site do Supremo Tribunal Federal, em <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stf&id=139> na data de 16 de janeiro de 2016 as 12:04.

Os documentos apresentados nos trazem com clareza quais os motivos e como foi que procedeu tal delito, no qual iremos transcrever parte deles para que possamos tentar entender melhor o caso. Após a abertura dos trabalhos e as apresentações legais, com os devidos nomes que aqui já apresentamos, assim procede, especificamente na décima quinta linha do documento da parte superior direita:

Em seguida pelo MM. Juiz foi dada a palavra ao doutor Procurador para sustentar a acusação, o qual disse: O padre Luiz Santiago foi denunciado nas penas do art. 294 da Consolidação das Leis Penais, combinado com o art. 3º nº 16 do Decreto-Lei nº 431 e Venâncio Alves de Lima, como có-réu nas mesmas penas, ambos com as agravantes do art. 3º §1º, 5º e 8º da mesma Consolidação. O presente inquérito resulta da intolerância religiosa que tem sido teatro o município de Cuité, no Estado da Paraíba, intolerância essa que o Tribunal de Segurança Nacional não permite, punindo quer os agentes diretos, quer aqueles que estimulam e asquiescem nesse clima de intranquilidade e desordem e insegurança ao comportamento religioso do indivíduo que a Constituição permite e as leis de segurança protegem. (Parte do discurso de acusação feita pelo Procurador Eduardo Jara aos réus: padre Luiz Santiago e Venâncio Alves de Lima, no processo de número 1845 do assassinato do crente, em dezesseis de dezembro de 1941).

Nesta primeira parte de seu discurso de acusação, o Procurador Eduardo Jara, ao nosso ver, faz algo que acreditamos ter sido, se não a primeira, mas uma das primeiras vezes que fora usado o termo intolerância religiosa em um julgamento no país, pois até o presente momento, algo que se fizesse contra alguém que não fosse católico poderia ser considerado como sendo algo natural, (como bem afirmou o padre Luiz em sua defesa, no caso da derrubada da igreja), de defesa, por aquela pessoa ser ou representar algo ruim, danoso, nocivo, não apenas para a sociedade, como principalmente para a salvação da alma.

Naquele momento de embate religioso que estava ocorrendo no país, a Igreja Católica representava os protestantes das mais variadas formas, sendo elas principalmente negativas. Esta representação está dentro do contexto do enfoque da História Cultural, onde Roger Chartier apresenta-se como um dos seus principais expoentes, onde ele afirma que o objetivo destas representações seriam tão somente “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (1990, p. 17). Este conceito é compreendido através da maneira pelo qual os grupos sociais dão significado ao mundo, a si próprio e aos outros, com a elaboração de sentido para a realidade por meio de práticas e de discursos.

Portanto, para Chartier, o grande desafio para os historiadores com este conceito é justamente o de “ligar a construção discursiva do social e a construção social do discurso” (1994, p. 10). É preciso tornar presente as representações, reapresentando-as nos objetos nos quais se referem. Contudo, no momento em que estamos estudando a polêmica antiprotestante, não estamos querendo levar a questão se foi ou não demonstrado uma “verdade”, ou se havia algum dos lados que estavam com a “verdade”, mas sim, mostrar aquilo que foi representado o que nos dizia a visão da Igreja neste momento, de si mesma e dos protestantes e o papel que ambos exerceram durante o período da romanização e da restauração católica. Devemos lembrar também que estas representações estão dentro de um contexto de relações sociais datadas, resultando posições, interesses, valores e identidades.

Estas representações de desprezo para com os protestantes eram comuns país a fora neste momento de restauração católica, um exemplo para melhor nos situarmos, para termos uma ideia da gravidade da situação, temos uma das obras do padre Júlio Maria de Lombaerde intitulada “O fim do Mundo está Próximo”, de 1936, ou seja, da mesma época dos acontecimentos que estamos relatando, em sua obra ele afirmava que:

Sobre a aparição do Anticristo, outro dos terríveis “sinais” do eschaton, Júlio Maria afirma que o mesmo “protegerá protestantes, espiritas, mahometanos, maçons; e favorecerá todos os cultos, afóra o culto catholico” (Ibid., p. 193). Esta associação do Anticristo com todos os hereges e infiéis também é feita em Ataques Protestante às Verdades Católicas, ao ser comentada a passagem do Apocalipse que descreve o confronto final entre as forças de Cristo e as hostes da Besta: “Os dois exércitos em presença um do outro, e em luta, são o do Cristo acompanhado dos católicos fiéis e o do anti-cristo, aquí chamado ‘a besta’, com seus sequazes, que são os hereges, os ímpios, os protestantes, os espiritas, os maçons, etc.”. A derrota da “grande Babilônia” é tomada, por sua vez, como uma figura do triunfo da Igreja sobre seus adversários, “Lutero, Calvino, Kardec e companhia”, destinados ao “tanque de fogo” mencionado no Apocalipse (Idem, 1937c, p. 117-118). (SIMÕES, 2008, p. 91-92).

Como estamos vendo, era usual, até em obras impressas o tratamento vexatório para com os protestantes, tais como hereges, anticristo, infiéis, ímpios, no qual estariam predestinados a queimar na fogueira infernal. Aqui na Paraíba não tivera sido diferente dos outros cantos do país, também houve neste momento o embate católico e protestante, aonde ambos os lados se denegriam e defendiam-se ao mesmo tempo.

A Igreja Católica procurando impor todo o seu poder e tradição dentro do contexto histórico do país como sendo legítima e primeira religião do Brasil, enquanto que os

protestantes desafiavam o poderio católico, indo de encontro aos seus dogmas e tentando estabelecer-se como uma das religiões fortes no país. Neste contexto:

A imprensa católica da Diocese da Paraíba se batia contra o protestantismo e o espiritismo, considerados inimigos da Igreja, colocados no mesmo nível dos movimentos e expressões sócio-políticas, como o liberalismo, o positivismo, o anarquismo e o socialismo. Nessa contestação, adicionava-se mais um elemento, à medida que o combate se dava no mesmo campo – o religioso. Portanto, as formas de convencimento partiam do mesmo pressuposto – a fé em Deus. Restava à Igreja Católica combater o protestantismo e o espiritismo, negando a sua autoridade, minando a sua credibilidade, tachando-os como *seitas*, tirando-lhes, portanto, o status de religião (FERREIRA, 1994, p. 279).

Estamos vendo então que, seria sim, comum neste momento o tratamento vexatório para com os protestantes, ou seja, as definições de perseguição, intolerância religiosa, polêmica antiprotestante, não se tinha como usual, mas no entanto, para muitos, este comportamento seria o correto a se praticar, claro que muitas pessoas o faziam tendo os ensinamentos de bispos e padres que pregavam em suas homílias este discurso.

Por isto, dizemos que possivelmente este processo que estamos mostrando e analisando seja um dos primeiros a trazer e ser usada a definição intolerância religiosa, proferida pelo Procurador Eduardo Jara que estava acusando, aonde no início de sua fala disse: “O presente inquérito resulta da intolerância religiosa que tem sido teatro o município de Cuité, no Estado da Paraíba”. Com coragem e audácia, vemos este magistrado abrir as portas de novos pensamentos naquele momento em relação a crença religiosa, que apesar das leis do país não admitirem certas atitudes, mas continuavam realizando com o poder, o aval e a tradição da Igreja Católica.

No entanto, vemos que o Procurador passa por todo este arcabouço católico e ao proferir tal definição complementa: “O Tribunal de Segurança Nacional não permite, [...] nesse clima de intranquilidade e desordem e insegurança ao comportamento religioso do indivíduo que a Constituição permite e as leis de segurança protegem”.

Nestas palavras vemos também que o Procurador estava pondo em destaque um outro embate que a Igreja Católica estava envolvida, que seria a tentativa de união com o Estado, mas é claro que esta união para a Igreja seria de forma que ela saísse ganhando, ou seja, que seus princípios, dogmas e sua crença fosse aceita por completo em conjunto com as leis republicanas. É aí que, na fala do Procurador, ele diretamente afirma que as leis do Estado não iriam aceitar tal união, se fosse nos moldes que a Igreja queria, mas sim, de acordo com as leis da Constituição que estava em vigor e de todas as outras leis republicanas, mas não as leis

católicas, romanizadas e dentro do contexto de restauração e recristianização que estava o clero.

O Procurador prossegue então a sua fala, trazendo outros detalhes que achamos por bem pontua-los para que possamos analisa-los, continua assim dizendo:

O fato de ter sido assassinado por motivo religioso Severino, representa um dos episódios que tem sido causador o padre Luiz Santiago que do púlpito da igreja tem estimulado esses morticínios, consoante, declaram as testemunhas do inquérito policial, quando anunciam frases grosseiramente maldosas e instigadores do assassinato pela intolerância religiosa. A testemunha de fls. 7, 8 e 9, bem como a testemunha de fls. 16, relata entre outras frases a seguinte: “QUEM MATASSE UM CRENTE ERA O MESMO QUE MATAR UM BICHO, POIS QUE NÃO TINHA CRIME”. As testemunhas do próprio acusado relatam a existência dessa perseguição que os autos tristemente provam, dizendo das perseguições, da incompreensão religiosa que tem caracterizado o ambiente do município de Cuité, depois que o padre Luiz Santiago foi designado para ali. (Parte do discurso de acusação feita pelo Procurador Eduardo Jara aos réus: padre Luiz Santiago e Venâncio Alves de Lima, no processo de número 1845 do assassinato do crente, em dezesseis de dezembro de 1941).

Nesta segunda parte da sua fala, Eduardo Jara, se assim podemos observar, continua com a acusação, agora citando algumas partes das falas de testemunhas tanto de defesa quanto de acusação, que segundo o Procurador, ambas relatavam os atos de intolerância e perseguição religiosa desenvolvidas pelo padre Luiz Santiago. Um dos pontos principais, se não for este, o principal, que acreditamos ser o ponto central desta fala para a acusação, foi o fato das testemunhas afirmarem que o padre Luiz estimulava tais atos dentro da própria igreja, em seu púlpito, inflamando os ouvintes com palavras que aumentavam ainda mais o ódio ao protestantismo, dizendo: “QUEM MATASSE UM CRENTE ERA O MESMO QUE MATAR UM BICHO, POIS QUE NÃO TINHA CRIME”.

Para os dias de hoje, estas palavras podem soar como algo aterrorizante, macabro, algo impensado de se dizer nem ao menos se fazer, ainda mais sendo pronunciado por um religioso, porém, para a época seria tão corriqueiro que muitas pessoas provavelmente não se escandalizaram ao ouvir tal depoimento.

No entanto, esta provavelmente seria a intenção do procurador ao citar tal fala em sua acusação, a de gerar escândalo, horror, causando um sentimento ambíguo nas pessoas que escutavam, indagando-se, como poderia um homem religioso, que prega o bem e a caridade, ao mesmo tempo insuflar seus fiéis a atos de violência e de possíveis mortes, sem que houvesse punição alguma para quem as cometesse, mas do contrário, seria algo a ser feito, de forma digna e correta.

Dando continuidade no julgamento e finalizando a sua parte o Procurador afirma:

A prova do inquérito deve merecer uma justa repulsa, a fim de que se contenha tal situação de intranquilidade gerada por um intolerante. O Brasil precisa de paz e é isso e para isso que existe o Tribunal. Espera, assim, o Ministério Público que os dois acusados sejam condenados nas penas do grau sub-maximo dos Arts. Da Consolidação das Leis Penais e da Lei nº 431, já referidos na classificação do delito de fls 3. (Parte do discurso de acusação feita pelo Procurador Eduardo Jara aos réus: padre Luiz Santiago e Venâncio Alves de Lima, no processo de número 1845 do assassinato do crente, em dezesseis de dezembro de 1941).

Como podemos notar, este caso foi para o padre Luiz, muito mais marcante do que o outro anterior, não que o ato de mandar depredar um templo religioso seja correto, contudo, apesar de não termos nos autos do referido processo a sentença, sabemos que, de acordo com a história oral, Santiago não tivera sido preso momento algum, apesar de ter ocorrido prisões de algumas pessoas que participaram daquele caso. Cessando pouco tempo depois os burburinhos sobre o acontecido e não trazendo mais nenhum infortúnio para o padre Luiz tal ocorrido.

Porém, este outro caso, que estamos relatando resultou em uma enorme crise pessoal, social e religiosa para Santiago, pois não só pelo seu desfecho, mas também no desenrolar do processo ocorreram muitas discórdias e comentários sobre o mesmo, apesar de manter o seu prestígio e poder social.

Finalizando o julgamento, na última página do lado direito, na parte inferior, relata-se que, após a fala do Procurador, o advogado de defesa dos réus pede absolvição dos mesmos, por motivos que, segundo ele, haver no decorrer dos autos improcedência na denúncia. Continuando, mais propriamente na décima sétima linha encontra-se:

Em seguida o MM. Juiz proferiu sua sentença que conclue condenando LUIZ SANTIAGO a pena de 12 anos de prisão cecular, grau mínimo do Art. 294 § 1º com a ocorrência da agravante do § 2º do Art. 39 da Consolidação das Leis Penais combinado com o Art. 3º nº 18 do Dec. Lei 431 na ausência de agravantes e reconhecida a atenuante do § 9º do Art. 42 da mesma Consolidação e absolver, por deficiência de provas, Venâncio Alves de Lima. (Sentença proferida pelo MM. Juiz o Capitão de Mar e Guerra Alfredo Miranda Rodrigues, no processo de número 1845 do assassinato do crente, em dezesseis de dezembro de 1941).

Como podemos observar, em resultado deste julgamento, o padre Luiz tivera sido condenado a 12 anos de prisão, enquanto que o réu que possivelmente tivera atirado contra a

vítima foi absolvido, pelo fato de achar, o juiz que não houve provas suficientes para incriminá-lo, pois algumas testemunhas ainda divergiram sobre a possível pessoa que houvera concluído o crime que fora encomendado por Santiago, citando cerca de quatro a cinco nomes prováveis para a feitura da execução criminal, portanto, não chegando a um consenso de que de fato foi o senhor Venâncio Alves de Lima, o feitor do crime, sendo ele absolvido da acusação.

Encerrando a folha processual, está escrito que o advogado de defesa apela da sentença absolutória para o Tribunal Pleno na forma da Lei, enquanto que, o Procurador, ao término do julgamento, requereu cópia da sentença para que fosse remetida ao Arcebispo do Estado da Paraíba, no qual foi deferido tal pedido.

Ao nosso ver, o desfecho deste processo foi com certeza um desastre para padre Luiz, um homem que até então era acostumado a mandar, persuadir, agir e não ser questionado por suas ações, se via agora condenado, de certa forma, humilhado e vendo todo o seu prestígio e poder começar a ruir. Vemos no ato do Procurador, ao pedir uma cópia do processo, com a sentença para remeter ao arcebispo, um ato de regozijo da vitória.

Compreendemos que este ato simboliza não apenas uma simples vitória no Tribunal para aquele Procurador, mas sim, há também um sentimento de dever cumprido, no fato de que, a intolerância religiosa que ele havia levantado tal questionamento, que até então, possivelmente, não seria vista de tal forma, havia perdido para a Lei, vamos além disso, que, os poderes e desmandos simbolizados pela Igreja Católica havia perdido para a Justiça, para o Estado, as leis da República haviam vencido as ordens e desmando católicos, por isto que para ele seria tão importante levar ao conhecimento do Arcebispo aquele resultado, aquela sentença.

Enquanto que, para a Igreja, como também para Santiago, acreditamos ser vergonhoso, humilhante, um sacerdote ser condenado a 12 anos de prisão, por um ato que, de certa forma, apesar de ter sido assassinado, de ter perdido a sua vida, porém, naquele momento, com o resultado daquela sentença, a igreja na qual pertencia Severino Amaro, havia vencido o poderio católico, mesmo que fosse nos Tribunais da Justiça.

Em um momento de embate e de autoafirmação de sua denominação religiosa, de certa forma esta seria uma derrota católica para protestantes. Pois neste momento, de intensa campanha de revalorização da imagem sacerdotal, implementada pela Igreja Católica, este fato acontecia como se fosse “uma balde de água fria” em algumas pretensões da instituição católica. Imaginemos como não foi um choque para a hierarquia católica paraibana receber tal

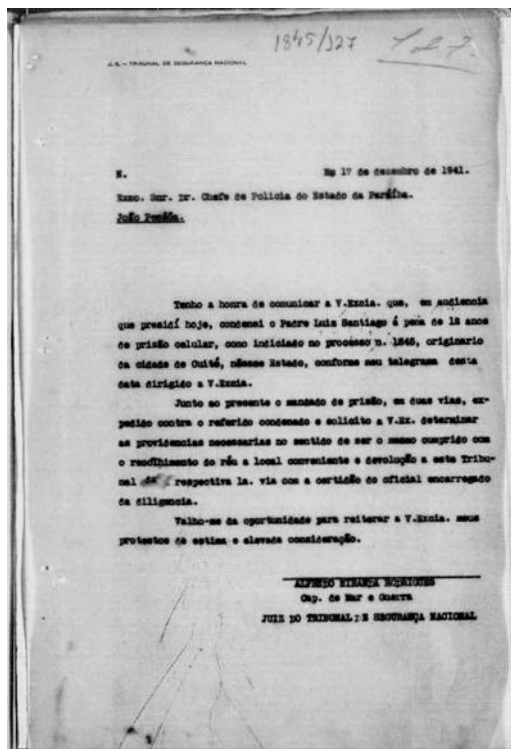
notícia, neste momento em que a Igreja tentava manter a imagem do padre acima dos demais líderes de outras denominações que não fossem católicas, afirmando que:

[...] O padre é apresentado como um mediador entre Deus e os homens, colocando-se, dessa forma, acima dos demais mortais. É apresentado como sendo superior aos próprios anjos, como o legítimo representante de Jesus, e, por vezes, como o próprio Cristo na terra. Sua boca é considerada sagrada porque pronuncia as palavras da consagração, e suas mãos santas porque tocam a hóstia sagrada, bem como seus pés, porque permitem a difusão do Evangelho. Os leigos são educados a manterem distância e reverência com relação a sua pessoa. Ao aproximarem-se do sacerdote, para saudá-lo, devem inclinar-se, beijando-lhe respeitosamente as mãos (AZZI, 2008, p. 559-560).

Portanto, vemos neste momento uma igreja que estava elevando a imagem de seus sacerdotes, os colocando em um patamar superior aos de outros mortais, educando e cobrando das pessoas comuns, reverência e respeito para com eles, exaltando esta carreira, como sendo única, sublime, não sendo apenas uma simples carreira como outra qualquer, mas sim, um dom, uma vocação, um chamado direto de Deus, confiando aquele homem a levar a salvação para os demais. Explicitando que este sacerdote seria um representante de Jesus na terra, ou ainda, em alguns casos seria o próprio filho de Deus, como afirma Azzi na citação acima.

No entanto, para a Igreja Católica esta sentença seria algo impensada de acontecer neste momento, resultando em uma derrota dupla, ou seja, a derrota da Igreja para o Estado, vencendo as leis republicanas sob as ordens e mandos da Igreja, e a derrota dos católicos para com os protestantes, de certa forma. Como poderia se sustentar agora, no caso do padre Luiz, esta imagem, toda esta simbologia que a Igreja pregou para com um sacerdote, tendo um documento condenando tal homem, que outrora teria afirmado uma pureza, um ar angelical para tal representante católico.

A sentença condenatória do padre Luiz pode ser observada em um outro documento, expedido pelo Juiz que esteve à frente do julgamento, o Capitão de Mar e Guerra Alfredo Miranda Rodrigues, quando este escreve uma carta ao chefe de polícia do Estado da Paraíba, documento datado de 17 de dezembro de 1941, ou seja, um dia após o julgamento e consequentemente, a sentença ter sido proferida, na carta o juiz comunica ao chefe de polícia da sentença, solicitando que fosse cumprido o mandado de prisão, esperando que fossem tomadas as devidas providências e ações para com o condenado:



Fotografia 23 - Processo de número 1845, folha de número 127, carta do juiz que presidiu o julgamento ao Chefe de Polícia do Estado da Paraíba, confirmando a sentença, datada de dezessete de dezembro de 1941.
Fonte: Arquivo Pessoal.

O juiz assim subscreve para o Chefe da Polícia da Paraíba, para falar do julgamento:

Em 17 de dezembro de 1941.

Exmo. Snr. Dr. Chefe de Polícia do Estado da Paraíba.

João Pessoa.

Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que, em audiência que presidi hoje, condenei o padre Luiz Santiago a pena de 12 anos de prisão cecular, como indiciado no processo nº 1845, originário da cidade de Cuité, nesse Estado, conforme meu telegrama desta data dirigido a V. Excia.

Junto ao presente o mandado de prisão, em duas vias, expedido contra o referido condenado e solicito a V. Excia. determinar as providencias necessárias no sentido de ser o mesmo cumprido com o recolhimento do réu a local conveniente e devolução a este Tribunal da respectiva 1ª via com a certidão do oficial encarregado da diligencia.

Valho-me da oportunidade para reiterar a V. Excia. meus protestos de estima e elevada consideração.

Alfredo Miranda Rodrigues
Cap. De Mar e Guerra
Juiz do Tribunal de Segurança Nacional.

O referido crime foi notícia em jornais¹⁸ de alguns estados brasileiros, a exemplo da reportagem datada de 14 de setembro de 1941 do Diário de Pernambuco, que traz neste dia a reportagem intitulada: “As Decisões do Tribunal de Segurança Nacional – Estimulava o Ódio – Denunciado o padre Luiz Santiago”. A reportagem afirma que o Procurador da Justiça Especial, Eduardo Jara, havia apresentado denúncia contra o padre Luiz Santiago na paróquia de Cuité.

A reportagem continua mostrando em detalhes a denúncia apresentada pelo Procurador, onde é exposto os principais motivos que levaram ao dito crime, que de acordo com o Procurador seria a intolerância religiosa por parte do pároco daquela cidade para com os protestantes, segue a reportagem mostrando possíveis detalhes de como tivera sido o crime, quem foi a vítima, o possível mandante e quem de fato cometeu o delito, cita ainda as testemunhas do caso, encerrando afirmando que o referido processo teria sido remetido para o juiz comandante Miranda Rodrigues para o seu julgamento.

Ainda o Diário de Pernambuco, na data de 21 de dezembro de 1941, traz uma rápida reportagem que diz: “Condenado o Padre Luiz Santiago”. A reportagem traz a informação de que havia tido o julgamento do referido processo, citando o nome dos dois envolvidos, o nome da vítima e a sentença dos dois réus.

Um outro jornal que trouxe detalhes sobre este crime foi “O Imparcial” do Maranhão. A reportagem é datada de 14 de setembro de 1941, chamando a atenção para: “Um Revoltante caso de Intolerância Religiosa”, a reportagem traz também detalhes do teor do processo.

O periódico também de nome “O Imparcial”, sendo este agora do Rio de Janeiro, trouxe a notícia no dia 20 de dezembro de 1941, com a chamada: “Tribunal de Segurança Nacional – Responsável pelo assassinato de um lavrador – Condenado um padre a doze anos de prisão – O cúmplice foi absolvido”. A reportagem traz detalhes do crime e narra parte do julgamento, encerra falando da sentença do processo.

Como bem podemos observar, este crime repercute nacionalmente, realmente trazendo esta sentença condenatória muitos problemas, muitas complicações sociais e claro religiosas para o padre Luiz. No decorrer da nossa pesquisa, vimos que após ter sido realizado tal julgamento e ter sido proferida tal sentença, Santiago entrou em um “redemoinho” de acusações, aonde a sua vida pública, particular e religiosa “virou às avessas”.

¹⁸ Os referidos periódicos encontram-se disponíveis no site da Biblioteca Nacional, na parte intitulada Hemeroteca Digital, aonde são detentores dos direitos autoral, patrimonial e moral dos documentos. Para ter mais detalhes acesse: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>

Encontramos documentos que comprovam uma ferrenha discussão realizada entre o padre Luiz e o sr. Juiz de direito por nome de Manuel Casado. Ocorreu que o padre Luiz se viu, segundo ele, sendo acusado de assassino por muitas pessoas da cidade que os considerava seus inimigos e uma delas seria este juiz que ora citamos, Segundo Santiago, Dr. Manuel Casado teria insuflado pessoas que tivera participado do julgamento como testemunhas para depor contra ele no Tribunal, afim de condena-lo, como de fato findou acontecendo.

Estas acusações geraram um mal estar entre as duas partes que logo cuidaram de defender-se, a fim de tentar provar o que diziam, de um lado padre Luiz, que acusou o juiz de tê-lo perseguido pessoal e religiosamente, ainda manipulado as pessoas para irem depor contra ele, como também ter feito um abaixo assinado na sociedade cuiteense a fim de tentar tira-lo do cargo de pároco daquela cidade. Santiago chegou a mandar telegramas ao juiz que presidiu o seu julgamento, o Capitão de Mar e Guerra Alfredo Miranda Rodrigues, relatando tais fatos, que ao receber tais telegramas, o juiz Miranda Rodrigues logo mandou-os para o juiz Manuel Casado para que ele próprio resolvesse aquela situação.

Como também, temos em nossos arquivos um documento escrito a mão pelo próprio Santiago, intitulado “A Defeza dum Sacerdote”, aonde ele procura se defender tal acusações, aonde nos parece ser um esboço de defesa para que em seguida fosse posto assinaturas de moradores de Cuité, atestando a vida sacerdotal de Santiago, porém, não temos as possíveis assinaturas, não sabendo se ao certo fora realizado tal listagem.

Enquanto que o Sr. Juiz Manuel Casado, procurando defender-se das acusações de que houvera perseguido e manipulado pessoas para depor contra o padre Luiz e ainda ter organizado um abaixo assinado com o propósito de tira-lo de seu paroquiato, este logo procurou a sua defesa escrevendo mais de dez cartas a pessoas que foram depor contra Santiago, indagando-os se eles sabiam desta acusação de perseguição ao padre Luiz que ele juiz tinha feito.

Esta discursão com certeza causou muitos constrangimentos, tanto por parte do juiz, que seria uma autoridade jurídica da cidade, quanto ao padre Luiz, uma outra autoridade, sendo esta religiosa, aonde um acusava o outro de perseguição e intrigas pessoais, levando a escrita de documentos já citados, que mostraremos alguns deles na sequência:

[illegible]

Nos dois primeiros documentos apresentados, na parte superior, podemos observar o telegrama enviado pelo padre Luiz ao juiz que presidiu o seu julgamento, o Sr. Alfredo Miranda Rodrigues, aonde Santiago faz as denúncias a este magistrado de estar sofrendo perseguições, tanto pessoais quanto religiosas por parte do juiz Manuel Casado, podemos notar que tal documento traz palavras abreviadas, na forma como se escrevia telegramas, no qual o referido documento será transcrito tal qual está exposto, trazendo o seguinte teor:

Levo conhecimento Vossencia haver chegado aqui percatória expedida Vossencia feitor processo contra mim instaurado que juiz local apesar de meu inimigo capital promovendo anteriormente abaixo assinado pleiteou meu afastamento vigoriato esta paroquia promoveu ainda outras perseguições aliando...

(Segundo documento do lado direito superior) Se meus inimigos pessoas motivo política e crença religiosa inciste presentemente formação processo intimidando testemunhas interior município levando este fato conhecimento Vossencia peço providenciar respeito mesmo tempo solicito garantias minha vida sds padre Luiz Santiago.

No telegrama padre Luiz diz que está sofrendo perseguições de seus inimigos, em especial o juiz local, que no caso, o Sr, Manuel Casado, explicita que o referido magistrado havia feito um abaixo assinado para tentar afasta-lo da sua paróquia, disse ainda que esses inimigos seriam por motivos políticos ou religiosos e finalizando o telegrama pedindo que o juiz tomasse providências necessárias e pedindo ainda que ele o desse garantia de vida, como se estivesse sendo ameaçado de morte pelo juiz e/ou outras pessoas.

O segundo documento apresentado, que se encontra na parte inferior, intitulado de “Defeza dum Sacerdote”, encontramos em meios a tantos outros documentos e até já tínhamos lido e tentado analisa-lo, porém, só a partir do momento em que tivemos acesso dos documentos dos processos, principalmente o do assassinato do crente, é que pudemos “juntar as peças do quebra-cabeça”, vendo que se tratava de uma carta de defesa das acusações sofridas, como também uma possível perda de seu paroquiato, que segundo ele, padre Luiz, que em seguida era para trazer um número de assinaturas, comprovando a sua boa conduta como padre, dentro e fora da igreja, lista de assinatura esta que não temos em mãos e não sabemos que esta tivera de fato sido realizada, pois o referido documento nos parece como se fosse um “rascunho” para que posteriormente fosse elaborado o “oficial”.

Em seguida traremos parte do referido documento, no qual assim nos mostra:

Os inimigos da religião não perdem ensejo para diminuir e humilhar os ministros de Christo e passando a desafetos pessoas a perversidade junto ao ódio das coisas de Deus. [...] Um número insignificantes de inimigos da religião católica residente na cidade de Cuité não podendo mais fazer adeptos, nem lançar os tentames no campo social, achou por bem revoltar-se contra o vigário da terra, urdindo planos maléficos, com calunias de toda sorte para diminuir este mui digno sacerdote pe. Luiz Santiago, esforçado vigário das coisas divinas.

[...] É vergonhoso dizer, mas é preciso levar ao conhecimento do público que dentre esses inimigos houve um deles que teve o despudor de dizer “que empregaria todos os meios para arrancar este parocho de sua freguesia e reduzi-lo a pó custasse o que custasse”.

Podemos notar que o padre Luiz faz a sua defesa com um discurso religioso, colocando logo que seus inimigos também seriam da Igreja Católica, provavelmente

protestantes, dizendo que os mesmos, apesar de serem em pouco número, e não conseguindo mais conquistar ninguém mais para a sua religião, agora estavam tramando contra o vigário, levantando falsidades, caluniando-o e com um plano de tentar tira-lo da paróquia. Na sequência da carta, prossegue dizendo que seus inimigos iriam continuar a perseguições até que o mesmo deixasse aquela localidade. Por fim coloca algumas boas características suas como padre, sendo atestadas por pessoas daquela paróquia, aonde se ver:

Os infra signatários representantes de uma numerosa família católica, brasileiros, residentes no lugar Curral do Meio e outros pontos do município de Cuité, constando de comerciantes, fazendeiros e agricultores que respondem diretamente pelos seus atos, podem atestar da honestidade, honra, castidade sacerdotal, tenacidade no dever e obrigações paroquiais do padre Luiz Santiago.

[...] Elle sempre nos attestou piedade, caridade e muito carinho no trato, especialmente com os pobres.

[...] Nós abaixo assignados que acompanhamos este admirável homem em todas as suas pegadas subscrevemos todas estas verdades supracitadas com os olhos em Deus e a mão na consciência para esmagar as calunias dos pérfidos inimigos da igreja e do seu grande vigário padre Luiz Santiago.

Por fim, encerra a sua carta de defesa, aferindo a autoria de tal carta aos moradores que iriam assinar, atestando que ele seria, como bem está escrito, um padre honesto, digno, honrado e cumpridor de todos os seus deveres paroquiais, atestando os que assinavam que tudo que fora escrito seria verdade para tentar acabar com as calunias feitas contra o padre Luiz, vindas dos “inimigos da Igreja”.

O que de certa forma, podemos concluir após a leitura destes dois documentos é que vemos o padre Luiz, de certa forma sofrendo uma pressão por parte de algumas pessoas que estavam o acusando não só pelo crime, ou seja, o assassinato do crente, mas também por ele praticar atos que não seriam dignos para um sacerdote católico, então padre Luiz se viu tal como ele fazia com os seus “inimigos da fé”, ou seja, os protestantes, ele se viu perseguido religiosamente, pedindo então ajuda a uma autoridade maior, que no caso seria o Juiz Alfredo Miranda do Tribunal de Justiça, no qual ele mandou o telegrama.

Contudo, vemos também que, apesar de se sentir amedrontado com todas as acusações a sua pessoa, ao ponto de pedirem que os tirasse daquela localidade, padre Luiz não deixou de usar das suas manhas e artifícios para ludibriar as pessoas, manipula-las, no momento em que ele próprio subscreve um documento, atestando seus bons feitos e préstimos como pároco, para que boa parte da população assinasse, sem que, possivelmente nem lesse o teor da carta

que estivesse assinando e que possivelmente muitas das coisas que ali estivesse posto não seria verdade.

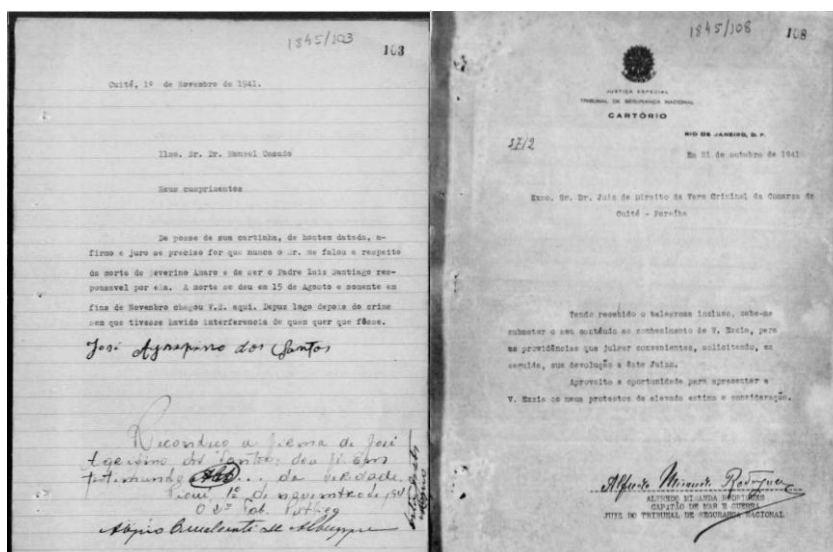
A carta defesa é encerrada afirmando que as pessoas que estavam assinando tal documento, o faziam afirmando ser todo o teor daquela carta verdade e que estavam assim fazendo com um olho em Deus e a mão na consciência para que assim pudessem esmagar as calúnias dos pérfidos inimigos da Igreja e do padre Luiz. Como bem sabemos, este documento tivera sido escrito pelo próprio Santiago, que claro, mais do que qualquer um outro saberia muito bem o cenário que a Igreja estava enfrentando não só na Paraíba, como em todo o Brasil desde os fins do século XIX, em sua briga com os protestantes ou outras denominações religiosas.

No entanto, ele deveria acompanhar bem este embate aqui no Estado da Paraíba, principalmente nos meios de comunicação, em especial os jornais escritos, nos quais traziam alguns meios de lhe dar com as calúnias e difamações que se diziam sofrer de seus inimigos, que ele ao escrever esta carta possivelmente tenha se baseado em tais leituras, aonde parte da imprensa pedia que:

A postura que os católicos deviam adotar diante das calúnias à religião era indicada pelo jornal: é dever dos cristãos orar para que Deus esclareça os maus, os caluniadores, lhes faça compreender quanto são culpados e como, perdendo-se a si mesmos, perdem também aos outros. O cristão deve, pois, ter sempre coragem e não temer a calúnia (A IMPRENSA, 03.08.1899 *apud* FERREIRA, 1994, p. 314-315).

Enquanto que, o padre Luiz procurava se defender de um lado, do outro, o juiz local, o Sr. Manuel Casado, que estava sendo acusado por Santiago de lhe perseguir e de ter organizado um abaixo assinado para que o tirasse daquela localidade e ainda de ter insuflado algumas pessoas para que depusessem contra ele no julgamento do assassinato de Severino Amaro, instruindo-os no que fosse dito em júri.

Este estava também procurando se defender, escrevendo, como já mencionado, cartas a algumas pessoas que foram testemunhas daquele caso, lhes perguntando se era realmente verdade que ele teria feito tais atos que o padre Luiz o acusara, as respostas de tais cartas, o juiz procurou passa-las todas em cartório para o reconhecimento de firma de todos que assinavam, como também este recebeu uma carta do juiz Alfredo Miranda Rodrigues que tratava deste assunto, no qual apresentamos:



Fotografia 25 - Cartas recebidas pelo juiz Manuel Casado, referente as acusações feitas pelo padre Luiz a este magistrado. Datadas de primeiro de novembro de 1941 e de vinte e um de outubro de 1941.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Dentre as dezenas de cartas recebidas pelo Sr. Juiz Manuel Casado, escolhemos duas para melhor exemplificarmos este embate que foi travado com Santiago. As cartas ora escolhidas não passaram por nenhum critério que fosse motivo de exclusão das demais, mas sim, por acharmos que não precisaria demonstrar todas, que trazem de modo geral o mesmo teor, no entanto, a carta do senhor José Agripino acreditamos que encaixou-se mais sucintamente no que estamos falando e a do Juiz Alfredo Miranda achamos por bem explicitá-la por que a mesma traz as ordens de um magistrado a outro em relação a este empasse ocorrido entre os dois já citados.

Na primeira carta, que está do lado esquerdo, trata-se da resposta do senhor José Agripino dos Santos ao referido magistrado, no qual indagava-lhes sobre o assassinato do crente e o envolvimento dele, Manuel Casado com este caso e com o padre Luiz, no qual o senhor José Agripino respondeu:

Cuité, 1º de novembro de 1941.

Ilmo Sr. Dr. Manoel Casado

Meus cumprimentos

De posse de sua cartinha, de hontem datada, afirmo e juro se preciso for que nunca o sr. me falou a respeito da morte de Severino Amaro e de ser o padre Luiz Santiago responsável por ela. A morte se deu em 15 de agosto e somente em fins de novembro chegou V. S. aqui. Depuz logo depois do crime sem que tivesse havido interferência de quem quer que fôsse.

José Agripino dos Santos.

Em seguida, do lado direito se encontra a carta do Juiz Alfredo Miranda, que traz as seguintes afirmações:

Justiça Especial
Tribunal de Segurança Nacional
Cartório
Rio de Janeiro D. F.
Em 21 de outubro de 1941.

Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de Cuité
– Paraíba

Tendo recebido o telegrama incluso, cabe-me submeter o seu conteúdo ao conhecimento de V. Excia, para as providencias que julgar convenientes, solicitando, em seguida, sua devolução a este juízo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a V. Excia os meus protestos de elevada estima e consideração.

Alfredo Miranda Rodrigues
Capitão de Mar e Guerra
Juiz do Tribunal de Segurança Nacional

Temos portanto, o teor das duas cartas recebidas pelo Juiz Manuel Casado, aonde vemos que, na primeira o intuito do juiz era colher das pessoas que ele havia escrito as cartas, depoimentos de que ele não tinha nada haver contra ou a favor do padre Luiz, como também que o mesmo não teria ludibriado ninguém a ir depor contra o referido vigário.

Na segunda carta, o magistrado do Tribunal de Segurança Nacional expõe que recebeu o telegrama do padre Luiz, mas que não iria se posicionar perante o caso, deixando que o próprio magistrado daqui da Paraíba tomasse as providencias que conviesse sobre o assunto.

Portanto, como estamos acompanhando, o caso do assassinato de Severino Amaro trouxe ao padre Luiz uma mudança em sua vida, onde o mesmo foi exposto, acreditamos ter sido de certa forma humilhado, sofrido consequências que antes ele não estava acostumado a passar, apesar de ter praticado outros fatos, claro que com menor intensidade, mas nunca havia passado por todo este tipo de situação.

Em relação a briga entre Santiago e o Juiz Manuel Casado, infelizmente não sabemos como foi o desfecho, pois a partir do momento em que ele recebeu a carta do juiz Alfredo Miranda, estava lançada a cartada de que ele seria o responsável para dar fim a este caso, como também, se o padre Luiz esperava ter algum suporte por parte do magistrado que havia lhe julgado, não teve resposta positiva, mesmo que ele nunca tenha tido acesso a esta carta que um magistrado mandou ao outro, que ora apresentamos.

O certo é que, a partir do ano de 1941, realmente a vida do padre Luiz mudou de uma forma radical, pois foi neste ano que os documentos nos relatam que ele deixou de ser pároco da cidade de Cuité, não exercendo mais o seu sacerdócio em nenhuma outra comunidade, a não ser no seu sítio, ou seja, em sua fazenda, chamada de Ubaia, que fica no município vizinho de Barra de Santa Rosa, aonde ele ficou morando de vez, desde este ano até a sua morte em 1989.

Podemos dizer então que, de certa forma, foi a partir deste ano que começa o declínio de nosso objeto de estudo, mesmo que ele continue agindo, direta ou indiretamente, na política, nos negócios econômicos, na sociedade e também cumprindo com suas vezes de padre, pois, mesmo sendo afastado da Igreja, ele construiu uma capela na sua fazenda e continuou casando, batizando, celebrando missas, etc.

3.4 O EXÍLIO

Realmente, o ano de 1941 foi decisivo na vida do padre Luiz, pois, tudo foi começando a digamos, “desmoronar” após o seu julgamento e a sua condenação a 12 anos de prisão, como bem já explicitamos o desfecho do processo, sendo absolvido Venâncio Alves de Lima, que foi acusado de ter assassinado a vítima Severino Amaro, a mando do padre Luiz.

Contudo, após a sentença, o advogado de defesa de Santiago, como já citado que era o senhor Oswaldo Trigueiro, recorreu do resultado, no qual resultou em uma defesa feita por ele ao seu cliente, onde este procuraria provar que ele seria inocente da acusação de ter sido o mandante do referido crime, tentando provar que tanto no decorrer das investigações, como no próprio julgamento houve erros que culminaram com a condenação de padre Luiz.

Oswaldo Trigueiro expos em sua defesa quatro pontos que, segundo ele, provaria que padre Luiz teria sido condenado injustamente, procurou basear a sua defesa nestes pontos que ao nosso ver seriam principais, cruciais, sendo eles: A) O caso não é da competência da Justiça Especial. B) Não está provada a autoria material do delito. C) Não há prova de mandato. D) Nada se provou contra o padre Luiz Santiago. Estas informações que ora explicitamos estão contidas nos autos processuais, das folhas 114 a 117.

No ponto A, intitulado de que; O caso não é de competência da Justiça Especial. Inicia a defesa deste ponto afirmando que “o Tribunal de Segurança Nacional, (órgão onde aconteceu o julgamento), seria um Tribunal que teria a competência de julgar, de acordo com o decreto 431, Art. 3,16, crimes que consistiam em incitamento ou atentado a pessoas por motivos doutrinários, políticos ou religiosos”.

Segundo Trigueiro, “este caso não se encaixaria em tais características, pois nos autos parecia como um crime de autoria incerta, com presunções vagas de pelo menos quatro pessoas ter cometido tal ato. Portanto, não se conhecendo o autor do crime, não se conheceria também o seu determinante, não podendo concluir que foi por motivos religiosos, logo não se poderia ter sido julgado no Tribunal de Segurança Nacional”.

O advogado conclui este primeiro ponto afirmando que, “segundo os autos, o crime ocorrera a noite em uma emboscada e que as doze testemunhas ouvidas não concordaram com nenhum dos suspeitos acusados, portanto, não sabendo qual a causa do delito, se foi por vingança pessoal, por roubo, por honra, ou até mesmo de caráter religioso. Portanto, não se sabendo a causa, o crime deveria ter sido julgado na justiça ordinária, não no órgão ora citado”.

Para o ponto B, onde se ler: não está provada a autoria material do delito. Afirma em sua fala que “as testemunhas ouvidas, todas elas falaram de forma vaga, atribuindo a autoria material do crime a quatro pessoas diferentes, que seriam elas: Francisco negrinho, uma hora a Joca sapateiro, outra a Francisco Melo e outra a Venâncio Alves. Não houve testemunha ocular, nenhuma testemunha traz convicção para acusar de fato nenhum dos citados, não tendo prova precisa em relação a qualquer um deles e não se sabe por quais razões que a polícia de Cuité ter fixado a sua acusação no nome de Venâncio Alves”.

No ponto C, que foi intitulado de: Não há prova de mandato. Trigueiro diz que: “Não havendo portanto, provas de quem matou Severino Amaro, logicamente há uma impossibilidade de saber se o mesmo foi a mando de terceiros. Ficando impossível dizer se o autor material agiu por si só ou por mandatários, desaparecendo daí qualquer base para a construção da figura de um mandatário criminal, portanto neste caso, no aspecto jurídico do mandato, tudo que ocorreu neste caso pode ser considerado um estudo completo de argumentação irresponsável”.

No quarto e último ponto, colocado por D, que foi escrito como: Nada se provou contra o padre Luiz Santiago. O advogado mais uma vez cita as doze testemunhas ouvidas no caso, afirmando que: “Oito delas depuseram perante um escrivão que seria inimigo do acusado, sendo uma autoridade supostamente presente, um sargento da polícia do Estado; enquanto que quatro testemunhas depuseram a outra autoridade policial, nesta feita um tenente”.

Neste momento, o advogado começa a enumerar e a relatar o que as doze testemunhas afirmaram em relação a autoria do delito e ao mandato que foi atribuído ao padre Santiago. Começa citando as oito primeiras, que seriam: José Agripino dos Santos, (Protestante); João

Pedro da Silva, (Protestante); Apolinário Gomes da Silva, (Protestante); Manoel Ribeiro da Costa, (Protestante); Manoel Basílio Ferreira; Horácio Viana da Costa; Aniceto da Costa Pereira e Benedito Tertuliano de Lima.

Em seguida o advogado coloca o nome das outras quatro testemunhas, que segundo ele foram ouvidas em uma segunda fase do inquérito, pela razão de não ter havido na primeira fase, nada apurado. As testemunhas foram as seguintes: Antonio Barbosa dos Santos; Antonio Rodrigues dos Santos; João Barbosa e Francisco Dionisio da Silva.

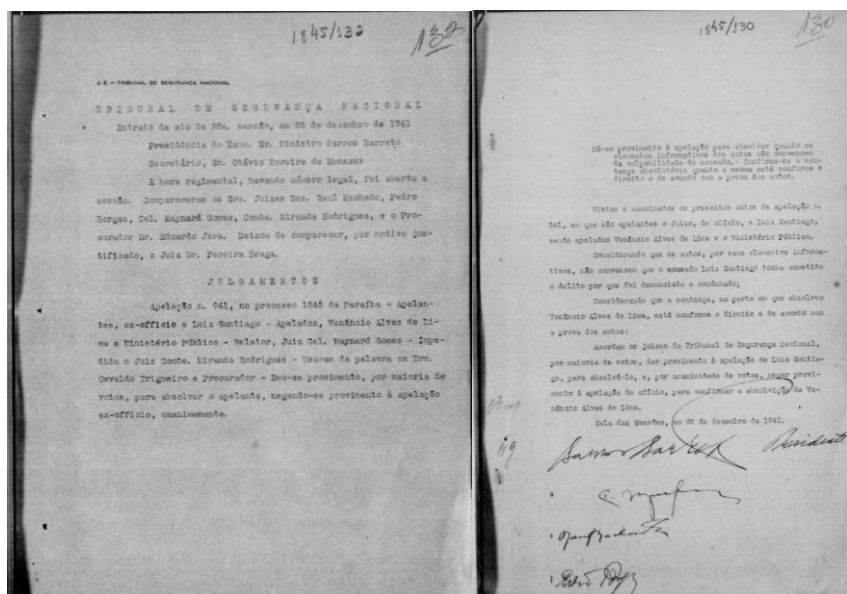
Em síntese, Trigueiro afirma que “as testemunhas depuseram e disseram que não saberia quem teria agido daquela forma, nem tinha ciência do mandato do crime, sabia que Severino Amaro tinha sido alvejado, porém, não saberia por quem ou a mando de quem, saberia também que o padre Luiz é inimigo dos crentes, porém não saberia se ele estava envolvido no crime, tendo também sido citado ao longo das falas as quatro possíveis pessoas que houveram assassinado de fato Severino Amaro, sendo Francisco negrinho, Joca sapateiro, Francisco Melo e Venâncio Alves”.

Após a exposição do nome das testemunhas e o que elas disseram em relação ao crime e o seu mandato, Oswaldo Trigueiro concluiu a sua defesa dizendo: “Nenhuma testemunha sabe de ciência quem matou Severino Amaro, como também ninguém atribuiu ao padre Santiago o fato ou atitude que implique ser ele o mentor intelectual do delito, não há fundamento nem razão para nenhum dos suspeitos do crime por parte das testemunhas, concluindo que o crime não seria caso de ter sido julgado no Tribunal de Segurança Nacional, entenda-se também que não há como não reconhecer a improcedência da acusação, dada a ausência absoluta de provas quer quanto a autoria material do delito, quer quanto ao mandato que levianamente se atribui ao padre Luiz Santiago”.

Sabemos que o julgamento e a referida sentença ocorreu em 17 de dezembro de 1941, apelando na hora, tanto a defesa do padre Luiz, para que o mesmo pudesse ser absolvido, como o Ministério Público, para que fosse revista a sentença que absolveu Venâncio Alves, tentando assim o condena-lo. Foi então feita toda esta defesa por parte de Oswaldo Trigueiro para que o Tribunal de Segurança Nacional revisse o caso e remetesse uma sentença diferente da primeira, ou seja, absolvesse também, igualmente ocorrera com Venâncio Alves, o padre Luiz.

Ocorreu então, nove dias após o julgamento, ou seja, no dia 26 de dezembro de 1941, no Tribunal de Segurança Nacional, uma nova sessão para rever o referido processo e julgar as apelações, como já dito, na primeira, o advogado Oswaldo Trigueiro, recorrendo da sentença condenatória do padre Santiago e o Ministério Público, que apelou sobre a

absolvição de Venâncio Alves, tendo a seguinte resposta, contida nos documentos apresentados a seguir:



Fotografia 26 - Documentos da sessão de apelação do processo 1845, folhas 130 e 132, datados de 26 de dezembro de 1941.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Após a apelação e os pontos levantados pelo advogado Oswaldo Trigueiro, com a realização desta sessão, o resultado do julgamento anterior fora modificado, como também parte do destino do condenado, Luiz Santiago. O documento ora apresentado, do lado esquerdo, traz o seguinte teor:

Tribunal de Segurança Nacional
Extrato da ata da 36ª sessão, em 26 de dezembro de 1941.
Presidência do Exmo. Sr. Ministro Barros Barreto
Secretário, Sr. Otávio Moreira de Menezes

A hora regimental, havendo número legal, foi aberta a sessão. Compareceram os Srs. Juizes Dr. Raul Machado, Pedro Borges, Cel. Maynard Gomes, Cont. Miranda Rodrigues, e o Procurador Eduardo Jara. Deixou de comparecer, por motivo justificado, o juiz Dr. Pereira Braga.

Julgamentos

Apelação nº 941, no processo 1845 da Paraíba – apelantes, ex-offício e Luiz Santiago – apelados, Venâncio Alves de Lima e Ministério Público – relator, Juiz Cel. Maynard Gomes – impedido o Juiz Cont. Miranda Rodrigues – Usaram da palavra os Drs. Oswaldo Trigueiro e Procurador – Deu-se Provimento, por maioria de votos, para absolver o apelante, negando-se provimento à apelação ex-offício, unanimemente.

O outro documento, apresentado do lado direito nos traz as seguintes informações:

Dá-se provimento à apelação para absolver quando os elementos informativos dos autos não convencem da culpabilidade do acusado. Confirma-se a sentença absolutória quando a mesma está conforme o direito e de acordo com a prova dos autos.

Vistos e examinados os presentes autos de apelação de nº 941, em que são apelantes o Juízo, de ofício, e Luiz Santiago, sendo apelados Venâncio Alves de Lima e o Ministério Público.

Considerando que os autos, por seus elementos informativos, não convencem que o acusado Luiz Santiago tenha cometido o delito por que foi denunciado e condenado;

Considerando que a sentença, na parte em que absolveu Venâncio Alves de Lima, está conforme o direito e de acordo com a prova dos autos;

Acordam os Juizes do Tribunal de Segurança Nacional, por maioria de votos, dar provimento à apelação de Luiz Santiago, para absolve-lo, e, por unanimidade de votos, negar provimento à apelação de ofício, para confirmar a absolvição de Venâncio Alves de Lima.

Sala de sessões, em 26 de dezembro de 1941.

Portanto, os termos juridicamente que são apresentados nos documentos acima nos dizem basicamente que o padre Luiz estaria absolvido da sua condenação e Venâncio Alves de Lima continuaria da mesma forma que foi encerrado o julgamento anterior, ou seja, absolvido.

No primeiro documento mostra-nos quem foram os magistrados que participaram da referida sessão, como também nos diz quem na ocasião, usaram da palavra, sendo estes, o advogado Oswaldo Trigueiro e o Procurador Eduardo Jara. Fica-nos claro que, por maioria dos votos foi dado provimento para absolver o apelante, ou seja, a maioria das pessoas que estavam naquela sessão votaram a favor de que fosse absolvido o padre Luiz Santiago, baseado na defesa feita pelo seu advogado, aqui exposta anteriormente. Como também podemos ver que por unanimidade, ou seja, todos os presentes negaram o provimento da apelação ex-offício, portanto, não aceitaram a apelação feita pelo Ministério Público para condenar Venâncio Alves, permanecendo o mesmo absolvido.

Já no segundo documento, é exposto não só estas mesmas informações, sendo elas, a de que Santiago seria absolvido e o seu possível cúmplice continuaria em liberdade, mas também traz, quais seriam os principais motivos para que fosse mudada parte da sentença do julgamento anterior. É explicitado, segundo os magistrados que naquele momento se encontravam, que, as informações contidas nos autos não trazem convencimento de que teria sido Luiz Santiago o mandante de tal delito, afirmando ainda que, a sentença proferida ao Sr. Venâncio Alves está de acordo com as provas dos autos, portanto, por estes motivos os juízes

que se encontravam presentes naquela sessão entraram em um acordo em absolver Santiago e permanecer com a absolvição do segundo, ora citado.

De fato, mais uma vez, nos é apresentado a força, o prestígio, o poder econômico e a influência, que detinha em suas mãos o padre Luiz Santiago. Por várias razões podemos afirmar isto. Seja pelo fato de que as testemunhas, ou por não saberem mesmo, ou por medo, não afirmarem que de fato o padre Luiz estava envolvido com o delito, gerando uma enorme confusão e contradição entre os depoimentos das doze testemunhas. Outro motivo foi mostrado o quanto poder aquisitivo teria naquele momento Santiago, a ponto de contratar um magistrado do “auto gabarito”, como era o do Sr. Oswaldo Trigueiro na época, que como podemos ver, valeu cada centavo pago a ele, fazendo com que fosse revertido o resultado do julgamento.

O que antes seria uma derrota dupla, ou seja, vencendo as leis republicanas sobre as católicas e de certo modo vencendo os protestantes ao invés dos católicos, agora, se reverteria, as próprias leis republicanas ajudariam a manter em liberdade um homem que teria sido acusado de fazer atos que suas próprias leis proibiam, vencendo assim, os desmandos católicos em detrimento dos protestantes.

Mas, porém, mesmo depois desta vitória no Tribunal, Santiago ainda fora expulso da Igreja Católica, a partir do ano de 1941, exilando-se de certo modo, a partir de então, em sua fazenda, chamada de Ubaia. Contudo, fazemos então a pergunta: Quais teriam sido os reais motivos para que padre Luiz fosse afastado de suas ordens sacerdotais, não mais assumindo nenhuma paróquia em sua vida? Teria sido um dos fatos aqui registrados? Ou seja, ter sido acusado da tentativa de derrubada do templo evangélico ou o assassinato de um membro protestante?

Ele que no referido ano, de acordo com a sua certidão de nascimento, estaria prestes a completar apenas 44 anos de idade, no entanto, com este ato, estaria sendo relegado ao esquecimento, a exclusão do quadro sacerdotal, jogado em um “ostracismo¹⁹” quase que total, pois ele ainda continuou a ter terras, influenciar direta ou indiretamente na política local, continuou também a praticar o que um sacerdote de fato e de direito fazia, ou seja, casamentos, batizados, e outros sacramentos da Igreja.

Pesquisamos nos arquivos da Arquidiocese da Paraíba, como também na paróquia de Cuité, de fato encontramos a vacância no ano de 1941 na cidade de Cuité de um pároco, no

¹⁹ **1** Desterro, por meio de votação secreta, a que os atenienses condenavam os cidadãos cuja presença consideravam perigosa. **2** Exclusão, isolamento, proscricção. **3 Sociol** Atitude de indiferença ou desprezo que os membros de um grupo assumem para com indivíduos refratários a padrões de comportamento estabelecidos. (De acordo com o Michaelis Moderno Dicionário da Língua portuguesa).

entanto, não se tem, nestes dois arquivos ora citados, o real motivo para o seu afastamento. Muitas conversas e histórias na oralidade são contadas a respeito deste afastamento, uma delas é a de que, padre Luiz por ser:

Polêmico e muito temperamental, o padre teve suas ordens canônicas suspensas após o episódio em que foi ordenado pelo bispo (Dom Moisés?) a por abaixo “a Assembléia dos crentes” em Cuité, onde era vigário. Ao ser denunciado, o Bispo fingiu não saber do episódio e omitiu a sua ordem de demolição, causando indignação ao Padre Santiago que refuta: “[...] não segura a palavra não é? Não é homem para segurar a palavra?”, nascendo aí a celeuma que culminaria justamente com a suspensão de suas ordens. No entanto, inexpugnável, nunca deixou de ser padre. Construiu sua própria igreja, no subterfúgio das dependências de sua fazenda, e continuou professando a fé e a liturgia católica, a seu modo (BRITO, 2008, p. 2).

Como afirmamos, estas declarações apenas estão na oralidade, não se tendo realmente o motivo pelo qual ele teria sido afastado de suas ordens canônicas, é notado na citação acima que há até uma interrogação de quem ou qual bispo teria ocorrido tal conflito entre ele e Santiago, vemos que o autor coloca o nome D. Moisés²⁰ e a frente uma interrogação, pois não tem certeza nem qual teria sido realmente o bispo nem se esta afirmação procede, haja vista estar apenas, como já citado, na oralidade.

Outros possíveis motivos podem ser levantados para a sua exclusão do quadro hierárquico católico, tal como o seu possível envolvimento, mesmo que não diretamente, com a política, já que a Igreja só aceitava ou tolerava, como já mencionado, a participação de seus membros com a política, se esta viesse a trazer benefícios aos propósitos e objetivos católicos. Ou ainda, muito se comenta oralmente, que o padre Luiz seria namorador, ou seja, portanto, não cumpriria de fato e de direito o celibato, que seria, como ainda o é, um dos requisitos para se formar e se manter como um sacerdote católico, fazendo um juramento para permanecer solteiro e não manter relações sexuais durante toda a sua vida.

Há comentários, (infelizmente a nossa pesquisa não adentrou nesta seara), que Santiago teria tido uma mulher, no qual teria passado parte de sua vida ao seu lado. No entanto, não há comprovações de que era mesmo companheira dele, sabe-se também que ele

²⁰ **Dom Moisés Sizenando Coelho.** Com a morte do 1º bispo e 1º arcebispo da Paraíba, Dom Moisés assume a Cátedra da Paraíba, tornando-se seu segundo Ordinário. Dom Moisés foi o autêntico herdeiro espiritual de Dom Adauto, de sorte que o trabalho do fundador da Diocese encontrou continuidade na pessoa do seu sucessor. Por ocasião do Jubileu de Diamante da Diocese e do Seminário, o Papa Pio XII nomeou Dom Manuel Pereira da Costa para o cargo de Bispo Auxiliar de Dom Moisés. Em maio de 1949 o Santo Padre criou a Diocese de Campina Grande e dez anos depois, em janeiro de 1959, já sob João XXIII, foi criada a Diocese de Patos, com território desmembrado das Dioceses de Cajazeiras e Campina Grande. Aos 18 de abril do mesmo ano, assistido por seu auxiliar, Dom Moisés faleceu em João Pessoa, após 24 anos à frente da Arquidiocese da Paraíba. (Informações retiradas do site da Arquidiocese da Paraíba, em <http://arquidiocesedaparaiba.org.br/index.php?arqui=pages/paginasMenuEstatica&id=14> pesquisado no dia 28/01/2016 as 10:10hs.

teria um filho adotivo, mas que se por um acaso teria filhos naturais, não se tem certeza. Contudo, na oralidade, muitas pessoas ainda hoje comentam que padre Luiz teria sido sim, um possível mulherengo, saindo de uma das regras a ser cumprida pelo sacerdote, que seria manter o celibato, como se falou a pouco.

Casos parecidos com o do padre Luiz Santiago seriam mais corriqueiros do que se imagina aqui na Paraíba, desde o início do século XX, quando:

Merece a atenção a elevada quantidade de cartas sempre elogiosas ao pe. Aristides Ferreira da Cruz²¹, quando se sabe que, poucos anos depois, mais precisamente, em 16. 07. 1912, ele foi suspenso do exercício das ordens sacerdotais por D. Adauto, por viver amasiado com uma das cantoras do coral paroquial (FERREIRA, 1994, p. 146).

Padre Aristides, de acordo com Ferreira (1994), foi suspenso suas ordens sacerdotais, por D. Adauto, porém continuou usando a batina, dizia que continuaria sendo padre, como também, continuou como chefe do município de Piancó na Paraíba, até a data de sua morte.

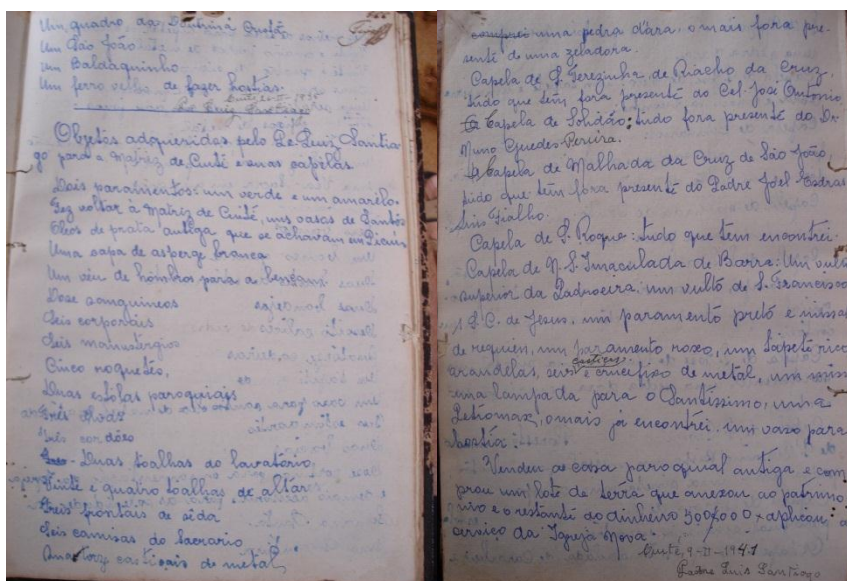
Há pouco, relatamos dois processos que esteve envolvido Santiago, o da tentativa da derrubada do templo evangélico e do assassinato de um protestante, outros casos parecidos com estes também figuraram no cenário paraibano, um deles acontecido:

Em 1902, um padre foi envolvido em um crime de assassinato, transformando-se o fato em assunto inesgotável para o jornal O COMMERCIO. O pe. Manoel Raimundo Nonato Pita fora acusado de cumplicidade no assassinato do médico Ildefonso de Lacerda Leite, na sua paróquia, Princesa – PB, cometido pelo ex-Delegado de Polícia local, Manoel florentino, amigo do padre (FERREIRA, 1994, p. 148).

Ainda de acordo com Ferreira (1994), o padre chegou a ser pronunciado pela Justiça, mas o processou indiciou como culpado apenas Manoel Florentino. Quando o processo terminou, D. Adauto o transferiu para a paróquia de Martins, no Rio Grande do Norte.

O fato é que, mesmo não tendo sido comprovado o motivo real da expulsão de Santiago do quadro hierárquico da Igreja Católica, isto realmente aconteceu. Como também veremos na sequência, que a sua saída foi motivo de ser gerado vários documentos, com datas variadas para a comprovação de tal ato, mas nunca sendo revelado o motivo exato de sua exclusão. Podemos iniciar para esta análise, observando o documento a seguir:

²¹ Foi pároco nas paróquias de Caraúbas e Apodi, no Rio Grande do Norte, como também na cidade de Piancó, na Paraíba. (Ferreira, 1994, p. 146).



Fotografia 27 - Documentos referentes aos objetos adquiridos durante o período que Luiz Santiago foi pároco na cidade de Cuité, datado de 09 de fevereiro de 1941.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Os documentos apresentados são atas que o padre Luiz deixou, que se encontram em um dos livros Tombo da Paróquia de N. S. das Mercês, em Cuité, dizendo quais teriam sido os objetos, edificações e outras coisas mais que ele estaria deixando para a paróquia de Cuité a partir de sua saída. O documento total consta de seis folhas, as duas que aqui estão sendo expostas são a primeira e a última. As referidas atas trazem os bens adquiridos por Santiago durante o período em que ele esteve a frente daquela paróquia, servia como uma espécie de prestação de contas, pois, não sabemos se os outros padres fizeram ou ainda o fazem desta forma, no entanto, Santiago fez questão de relatar duas atas, uma que mostrava os objetos e edificações de forma geral que a paróquia teria, antes de sua chegada, e agora este, mostrando o que ele havia adquirido.

No documento do lado esquerdo, podemos ver que o seu título é o seguinte: “Objetos adquiridos pelo padre Luiz Santiago para a Matriz de Cuité e suas capelas”. Nesta mesma página e nas seguintes, podemos notar alguns dos objetos que ele diz ter deixado, entre eles tem paramentos, ou seja, roupas para as celebrações, cálices, castiçais, bancos, armários, crucifixos, imagens, toalhas, etc. Neste mesmo documento, ele procura deixar bem claro o número de terrenos e casas que ele tivera comprado, vendido, construído ou alugado para a paróquia.

Do lado direito, podemos observar, já a finalização dos objetos e construções, como dito, o documento no total contém seis folhas, nesta última vemos que ele cita a construção de algumas capelas e a venda de casas. Contudo, o que gostaríamos de frisar neste documento

seria a sua data, que está posto como tivera sido elaborado no dia 09 de fevereiro de 1941. Assinado por fim, pelo padre Luiz. Subentende-se então que, ele estaria deixando aqueles objetos e saindo naquela data ora vista.

No decorrer do trabalho vimos os processos em que Santiago estivera envolvido, e o último, lembrando o seu julgamento e sua sentença tivera ocorrido no dia dezesseis de dezembro de 1941 e no dia 26 de dezembro de 1941 ele foi absolvido do julgamento, contudo queremos lembrar mais uma data, que foi a do crime que resultou neste último processo, ou seja, o dia do assassinato de Severino Amaro, ocorrendo no dia 15 de agosto de 1940.

O que queremos concluir é que, tendo o último crime que padre Luiz esteve envolvido, acontecido em agosto de 1940, o seu julgamento só iria ocorrer um ano e quatro meses depois, ou seja, em dezembro de 1941. No entanto, observemos que, de acordo com este último documento ora apresentado, ele tivera saído da paróquia de Cuité em fevereiro de 1941. Conclui-se que, possivelmente, após o assassinato, ele ainda ficou como pároco da cidade de Cuité por mais seis meses, sendo obrigado a deixar o cargo e esperando mais dez meses para o seu julgamento.

O documento que apresentaremos a seguir, mostra a data em que a Igreja delegou um outro padre para aquela localidade, para tomar o lugar de Santiago:



Fotografia 28 - Jornal A IMPRENSA, aonde traz a reportagem da posse do novo pároco para a cidade de Cuité, em lugar de Luiz Santiago, datado de 05 de março de 1941.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Do lado esquerdo, podemos observar parte da capa do periódico A IMPRENSA, que fizemos questão de colocar apenas para frisar a data que tivera sido realizada a matéria que queremos apresentar, tal jornal encontra-se no Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, IHGPB, onde fizemos parte de nossa pesquisa.

Este jornal por ter sido fundado pela Igreja Católica, mais especificamente por D. Adauto, trazia em suas páginas várias notícias relacionadas a esta instituição, mas claro que, o

que viria a ser noticiado, seriam fatos que fossem do interesse positivo, tanto para aquela instituição, quanto para os seus membros e a população em geral, pois, de acordo com nossas pesquisas, nada foi encontrado neste periódico sobre a saída do padre Luiz, no entanto, temos a notícia da entrada de um outro padre, sem que fosse dito o por que da saída do anterior, achamos interessante frisar este detalhe para que possamos aprofundar mais ainda a nossa pesquisa e análise, de forma geral.

No documento do lado direito, temos a reportagem com a notícia que traz a informação da posse de alguns padres em diversas cidades da Paraíba, dentre elas na cidade de Cuité, dizendo:

Assumiram, ontem as suas paróquias os vigários recentemente nomeados; como já havíamos noticiado o Exmo. e revdmo. Sr. arcebispo, após o Retiro Espiritual do Clero fez varias alterações nos quadros do corpo paroquial.

Ontem teve lugar a posse de alguns dos recém-nomeados. Assumiram os revedmos. Vigários – Padre Hildon Bandeiro, Sapé; padre Francisco Lima, Areia; padre José Vital, Alagoa Grande; padre José de Barros, Cabaceiras; padre Antonio Costa, Serraria. O padre Virginio Afonso assumirá Cuité no próximo dia 6 do corrente.

A reportagem nos traz a informação de que, pelo fato de ter havido o retiro espiritual do clero paraibano, foi então, a partir deste evento que o bispo propôs a mudança em algumas paróquias na Paraíba, portanto, este foi o único motivo afirmado pela Igreja para a troca de padres, tanto em outras cidades, como em Cuité, sem comentar outros detalhes possíveis de serem geradores destas saídas e entradas dos referidos padres em suas respectivas paróquias.

Podemos analisar com isto que, a Igreja Católica neste momento, ou ainda especificamente em relação a saída de padre Luiz e esta reportagem noticiada no jornal A IMPRENSA, estava levantando um discurso totalmente aquém do que realmente teria acontecido, ou seja, estava levando ao público apenas a notícia da mudança de padre, mas não os motivos que levaram tal situação.

Isto, ao nosso ver, seria uma forma estratégica de seu discurso, para poder manter intacto o seu poder, sem que fosse abalada a sua estrutura, seu status, pois, apesar de que, termos visto que a notícia de todos os acontecimentos ocorridos com padre Luiz terem se espalhado país a fora, no entanto, nem todos teriam acesso aos jornais aqui expostos, nem mesmo ao processo que teria sido o motivo de tal escândalo com Santiago, daí este discurso e esta estratégia realizada pela Igreja neste momento, a fim de dar uma razão para a saída do mesmo daquela localidade, mesmo que na reportagem não traz minuto algum o nome do

pároco anterior, mas, contudo, isto seria como afirmamos, uma forma estratégica de mostrar o que estava ocorrendo naquele momento, pois devemos ter em mente que:

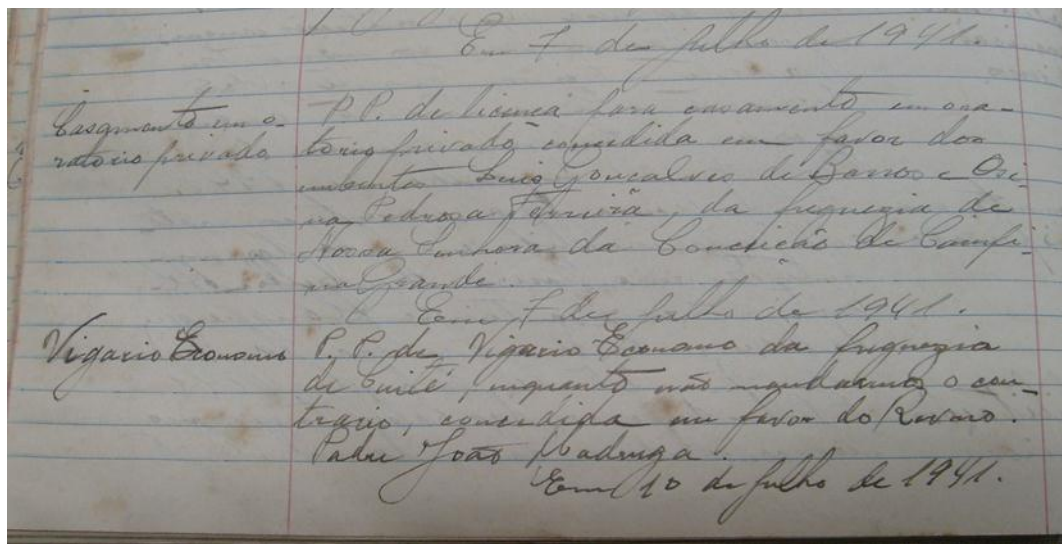
Todo esse jogo de relações constitui um princípio de determinação que admite ou exclui, no interior de um dado discurso, um certo número de enunciados: há sistematizações conceituais, encadeamentos enunciativos, grupos e organizações de objetos que teriam sido possíveis (e cuja ausência não pode ser justificada no nível de suas regras próprias de formação), mas que são excluídos por uma constelação discursiva de um nível mais elevado e de maior extensão. Uma formação discursiva não ocupa, assim, todo o volume possível que lhe abrem por direito os sistemas de formação de seus objetos, de suas enunciações, de seus conceitos; ela é essencialmente lacunar, em virtude do sistema de formação de suas escolhas estratégicas (FOUCAULT, 2008, p. 74).

Devemos analisar, segundo Foucault (2008), que, dentro de um contexto como um todo, o discurso para tal contexto trará em seu conteúdo, lacunas, exclusões de certos acontecimentos, que com certeza contribuiram para aqueles resultados apresentados, no entanto, estas ausências e exclusões são justificadas através de regras e objetivos que estão contidos no discurso de quem está falando, de seu local social, não deixando que este discurso atinja todo o contexto dos fatos, mas sim, através de suas estratégias, sejam postas apenas o que lhes convier, criando assim novas possibilidades e novos elementos que de certa forma estão intrínsecos com a realidade posta, silenciando ou deixando implícito o que realmente teria ocorrido, trata-se então, de uma forma de modificação, com a exclusão de fatos e a possibilidade de ter novas escolhas que foram inseridos neste discurso.

Ou seja, neste caso, não se expôs os reais motivos da saída de padre Luiz, mas no entanto, o discurso pautou-se apenas no possível motivo da entrada do outro padre, que teria ocorrido após o retiro espiritual do clero paraibano, que resultaria em tal contexto, modificando assim a realidade e colocando outras possibilidades para o caso, que estão de certa forma dentro do contexto da realidade, como bem fora explicitado na citação acima.

Prosseguindo, ainda falando sobre os resultados que vieram a acontecer após a saída do padre Luiz da paróquia de Cuité, queremos destacar um outro tópico. Vimos a pouco que, Santiago teria deixado aquela localidade na data de 09 de fevereiro de 1941, de acordo com a ata que mostra quais foram os objetos adquiridos por ele no decorrer do tempo que esteve a frente daquela igreja, exposta a pouco. Pudemos observar também que, vinte e quatro dias após a sua saída, ou seja, dia 06 de março daquele ano, a Igreja estava empossando um outro vigário em seu lugar, conclui-se então que, durante o período dos dias aqui colocados, a paróquia de Cuité tivera ficado desguarnecida de padre.

Contudo, com quatro meses e um dia após ter sido empossado o novo padre, ou seja, Virgínio Afonso, no lugar de Santiago, este seria trocado por um outro, mais precisamente no dia 07 de julho de 1941, de acordo como podemos observar no documento a seguir:



Fotografia 29 - Livro Tombo que mostra a chegada do padre João Madrugá para a paróquia de Cuité, datado de 07 de julho de 1941.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Seguindo a mesma dinâmica por nós desenvolvida ao longo do trabalho, vamos mostrar o teor do documento acima apresentado, onde podemos observar as seguintes anotações:

Em 7 de julho de 1941.

P. P. de vigário economo. Da freguesia de Cuité, enquanto não mandamos o contrário, concedida em favor do Revmo. Padre João Madrugá.

Em 10 de julho de 1941.

Esta página de um livro Tombo, foi pesquisada na Arquidiocese da Paraíba, aonde pudemos também ter analisado parte do que está escrito no documento, a exemplo da definição “econo-”, encontrado no decorrer do teor documental, significando, que seria padre encomendado, ou seja, escolhido para aquela localidade.

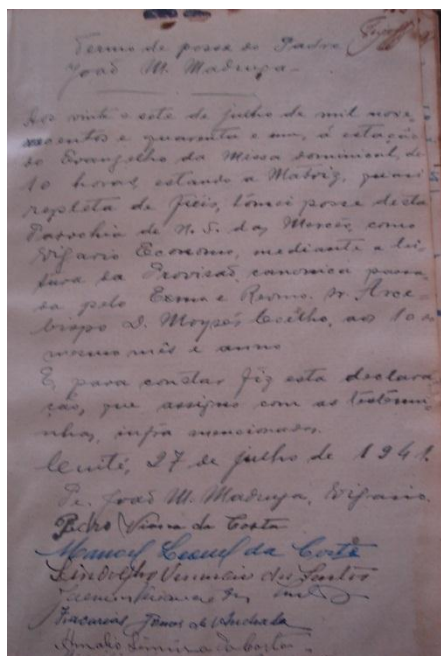
A curiosidade no entanto, que queremos frisar neste momento, seria tão somente, qual teria sido o motivo para que, com pouco mais de quatro meses após ter tomado posse o padre Virgínio Afonso, ter sido logo substituído. No entanto, para que pudéssemos obter possivelmente a real resposta desta indagação, seria preciso que nos debruçássemos na

pesquisa e no estudo do curto período de tempo em que este referido vigário passou na paróquia de Cuité.

Não sendo pois, este o nosso objetivo que aqui estamos analisando, supomos então que uma das hipóteses possíveis para tal fato seria que o padre Virgínio teria sido posto naquela localidade como sendo uma troca, digamos “de última hora”, haja visto o decorrer dos acontecimentos ocorridos com padre Luiz e de ter sido afastado, deixando a lacuna, portanto, seria tão somente a ida do dito padre para Cuité, um “quebra galho”, enquanto não se encontrava um outro nome definitivo para assumir tal posto.

Acreditamos que, esta nossa hipótese não possa ser descartada como um todo, pois, de acordo com atas e livros Tombo daquela paróquia, se o padre Virgínio tivera passado apenas pouco mais de quatro meses ali como pároco, no entanto, o padre João Madruga, que assumiu em seu lugar, teria ficado mais precisamente quase três anos a frente dos desígnios da paróquia de N. S. das Mercês em Cuité, como poderemos comprovar em outro documento que será analisado mais a frente.

Contudo, esta data de entrada do padre João Madruga, que vemos na ata acima, que se encontra na Arquidiocese da Paraíba, pode ser questionada, pois quando ao longo de nossa pesquisa na paróquia de Cuité, encontramos a seguinte ata:



Fotografia 30 - Ata de posse do padre João Madruga na paróquia de Cuité, datada em 27 de julho de 1941.
Fonte: Arquivo Pessoal.

A ata acima apresentada nos traz as seguintes informações:

Termo de Posse do padre João M. Madruga.

Aos vinte e sete de julho de mil novecentos e quarenta e um, à Estação do Evangelho da missa dominical, de 10 horas, estando a matriz, quase repleta de fiéis, tomei posse desta parochia de N. S. das Mercês, como vigário ecônomo. Mediante a lei aura da provisão canônica passada pelo Exmo. e Revmo. Sr. Arcebispo D. Moisés Coelho.

E para constar fiz esta declaração, que assigno com as testemunhas infra mencionadas.

Cuité, 27 de julho de 1941.

Pe. João M. Madruga. Vigário.

Pedro Viana da Costa

Manoel Leonel da Costa

Lindolpho Venâncio dos Santos

Jeremias Venâncio dos Santos

Zacarias Gomes de Andrade

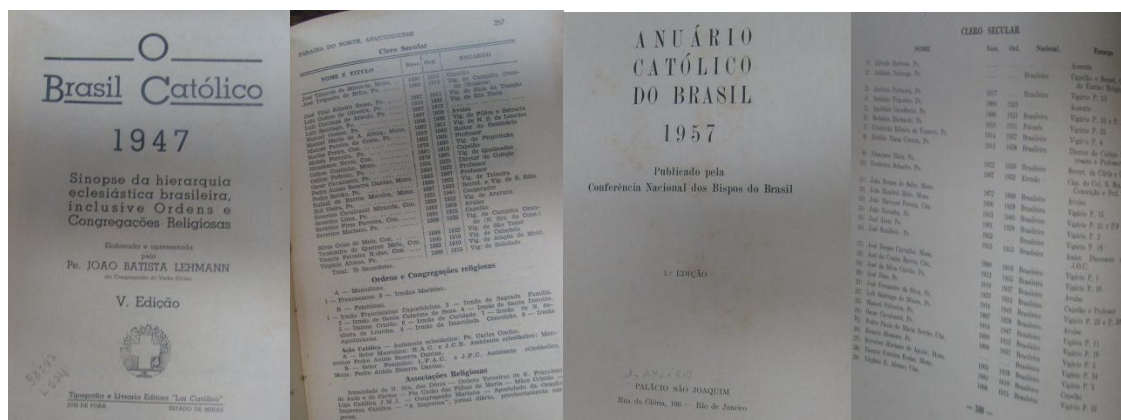
Amalio Limeira da Costa

Em relação a esta ata, queremos frisar que, como já mencionado, ela traz uma data diferente para a posse do padre João Madruga, que antes tínhamos visto, em ata apresentada e que encontra-se na Arquidiocese da Paraíba, que ele teria tomado posse no dia 07 de julho de 1941, contudo, curiosamente, esta nos traz uma data que apresenta vinte dias após é que ocorreu tal posse. Diferença esta que iremos discutir mais à frente.

Outros dois pontos que acreditamos merecer destaque, é o fato do padre João Madruga explicitar, agora sendo igual ao que está na ata da Arquidiocese, que ele estava tomando posse daquela paróquia como padre economo. Onde explicamos que este termo significa ser encomendado. Um outro detalhe é que o bispo não seria mais D. Adauto, mas sim, D. Moisés Coelho, que havia presidido tal cerimônia, naquela ocasião. Portanto, este teria sido o bispo que estava a frente da Arquidiocese da Paraíba quando houve a suspensão dos poderes sacerdotais do padre Luiz Santiago, como foi visto em uma citação a pouco que baseava-se na oralidade.

No intuito de encontrarmos algum tipo de motivo desenvolvido pela Igreja Católica para poder responder o por que do afastamento do padre Luiz de suas ordens sacerdotais, a nossa pesquisa continuou procurando outros vestígios em mais alguns documentos que encontramos no arquivo da Arquidiocese da Paraíba, quando de nossa ida naquele local. O

que encontramos, podemos dizer que foi até certo ponto surpreendente, sendo pesquisado e analisado nos seguintes documentos:



Fotografia 31 - Livros impressos pela Igreja Católica que trazem a relação hierárquica católica naquele momento estudado. Datados dos anos de 1947 e 1957.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Na ilustração acima trazemos quatro imagens que são respectivamente de dois livros impressos pela Igreja Católica em dois momentos histórico e cronológico diferentes. Podemos observar que temos a capa do livro e na sequência uma folha específica dele. As duas primeiras imagens são do livro intitulado: O Brasil Católico 1947. Sinopse da Hierarquia Eclesiástica Brasileira, inclusive Ordens e Congregações Religiosas. Elaborado e apresentado pelo Pe. João Batista Lehmann, da Congregação Verbo Divino. V Edição. Tipografia e Livraria Editora “Lar Católico. Juiz de Fora, Estado de Minas.

As duas outras imagens são do livro que traz na sua capa: Anuário Católico do Brasil 1957. Publicado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – 1ª Edição; Palácio São Joaquim – Rua da Glória, 106 – Rio de Janeiro.

O que então estes dois livros nos trazem de interessante e em comum sobre a ausência do padre Luiz dentro do quadro sacerdotal católico? No primeiro, o do ano de 1947, na página ora apresentada, de nº 267, temos a lista dos padres que compunham o chamado clero secular, aparece o nome do padre, a data de seu nascimento e de sua ordenação, como também o cargo que este ocupa. Na página em pauta, de cima para baixo, sendo o sexto listado, está lá escrito: Nome e Título: Luiz Santiago, pe. Nascimento: 1897. Ordenação: 1928. Encargo: Avulso.

No segundo livro, datado de 1957, portanto, dez anos após a edição do primeiro, na referida página posta, de nº 188, também encontramos a lista do clero secular, contendo o nome, a data de nascimento e de ordenação, a sua nacionalidade e a sua ocupação. Vemos em uma lista de 29 padres o nome de Santiago encabeçado no número 22. Estando da seguinte

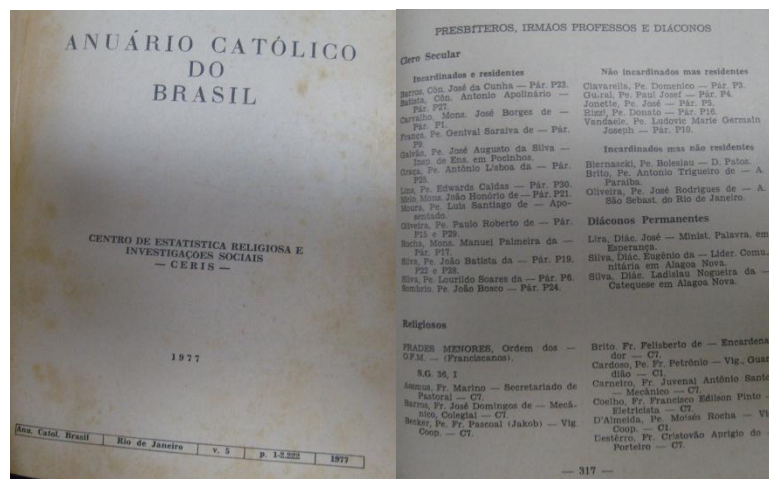
forma: Nome: Luiz Santiago de Moura, Pe. Nascimento: 1897. Ordenação: 1928. Nacionalidade: Brasileiro. Encargo: Avulso.

O que chama a nossa atenção, não é o fato de que as informações sejam iguais, claro que não, mas sim, dois pontos, que estão em comum, iguais as outras informações. Sendo o primeiro, que, desta forma, acredita-se que a Igreja Católica, oficialmente ainda teria Luiz Santiago como padre, pois assim está escrito nas listagens apresentadas, mesmo ele tendo sido afastado de suas ordens sacerdotais. O segundo ponto seria a definição para o seu encargo, que nos dois livros aparecem com a descrição de avulso.

Pesquisamos o significado de tal palavra, encontramos que esta quer dizer arrancado ou separado à força, como também, desligado do corpo ou da coleção de que faz parte, ou ainda, desirmanado e que não faz parte de coleção. Na nossa opinião, há uma contradição neste termo colocado para o padre Luiz, ou seja, avulso. Como alguém que se encontrava por sua instituição, está desligado, separado à força, não fazendo parte mais daquele corpo ou coleção, que no caso estamos nos referindo a hierarquia católica, como este indivíduo com estas características pode ainda ser denominado de padre, como está escrito? Pois lhes foi tirado o direito das suas ordens sacerdotais, não podendo mais realizar a liturgia católica e seus sacramentos, como um vigário comum.

Outra indagação que poderia ser feita em relação ao termo avulso, denominado para Santiago nos livros ora apresentados seria a seguinte: Se assim aparece na lista dos livros, o por que que os autores não deram uma explicação para que assim estivesse nesta condição aquele respectivo padre? A resposta, acreditamos nós já sabermos, pois não seria viável e conveniente, tanto para os autores, como para a instituição que eles representam, ou seja, a Igreja Católica, expor tais fatos, melhor e mais simples seria fazer o que de fato foi feito, que foi apenas citar discretamente e dar continuidade ao assunto, sem abordar mais detalhes nem chamar a atenção.

Encontramos ainda um outro livro, que corresponde ao mesmo fim dos demais apresentados, sendo este vinte anos após a impressão do segundo mostrado a pouco, trazendo uma outra definição para a posição que se encontrava Luiz Santiago na hierarquia católica, diferente da que vimos nos dois livros anteriores. O terceiro livro pesquisado foi este:



Fotografia 32 - Livro impresso pela Igreja Católica que traz a relação hierárquica católica naquele momento estudado. Datado do ano de 1977.

Fonte: Arquivo Pessoal.

Trazendo o título de: Anuário Católico do Brasil – Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais – CERIS – 1977 – Rio de Janeiro. Volume 5. Foi na página de número 317 que encontramos a parte que traz: Presbíteros, Irmãos professores e diáconos. Clero Secular. Incardinados e residentes. A lista inicia com o sobrenome dos padres, sendo Santiago o oitavo de cima para baixo, estando com a seguinte descrição: Moura, Pe. Luiz Santiago de – Aposentado.

Mais uma vez, vemos o nome de Santiago ainda como padre, as curiosidades e diferenças contidas neste livro que achamos ter é que o seu nome, está na lista dos padres que estão entre os incardinados e residentes. Pesquisamos então o significado de incardinar, observamos que seria uma pessoa que canonicamente, teria aceitado uma nova diocese ou que fosse um clérigo de uma outra, ou ainda mais, poderia ser uma pessoa transferida de uma diocese para a outra. Estas características não estão de acordo com a posição clerical que Santiago estava naquele momento. Como também, ao final ver-se que não há mais a definição de como ele esteja avulso, mas sim, aposentado.

Portanto, mais uma vez surgem as indagações que acreditamos serem pertinentes, neste momento, sendo elas: Qual motivo de ter citado Luiz Santiago mais uma vez como sendo ele padre, se estava afastado de suas funções sacerdotais a trinta e seis anos, na ocasião da edição daquele livro? Ou ainda, quais teriam sido os motivos de o terem posto na parte intitulada de incardinados, pois ele nem era de outra diocese, inclusive, a parte do livro que se estava posto, falava dos padres da diocese de Campina Grande, na qual a paróquia de N. S. das Mercês de Cuité faz parte? Nem mesmo ele teria sido transferido de uma outra diocese,

pois só foi pároco nesta diocese ora citada. Por fim, qual teria sido o motivo de trocar a definição que antes o tinham posto, como avulso, agora o tratando como estando aposentado?

Estes e outros questionamentos servem para aguçar ainda mais a nossa pesquisa e, provavelmente, acreditamos que se houver uma intensiva pesquisa nos arquivos, tanto na Arquidiocese da Paraíba, na Diocese de Campina Grande e na paróquia de Cuité sobre o assunto especificamente posto, possivelmente se encontrará algumas respostas, pois, uma lacuna que certamente iremos deixar no término deste trabalho, não por falta de pesquisa, mas sim, por um “silenciamento”, um “esquecimento” por parte da Igreja Católica, que procurou ocultar o real motivo que Luiz Santiago foi afastado das suas ordens sacerdotais, não sendo encontrado tal resposta em nenhum dos arquivos que fomos pesquisar, aqui já citados.

Porém, apesar de já termos visto alguns motivos que possivelmente levaram Santiago a perder os seus dons sacerdotais, contudo, é interessante vermos alguns reais motivos que se possa perder tais poderes, que se encontra nas próprias leis católicas, mais especificamente, no Código de Direito Canônico, no seu Capítulo II, intitulado de: Da Perda do Ofício Eclesiástico, no art. 3 – Da Remoção, Cânone 194, § 1. Que diz:

Pelo próprio direito é removido do ofício:

1.º quem perder o estado clerical;

2.º quem publicamente abandonar a fé católica ou a comunhão da Igreja;

3.º o clérigo que tiver atentado o matrimônio, mesmo só civil.

§ 2. A remoção de que se trata nos ns. 2 e 3 só pode ser urgida se constar por declaração da autoridade competente (CÓDIGO CANÔNICO, 1983, p. 32).

Não que Luiz Santiago tenha perdido o seu ofício de sacerdote por um dos motivos que estão elencados acima, mas sim, colocamos esta informação para que assim pudéssemos saber alguns dos reais motivos que isto possa acontecer, contudo, continuamos sem termos a resposta o por que do afastamento de Santiago da hierarquia clerical católica.

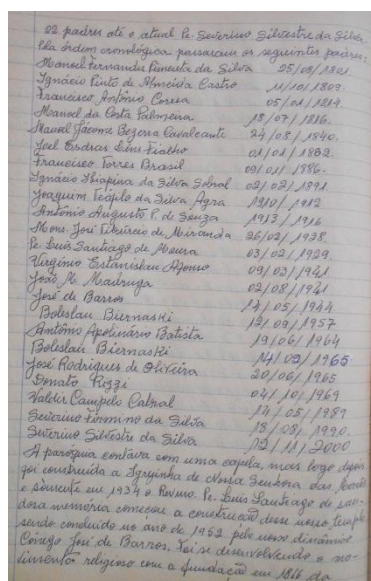
Ao longo deste capítulo temos observado algumas datas que fizeram parte do contexto ora analisado, a exemplo da entrada e saída do padre Luiz na paróquia de Cuité, como também analisamos e discutimos algumas curiosidades relacionadas a entrada e saída dos dois padres que sucederam Santiago naquela localidade após ter sido suspenso de suas ordens sacerdotais.

No entanto, apesar de não termos datas como pontuações concretas para o desenrolar da história, acreditamos que são as circunstâncias e as formas de como são feitos o convívio social, que dão rumo aos resultados e as possíveis mudanças ocorridas e analisadas dentro do percurso histórico e cronológico, queremos voltar a falar rapidamente das datas aqui já

citadas, por acharmos que existam entre elas algumas curiosidades pertinentes a um sucinta discursão, ou analise a ser realizada.

No decorrer do percurso de nossa pesquisa, nos deparamos com muitas atas e páginas de livros Tombo da Igreja Católica e em particular da paróquia de Cuité. Uma em especial nos remeteu as datas que aqui citamos, nos deixando curiosos, pelo fato de estarem estas diferentes, em relação a alguns documentos que também pesquisamos e que inclusive já apresentamos ao longo deste trabalho.

Estamos nos referindo a ata de um dos livros Tombo da paróquia de Cuité em que na ocasião era celebrado o bicentenário daquela paróquia, na data de 12 de agosto de 2001. Naquela oportunidade, o então, padre Severino Silvestre, fez um breve relato histórico da paróquia, citando todos os sacerdotes que até aquele momento teriam passado por ali, como administradores, vejamos pois a ata em questão:



Fotografia 33 - Parte da ata de comemoração do bicentenário da paróquia de Cuité. Datada em 12 de agosto de 2001.

Fonte: Arquivo Pessoal.

A lista de padres foi colocada com a respectiva data de entrada de cada um deles, sendo, consequentemente, a data da entrada de um, sendo a data de saída do outro próximo. O nome do padre Luiz aparece como sendo o décimo segundo sacerdote a assumir tal paróquia, tendo ocorrido a sua entrada em 03 de fevereiro de 1929, aparece na sequência que o seu sucessor, teria sido, como já comentado, Virgílio Estanislau Afonso, com a data de entrada em 09 de março de 1941, continuando a lista, viria o padre João Madruga, tendo iniciado a

sua passagem por aquela paróquia na data de 02 de agosto de 1941, e assim por diante, até chegar naquela data, do ano de 2001.

O que queremos frisar é tão somente o fato de haver divergências de dias e até de um mês, em relação aos documentos e determinados acontecimentos que até aqui analisamos. Na ata ora apresentada, vemos que a data da entrada do padre Luiz naquela paróquia teria sido em 09 de fevereiro de 1929, estando de acordo com todos os documentos que até aqui mostramos e analisamos. Porém, a data de sua saída, que seria, de acordo com a referida ata, a data de entrada de seu sucessor, o padre Virginio está desconecta com a que até agora vimos.

Nesta ata que estamos vendo, diz que o padre Virginio teria tomado posse em 09 de março do ano de 1941, diferente da data que vimos a pouco do jornal A IMPRENSA, que afirmava ser dia 06 de março, portanto com três dias a mais de diferença. Também diferente da data da ata que vimos o padre Luiz entregando os objetos adquiridos por ele para a paróquia, que foi 09 de fevereiro de 1941, com exato, um mês antes da data que entrou o padre Virginio, segundo a ata do bicentenário que estamos analisando.

Nesta mesma ata, vemos que a entrada do padre João Madruga e a consequente saída do padre Virginio teria sido em 02 de agosto de 1941, contudo, esta data toma um rumo contrario a das outras duas datas que vimos a pouco, uma seria na ata que encontra-se na Arquidiocese da Paraíba, afirmando que o padre João Madruga teria sido encomendado para a paróquia de Cuité, na data de 07 de julho de 1941. Porém, uma terceira data aparece para afirmar que ocorreu a posse de Madruga, em ata que se encontra na paróquia de Cuité, datada de 27 de julho de 1941, assinada por ele e pelas testemunhas presentes. Sendo com seis dias de antecedência, em relação a ata do bicentenário e vinte dias após, quando comparada com a ata da Arquidiocese.

Portanto, quais seriam as razões que podemos então aferir para toda esta distorção de datas que apresentamos até o momento? A resposta concreta não a temos, como também acreditamos ser difícil alguma outra pessoa encontrá-la. No entanto, algumas possibilidades nos vem a mente para que ocorresse tal disparidade. Uma seria o aparato burocrático da Igreja Católica, que pode ter sido elaborado, ou seja, escritas as suas atas, tanto de forma antecipada como que de forma atrasada.

Outra seria a mídia, no caso dos jornais que mostramos, sabemos que a modernização e a rapidez da notícia começou a ter destaque, principalmente após o acesso e o desenvolvimento da internet, antes, mesmo com toda uma equipe de produção, esta não teria, em muitos casos, o êxito suficiente, acabando que a notícia tendia a chegar atrasada um ou dois dias depois do ocorrido.

Acreditamos também que o deslocamento das pessoas envolvidas pode ser que tenha contribuído para tais fatos, pois pode ter ocorrido casos de pessoas chegarem em seus locais de destino, a exemplo, no caso dos padres que iriam tomar posse ou sair de suas paróquias, poderiam atrasar, pelo motivo de ser precário os meios de mobilização da época, tanto em relação aos automóveis, quanto as estradas.

Ainda, falando das atas, e por último, acreditamos que em alguns casos, muitas delas, de reuniões, de celebrações, enfim, são escritas dias depois do acontecido, fazendo com que muitos dos fatos ocorridos sejam esquecidos ou deixados de lado realmente de propósito, igualmente pode ocorrer com as datas, pois quem esteja escrevendo tais atas, pode adiantar ou atrasar alguns dias, de acordo com o seu interesse ou dos demais envolvidos.

Podemos então dizer que, possivelmente estas diferenças de datas que citamos podem ter sido elaboradas ou a propósito, ou por falta de uma certa modernização, como os meios de transporte, estradas ou por motivo do atraso nos meios de comunicação, principalmente que ocorria nas cidades interioranas, como é o caso da cidade de Cuité que estamos analisando. Pois a chamada modernização no meio urbano, quando da sua chegada em muitas cidades, esta trouxe muitos sentimentos em conjunto para os indivíduos, dentre eles, espanto, alegria, emoção medo e perplexidade.

Foram muitos os aparatos da chamada modernidade que adentraram nas cidades principalmente a partir da metade do século XX, provocando um grande impacto com as conquistas materiais que passaram a povoar o imaginário da população com a simbologia do moderno, trazendo consigo:

Certos equipamentos urbanos, de uso coletivo, que se dão como a última palavra em termos de novidades produzidas ou adotadas no estrangeiro; novidades que se materializam, por exemplo, nos transportes e comunicações (sistemas telegráfico, telefônico, ferroviário etc.), na adoção de equipamentos de higiene e/ou conforto (sistemas de água encanada e/ou esgotos, sistemas de iluminação pública e privada etc.), na construção de prédios ou logradouros públicos destinados ao lazer (parques, praças ou passeios públicos), dentre outros.

Outrossim, há a considerar que essas conquistas materiais se instituem por toda parte como símbolos modernos de valor universal, significando, com isto, que qualquer contato com um ou outro desses símbolos, independentemente do porte da cidade que realiza a conquista, possibilita que esta cidade possa ser considerada moderna ou cidade em sintonia com o mundo civilizado (ARANHA, 2003, p. 79-80).

Se estes foram os possíveis motivos para que houvesse as distorções de datas que analisamos a pouco, não teria sido este o motivo, acreditamos para que não fosse explicado por parte da Igreja Católica a saída do padre Luiz da referida instituição, como já comentado. No entanto, uma coisa não se pode negar, o fato aconteceu e ele a partir do ano de 1941, até a

data de sua morte, no ano de 1989 ficou, ao menos, oficialmente afastado da hierarquia católica, pois, após ter ido morar no sítio Ubaia, ele construiu uma capela e lá, segundo a oralidade, fazia celebrações, batizados e dizem que, até casamentos, infelizmente não encontramos nenhum livro de registro da referida capela. Contudo, esta dúvida não nos deixa ficarmos quietos, ainda procurando algum tipo de resposta, podemos ver que:

Se por um lado a figura do sacerdote era exaltada, por outro havia também um esforço significativo por ocultar tudo o que pudesse emanar esse brilho. Assim sendo, é muito difícil obter informações efetivas sobre aqueles que deixaram o exercício do sacerdócio ao longo do período em estudo.

Além da suspensão das ordens sacras, o padre que deixasse o ministério era considerado como uma pessoa a ser evitada a todo custo, comparando-se sua atitude à de um apóstata da fé (AZZI, 2008, p. 576).

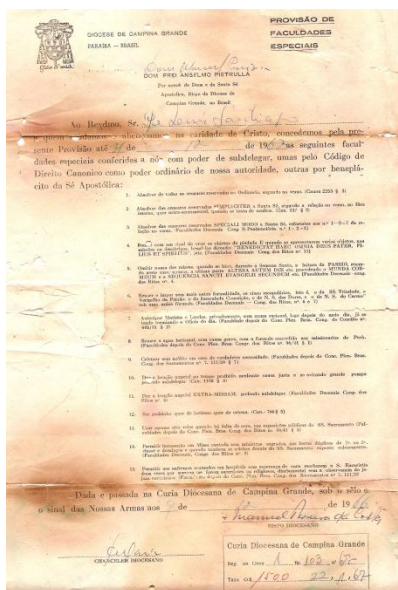
No entanto, se é motivo de mistério o fato da Igreja Católica não ter se pronunciado, de forma escrita ou oral para dizer o real motivo da suspensão sacerdotal de Santiago, um outro mistério nós trazemos agora a tona para que possamos, não apenas mostrar, mas também tentarmos analisar e procurar uma resposta para tal fato. Abrimos pois a discussão para tentarmos refletir do porque que a hierarquia católica, após retirar padre Luiz de seu quadro sacerdotal, volta atrás, ou seja, o empodera-o novamente como padre, lhes dando provisão de algumas faculdades especiais, podendo ele desenvolve-las com as ordens do Código de Direito Canonico e as benções da Sé Apostólica Romana.

O referido documento, encontramos em meio a nossa pesquisa, quando da nossa visita a fazenda Ubaia, dentro dos muitos outros que pertenciam ao padre Luiz e que tivemos acesso com a permissão da senhora Maria Elvira de Medeiros, mais conhecida por “Dona Mariquinha”, que conviveu por muitos anos na residência de padre Luiz, no sítio Ubaia, chegando naquela localidade e se estabelecendo como uma possível ajudante de Santiago, estando até os dias de hoje, entre a cidade de Barra de Santa Rosa, onde mora, e o sítio Ubaia, que vai de vez em quando visitar e administrar. A ida e permanência de “Dona Mariquinha” junto ao padre Luiz é motivo de muitas versões na oralidade, dentre outras temos a de que:

Trabalhos sociais também eram desenvolvidos em sua fazenda, como cursos profissionalizantes. No ano de 1958 ele trouxe uma jovem artesã para ministrar curso de renda e esta, Maria Elvira de Medeiros, acabou por ficar na fazenda como governante e, ainda hoje, Dona Mariquinha, como ficou conhecida, vive na fazenda e zela pelos bens do Padre Santiago (BRITO, 2008, p. 3).

O fato é que, através de “Dona Mariquinha” tivemos acesso a muitos documentos que eram de uso exclusivo e pessoal do padre Luiz, que engrandeceram ainda mais a nossa

pesquisa. No entanto, dentre os muitos documentos que tivemos acesso, temos o que comentamos a pouco, o documento que a Igreja Católica deu provisão para que Santiago realizasse algumas ações que apenas os padres que estão dentro do clero católico podem fazer. Porém, este documento não teria a validade para toda a vida existencial de Santiago, mas sim, a sua validade seria apenas de um ano, vejamos pois o referido documento para que assim possamos tentar analisa-lo melhor:



Fotografia 34 - Documento de Provisão de Faculdades Especiais, concedido ao padre Luiz Santiago pela Diocese de Campina Grande, datado de 31 de dezembro de 1966.
Fonte: Arquivo Pessoal.

Analisemos então o documento acima apresentado. Na parte superior, ou seja, no que podemos chamar de cabeçalho, podemos observar as seguintes anotações:

Provisão de Faculdades Especiais

Diocese de Campina Grande – Paraíba – Brasil.

Dom Frei Anselmo Pietrulla

Por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo da Diocese de Campina Grande, no Brasil.

Ao Revdmo., sr. Pe. Luiz Santiago a quem saudamos e abençoamos na caridade de Cristo, concedemos pela presente Provisão até 31 de 12 de 1967 as seguintes faculdades especiais conferidas a nós com poder de subdelegar, umas pelo Código de Direito Canonico como poder ordinário de nossa autoridade, outras por beneplácito da Sé Apostólica:

Alguns pontos achamos interessante analisar, que estão contidos nesta parte superior do documento. Trazendo o título de Provisão de Faculdades Especiais, advindo da Diocese de Campina Grande, com o nome impresso do bispo Dom Frei Anselmo Pietrulla²², porém, acima do nome do referido bispo, está a assinatura de Dom Manuel Pereira²³. Isto possivelmente tenha ocorrido para se poupar papel, acreditamos, pois já que tinha impresso com o nome do primeiro bispo, teria apenas que retificar e assinar acima do nome do bispo anterior, foi o que foi feito.

Ainda na parte de cima, o documento subscreve-se para o padre Luiz Santiago, afirmando que se está concedendo provisão, e que será valido até o dia 31 de dezembro de 1967, ou seja, um ano de validade, pois, como veremos ao final do documento, ele é datado em 31 de dezembro de 1966. Diz-se também que, as seguintes faculdades especiais serão concedidas, umas pelo Código de Direito Canonico e outras por beneplacito da Santa Sé Apostólica. Portanto, isto quer dizer que, alguns dos atos que o padre Luiz poderia voltar a fazer por este periodo, seria concedido, alguns, pelo Código de Direito Canonico, que são um conjunto ordenado de normas jurídicas que regulam a organização da Igreja Católica Romana, contendo os direitos e as obrigações dos fiéis e do clero, digamos que, na prática serve como uma especie de constituição da Igreja Católica.

Afirma-se ainda que outras faculdades serão concedidas por beneplácito da Sé Apostólica. Significa dizer que a aprovação de certas provisões, o consentimento ou alicença partirá exclusivamente dos bispos que compunham o episcopado católico.

No documento, são enumerados quinze provisões especiais que padre Luiz poderia exercer durante este período de um ano, dentre elas, podemos destacar que, ele poderia benzer, celebrar missas, realizar casamentos, poderia ser padrinho de batismo ou de crisma, executar o sacramento da extrema unção aos enfermos, etc.,

O documento encerra-se após tratar das provisões que se poderia realizar, desta forma:

²² Dom Frei Anselmo Pietrulla, natural da cidade de Knurow, na Polônia, sua ordenação sacerdotal foi na data de 21 de maio de 1932, sua ordenação episcopal ocorreu no dia 16 de dezembro de 1947. Sagrado bispo em 08 de fevereiro de 1948 na Igreja de São Francisco de Assis (BA). Empossado como primeiro bispo da Diocese de Campina Grande na data de 13 de novembro de 1949, sendo transferido para a Diocese de Tubarão (SC) em 18 de maio de 1955, faleceu no dia 25 de maio de 1992. (Informações retiradas do site da Diocese de Campina Grande. Em <http://diocesedecampinagrande.org/bispos/94-2/>).

²³ Dom Manuel Pereira da Costa, natural da cidade de Pocinhos – PB. Sua ordenação sacerdotal ocorreu no dia 23 de março de 1940, sua ordenação episcopal aconteceu dia 31 de maio de 1954. Foi sagrado bispo em 15 de agosto de 1954 na Catedral Basílica de N. S. das Neves, em João Pessoa – PB. Tomou posse na Diocese de Campina Grande, sendo o terceiro bispo desta diocese, em 23 de agosto de 1962, renunciando em 20 de maio de 1981, falecendo em 25 de julho de 2006. (Informações retiradas do site da Diocese de Campina Grande. Em <http://diocesedecampinagrande.org/bispos/3o-bispo-diocesano-dom-manuel-pereira-da-costa/>).

Dada e passada na Curia Diocesana de Campina Grande, sob o sêlo e o sinal das nossas armas aos 31 de 12 de 1966.

Manuel Pereira da Costa

Bispo Diocesano

Curia Diocesana de Campina Grande

Reg. No Livro 1 fls. 103 nº 67

Taxa Cr\$ 1500

Um último tópico queremos pontuar sobre o referido documento, que apesar de trazer no seu cabeçalho, como já apresentamos a pouco, afirmando que as provisões seriam concedidas por direito, através do Código de Direito Canonico e da própria Santa Sé, vemos que ao fim, houve uma taxa de pagamento para que o bispo pudesse expedir tais provisões para Luiz Santiago. Ou seja, este concedimento se faria por meio de um pagamento desta referida taxa, que seria uma das fontes de renda da Igreja, como ainda hoje as tem, para muitos outros documentos e ações católicas, contudo, este documento não seria por merecimento ou por se achar que a pessoa que esteja recebendo seja realmente digna de receber tais provisões.

Fica-nos as indagações, além de se ter que pagar esta taxa para receber tais benefícios, quais seriam os motivos para que a Igreja Católica viesse a dar certos poderes sacerdotais a uma pessoa que a exatos, (de acordo com a data do documento a cima), vinte e cinco anos estava oficialmente afastado do clero católico, possivelmente por ter sido visto como desobediente, ou ter se desvirtuado de suas funções, ficando também a indagação, de que, como este, será que Santiago não requereu outros em anos anteriores e/ou posteriores ao do documento em pauta. No entanto, este ato ao nosso ver, vai no rumo contrário ao próprio Código Canonico, que no seu Capítulo I, intitulado: Da Provisão do Ofício Eclesiastico, no Canone 149, § 1. Diz:

Para alguém ser promovido a um ofício eclesiástico, deve estar na comunhão da Igreja e ser idóneo, isto é, possuir as qualidades requeridas para esse ofício por direito universal ou particular ou pela lei da fundação (CÓDIGO CANONICO, 1983, p. 25).

Pode-se então ser indagado que Luiz Santiago ao ter recebido da Igreja este papel, não estava recebendo provisão para exercer de fato um cargo eclesiástico, porém, estava recebendo autorização para realizar alguns atos que apenas seriam possíveis para quem

estivesse na função eclesiástica, que, como se ver no Código Canônico, esta pessoa deveria estar em comunhão com a Igreja, ser idôneo e possuir qualidades requeridas para este ofício.

Daí nos vem o questionamento, para uma pessoa que a tempos atrás estava envolvido em dois processos diferentes, indo a julgamento, sendo condenado, mesmo que absolvido em um segundo momento. No entanto, esta pessoa pode ser considerada idônea para receber tal provisão? Quais os reais critérios que a Igreja usou para poder conceder este documento para Santiago?

Provavelmente, estas e as outras indagações que foram lançadas ao longo deste capítulo não tenham neste momento como serem respondidas, contudo, sabemos que o estudo da vida de padre Luiz Santiago e a sua influência na sociedade que ele esteve envolvido iria nos trazer mais lacunas que respostas, porém, acreditamos que estas arestas que estamos ora deixando, servem de um incentivo para que esta pesquisa não tenha um ponto final, mas sim, possa ter uma continuidade para que assim tentemos desvendar ainda mais deste personagem dentro de seu tempo histórico e cronológico.

Mesmo não tendo respostas para todas as questões que envolvem o contexto vivido por Santiago, mas, acreditamos que ao longo do trabalho pudemos mostrar e demonstrar muitas facetas que evoluíram e ainda servem de base para que esta história possa ser contada e recontada dentro imaginário popular da sociedade cuitense e das demais cidades em que padre Luiz atuou como pároco.

Seja como sendo um bom sacerdote, um verdadeiro exemplo de católico e de pastor para as suas ovelhas, para seus féis. Sendo lembrado por alguns por seu caráter e personalidade forte, de líder, de um homem que persuadia, que comandava parte da sociedade e de alguns de seus membros, influenciando-os, ao ponto de manipula-los a fazerem atos que mesmo sabendo que seria contra a lei, porém, os fazia, pelo fato de estarem sob as ordens de um homem que dizia estar fazendo o certo, mediante todo o seu poder, social e religioso, criando uma característica coronelística que, para conseguir os resultados por ele esperados, faria coisas que poderia passar por cima de tudo e de todos.

Santiago também pode ser lembrado por ser um homem estudioso, um historiador, geógrafo, arqueólogo, astrônomo, mesmo sem formação. Um empreendedor, agropecuarista, fazendeiro, produtor rural, aviador, inventor, um homem a frente de seu tempo, ao nosso ver, que deixou obras escritas, impressas que demonstram toda a sua inteligência, curiosidade e dinâmica dentro do contexto de sua personalidade.

Para outras pessoas, Luiz Santiago ficou conhecido como um homem violento, perseguidor, intolerante com toda e qualquer igreja que não fossem católicos, deixando

marcas negativas em sua vida pessoal e sacerdotal, ao ponto de tentar destruir um templo evangélico e mandar assassinar um protestante, de acordo com os autos processuais que aqui analisamos. Feitos estes que foram realizados num momento em que, não apenas Santiago desenvolvia um pensamento de desdém e de repulsa para com os protestantes, mas também, muitos outros sacerdotes católicos Brasil a fora mantinham esta prática, onde:

Por meio do escárnio, portanto, o protestantismo é representado como ridículo e repulsivo. Sendo assim, não era digno de ser crido. Ao mesmo tempo, por meio dele, o catolicismo é exaltado: suas pretensas origens no próprio Cristo, sua unidade, a excelência de seu sacerdócio e de seu culto, sua identificação com as raízes e interesses nacionais. Colocado numa perspectiva mais ampla, o escárnio afigura-se ainda com instrumento de contestação da situação pluralista: zomba-se da possibilidade de haver mais de uma tradição cristã válida, da diversidade de cultos, das várias interpretações da mesma Escritura Sagrada, da migração de um campo religioso para outro. Por fim, na desclassificação do “desencantamento” protestante, demonstrado nas suas lideranças “leigas” e no seu culto “sem liturgia” é perceptível um discurso contrário à secularização. O escárnio evoca, portanto, o monopólio e o sagrado religioso (SIMÕES, 2008, p. 105).

Muitos também podem lembrar a figura de Santiago, como sendo o único padre que passou pela paróquia de Cuité e, possivelmente, por alguns atos que ele tivera cometido, ou as consequências deles, que acabou então sendo retirado da hierarquia católica, mesmo não tendo, provavelmente, nenhum documento que comprove o motivo real de sua saída, sua expulsão do quadro sacerdotal católico, de acordo com nossa pesquisa e nossas fontes analisadas.

Após o ano de 1941, quando Santiago desligou-se totalmente da Igreja Católica, ele logo tratou de construir uma pequena igreja em sua fazenda, aonde passou a morar, continuando, segundo a oralidade, a rezar, batizar e casar, mesmo sem ter mais poderes, sem ter as ordens sacerdotais e as bênçãos católicas. Em seu exílio forçado, Santiago não ficou totalmente ocioso, pois, além desta sua capela, onde realizava as ações citadas, desenvolvia também a pecuária, a agricultura, produzia agave, era comerciante, além de ter sido, durante boa parte deste tempo que ele desenvolveu e produziu alguns de seus estudos sobre muitas cidades da região do Curimataú, mesmo não chegando a publica-los.

Continuou sendo um homem que detinha poderes e influência dentro da sociedade cuitense, manipulando e controlando, mesmo que indiretamente a política daquela localidade. Santiago viveu, de 1941 até o ano de 1989 na sua fazenda, chamada Ubaia, ano em que no dia 16 de fevereiro, a 01 hora e cinquenta minutos, faleceu e aonde encontra-se enterrado.



Fotografia 35 - Foto parcial da Fazenda Ubaia, na parte de cima. Na parte inferior, certidão de óbito do padre Luiz Santiago e ao lado, seu tumulo, que se encontra na Fazenda Ubaia. (Fotos tiradas pelo autor em visitação ao local).

Fonte: Arquivo Pessoal.

Na parte superior das fotos apresentadas, podemos ver parte da fazenda Ubaia, onde observamos, do lado direito a casa onde residia Santiago, ao centro da foto, mesmo um pouco escondida por traz de uma árvore a capela que ele construiu, do lado esquerdo nós vemos pequenas casas, que seriam na época de moradores, ou seja, trabalhadores da fazenda e por último, ainda do lado esquerdo vemos uma espécie de armazém, em que era guardado parte da produção, seja de agave, feijão, milho, ou até mesmo pasto para o gado.

Do lado esquerdo, na parte de baixo vemos a certidão de óbito de Luiz Santiago, que nos traz as seguintes informações:

Certifico que, as fls. 138 verso, do livro nº C-3, de registro de óbitos, foi lavrado hoje o assento de óbito de: Luiz Santiago, falecido aos dezesseis de fevereiro de 1989 às 1,50 horas, em seu domicílio, no sitio Ubaia, deste município, Barra de Santa Rosa. Do sexo masculino, de cor morena, profissão aposentado, natural deste Estado, não era eleitor, residente e domiciliado no lugar Ubaia deste município, com 91 anos e 5 meses de idade, estado civil solteiro, filho de Delfim Izidro de Moura, falecido,

profissão, falecido, natural deste Estado, residente, falecido e de dona Antonia Andrade Santiago, falecida, profissão, falecida, natural deste Estado, residente falecida. Foi declarante Maria Elvira de Medeiros, sendo o atestado de óbito firmado por (espaço em branco) que deu como causa da morte “sem assistência médica” e o sepultamento feito no cemitério de digo, feito em Ubaia, deste município.

Barra de Santa Rosa, PB, 16 de fevereiro de 1989.

Maria Bernadete Henriques Pontes.
Escrivã Oficial de Registro Civil.

Rápidas curiosidades podemos apontar na sua certidão de óbito, que nos traz, as primeiras informações, o nome, dia, hora e local de morte, traz também a filiação, em seguida afirma que a pessoa que declarou todas as informações para o preenchimento da referida certidão, teria sido dona Maria Elvira de Medeiros, ou seja, “Dona mariquinha”, a mulher que citamos a pouco, que tivera convivido com o padre em sua residência por muitos anos, como sendo uma possível ajudante do padre.

Na sequência, não foi dito a causa morte, informando apenas que tivera falecido, “sem assistência médica”, citando em seguida aonde foi enterrado. Por último, do lado direito na parte inferior, vemos o túmulo do padre Luiz, que se encontra na fazenda Ubaia, bem ao lado da pequena igreja, como também ao lado da casa aonde ele residia.

Portanto, como vemos até então, em alguns dos momentos da vida do padre Luiz, há uma certa lacuna, ou seja, um espaço, uma indagação, um questionamento a ser levantado, seja da sua vida pessoal, ou da sua vida sacerdotal. Enfim, de certo modo estas dúvidas que ficaram ao término deste trabalho, só servirão de estímulo para mais outros trabalhos que possivelmente virão sobre o mesmo objeto de estudo.

Pois, acreditamos que, nem este, e nenhum outro trabalho científico, principalmente na área histórica terá um ponto final, como também que na história não há este ponto finalizador, no qual busque uma verdade pura e simples, mas sim, que sempre haverá um motivo a mais para duvidar, estudar, questionar, mesmo que sejam feitas estas indagações de seu próprio trabalho, para assim tentar buscar por meio de pesquisas, estar o mais perto possível da realidade que envolveu determinado fato ou figura que se esteja pesquisando.

Contudo, o que podemos dizer ao final é que, seja por sua docilidade e responsabilidade como paroco, seja como, estudioso, empreendedor, político, polêmico, anteprotestante, intolerante, amado e odiado, dentre outros adjetivos que se possa lembrar e atestar a Santiago, de acordo com a sua personalidade e seu histórico, o fato é que ele

construiu uma história, deixou marcas, positivas e negativas, tornou-se uma figura que está no imaginário coletivo de muitas pessoas da sociedade cuitense, que o veneram ou o abominam, no entanto, participou, construiu, desenvolveu e deixou um percurso que procuramos com este trabalho não deixar a poeira do tempo apagar ou se deixar esquecido, para que sendo assim, possamos cada vez mais tentar analisar, registrar e aos poucos compreender parte de nossa história, de nosso passado que se encontra mais vivo do que podemos imaginar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver qualquer que seja o tema de pesquisa dentro de um meio acadêmico não nos parece tarefa fácil, pois encontramos no decorrer da feitura do trabalho um rigor grandioso aos aspectos teórico, metodológico, científico e documental, no entanto, se faz necessário toda esta rigidez para que assim esta pesquisa seja orientada e escrita de forma consolidada em conjunto com o objeto de pesquisa proposto a ser analisado.

Caminhando neste sentido é que procuramos elencar e fazer um cruzamento de teorias com as áreas de conhecimentos estudadas, num primeiro momento, traçamos metas, analisamos documentos a fim de tentarmos compreender e entender os diferentes momentos estudados no contexto que propomos trabalhar.

Um dos pontos principais desenvolvidos ao longo deste trabalho foi a polêmica antiprotestante, aonde podemos dizer que esta no Brasil inicia-se através de dois momentos. Sendo o primeiro, no processo passado pela Igreja Católica chamado de romanização, em que neste momento, as orientações e os objetivos eram os de colocar a Igreja do Brasil em consonância com as prerrogativas advindas da Santa Sé, seguindo as definições propostas no Concílio de Trento. Romanizar pois a Igreja, seria um dos objetivos primordiais, defendendo os dogmas da Igreja contra as muitas ações da “modernidade” que atingia o país naquele momento, incluindo o protestantismo, como fazendo parte destes “erros da modernidade”, colocando-o como prioritário a ser combatido.

O segundo ponto seria a restauração católica, no qual o seu propósito balizava-se em “recristianizar o país”, indo de encontro a secularização iniciada após a Proclamação da República em 1889. Esta traria consigo, de acordo com a Igreja, varias “heresias” que desfigurava o padrão católico instituído no Brasil desde os primeiros anos de sua colonização, além de pluralizar as instituições sociais, deixando adentrar e desenvolver-se país a fora, a exemplo do protestantismo, que a partir de então, seria um comando de primeira ordem na hierarquia católica, combate-lo, porque espalhava-se em boa parte do Brasil, pois:

Como pode ser visto, foi a partir do Decreto 119-A, de 07 de janeiro de 1890, que separou os poderes do Estado dos poderes da Igreja, que a hierarquia da Igreja, com sua doutrina e sua ação moral em todo país, forçou um reordenamento interno e externo do Catolicismo, com base nos ideais ultramontanos. Para tanto, valeu-se de uma política expansionista de estadualização das dioceses, criando, entre 1890 e 1930, dioceses em todos os Estados brasileiros (BARRETO, 2009, p. 162).

Foi então, neste novo contexto da realidade brasileira, que a Igreja aqui na Paraíba procuraria adequar-se a este discurso advindo de sua hierarquia, reafirmando o seu tradicionalismo, procurando, no processo de romanização, conciliar modernização e tradicionalismo, que muitas vezes acabou sendo contraditória em suas ações, pois, em um dado momento procurava tentar adequar-se e modernizar o seu discurso para atacar a própria modernidade, em um outro instante, procurava impor limites à tradição, mas contudo, sempre querendo manter este tradicionalismo.

Vimos que, em um primeiro momento, após a implantação da República, a Igreja e o Estado tiveram a sua relação pautada em enfrentamentos oposicionistas, mas, no entanto, com o passar do tempo, logo houve uma certa aproximação por parte de ambas as instituições. Esta aproximação, de acordo com a história eclesiástica brasileira, tivera ocorrido principalmente a partir da década de 20 do século passado, a Igreja procurou alinhar-se juntos aos principais grupos oligárquicos que compunham a sociedade do país, seja a nível nacional, estadual ou local, com o intuito de ter o controle e a hegemonia durante a chamada Primeira República.

Com a instalação da Diocese aqui na Paraíba, no ano de 1894, a romanização católica avançou ainda mais aqui no Estado, envolvendo questões fundamentais dentro do contexto social, na política, entre a Igreja e o Estado, dentro da própria instituição católica, com o propósito de sempre está cumprindo as ordens advindas da Santa Sé, espalhando estas ideias junto ao clero e conseqüentemente aos fiéis. O clero católico teria um papel decisivo neste momento, procurando acomodar na sociedade valores cristãos de interesse e ordem social, pregando obediência e conformação por parte da população em relação as autoridades constituídas.

Agindo desta forma, o clero estava indo contra o socialismo e o anarquismo que já haviam se instalados em alguns lugares no país, criticando, tanto os poderes civis, quanto religiosos. A formação clerical e o controle deste, através de retiros espirituais e visitas pastorais, seria parte da formação estratégica da romanização, instruindo também os fiéis para que eles pudessem sempre estar sob a vigilância do clero. Neste sentido havia uma valorização da figura do sacerdote, dando uma nova dimensão em seu valor, como sendo um intermediário entre Deus e os homens. Para alcançar os objetivos propostos, como também:

Entre outras medidas adotadas para viabilizar a romanização, destacaram-se as missões populares, as conferências religiosas e as visitas pastorais, que visavam atingir os fiéis, não só para a doutrinação, como para a imposição das regras morais católicas. As Cartas Pastorais, também consideradas instrumento de doutrinação e disciplinamento, objetivavam alcançar tanto o clero quanto os fiéis e representavam a fala oficial da Igreja, explicitando as grandes linhas do discurso da alta hierarquia

eclesiástica. Na essência, os objetivos dessas estratégias se vinculavam as duas grandes linhas: romanizar o catolicismo brasileiro e combater o avanço do liberalismo na sociedade (FERREIRA, 1994, p. 353).

Seria neste contexto e na base desta formação que foi doutrinado padre Luiz Santiago, no qual esteve a frente da paróquia de Cuité entre os anos de 1929 a 1941. Podemos dizer que ele foi um discípulo deste catolicismo romanizado e militante, procurando expressar e vivenciar a legítima fé cristã católica, que representaria uma tradição única dos interesses nacionais. Seria neste viés que Santiago teria representado em seu discurso e em muitas de suas ações, uma representação da posição que almejava e objetivava a Igreja Católica no Brasil, contradizendo os ensinamentos propostos pelos “filhos de Lutero”.

Baseada a sua formação e a sua personalidade na romanização e na “recristianização”, Santiago seria um “soldado” católico que representaria e compartilharia a ideia de que o protestantismo seria tão somente, não só, uma ameaça a fé católica, mas também, a própria nação, motivo este que deveria ser combatido e extinguido do país.

A atuação de padre Luiz na paróquia de Cuité sem dúvida foi uma representação das orientações católicas, quanto aos cuidados que acreditava-se necessário, o sacerdote ter perante os seus fiéis, para que estes não viessem a cair em “tentações” e “heresias”, zelando de seu rebanho contra os muitos perigos que o mundo oferecia, principalmente a partir da chegada desta modernidade. Caberia então, aos párocos, o papel de ser um “zelador das almas” para que nada de nocivo as pudesse corromper ou desvia-las de seu caminho católico.

O desvirtuamento católico viria pelos males que as características do mundo moderno trariam consigo, como também dos ensinamentos de outras igrejas e denominações religiosas que estavam espalhando-se por boa parte do país, levantando a bandeira de luta principalmente contra o protestantismo. Luiz Santiago procura então combater estes ideários liberais na paróquia de Cuité de várias formas, de modo que, englobou muitos modos para tal finalidade, seja tentando legitimar o seu poder junto as elites daquela localidade, seja desenvolvendo ações católicas que defendessem e crescessem aquela instituição, tal como, o início da construção, na década de 1930 da matriz de Cuité, como também, tentando controlar alguns de seus fiéis perante a ameaça da modernidade desenfreada, procurando se revestir com uma armadura protetora e defensora do catolicismo, fundando a Congregação Mariana naquela cidade.

Com a fundação desta Congregação, Santiago procurava não apenas “proteger” os católicos dos males da modernidade, como também, defender os interesses católicos, com o intuito de tentar defender seus fiéis das más influências que o mundo poderia oferecer naquele

momento. Seguindo as orientações de D. Adauto, primeiro bispo paraibano, que foi considerado por muitos, um grande reformador aqui no Estado, padre Luiz, investia, com esta sua ação, na educação católica, através da formação de grupos religiosos como forma de combater a laicização.

Como pároco, Luiz Santiago realizou o seu papel de forma tão dedicada que chegou a receber elogios diretos de D. Adauto, quando esteve em uma visita pastoral na cidade de Cuité no ano de 1935. Mantendo um forte clericalismo, respeitando fortemente a hierarquia católica e procurando manter o respeito pela infalibilidade papal e o desenvolvimento de todos os dogmas católicos sem que houvesse nenhuma contestação, padre Luiz seguiu toda a “cartilha” escrita no Concílio Vaticano I.

Procurando sempre estar de acordo com os ensinamentos e ordens da hierarquia católica é que ocorreram algumas ações por parte de Santiago que nos dias atuais as chamamos de intolerante, polêmica e antiprotestante. Pois o antiprotestantismo foi uma ação de afirmação da identidade católica nos moldes tridentinos. Se prestarmos bem atenção, quando a Igreja falava do protestante, ela voltava a fala para si mesma, pois o discurso estava carregado de si mesmo, inclusive, quando a hierarquia católica contestava o protestantismo, denominando-o com sendo um “invasor”, algo estranho a nacionalidade, consequentemente afirmava que ser nacional, ser brasileiro era ser católico, criando a entender, no olhar da Igreja que, para que o indivíduo fosse considerado brasileiro, este teria que ser católico.

Na perspectiva eclesiástica, o conceito de pátria estava vinculado à própria noção de Estado. Assim sendo, o amor da pátria era manifestado pelo respeito às autoridades que governavam o país. Dentro desse horizonte, os interesses do povo e da sociedade como tal ocupavam uma posição secundária. O patriotismo, aliás, era estimulado pelo governo autoritário, e a Igreja dispunha-se a colaborar com ele, desde que fossem atendidas suas reivindicações específicas. Dessa forma, a aliança entre fé e pátria era a versão popular dos vínculos institucionais, que estavam sendo promovidos entre Igreja e Estado (AZZI, 2008, p. 266).

No entanto, a fim de manter estes valores católicos, Santiago iria usar de algumas prerrogativas que iria tira-lo de um padrão tipicamente católico, agindo não mais como um mero pároco, mas sim, como um líder, um coronel, procurando impor sua força, seu status social, seu domínio, perspicácia, persuasão e astúcia. A crueldade, a intolerância e a perseguição para com os protestantes serviram de base em boa parte da vida sacerdotal de Santiago, com o intuito de sempre está seguindo as ordens advindas da hierarquia católica.

Detentor de uma forte personalidade, de acordo com os relatos e documentos investigados, Santiago, em algumas de suas ações iria marcar a vida de muitas pessoas,

deixando marcas positivas e negativas suas e de seus atos. Apesar de ter entrado no rol dos padres que passaram pela paróquia de Cuité que mais trabalharam para o desenvolvimento católico naquela localidade, com construções de capelas, da igreja matriz, fundação de congregação, entre outros feitos, entrou também como um dos que mais perseguiu e procurou acabar com a igreja protestante naquele município.

Usando de sua força, de sua esperteza e do poder de controlar certas pessoas, foi acusado de organizar em conjunto com algumas autoridades locais e alguns populares a tentativa de derrubada de um templo evangélico, como também foi acusado de ter organizado um tiroteio a um grupo de protestantes que voltava de culto, na zona rural daquele município, resultando na morte de um dos que estavam no grupo, ambos acontecimentos ocorreram no transcorrer do ano de 1940.

Os dois acontecimentos foram os principais atos que marcaram negativamente a sua história, a oralidade nos traz muitos outros exemplos de perseguição e intolerância praticados por Santiago aos protestantes, porém, seria estes dois casos que resultariam em processos judiciais e julgamento. Após o julgamento, mesmo depois de condenado, e em um segundo julgamento de apelação absolvido, Santiago foi banido pela Igreja de suas ordens sacerdotais, exilando-se em sua fazenda, onde viveu até os seus noventa e um anos e cinco meses de vida.

Fazendeiro, empreendedor, aviador, comerciante, político, escritor, líder, historiador, geógrafo, arqueólogo, muitas de suas ocupações vividas, realizadas sem formação própria, entrou para a história ainda como um pároco exemplar, para os seus fiéis, responsável, dinâmico, que com seus esforços angariou fundos e fez crescer a bandeira católica na sua paróquia, no entanto, será também lembrado por sua intolerância religiosa, seu temperamento violento, sua perseguição antiprotestante.

Provavelmente, de acordo com os seus ensinamentos e bases de formação, através de todo o contexto que esteve envolvido, com a romanização, a recristianização do país e todas as ordens advindas para ele da Santa Sé, a fim de manter uma unidade católica sempre concisa, é que tenha feito com que ele realizasse todos estes acontecimentos, principalmente no que tange a perseguição e a intolerância religiosa, porém, não pretendemos com isto, eximi-lo, de forma alguma, da suas culpas pelos seus atos que fora acusado, pois como já foi comprovado em alguns casos, Santiago era um homem muito perspicaz e inteligente, sabendo manipular e liderar, no entanto, possivelmente com a intenção de acertar, de seguir a ordem advinda de sua hierarquia, ele acabou errando tanto.

A importância histórica deste personagem para aquela localidade é inegável, onde, entre uma polêmica e outra, o mesmo ainda hoje é adorado e odiado por muitos. Se, de um

lado, o homem influenciou o meio, destaque-se, por outro, elementos da personalidade do padre como resultado da vivência no contexto, cuja importância é digna de registro. Modéstia a parte, acreditamos que este trabalho tem ainda o privilégio de ser o primeiro a levantar a temática em pauta, permitindo revisitar um determinado momento histórico-cronológico, procurando enriquecer ainda mais os acervos da história escrita acadêmica.

Acreditamos que padre Luiz Santiago não foi o primeiro nem o último sacerdote católico a agir da forma intolerante, violento e polêmico contra o protestantismo, citamos ao longo do trabalho o padre Júlio Maria De Lombaerde, personagem narrado por Simões (2008), no qual revelou traços muito parecidos com os que Luiz Santiago trilhou, ainda neste mesmo trabalho foi citado outros párocos que agiram de tal forma:

Citando apenas os mais proeminentes, recordemos o Frei Celestino de Pedavoli e a Liga Antiprotestante, o Pe. Leonel Franca e sua polêmica intelectualizada e o Pe. Agnelo Rossi, ligado ao Secretariado Nacional de Defesa da Fé e encabeçando uma campanha mais sistemática e articulada contra o “perigo protestante”. Poderíamos ainda mencionar um certo A. Campos, responsável pela publicação da maior parte das obras de cunho antiprotestante em circulação nas primeiras décadas do século XX, através do Centro de Propaganda Católica (SIMÕES, 2008, p. 108).

Portanto, como podemos ver, Santiago não foi o primeiro, e infelizmente, nem tampouco o último, pois apesar de toda liberdade religiosa que temos na atualidade, ainda tem exemplos tanto de católicos, protestantes e de outras denominações religiosas que não respeitam a opinião do outro, gerando cenas grotescas de intolerância tão ou até mais abomináveis das que fora praticada por padre Luiz no passado.

Diante do exposto, constatamos, após as pesquisas e estudos deste trabalho, que a figura do padre Luiz Santiago foi uma das mais marcantes dentro da história da cidade de Cuité, mesmo com seus defeitos e virtudes, polêmicas e contradições, deixando suas marcas positivas e negativas para aquela sociedade até os dias atuais, com varias versões sendo contadas, no imaginário coletivo daquela sociedade. Estamos cientes de que, o verdadeiro trabalho científico nunca estará de fato pronto e acabado, mas sempre aberto a novas formas de estudos e perguntas, sempre renovando suas formas de pesquisa, buscando novas fontes e estando aberto a novas indagações, acreditamos então, que o presente trabalho abrirá caminhos para outros que queiram enveredar-se no estudo da vida política, social e sacerdotal do padre Santiago, aprofundando ainda mais a pesquisa, levantando novas hipóteses e procurando novas respostas, tendo em vista a importância já citada do tema em questão.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **O que é Religião?** São Paulo: Edições Loyola, 2000.

A PARAÍBA no Império e na República: estudos de história social e cultural. João Pessoa: Ideia, 2003. 229 p.

AZZI, Riolando. **A cristandade colonial: um projeto autoritário.** São Paulo: Paulinas, 1987. (História do pensamento católico no Brasil; v. I).

_____. **A crise da cristandade e o projeto liberal** São Paulo: Edições Paulinas, 1991. (História do pensamento católico no Brasil; v. II).

_____. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo: tomo II/3-2: terceira época: 1930-1964.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. (Coleção História Geral da Igreja na América Latina).

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena.** Editora Universidade de Brasília. 1982. 78 p.

BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **A Formação de Padres no Nordeste do Brasil (1894-1933).** Natal, RN. 2009. 241 fls. Tese (Doutorado em Educação) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral.** 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 183 a 192.

BRITO, Vanderley. OLIVEIRA, Thomas Bruno. Breve Biografia do Pesquisador Pe. Luiz Santiago. Sociedade Paraibana de Arqueologia. **Boletim Edição Especial.** Ano III – Nº 19 – Campina Grande – PB. Março de 2008.

BURKE, Peter. **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. (Biblioteca Básica).

_____. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CÂMARA, Epaminondas. **A Evolução do Catolicismo na Paraíba**. Campina Grande: Edições Caravela, 2000. 140p.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1990.

_____. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, v. 7, nº 13, p. 97-113, 1994.

CURY, Cláudia Engler; FLORES, Elio Chaves; CORDEIRO JUNIOR, Raimundo Barroso. (Orgs). **Cultura Histórica e Historiografia**: legados e contribuições do século 20. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Igreja e Romanização**: A implantação da diocese da Paraíba 1894/1910. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 1994.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópoli: Ed. Vozes. 1987.

GOMES, Jorilene Barros da Silva. **A Família Cristã Católica**: O Movimento Noelista na Paraíba (1931-1945). João Pessoa, 2015. 159 p. Orientador: Carlos André Macêdo Cavalcanti
Dissertação (mestrado) – UFPB/CCHLA

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e Vida das Oligarquias**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994. 222 p.

HERMES, Presbítero. **Chamado para Servir**. Junho de 2008.

HOBBSAWM, Eric. **Bandidos**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOORNAERT, Eduardo. **O Cristianismo Moreno no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991. 181p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estudos & Pesquisas – Informação Geográfica e sócio econômica. Tendências Demográficas – Uma Análise da População com Base nos Resultados dos Censos Demográficos de 1940 e 2000**. (IBGE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, conjuntamente com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro. 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LEVI, Giovanni; FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (Orgs.). Usos da Biografia. In: **Usos e Abusos da História Oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 167 e 182.

LIMA, Eunice Ladeia Guimarães. **Protestantes no Brasil Colônia**: Contribuições para a cultura e a educação. Dracena, SP: REGES Editora Universitária, 2004.

MAIA, Sabiniano. **Itabaiana**: sua história – suas memórias. 2. ed. João Pessoa: A União, 1977.

MAINWARING, Scott. **A Igreja católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1989. 281 p.

MARTINS, Ismênia de Lima; IOKO: Zilda Marcia Gricoli e SÁ, Rodrigo Patto de Sá (Orgs.) **História e Cidades**. São Paulo: Humanistas Publicações/FFLCH; ANPUH, 1998. 2v.

MATA, Sérgio da. **História & Religião**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. (História &... Reflexões, 13).

NUNES, Mariângela de Vasconcelos. **Entre o Capa Verde e a Redenção: A cultura do trabalho do agave nos Cariris Velhos (1937-1966, Paraíba).** 291 p. Tese – Universidade de Brasília – UnB Programa de Pós-Graduação em História – PPGHis, Brasília, 2006.

ORIEUX, J. A Arte do Biógrafo. In: FERREIRA, C.V. **História e Nova História.** Lisboa: Teorema, [s.d] p. 39.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Novos Temas nas aulas de História.** Editora Contexto. 2009.

PROST, Antoine. **Doze Lições sobre a História.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

RAMOS, F.R.L. **Padre Cícero: Um visionário dos Sertões.** Fortaleza: Editora da Fundação Demócrito Rocha, 2000.

RIETVELD, Padre João Jorge. **História da Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Pedra Lavrada: a devoção de José Bezerra da Costa.** Campina Grande: Maxgraf, 2010. 240 p.

SANTIAGO, Luiz. **Serra de Cuité.** Sua História, Seus Progressos, Suas Possibilidades. Oficina Gráfica Imprensa. João Pessoa. 1936.

SANTOS, Ednaldo Araujo dos e VELOSO, Ricardo Grisi. **Apontamentos Biográficos do Clero da Arquidiocese da Paraíba (1894/2004).** João Pessoa: Ideia, 2005. p. 146.

SILVA, Severino Silvestre da. **Máscaras da falsidade humana: aspectos históricos e psicossociais.** Recife: Linceu, 2015. 223 p.

SIMÕES, Daniel Soares. **O Rebanho de Pedro e os filhos de Lutero: O Pe. Júlio Maria de Lombaerde e a Polêmica Antiprotestante no Brasil – (1928-1944).** João Pessoa, 2008. 117 p. Orientador: Carlos André Macêdo Cavalcanti Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Territórios de Confronto** Campina Grande: EDUFCEG, 2006. 193 p. (Coleção Outras Histórias, n. 3).

SYLVESTRE, Josué. **Fatos e Personagens de Perseguições a Evangélicos:** Antes que as marcas se apaguem. Curitiba – PR: Editora Mensagem. Visão Cristocêntrica Publicações. 2011.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado:** História Oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

APÊNDICE A – Fontes de pesquisa

Ata de posse do padre João Madruga na paróquia de Cuité, datada em 27 de julho de 1941.

Ata de posse do Pe. Luiz Santiago na Paróquia de Cuité, datada de 03 de fevereiro de 1929.

Ata de visita pastoral realizada por Dom Adauto a cidade de Cuité no ano de 1935. Pesquisado no arquivo da Arquidiocese da Paraíba.

BRASIL, Código de Direito Canônico da Igreja Católica. Capítulo IV. Dos Padrinhos. Artigo 874. Inciso 4

Cartas recebidas pelo juiz Manuel Casado, referente as acusações feitas pelo padre Luiz a este magistrado. Datadas de primeiro de novembro de 1941 e de vinte e um de outubro de 1941.

Certidão de Nascimento do Pe. Luiz Santiago.

Código de Direito Canônico – Promulgado por S. S. O Papa João Paulo II. Versão Portuguesa. 4ª Edição revista. Conferência Episcopal Portuguesa – Lisboa. Editorial Apostolado da Oração – Braga. Lisboa. 1983.

Comprovações de alguns bens patrimoniais e a ficha de inscrição como sócio correspondente do IHGP do pe. Luiz.

Construção da atual Igreja católica de Cuité, fotos das décadas de 1930 e 1940.

Cópia Autenticada do relatório policial, página 64 do processo de número 1224 da derrubada da igreja evangélica, datado de 30 de março de 1940.

Documentos da sessão de apelação do processo 1845, folhas 130 e 132, datados de 26 de dezembro de 1941.

Documento de Provisão de Faculdades Especiais, concedido ao padre Luiz Santiago pela Diocese de Campina Grande, datado de 31 de dezembro de 1966.

Documentos escritos a mão e datilografados que seriam estudos históricos, geográficos e astrológicos, realizados pelo pe. Luiz.

Documentos referentes aos objetos adquiridos durante o período que Luiz Santiago foi pároco na cidade de Cuité, datado de 09 de fevereiro de 1941.

Folha de número 97, do processo judicial de número 1845, decorrente do assassinato do crente, datada de novembro do ano de 1941.

Folhetos impressos e escritos a mão, sobre políticos a nível estadual e nacional, encontradas nos pertences pessoais do padre Luiz.

Folhetos que abordam candidaturas de políticos a nível municipal e estadual, encontradas nos pertences pessoais do padre Luiz.

Foto parcial da Fazenda Ubaia, na parte de cima. Na parte inferior, certidão de óbito do padre Luiz Santiago e ao lado, seu túmulo, que se encontra na Fazenda Ubaia. (Fotos tiradas pelo autor em visita ao local).

Jornal A IMPRENSA, aonde traz a reportagem da posse do novo pároco para a cidade de Cuité, em lugar de Luiz Santiago, datado de 05 de março de 1941.

Juntada, que faz parte do Processo de *Patrimoni*, que consta nos documentos admissionais do padre Luiz Santiago.

Livro impresso pela Igreja Católica que traz a relação hierárquica católica naquele momento estudado. Datado do ano de 1977.

Livros impressos pela Igreja Católica que trazem a relação hierárquica católica naquele momento estudado. Datados dos anos de 1947 e 1957.

Livro Tombo que mostra a chegada do padre João Madruga para a paróquia de Cuité, datado de 07 de julho de 1941.

PADRE Encomendado. Fundo Chancelaria. Série-Atos do governo arquidiocesano. Subsérie: Provisões e nomeações. Notação: c:a/2 livro (005) Estante 01 Prateleira 01 página 79 no verso.

Parte da ata de comemoração do bicentenário da paróquia de Cuité. Datada em 12 de agosto de 2001.

Pedido de abertura do Processo de *Patrimoni*, que consta nos documentos admissionais do padre Luiz Santiago.

Petição de admissão à habilitação de *vita et moribus*, (processo sacerdotal), datado de 21 de agosto de 1927.

Pedido de autorização para fundar a Congregação Mariana na cidade de Cuité, datada de 22 de janeiro de 1930. Ata de Fundação da referida Congregação, pelo padre Luiz Santiago, em 08 de dezembro de 1929.

Porte de arma concedido ao padre Luiz Santiago, datado do ano de 1969.

Pose para foto com cidadãos e autoridades locais da cidade de Cuité, datada da década de 30 do século passado.

Processo de número 1224, folhas de número 01 e 03 de abertura do referido processo da derrubada da igreja evangélica, datado de 24 de junho de 1940.

Processo de número 1224, folha 05, da derrubada da igreja evangélica, datado de 30 de março de 1940.

Processo de número 1224, folha de número 49, aonde consta duas fotografias que mostram o estado que ficou a igreja evangélica após a depredação, com data de dezesseis de março de 1940.

Processo de número 1845, folhas de número 112 e 113, de abertura e julgamento do referido processo do assassinato de um evangélico, datado de dezesseis de dezembro de 1941.

Processo de número 1845, folha 118 e 119, do assassinato de um evangélico, datado de 15 de agosto de 1940.

Processo de número 1845, folha de número 127, carta do juiz que presidiu o julgamento ao Chefe de Polícia do Estado da Paraíba, confirmando a sentença, datada de dezessete de dezembro de 1941.

Processo de *Patrimonium*, que consta nos documentos admissionais do padre Luiz Santiago.

Telegrama enviado pelo padre Luiz para o Juiz Alfredo Miranda Rodrigues, denunciando do Juiz da cidade de Cuité, o sr. Manuel Casado por perseguição e acusações a sua pessoa. Carta escrita a mão pelo padre Luiz, intitulada “A Defeza dum Sacerdote”, defendendo-se de determinadas acusações. Ambos os documentos são datados do ano de 1941.